

# CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES: UMA ANÁLISE DA NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY NO EQUADOR (2006-2016)

Letícia Cristina Bizarro Barbosa



# CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES: UMA ANÁLISE DA NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY NO EQUADOR (2006-2016)

Letícia Cristina Bizarro Barbosa



UFSC  
Florianópolis  
2019

Copyright © 2019 Letícia Cristina Bizarro Barbosa

**Coordenação de edição**

Carmen Garcez

**Projeto gráfico**

5050com

**Capa**

Carmen Garcez

Imagem: Letícia C. B. Barbosa / Rede com os resultados da pesquisa elaborada no programa Gephi de Análise de Redes Sociais

**Editoração eletrônica**

Jeff Maier

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da Universidade Federal de Santa Catarina

B238c	Barbosa, Letícia Cristina Bizarro Conquistando corações e mentes [recurso eletrônico] : uma análise da National Endowment for Democracy no Equador (2006-2016) / Letícia Cristina Bizarro Barbosa. – Florianópolis : Editoria Em Debate/UFSC, 2019. 296 p. : il.  E-book (PDF) ISBN: 978-85-68267-34-9 (e-book)  1. Estados Unidos – Relações exteriores – Equador. 2. National Endowment for Democracy. I. Título  CDU: 327(73:866)
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Elaborada pelo bibliotecário Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673

Todos os direitos reservados a

Editoria Em Debate  
Campus Universitário da UFSC – Trindade  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046  
Florianópolis – SC

[www.editoriaemdebate.ufsc.br](http://www.editoriaemdebate.ufsc.br) / [www.lastro.ufsc.br](http://www.lastro.ufsc.br)

*O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.*

## NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulgação aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características,

sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa cinco anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de uma Comissão Editorial, a ED publicou 60 livros desde 2011.

*Os editores*

### *Coordenador*

Jacques Mick

### *Conselho editorial*

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Fernando Ponte de Sousa

Iraldo Alberto Alves Matias

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Ricardo Gaspar Müller

Valcionir Corrêa

*Caminante, son tus huellas  
el camino, y nada más;  
caminante, no hay camino,  
se hace camino al andar.  
Al andar se hace camino,  
y al volver la vista atrás  
se ve la senda que nunca  
se ha de volver a pisar.  
Caminante, no hay camino,  
sino estelas en la mar.  
Golpe a golpe, verso a verso...*

**Antonio Machado**





# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	13
<b>Introdução</b> .....	17
Fundamentação metodológica .....	23
<i>Procedimentos e métodos de pesquisa</i> .....	30
<b>1 Política externa dos Estados Unidos e a promoção da democracia</b> .....	37
A assistência externa e a política de promoção da democracia .....	38
<i>“Sticks and carrots”</i> : diretrizes do Departamento de Estado .....	47
<i>Década de 1980: Reagan e sua proposta de democracia para o mundo</i> .....	52
<i>The Democracy Program</i> .....	55
Democracia para a América Latina.....	57
<i>George Bush e a Guerra ao Terror</i> .....	62
<i>Obama e sua política de boa vizinhança</i> .....	65
<i>A assistência externa política e para o desenvolvimento no Equador</i> .....	69
<i>Policy-Makers</i> : elites transnacionais na influência da política externa.....	75
A National Endowment for Democracy (NED) .....	82
<i>Decifrando a NED</i> .....	82

<i>Declaração de princípios e objetivos da NED</i> .....	94
<i>Os documentos estratégicos da NED</i> .....	114
<b>2 O modelo de democracia proposto</b> .....	119
Discussão sobre a teoria da democracia .....	119
Democracia de baixa intensidade .....	122
Poliarquia: um modelo ideal para a expansão e funcionamento do capitalismo .....	126
<b>3 A sociedade civil e a formação de redes sociais</b> .....	131
Sociedade civil em teoria e a construção de hegemonia .....	132
A sociedade civil desde a perspectiva das relações internacionais .....	137
A sociedade civil e redes sociais transnacionais .....	148
Redes transnacionais da NED e suas relações locais.....	151
<b>4 Em que contexto esse processo acontece?</b> .....	157
Os grupos econômicos e a disputa pelo poder.....	157
A ditadura da década de 1970 e a partidocracia dos anos 1980-1990.....	160
Movimento indígena: o motor mobilizador e de mudanças políticas.....	166
<i>Formação de uma elite indígena intelectual e política</i> .....	169
A Revolução Cidadã de Rafael Correa.....	173
<i>“La década ganada”</i> .....	183
<i>A Revolução Cidadã e seus instrumentos</i> .....	186
<i>Campos de Conflitividade Política (CCP) no Equador</i> .....	188
<i>O 30S, uma tentativa de golpe de Estado</i> .....	197
<b>5 A máquina democrática em ação: o que revelam os relatórios anuais da NED?</b> .....	201
A aplicação dos recursos da NED no Equador .....	202
Relatórios do Equador de 2006 a 2011: análise anual por organizações.....	211

<i>Relatório de 2006</i> .....	211
<i>Relatório de 2007</i> .....	215
<i>Relatório de 2008</i> .....	218
<i>Relatório de 2009</i> .....	221
<i>Relatório de 2010</i> .....	224
<i>Relatório de 2011</i> .....	226
Relatórios do Equador: análise dos dados de 2012 a 2016.....	228
<i>Accountability</i> .....	230
<i>Liberdade de informação</i> .....	232
<i>Educação cívica</i> .....	234
América Latina: ações regionais que reforçam as ações locais no Equador .....	236
<i>Inovação política</i> .....	237
<i>Solidarity Center e os programas da Região Andina</i> .....	242
<i>National Democratic Institute for International Affairs (NDI)</i> .....	244
<i>International Republican Institute (IRI)</i> .....	246
Projetos políticos: das ações financiadas aos objetivos institucionais da NED.....	248
A análise das redes sociais: o caso da NED no Equador .....	251
<b>Considerações finais</b> .....	273
<b>Referências</b> .....	279



## APRESENTAÇÃO

Ao longo da minha atuação no campo de trabalho com projetos sociais internacionais e pesquisa com organizações sociais, vi que as políticas de cooperação internacional e o fomento dado pelas agências de assistência externa, como a USAID e a NED dos EUA, influenciam nas políticas públicas, nos projetos sociais e no direcionamento do senso comum, opinião pública no âmbito da sociedade civil organizada. Organizações que trabalham e influenciam a opinião pública e o comportamento político, projetos sociais, de desenvolvimento local, de direitos humanos ainda são pautados pela agenda internacional de agências governamentais de países centrais na economia mundial.

Deparei-me com a necessidade de se conhecer o mecanismo de promoção de ideias e projetos políticos desde os grandes centros mundiais que fazem oposição ou simplesmente se unem a propostas endógenas com identidade autóctones/inerentes a nossa região latino-americana e que, muitas vezes desvirtua os objetivos originais tendo que se adequar as diretrizes das agências para obter os recursos/subsídios aos seus projetos.

Por isso, um retorno ao meio acadêmico das Relações Internacionais, minha primeira formação de ensino superior, com o aparato metodológico da sociologia relacional para empreender em uma análise dos atores transnacionais e locais através da Metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS).

Os recursos oriundos da USAID e também da NED são direcionados ao desenvolvimento social e econômico, desde que em uma eco-

nomia de livre mercado e não socialista. Por isso, o empenho em países em situação crítica ou com sua democracia em risco. A função e objetivo é reverter estes quadros e usam os índices da Freedom House como parâmetro para o direcionamento dos recursos.

Ao mesmo tempo, me deparo com dados e informações de como o discurso antidemocracia participativa ganha força no continente e tenta jogar os movimentos indígenas no Equador, por exemplo, para escanteio novamente. Assim como as formas de integração econômicas cooperativas e comunitárias perdem espaços para o empreendedorismo individual e atômico.

O estudo está dividido em uma introdução e cinco capítulos, além de considerações feitas ao final. Na seção introdutória, apresento o tema e a problemática, os objetivos da investigação e a justificativa, apontando as contribuições da pesquisa para a academia e para o Equador, e detalho a fundamentação metodológica da pesquisa, além da metodologia adotada.

No Capítulo 1, trato da política de promoção da democracia dos Estados Unidos, abordando a sua origem por meio da assistência externa e um histórico com as propostas de Ronald Reagan na ação, por meio da política externa do país. Também mostro por que a atuação de Rafael Correa, como presidente do Equador, representa uma ameaça aos Estados Unidos, podendo atrapalhar os interesses desse país. No capítulo também abordo a influência das elites transnacionais sobre a política externa dos Estados Unidos.

No mesmo capítulo, descrevo a NED e a sua função na política externa dos EUA. São contempladas ainda as quatro entidades que compõem o que a NED chama de “família” NED – NDI, IRI, CIPE e Solidarity Center – e as iniciativas de *networking*, em que acadêmicos, expoentes da sociedade civil organizada e outros atores importantes participam discutindo sobre os temas que envolvem a democracia em todo o mundo.

No Capítulo 2, discuto a concepção de democracia adotada pelos

Estados Unidos em suas políticas externas, e como se chegou a uma proposta de poliarquia.

No Capítulo 3, abordo a sociedade civil e suas relações sociais. Nesse campo, discute-se a construção de hegemonia, haja vista que a formação de redes sociais e transnacionais se configura como meio de execução das políticas de promoção da democracia.

Para se entender melhor por que o Equador passou a ser um alvo para a NED a partir de 2006, apresento, no quarto capítulo, o contexto sociopolítico do país e as interações ocorridas entre as administrações dos dois países.

No quinto capítulo, apresento a sistematização dos dados coletados nos relatórios, documentos, páginas web das entidades e outras fontes. A decomposição dos elementos termina com a aplicação da ARS e a análise dos resultados encontrados.

Finalmente, nas considerações finais exponho as minhas percepções sobre a ação de agências internacionais com base em uma análise relacional dos atores e como o meio internacional pode influenciar a sociedade civil organizada local e direcionar políticas e comportamentos.





## INTRODUÇÃO

Tive a oportunidade de assistir, certa vez, ao documentário *Corações e mentes*, de 1974, que ganhou o Oscar de melhor documentário em 1975. Trata-se de um longa-metragem que descreve as nuances da participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e o impacto das suas imagens na população estadunidense, o que resultou em muitas manifestações contra a atuação norte-americana em outros países. Neste documentário aparecem os sinais de mudanças nas estratégias de intervenção, e que a via política (não necessariamente diplomática) passaria a ser fortemente considerada na superação da intervenção estritamente militar. O que seria mais coerente com o discurso de mais democracia no mundo e sem guerras e conflitos armados.

Assim, as mudanças na política externa dos Estados Unidos se iniciaram desde o momento em que os governantes constataram que a intervenção militar, como principal ação na construção de hegemonia, já não era mais a melhor opção na defesa de seus interesses. Ao contrário, os Estados Unidos são encantadores ao promoverem o “sonho americano”, o *american way of life*, e o cinema tem sido um canal importantíssimo para difundir os ideais libertários e o orgulho de ser estadunidense (Karnal et al., 2014; Nye Jr., 1990).

Thomas Carothers (2010), presidente da Carnegie Endowment for International Peace, uma importante *think tank* nos EUA, e membro do conselho do International Forum for Democratic Studies Research, da National Endowment for Democracy (NED), descreve que a promoção da democracia é executada através da ação diplomática, intervenção

militar e outras ações que compõem a política externa dos EUA. Além de Carothers, também Michael Cox, Abraham Lowenthal, Tony Smith, Robert Pee e Stephen Gill, entre outros pesquisadores estadunidenses, desenvolveram uma discussão aprofundada sobre a política externa de promoção da democracia, executada tanto em forma de geoestratégia de construção de hegemonia quanto uma forma de salvar o mundo do comunismo e do terrorismo.

Ainda visando a montar suas estratégias de *smart power* – poder coercitivo aliado a poder de persuasão (Nye Jr., 2010) – segundo autores como Robinson (1998), os Estados Unidos implementaram uma estrutura de assistência externa de promoção da democracia que envolve todos os departamentos de Estado, com o objetivo principal de defender a segurança nacional e internacional. Nesse sentido, a Fundação Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy – NED) foi criada para substituir as ações da Central Intelligence Agency (CIA) junto às organizações políticas e da sociedade civil organizada e com o propósito de difundir os princípios e valores democráticos ao redor do mundo, segundo descreve seu ex-presidente de relações públicas no histórico da sua fundação, na própria página da agência na internet (Lowe, 2008).

A NED é uma fundação de caráter privado, mas financiada com recursos governamentais, e age tendo em vista a promoção da democracia e do livre mercado (Minella, 2009). Entre as várias agências de Estado que prestam assistência externa, a NED aparece como uma subagência vinculada ao Departamento de Estado e é responsável pela articulação com os diversos setores da sociedade através de quatro institutos: National Democratic Institute for International Affairs (NDI), International Republican Institute (IRI), Center for International Private Enterprise (CIPE) e Solidarity Centre (SC).

Os dois primeiros institutos atuam junto às organizações políticas e organizações não governamentais e foram criados pelos partidos políticos Democrata e Republicano, respectivamente. O CIPE, sob comando da Câmara de Comércio Americana (AMCHAM), opera especialmente

com associações empresariais, industriais e *think tanks*<sup>1</sup>, e o SC, por outro lado, controlado pela Federação Americana do Trabalho-Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO), atua com organizações e sindicatos de trabalhadores. Através desses institutos, o governo e as corporações empresariais dos EUA podem exercer influência sobre as políticas públicas, de alguma forma, e apoiar diferentes organizações e forças políticas em muitos países.

No entanto, William Robinson, professor de sociologia na Universidade da Califórnia em Santa Barbara, que esteve em meio aos conflitos na Nicarágua e presenciou os procedimentos operacionais de intervenção dos EUA na Nicarágua na década de 1980, passou a pesquisar sobre esse tema e sobre a assistência externa política dos EUA, por meio da NED, nas eleições naquele país, no final dos anos 1980. Essa pesquisa foi publicada no livro *A Faustian Bargain* (Robinson, 1992). Em sua obra *Promoting polyarchy globalization, US intervention, and hegemony*, publicada em 1996 e reeditada em 1998 (Robinson, 1998), pode-se compreender melhor o alcance das políticas de promoção da democracia dos EUA e o trabalho da NED no Continente.

Essa análise se desenvolve sobre a atuação da NED no Equador. Embora territorialmente pequeno, o país é um dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e os EUA possuem interesses nele devido às suas reservas petrolíferas. Além disso, como o Equador é fronteira à Colômbia, o país norte-americano tem real interesse no combate ao narcoterrorismo, usando o território equatoriano como base para este fim. O que se questiona é se o apoio dado pelos EUA através de assistência externa seria somente uma desculpa para estar por perto das reservas de petróleo e manter aberto um mercado promissor.

---

<sup>1</sup> São organizações independentes, privadas e sem fins lucrativos, orientadas politicamente. Entre estas organizações estão os *think*, criados por políticos ou partidos. Possuem funções compartilhadas com os partidos políticos, como o desenho de agenda de políticas, intermediação política e social entre cidadãos e políticas públicas, e promoção de acordos sobre políticas públicas (Belletini; Carrión, 2009).

Geralmente, os motivos alegados para se destinar recursos de assistência externa política a outros países giram em torno de instabilidade política ou de algum tipo de opressão por parte do governo local que justifique a promoção de democracia. O que não seria o caso do Equador, que justamente sai de um período de instabilidade política, golpes e reivindicações da sociedade civil pelo fim da corrupção, respeito aos direitos e mais participação política. No entanto, o que chamou a atenção foi o aumento considerável e repentino de recursos da NED destinados ao Equador, com as eleições presidenciais de 2006. O período de 2006 a 2016 coincide com altos volumes de recursos destinados à ajuda externa política e abrange o período da administração de Rafael Correa, do partido Aliança País. Subitamente, os recursos destinados pela NED para o Equador subiram da casa de meio milhão de dólares ao ano para cerca de 2,5 milhões de dólares em 2006, e seguiram em alta até o último ano de governo de Correa.

Esses fatos instigaram a realização deste estudo. Outro impulso foi o fato de o presidente Correa ter sido um dos poucos a divulgar as ações da NED, mobilizando a mídia a investigar as reais intenções da fundação em financiar projetos no Equador.

A linha que separa a pesquisa científica de visões conspiratórias sobre o tema é tênue e deve ser tratada com responsabilidade e cuidado. É possível realizar questionamentos sobre algumas fontes, sobre a veracidade dos fatos e das linhas de pensamento, porém, quando o próprio governo estadunidense produz elementos que contribuem para a constatação de uma tese de geoestratégias de golpes brandos na América Latina, por exemplo, as teorias deixam de ser conspiratórias. Nesse sentido, não se pode afirmar que há uma rede conspiratória envolvendo todas as organizações financiadas pela NED. No entanto, há alinhamento de projetos políticos e engajamento de muitas organizações e pode-se afirmar que existem, sim, atores sociais atuando não só em oposição ao governo, mas bem alinhados com geoestratégias golpistas (Golinger; Allard, 2009; Golinger; Mingus, 2008).

Se a NED está promovendo a democracia, qual seria então o motivo de tantos conflitos com o governo de Rafael Correa, que assumiu a presidência com uma proposta de governo de nova constituição, integração dos valores e princípios indígenas, mais participação cidadã e tudo com o aval de consultas públicas, ou seja, um governo democrático com amplo apoio popular? A poliarquia é um dos temas abordados e pode-se, então, entender que a proposta de Rafael Correa não era compatível com uma democracia tradicional de cunho representativo e de baixa intensidade. Isto é, a participação não se resumiria às vias tradicionais de decisão pelas urnas, através do sufrágio universal. A poliarquia se mostra como um modelo ideal de democracia que a NED promove: uma democracia compatível com os mandos e determinismos dos mercados; uma democracia que não atrapalhe o capital.

Autores que escrevem sobre a sociedade civil e os atores sociais, como Rubem Fernandes, Evelina Dagnino, Ellen Wood, Daniel Mato, Ilse Scherer-Warren e Franklin Ramírez Gallegos, desenvolvem suas análises e provocam reflexões sobre as relações sociais entre os diversos atores sociais e suas motivações para a ação social, no capítulo quatro. Partindo da sociologia política, encontram-se formas mais adequadas para a análise dessas questões nas relações internacionais. O culto à sociedade civil organizada como campo virtuoso (Wood, 2011) pode ser facilmente questionável, e mesmo diante de projetos políticos em prol da sociedade sempre se encontra uma confluência perversa (Dagnino, 2006) em meio a tantos campos de conflitividade política (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015).

Em tempos de globalização, as relações se ampliam para âmbitos transnacionais e, com a contribuição de pensadores que trabalham com o tema, como Sidney Tarrow, Charles Tilly, Mario Diani e Marisa Bülow, pode-se entender a ação social também como resultante de coalizões transnacionais e formação de redes sociais. As organizações sociais não são atores isolados internacionalmente, trabalhando em conjunto somente em território nacional. Há uma interconectividade transnacional

importante e que não deve ser negligenciada quando se pesquisa sobre sociedade civil organizada, a qual se apresenta como um campo de disputa na construção de hegemonia; e isso implica ter que conhecer melhor as redes de relações em termos transnacionais das organizações locais no Equador.

Considera-se contexto de conformação de mudanças importantes no sistema econômico e financeiro daquele país, o qual ocorre após um período de crises financeiras e de implementação de políticas neoliberais (1982–2006), delineando um sistema econômico neoliberal que deteriora a soberania econômica (Paz y Miño, 2008a).

No entanto, a complexidade do cenário sociopolítico me moveu a tentar entender em que medida outras instâncias de participação atrapalham os interesses do capital. Nesse sentido, ao se explorar os campos de conflitividades políticas, percebe-se como essas outras instâncias são usadas pelo corporativismo em decisões em seu benefício, fazendo com que Correa restrinja a participação de setores empresariais e outros grupos de interesses nos conselhos consultivos e deliberativos, como aconteceu nos conselhos de comércio exterior, bancário, entre outros.

Ary Minella (2009) explica que a NED atua influenciando no envolvimento dessas organizações sociais locais na formulação e implementação de políticas públicas orientadas pelo interesse de diretrizes estadunidenses. Frente a isso, pergunta-se: qual é o construto político de democracia sustentado pela agenda da política externa dos Estados Unidos? Que ações as organizações ligadas à NED realizam no Equador? Quais parcerias comuns as organizações locais no Equador estabelecem com a NED? Em que contexto político-econômico do Equador ocorrem os tipos de ações desenvolvidas por essas organizações e qual é o seu relacionamento com as políticas de governo do país? Entretanto, a principal indagação é: “Qual o papel (função) da NED na execução de uma agenda de política externa dos Estados Unidos para a América Latina, mais precisamente no Equador?”

Diante dessa problemática, propus analisar o papel da National Endowment for Democracy (NED) como instrumento dos Estados Unidos na promoção de um modelo de democracia para uma economia de livre mercado na América Latina, focando a análise no caso do Equador.

A maior motivação, ao realizar este estudo, foi o desejo de querer entender a fundo as metodologias de ação na tão falada construção de hegemonia dos Estados Unidos (EUA) no campo das Relações Internacionais. Entender principalmente como os Estados Unidos fazem para persuadir a todos, conquistar corações e mentes, em relação a seus valores e cosmovisão, de maneira a serem entendidos como única via sensata e possível de ser seguida. Uma dessas visões passa pelo seu envolvimento com a sociedade civil.

Assim, por meio desta pesquisa, deseja-se mostrar como as redes transnacionais se formam a partir de um ator central e de um projeto político, e como os diversos atores se relacionam no país e na América Latina. Além disso, busca-se entender de que maneira, ao “fazer política”, influenciando nas políticas públicas, esses atores podem estar reproduzindo os interesses dos EUA. A contribuição ronda também a análise de como os atores se relacionam em torno de seus projetos políticos e ações coletivas.

## **Fundamentação metodológica**

Através de uma triangulação de métodos de pesquisa, pela qual buscou-se investigar as redes transnacionais de organizações da sociedade civil (OSC) desde uma perspectiva sociopolítica com uma a) pesquisa documental e bibliográfica, uma b) pesquisa de campo e a c) análise de redes sociais, foi possível mapear os atores sociais, locais e internacionais, que de alguma forma se relacionam e compartilham do mesmo projeto político. Essa triangulação permite confrontar as diversas fontes de dados utilizadas para responder aos objetivos de pesquisa.

Nesta pesquisa, buscou-se analisar as ações das organizações estadunidenses e suas relações sociais no Equador a partir de uma perspectiva sociopolítica, levando-se em conta as reações dos setores econômicos com alguma relação com organizações financiadas pela NED às novas propostas de estrutura econômica do atual governo do Equador.

A **pesquisa bibliográfica** considerou teorias presentes na sociologia política que contribuem para a análise do tema, a história sociopolítica do Equador no período e a literatura sobre a política externa dos Estados Unidos que norteia as ações da USAID e as organizações objetos desta pesquisa.

Realizou-se também uma **pesquisa documental** visando examinar todos os relatórios anuais disponíveis da NED pertinentes ao período de análise (2006 a 2016), além de documentos das organizações sociais locais que trazem informações sobre os projetos e ações desenvolvidas em parceria com a NED. Além disso, examinaram-se os tipos de ações sociais (Weber, 2012a) desenvolvidas no âmbito das organizações locais, relacionando-se estas com as políticas de governo do Equador, buscando esclarecer os pontos de confluência e/ou conflitos entre elas.

De acordo com Weber (2012a, p. 34), a ação social, “especialmente a de uma associação, é ‘politicamente orientada’ quando e na medida em que tenha por fim a influência da direção de uma associação política [...]”. E é neste campo que as ações dos atores políticos da sociedade civil, inclusive das organizações sociais locais no Equador, podem ter não somente uma racionalidade com relação a fins, mas também com relação a valores. Cada organização civil trabalha e se move de acordo com seus valores, mas em algum momento seus valores se cruzam com os dos EUA em defesa de um modelo de democracia, mais especificamente, com alguns princípios inerentes aos interesses do país, e passam a corroborar com a construção de hegemonia dos EUA.

A partir da **análise do discurso**, exploraram-se os próprios documentos e relatórios das entidades objetos desta pesquisa, assim como declarações de representantes (identificados na análise de redes sociais)



na mídia. Por outro lado, analisaram-se os noticiários e os pronunciamentos dos *Enlaces Ciudadanos* proferidos pela Presidência do Equador (resumo da agenda do Presidente e seu posicionamento político frente aos fatos da semana) ao vivo todos os sábados, escolhendo-se as semanas em que houve pronunciamento relacionado ao tema desta pesquisa.

A análise do discurso passa pelo jogo das comparações de um discurso ao outro, pelo sistema de correlações funcionais (Foucault, 1998, p. 70). Após, contudo, identificar os atores e entender o seu posicionamento, considerou-se importante entender também, a partir da análise do seu discurso, o papel dessas entidades.

De acordo com Foucault (1998, p. 8), “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. E complementa: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (Foucault, 1998, p. 10).

Além da pesquisa documental para apontar as ações sociais, foi realizada a demonstração e identificação das relações sociais através da análise de redes sociais (ARS).

Uma das importantes contribuições de Ilse Scherer-Warren (Scherer-Warren, 1999) foi pensar as redes sociais como uma metodologia de estudos. Segundo a autora, a noção de redes está sendo definida como:

[...] uma Metodologia de análise científica, isto é, a rede aparece como um instrumento de metodologia e servindo para organizar os dados para a análise; Como uma teoria substantiva, uma teoria definidora de uma realidade; a rede vem sendo vista como uma Rede Técnica, como uma forma de planejamento; e, por fim, como uma estratégia de ação coletiva, é vista como um conceito propositivo de atores coletivos (movimentos sociais) (Scherer-Warren, 1999).

A autora apresenta as redes como conceito propositivo dos movimentos. Para se analisar as relações entre os atores sociais desde uma perspectiva de formação de redes, Scherer-Warren propõe examinar a forma de mobilização de recursos, que no caso se referem a recursos humanos, a estratégia de organização e da ação e o efeito multiplicador das redes (Scherer-Warren, 1999).

A estratégia de organização e da ação passa pela verificação se a rede é informal ou possui algum tipo de institucionalização. Scherer-Warren lança várias perguntas que orientam nos critérios de descentralização da rede, no comportamento de diferentes redes e destas com a participação democrática no poder público e local. Segundo a autora, deve-se levar em conta as diferenças entre as redes sociais do cotidiano e as redes político-estratégicas, e confrontar as diferentes lógicas, as relações de poder e os conflitos de interesses (Scherer-Warren, 1999). Por último, afirma a autora que se deve:

[...] avaliar o poder de irradiação do ideal de democratização proposto, considerando-se os processos políticos sob a forma de redes. Esse poder passa a ser particularmente relevante no plano simbólico e na disseminação de uma nova utopia de democratização da sociedade civil. Mesmo que existam tensões internas nas redes entre esse imaginário democrático e as velhas formas de relacionamento e de se fazer política, no nível simbólico passa-se a exigir um novo campo político-cultural. Esse fenômeno é particularmente visível nas redes de ONGs, as quais ampliam também espacialmente as relações entre atores, conectando o local com o nacional e o transnacional e as questões do cotidiano com as questões planetárias (Scherer-Warren, 1999, p. 30).

A sociologia se aprofundou na análise das relações sociais e se especializou na análise de redes sociais (ARS), tornando-se conhecida também por sociologia relacional. Pesquisadores já mencionados até aqui e que são analistas de redes sociais, como Diani, Charles Tilly, Sidney Tarrow, Marisa Bülow, Ilse Scherer Warren, partem da premissa de que, nas ciências sociais, deve-se analisar as relações sociais e não

os fatos sociais (Dépelteau; Powell, 2013). Além desses pesquisadores, este trabalho se identifica com a investigação de Ary Cesar Minella, por exemplo, que desenvolveu sua pesquisa utilizando *softwares* de ARS para definir o grau de centralidade, de autoridade e influência dos atores sociais por meio de métricas, desenvolvidos de forma a ilustrar essas relações sociais.

Recorre-se, portanto, a essa sociologia relacional, que investiga a vida social através do estudo das relações sociais (Dépelteau; Powell, 2013) para fundamentar este fenômeno das redes transnacionais de organizações da sociedade civil, particularmente a que se forma em torno da promoção da democracia, da qual a NED faz parte.

As redes transnacionais de organizações da sociedade civil, analisadas desde a perspectiva relacional (Bülow, 2009, 2014; Diani, 1998; Mato, 2004; Tarrow, 2010) e desde as relações transnacionais e internacionais (Bull, 2002; Kaiser, 1971; Nye Jr.; Keohane, 1971), estão relacionadas com o *soft power* de Nye (Burron, 2012; Nye Jr., 1990, 2010) como canais de fluxos de mudança de cultura, levando o “*american way of life*” para todo o mundo. No entanto, o estudo a partir da sociologia permite explorar uma análise das relações sociais com metodologias que possibilitem uma perspectiva relacional.

As relações sociais da NED, em cada país onde esta atua, proporcionam a mobilização de recursos necessários para promover os seus objetivos. Suas relações passam pela sociedade civil organizada e não prioritariamente pelos governos. Essas organizações da sociedade civil representam movimentos sociais e, nesse âmbito, mobilizam recursos necessários para as suas ações. Neste contexto pode-se citar Tilly (2016) como um dos renomados autores que abordam o tema de análise de redes sociais, e Mario Diani (1992, 1998), que aborda as redes sociais ao analisar os movimentos sociais, dentre outros autores.

De acordo com os relacionistas, o que constitui a unidade básica da sociedade são as relações sociais, e não os indivíduos (Dépelteau; Powell, 2013; Donati, 2010; Emirbayer, 1997; Emirbayer; Goodwin,

1994; Marques, 2007). Em um primeiro momento das discussões teóricas as relações sociais e os atributos eram considerados como elementos opostos. No entanto, passou-se a entender estes dois elementos de análise em associação.

Marques (2007) apresenta três tipos de análise das redes: o primeiro, e que foi utilizado nesta pesquisa, busca compreender “os efeitos das posições dos atores e entidades sobre os fenômenos políticos”. O segundo tipo aborda os “efeitos da estrutura da rede sobre os fenômenos existentes em uma dada situação”; e, por fim, o terceiro tipo se concentra na discussão sobre “os efeitos de modelos diferentes de estrutura sobre tipos de fenômenos” (Marques, 2007, p. 158).

As redes podem ser entendidas como um “sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede” (Marteletto, 2001, p. 72). Emirbayer e Goodwin (1994, p. 1448) definem redes sociais como o “conjunto de relações ou ligações sociais entre um conjunto de atores”. Segundo Marteletto, “a rede social, derivando deste conceito, passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (Marteletto, 2001, p. 72).

Diani (1998) enfatiza a abordagem de duas dinâmicas analíticas independentes: identidade coletiva e vínculos afetivos de cooperação e de intercâmbio. A primeira ajuda a distinguir os atores de um movimento de seus aliados externos e também de suas fontes de recursos; e por meio dela, pode-se identificar os atores com uma causa, comunidade ou grupo social. Além de identificar um sentimento de pertencimento, identifica-se um sentimento/comportamento de *“compartir tanto una perspectiva cultural y política más amplia como sentimientos específicos de solidaridad”* (Diani, 1998, p. 250).

Os vínculos se identificam através das ações, mas também através das relações pessoais dos ativistas, assim como define Diani (1998, p. 243): *“en primer lugar, las relaciones existentes entre activistas de diver-*

*sas organizaciones, pero también las que se dan entre simpatizantes”.*

Para esse autor, a rede é um espaço de transmissão de símbolos e significados. Uma rede não se reduz a uma simples soma de relações e a sua forma exerce influência sobre cada relação. Diani (1998, p. 249) afirma que:

*[...] las redes sociales no son un simple canal para la circulación de recursos materiales o de información indispensables para la acción. Representan, al mismo tiempo, las oportunidades para la transmisión de símbolos y significados y, por tanto, para la construcción de representaciones compartidas de la acción. Mediante el networking se atribuye sentido a prácticas que de lo contrario permanecerían aisladas e independientes unas de otras, y se desarrollan sentimientos específicos de solidaridad entre actores anteriormente desconocidos.*

Segundo Sidney Tarrow (2010), as redes podem ser estruturais ou não intencionais. Em sentido estrutural, uma rede é formada por nós simples, em que os atores precisam de toda a consciência dos demais. As redes são a estrutura dentro da qual os grupos de atores e indivíduos se unem para perseguir fins específicos. As redes formadas com o intuito de se articularem em torno de uma causa ou objetivo, em que as organizações se reúnem, presencialmente ou virtualmente, para discutir, deliberar ou agir em conjunto caracterizam-se por serem estruturais. Já as redes não intencionais, como a rede social mapeada a partir da NED, são formadas por organizações que, se mapeadas, podem se identificar pelos mesmos objetivos, as mesmas ações ou vínculos, como o financeiro, por exemplo, mas não há uma estrutura organizacional que oriente suas ações, e muito menos todos os atores destas redes se conhecem ou possuem consciência total de seus pares. Os acordos de coalizões não são organizados nem estruturados por um núcleo. Nas redes sociais, os elos informais e as relações são valorizadas, ao contrário das estruturas hierárquicas (Marteleto, 2001). A rede é informal desde uma perspectiva de organização estruturada e identificada (Scherer-Warren, 1999).

É interessante poder considerar os vínculos informais, além das conexões formais, na análise de redes sociais e ter a possibilidade de

trabalhar estes dois tipos de vínculos, formais e informais, de maneira conjunta e sistemática. A incorporação de vínculos informais e não intencionais apresenta, na análise de redes, uma complexidade de relações sociais que muitas vezes não está explícita (Marques, 2007).

O objeto de estudo desta pesquisa possui as características de uma rede não intencional, porque seus atores se vinculam à fundação NED, por exemplo, mas não necessariamente estão vinculados entre si e nem formalmente. Por outro lado, ao submeter este objeto (uma rede não intencional) à metodologia de análise de redes sociais (ARS), adentra-se em um campo de análise estrutural para compreender a estrutura em si e as dinâmicas das relações. A análise é estrutural porque a rede social é uma estrutura (Minella, 2013).

O conceito de redes é útil para traçar a distribuição de características inerentes que se transformam em potencial para a formação de coalizões. Tarrow (2010) sistematiza o conceito de coalizões como acordos de colaboração centrados nos meios que permitem que distintas organizações e atores somem recursos para provocar mudanças. “A coalizão é uma forma genérica, que pode incluir uma ampla diversidade de acordos negociados entre duas ou mais organizações, para coordenar seus objetivos, reivindicações, estratégias de influência e ações” (Tarrow, 2010, p. 180).

Em cada país, a NED constrói suas redes sociais e políticas de interação e intercâmbio de ideias, estratégias, metodologias, entre outras informações e ações. No Equador, identificou-se, a partir dos relatórios de financiamento de projetos, um conjunto de organizações mais fiéis na temporalidade e na identidade de projetos políticos, que interatuam em ações conjuntas de promoção da democracia e dos direitos humanos.

## *Procedimentos e métodos de pesquisa*

A coleta de dados foi iniciada bem antes de se começar oficialmente o doutorado, em 2014. Desde 2011, venho coletando sistema-

ticamente informações sobre a atuação da NED e das entidades que compõem a “família” NED<sup>2</sup> no Equador.

Os relatórios da NED não estão em uma página específica no site da entidade. Eles são disponibilizados e atualizados a cada ano, ou seja, o conteúdo é substituído pelo relatório do ano subsequente. Além da atualização de *layout*, as páginas passam por constantes mudanças, melhoramentos e atualização de informações. Isto é, a cada ano se renovam as parcerias e, em muitos casos, os atores identificados em um ano não aparecem no próximo, ou o local onde está disponível esta informação foi alterada, o que dificulta a manutenção dos *links* relacionados às informações encontradas anteriormente. Apesar da volatilidade do depósito dos dados, a pesquisa pôde ser realizada, pois os arquivos das páginas dos relatórios foram salvos sistematicamente em formato *pdf* pela pesquisadora. Assim também se procedeu com as páginas das organizações locais e parceiras e conforme orientado por Blattmann e Tristão (1999), que explicam que a pesquisa em fontes eletrônicas precisa de sistematização e organização dos dados por parte do pesquisador, já que ainda não existem políticas de armazenamento eletrônico

O estudo partiu do levantamento dos relatórios da NED, nos quais se demonstram o destino dos recursos, os objetivos em que foram aplicados e os respectivos valores. Existem os relatórios de recursos destinados para a Região, em que as organizações parceiras desenvolvem projetos para a América Latina, por exemplo, ou parte dela, como é a Região Andina. Além deste tipo de relatório, há outros que descrevem as mesmas informações para cada país onde se desenvolvem as ações.

A NED disponibilizava abertamente os relatórios de 1984<sup>3</sup>, primeiro ano de atuação, até 2005, apresentando informações que atendem

---

<sup>2</sup> Curiosamente, os documentos oficiais denominam o conjunto de entidades (NED e vinculadas NDI, IRI, CIPE e Solidarity Center) como *NED family*. “*The NED family consists of many different networks and structures*” (NED, 1997, p. 3).

<sup>3</sup> Os relatórios de 1983 a 2004 foram disponibilizados no ano de 2016, porém nas páginas de Publicações, e não naquelas onde se encontram os Relatórios anuais.

aos seus delineamentos estratégicos, em seus documentos estratégicos e carta de Princípios e Objetivos.

Os Relatórios dos anos a partir de 2006 não estão mais disponíveis na página de internet e nem em repositórios abertos da NED. Como foram parte da metodologia de pesquisa e catalogação de fontes, a pesquisadora possui estes relatórios catalogados para consulta posterior. Em 2013, o formato mudou e os detalhes se perdem em um documento meramente formal, criando, dessa forma, uma lacuna na análise histórica.

A partir de 2011, os relatórios do Equador já não mencionam mais as organizações parceiras locais que trabalham executando ações e projetos; e a partir de 2012, os relatórios da América Latina não apresentam mais as organizações parceiras na execução de projetos e ações delineadas nos Documentos Estratégicos da NED. Mesmo assim, foi possível sistematizar as informações separando-se os Relatórios da América Latina e os do Equador e, por conseguinte, separando-se os anos em que aparecem as organizações parceiras locais e os anos em que aparecem os temas e linhas abordados.

Após a inserção de todos os dados dos relatórios da América Latina e do Equador no *editor de planilhas* Microsoft Excel, foi possível sistematizá-los de diferentes formas através das ferramentas do programa, como por exemplo, a tabela dinâmica. A partir dessa ferramenta, obteve-se os valores por organização ao longo dos dez anos de análise e os valores anuais por categorias como direitos humanos, *accountability*, fortalecimento das organizações da sociedade civil, entre outras. Foi possível identificar algumas relações entre atores sociais que recebem recursos e correlações entre atores que agem regionalmente. Foram extraídas informações que possibilitam relacionar esses dados com o contexto histórico e fatos que aconteceram ao longo do período estudado, além de outras informações e sistematizações.

Os Relatórios da América Latina apresentam, portanto, os projetos executados regionalmente. Dessa forma, para as finalidades deste



estudo foram selecionadas e utilizadas somente as ações que citam o Equador, a Região Andina e outras de âmbito mais geral da América do Sul e América Latina, em que se identifica uma relação com atores sociais equatorianos. Foram excluídas as ações que especificamente eram destinadas à América Central ou a grupos de países nos quais não era incluído o Equador.

Por haver descontinuidade nos dados apresentados nos relatórios do Equador, optou-se por dividir as descrições e análises em dois grupos: de 2006 a 2011, anualmente e identificando as organizações; e de 2012 a 2016, por categorias de objetivos apresentadas pela própria NED. Como não há identificação das organizações parceiras em todos os projetos, os dados não foram analisados por este critério. Entre algumas das categorias elencadas pela NED estão: *accountability*, educação cívica, ideias e valores democráticos, liberdade de informação, liberdade de associação, direitos humanos, fortalecimento das ONGs, processos políticos, e fortalecimento de instituições políticas.

A partir dos dados sistematizados no Excel e logo após analisados, passou-se a investigar as páginas de web das organizações parceiras em busca de documentos, relações sociais e informações, que foram utilizados para construir os grafos e analisar as redes sociais. Para tanto, utilizou-se o método de bola de neve, em que se inicia a coleta de dados focando em um grupo de atores, primeiramente, no caso as organizações financiadas pela NED, e a partir destes se identificam suas conexões (Hanneman, 2005).

Outra fonte muito utilizada foi a rede social Facebook, através da qual as organizações disponibilizam informações que correlacionam suas parcerias, possibilitando, dessa forma, o acesso às páginas de web desses parceiros, ação necessária para a construção das redes sociais.

A Análise de Redes Sociais foi utilizada para mapear as organizações, suas relações e ações. As informações foram sistematizadas em tabelas (Planilha Excel) e processadas com o programa Ucinet 6/NetDraw. Nesta análise considerou-se:

- a) as organizações locais e estadunidenses;
- b) os projetos e ações pontuais comuns entre elas;
- c) as parcerias comuns que estabelecem.

Foi necessário mapear as redes sociais dessas organizações para se poder identificar as redes não intencionais e seus núcleos de interações, além de identificar as redes estruturais, constituídas formalmente com identidade própria e até com personalidade jurídica, por exemplo.

A partir desses dados, constatou-se que a NED financiou 34 organizações que desenvolveram projetos no Equador ou projetos regionais que incluíram o país ao longo de dez anos, entre 2006 e 2016. Muitas dessas organizações possuem parcerias, desenvolvem ações em conjunto e se articulam em redes com outras organizações. Também se identificou, na análise documental, com o auxílio do editor de planilhas Microsoft Excel e suas ferramentas de tabela dinâmica, um conjunto de atores que estiveram altamente conectados e atuaram conjuntamente e constantemente ao longo desse período, apresentando-se como estrutura nuclear frente às demais organizações.

Utilizou-se o *software* Ucinet 6 (Borgatti; Everett; Freeman, 2002) para medir o grau de centralidade de acordo com o poder de influência e prestígio desses atores na rede e para inserir os atributos que foram desenhados no NetDraw (Borgatti, 2002). O sociograma apresenta a distinção entre os atores sociais por tipos de organização (se é organização da sociedade civil, empresa, organização internacional ou outra) e por localidade (se é local do Equador ou não local).

A seguir aplicou-se a métrica do *Freeman Degree Centrality*, criada por Linton Freeman (1979), para analisar o grau de influência e de importância do ator na rede. Pode-se considerar a centralidade como uma medida de potencialidade de importância, influência, proeminência de um ator em uma rede, posicionando-o de acordo com seu grau (Freeman, 1979). Calcula-se, por um lado, o número de conexões que um ator recebe de outros, isto é, a centralidade de entrada (*indegree*), a qual indica sua popularidade ou receptividade; e, por outro lado, calcu-

la-se o número de conexões que um ator estabelece com outros atores, ou seja, a centralidade de saída (*outdegree*), a qual indica sua influência, alcance ou expansividade (Lago Júnior, 2005, p. 56).

Através da métrica de Freeman (1979), foram identificados os atores sociais que apresentam um alto *indegree*, isto é, outros buscam se vincular ou estabelecer relações com esses atores sociais, indicando seu grau de importância e proeminência na rede. Esse prestígio pode estar vinculado ou não com a influência que esse ator social possua, caso ele apresente alto *outdegree*. Os atores com alto grau de saída são considerados capazes de prover informações, ideais, recursos e são considerados atores influentes (Freeman, 1979; Hanneman, 2005; Lago Júnior, 2005).

Portanto, é importante analisar o poder de influência dos atores sociais vistos como *Hubs*, que são “atores altamente conectados a vários outros atores, que contribuem significativamente para diminuir a distância entre os grupos e indivíduos da rede” (Bez; Faraco, 2011, p. 62; Hanneman, 2005). Ao aplicar a métrica Freeman Degree Centrality, demonstra-se que, além de centrais, as organizações identificadas possuem poder não só de capilaridade e conexão, mas também de difusão de ideias.

Chegou-se até os resultados da análise de redes sociais apresentando graficamente os sociogramas por meio da aplicação de MDS (*multidimensional scaling*), para demonstrar as proximidades entre os atores sociais com características de grau de centralidade similares.

Com isso, foram encontradas as seguintes organizações mais centrais:

a) cinco organizações locais: a Corporación Participación Ciudadana (PC), a Fundación Esquel, a Fundación Ciudadanía y Desarrollo (FCD), a Fundación Andina para la Observación y Estudio de Medios (Fundamedios), que são Organizações Não Governamentais (ONGs), e a Foundation for Advance of Reforms and Opportunities (Grupo FARO), que, além de ONG, é uma *think tank*; e

b) uma organização não local, a Asuntos del Sur (ADS), que tem alcance regional, está sediada na Argentina e também é uma *think tank*.

Em pesquisa de campo, coletaram-se mais elementos empíricos que fortalecem essa questão. Com isso, buscou-se aprofundar as análises de redes sociais considerando estas entidades.

A pesquisa documental focou também na exploração dos documentos publicados pelo Wikileaks, através dos quais foi possível identificar alguns dos principais interesses dos Estados Unidos no Equador, sua relação com este país e alguns atores sociais. A busca foi realizada utilizando-se as palavras "Rafael Correa", "Ecuador", "National Endowment for Democracy Ecuador", "Solidarity Center Ecuador", e "International Republican Institute Ecuador".

A partir de uma **pesquisa hemerográfica**, foi possível mapear a construção do contexto sociopolítico do Equador e o desenho da política externa dos Estados Unidos para aquele país. Este método também foi usado para mapear as ações da NED no Equador, o que permitiu apontar o desdobramento dos fatos sociais (Seibel, 2010).

# 1

## POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS E A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

A política externa dos Estados Unidos é composta por instrumentos de diplomacia, de economia e de força militar. E cada governo possui sua política, dando ênfase mais ou menos a cada um desses elementos. A promoção da democracia é uma política externa que se utiliza desses diversos instrumentos para promover e difundir este regime ao redor do mundo. No entanto, outros instrumentos são utilizados, como a ajuda externa, entendida pelo governo dos EUA como elemento importante de assistência política externa no apoio ao fortalecimento político e às organizações da sociedade civil em outros países.

Neste capítulo, expõe-se o programa de promoção da democracia criado pelo Governo Reagan, que tinha a função de envolver a sociedade civil organizada na participação política, nos processos de *accountability*, controle social, educação cívica e política em seus próprios países. Esses atores da sociedade civil, porém, não deveriam possuir qualquer direcionamento ou tendência de esquerda, ser simpatizantes do socialismo, muito menos do comunismo, mesmo que se declarassem apolíticos ou apolíticos.

Portanto, apresenta-se o modo como esta política de promoção da democracia se insere na política externa e como as administrações de governo dos EUA a aplicam. Através da abordagem histórica, são

apresentadas as origens da promoção da democracia no surgimento da assistência externa no pós-Guerra Mundial. A seguir, passa-se pela administração de Ronald Reagan, o governo que criou o Democracy Program, e pelos governos de George Bush e Barack Obama, que utilizaram essa política e seus instrumentos na “Guerra contra o Terror”. Aborda-se uma discussão teórica sobre a visão dessas políticas dentro de um esquema de “sticks and carrots”.

Aborda-se também a influência que as elites e as grandes corporações exercem sobre o direcionamento da política externa dos Estados Unidos através da atuação do Conselho de Relações Exteriores (CFR) e da Comissão Trilateral, além de ONGs internacionais sediadas nos EUA.

E, finalmente, apresenta-se a NED identificando-a como instrumento da promoção da democracia dentro da política externa dos EUA.

## **A assistência externa e a política de promoção da democracia**

Os Estados Unidos promovem a assistência externa, num discurso oficial, para apoiar os esforços globais pela paz, segurança, ajuda humanitária em tempos de crise e desenvolvimento em outros países. No entanto, trata-se de um imperativo estratégico, econômico e moral para o país e vital para a sua segurança (U.S. Government, 2017).

Segundo o próprio governo dos Estados Unidos:

Esses investimentos complementam os interesses da política externa da América em questões que vão desde a expansão dos mercados livres, combater o extremismo, garantir democracias estáveis e abordar as causas profundas da pobreza, ao mesmo tempo em que promovem a solidariedade global (U.S. Government, 2017, tradução nossa).

Fernandes reforça este argumento ao explicar que a ajuda oficial serve a um propósito nacional e atende aos interesses estratégico do governo:

Embora a cooperação não governamental esteja direta (caso frequente na Europa) ou indiretamente (caso típico nos Estados Unidos) vinculada às estratégias internacionais dos governos respectivos, guarda, via de regra, uma considerável autonomia que lhe permite inclusive caracterizar-se como um contraponto civil às razões de Estado. A ajuda oficial (ODA – Official Development Assistance) é marcada pelo interesse militar (países árabes, Honduras e El Salvador na América Central etc.), e por prioridades econômicas, que inclinam a assistência oficial em favor de países com maior potencial de retorno para os investimentos, ou seja justamente os mais ricos dentre os recipientes potenciais (Fernandes, 1994, p. 84).

A primeira ação em assistência externa dos Estados Unidos foi um programa de ajuda para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial, o qual, através do secretário de Estado, George Marshall, contribuiu para o fortalecimento da economia e estabilização da região. A criação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em 1961 foi o segundo marco histórico para a ajuda externa proferida pelos EUA. Foi o momento em que o presidente Kennedy assinou a lei de assistência estrangeira, criando, assim, esta agência.

Na década de 1950, a assistência externa dos EUA compreendia a assistência econômica e militar para dar suporte a governos “amigos”. Na década de 1960, o desenvolvimento econômico passou a ser o principal objetivo, desde que atrelado aos interesses dos EUA. O propósito era promover o desenvolvimento econômico em outros países do Terceiro Mundo para coibir o surgimento de tendências comunistas ou, simplesmente, promover o desenvolvimento econômico em países não comunistas. A promoção de democracia acontecia principalmente através da ajuda econômica (Carothers, 2010). Tinha-se a percepção de que uma sociedade melhor desenvolvida é mais propensa a ser uma democracia.

Historicamente, a USAID foi o primeiro organismo criado com o papel de prestar assistência aos países do terceiro mundo em temas como o desenvolvimento, promoção da democracia, direitos humanos, por exemplo (Carothers, 2004, 2010; Hill, 2010; Ignatius, 1991; Robinson, 1998; Smith, 2012). Porém, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), criada em 1949, já atuava também na promoção da democracia e contenção do comunismo no mundo desde os primórdios da Guerra Fria (Robinson, 1998). A USAID, que, desde a década de 1960, possui um papel fundamental e inovador na articulação e construção de uma política de grande porte, é o maior ator e a principal agência de assistência externa do governo.

A segunda mais importante organização é a Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA). Essa agência, responsável principalmente pela *democracy advocacy*, no início da década de 1980, durante o primeiro governo de Reagan, foi parte importante na ação de relacionamento e divulgação da democracia, através de conferências em outros países, intercâmbio de capacitação e educação, programas de visitas de curta duração, envio de palestrantes, entre outros métodos. Portanto, o papel da USIA foi primordial na “promoção da democracia como ideologia política e ajudando a disseminar um conhecimento específico sobre o funcionamento do sistema democrático no exterior” (Carothers, 2010, p. 189).

O Departamento de Defesa e o Departamento de Justiça também participam da mesma política por meio das agências de Treinamento e Educação Militar Internacional – Expandida (E-IMET) e Treinamento e Assistência no Desenvolvimento da Promotora em Países Estrangeiros (OPDAT), do Programa Internacional de Assistência ao Treinamento Criminal Investigativo (ICITAP), dos Programas de Treinamento Policial da Agência de Fiscalização de Drogas e do Departamento Federal de Investigação (FBI) (Carothers, 2010).

No Departamento de Defesa, passou-se a enfatizar ainda mais a promoção da democracia como um dos principais objetivos dos programas de treinamento militar no exterior com o E-IMET, programa



do Pentágono de treinamento em controle civil dos militares, direitos humanos e outros tópicos relacionados com a democracia. Já o Departamento de Justiça tinha a seu cargo o apoio e suporte da reforma jurídica e policial. O OPDAT era responsável pelo treinamento de promotores públicos, a ICITAP fazia o treinamento de policiais, e o fortalecimento das forças policiais estrangeiras era de responsabilidade dos Programas de Treinamento Policial da Agência de Fiscalização de Drogas e FBI (Carothers, 2010).

A assistência é realizada através das agência de Estado e são no total de 20 agências: Departamento de Defesa; Departamento de Energia (DOE); Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS); Departamento de Segurança Interna (DHS); Departamento de Justiça (DOJ); Bureau of International Labor Affairs (ILAB) do Departamento do Trabalho; Departamento de Estado (DOS); Departamento do Interior; Departamento do Tesouro; Departamento de Transporte; Inter-American Foundation (IAF); Millennium Challenge Corporation (MCC); Corporação de Investimento Privado no Exterior (OPIC); Peace Corps; Fundação de Desenvolvimento Africano dos EUA (USADF); Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID); Departamento de Agricultura (USDA); e Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (EXIM) (U.S. Government, 2017).

Dessa forma, a assistência externa dos Estados Unidos aborda as seguintes categorias:

- a) desenvolvimento econômico;
- b) democracia, direitos humanos e governança;
- c) assistência humanitária;
- d) saúde;
- e) gerenciamento de programas;
- f) multissetorial;
- g) meio ambiente;
- h) paz e segurança;
- i) educação e serviço social.

O foco desta pesquisa é o segundo tópico, “democracia, direitos humanos e governança”, através do qual o governo busca promover e fortalecer as democracias efetivas nos países beneficiários. Para este objetivo, a ajuda externa sai normalmente do próprio Departamento de Estado, conseqüentemente da USAID e da NED.

De acordo com Carothers (2010), *aid democracy* tem um propósito principal, não secundário e nem indireto, na democracia adotada no país receptivo. Não é algo que faça parte de programas econômicos ou sociais.

Os programas de democracia financiados pelo governo são uma ferramenta da ajuda externa dos EUA e da política externa dos EUA. No entanto, exatamente como há conversas em momentos de separação entre a ajuda externa e a política externa dos EUA e a necessidade de que a ajuda externa sirva mais rigorosamente aos objetivos da política dos EUA, a relação entre a ajuda à democracia em um país específico nem sempre é simples (Carothers, 2010, p. 187, tradução nossa).

Existem três categorias nas quais Carothers encaixa a assistência externa: processos políticos, instituições governamentais e sociedade civil. A primeira categoria se refere à ajuda e apoio a processos mais livres, transparentes, de eleições e educação eleitoral, além do fortalecimento de partidos políticos. Da segunda categoria, a que abrange as instituições governamentais, fazem parte o fortalecimento de legislaturas nacionais, reformas judiciais, treinamento políticos e o fortalecimento de programas de governos locais, em processos constituintes na área militar; programas de desenvolvimento pró-democracia do corpo militar. Já com relação à sociedade civil, as ações são de apoio às organizações engajadas politicamente (Carothers, 2010).

Esse período entre a década de 1960 e de 1980 torna-se importante por marcar, portanto, a passagem do “desenvolvimento político” para a “promoção da democracia”, implementada nas décadas de 1980 e 1990, mas essa política segue até os dias atuais,

ou seja, a década de 2010. Esse processo envolve o fortalecimento institucional desde as estruturas estatais ao nível de sociedade civil (Robinson, 1998).

A USAID foi criada na década de 1960, e a NED surgiu, então, como representação de uma integração entre as reações tanto dos conservadores como dos liberais, após o equívoco dos EUA no Vietnã, segundo declaração do presidente da NED, Gershman (Robinson, 1998). A USAID possuiu um protagonismo importante naquele período, até a criação da NED, que assumiu o papel da promoção da democracia a partir de 1983. Na década de 1970, frente ao insucesso do direcionamento do cenário nos países de Terceiro Mundo quanto ao desenvolvimento e à eficiência da política externa de assistência, buscaram-se novas diretrizes.

Em 1978, o Congresso autorizou a destinação de recursos para a promoção dos direitos humanos, e os centros de assistência aos direitos humanos na América Latina foram fundados, mas não tinham tanta importância no portfólio da ajuda externa dos EUA. A promoção da democracia passou a ter protagonismo na década de 1980, no primeiro governo Reagan, que renovou a política e os propósitos e criou o aparelhamento de Estado para este objetivo, o que antes, segundo Carothers (2010), era função da USAID.

No entanto, com os acontecimentos na Indochina, houve um clamor da população interna contra a política de intervenção externa dos EUA em outros países (Anderson, 2015; Robinson, 1998). Foi, então, criada uma estrutura para repensar a política externa de intervenção.

Na década de 1990, foram implantados programas em setores como a legislatura, sistema legal, sindicatos, organizações da sociedade civil (Carothers, 2010; Lowe, 2008; Minella, 2009; Robinson, 1998). Esta política de assistência a democracia que na década de 1960 foi aplicada em nome do desenvolvimento político, ressurge na década de 1990 com o propósito renovado, com a mesma ênfase anticomunista da política direcionada aos países do Terceiro Mundo, mediando o que

seria adequado e inadequado para os EUA no seu envolvimento, o que Carothers chamou de “guerra de ideias” (Carothers, 2010, p. 183).

Segundo Perry Anderson (2015), para os Estados Unidos, a democracia é um sistema político ideal: a liberdade, um mundo livre, a democracia trabalhando em função de um mercado livre e com liberdade de circulação do capital, mas não liberdade de cidadãos. A intervenção, seja ela econômica, política ou militar, por parte dos Estados Unidos, é posta em prática com o objetivo de defender os interesses do Ocidente e contra tudo que afete a propriedade privada dos meios de produção. Para tanto, a política de boa vizinhança na América Latina sempre adotou relacionamentos com elites locais, ditadores, entre outros atores, desde que, claramente, compartilhassem dos interesses dos EUA. Qualquer um seria melhor que os comunistas (Anderson, 2015).

O nacionalismo é um entrave à livre circulação do capital e deve ser combatido pelos constantes “confiscos arbitrários e situações afins, o que destruiu a confiança dos investidores estrangeiros – aos quais também se devia manter a atenção” (Anderson, 2015, p. 70).

O que se observa é que as forças estadunidenses apoiam e protegem fisicamente tanto os regimes autocráticos como os não democráticos. Casos emblemáticos são, por exemplo, o regime de Salvador Allende, no Chile, coincidentemente destituído em 11 de setembro, e o caso do regime sandinista, na Nicarágua. Portanto, no lugar de promover a democracia, os EUA passam a promover os seus interesses quando as democracias tendem ao Estado de Bem-estar social forte e a manter relações com os regimes comunistas soviéticos (Robinson, 1992, 1998).

Assim como Robinson (1998) e Carothers (2010), Steve Smith (2010) considera, em seus estudos, que a missão de promover a democracia é uma extensão externa da política doméstica dos EUA. E os EUA usam a promoção da democracia como um dos aspectos da sua política externa, como ferramenta de promoção dos seus interesses econômicos. Para o autor, portanto, a promoção da democracia não é o objetivo central da política externa dos EUA no Século XX (Smith, 2010). Assim

como defende Michael Cox (2010), Smith explica que há uma fratura nos objetivos da política externa dos Estados Unidos, e mais que isso, um conflito de interesses. Essa política promove os interesses econômicos, de um lado, e fornece suporte às causas de direitos humanos, de outro (Smith, 2010).

Segundo Smith (2010), mesmo com todo o empenho dos EUA na promoção da democracia, os resultados dependem muito dos fatores internos do país receptivo, e esse empenho passa a ser mais uma estratégia de relações públicas do que efetivamente uma busca por alcançar um objetivo de política externa. A promoção da democracia na política externa dos EUA foi orientada, em grande parte, para duas regiões principais: América Latina e Caribe; e Oriente Médio. E sempre houve forte interesse econômico nestas regiões (Smith, 2010).

Do ponto de vista de Robinson (1998), as políticas destinadas à América Latina e Caribe mudaram para políticas de promoção da democracia, por entenderem que seriam mais efetivas na promoção dos interesses dos EUA. Na visão de Smith (2010), historicamente, os EUA usaram essa ferramenta para minar os regimes democráticos intrínsecos dos países que tenderam a identificar-se ou serem pró-soviéticos. O próprio autor reconhece que essa prática está vinculada diretamente aos interesses dos EUA e que promover uma democracia liberal não necessariamente é aplicável a outros países com diferentes realidades sociais, culturais e, principalmente, quando não é de interesse da população local.

A política externa dos EUA durante a Guerra Fria focou no combate à propagação da ideologia comunista por influência da União Soviética (Anderson, 2015; Hirst, 2009; Purdy, 2014; Robinson, 1998). Mesmo com o colapso do sistema soviético e o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos já haviam traçado uma nova política de intervenção, em que a promoção da democracia passou a ser o novo componente de política externa.

Robinson realizou uma longa pesquisa sobre o projeto de promoção da democracia elaborado e implementado na política externa dos Estados Unidos e analisou os casos de Filipinas, Chile, Nicarágua e Haiti. O autor entende que, sob a motivação de promover a democracia, o país interveio nas crises políticas, transições e vazios de poder com o propósito de influenciar no resultado (Robinson, 1998).

A promoção da democracia proferida pelos Estados Unidos pode ser analisada através dos documentos que definem sua política de segurança nacional, os National Security Strategies (NSS). Ao considerar os NSS de 1987, 1988, 1990, 2000 e 2006, é possível identificar as diretrizes de promoção da democracia ao longo dos diferentes governos. Os documentos mostram desde uma política de contenção do comunismo, através da promoção da democracia, como também a mudança do perfil das estratégias para a expansão dos regimes democráticos e a promoção das instituições democráticas.

As políticas refletem claramente os períodos de Guerra Fria, Pós-Guerra Fria e acontecimentos marcantes, como o atentado terrorista de 11 de setembro. A América Latina, por sua vez, apresenta suas particularidades políticas, passando por períodos de governos simpáticos ao socialismo e comunismo, combatidos por golpes militares e, em períodos recentes, cita-se o ressurgimento de governos de esquerda progressistas, como no Equador, Bolívia e Venezuela (Hirst, 2009; Lowenthal, 1993, p. 258; Wolff, 2006).

Promover a democracia faz parte de uma caixa de ferramentas com políticas e instrumentos específicos para atuar no Terceiro Mundo. O primeiro exemplo de levantamento anticomunista com sucesso na América Latina após a Guerra foi na Guatemala, onde, depois de a população ter elegido um presidente de esquerda, Jacobo Arbenz Gusmán, que nacionalizou as terras da United Fruit Company e legalizou o partido comunista local, a CIA executou um plano para destituí-lo, em 1954 (Anderson, 2015, p. 81; Robinson, 1998). O que se apresenta a seguir aborda uma parte do conteúdo desta caixa de ferramentas.

## *“Sticks and carrots”: diretrizes do Departamento de Estado*

A promoção da democracia por parte dos EUA está relacionada às categorias que se expressam por *“stick or carrot”*, punição ou recompensa, de acordo com Carothers (2010). Na América Latina, por exemplo, a atuação dos EUA seguiu forte principalmente na reforma do setor judiciário. Carothers (2010) lembra que a assistência em promoção da democracia é uma parte de todo um movimento internacional, que envolve a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e outras organizações internacionais. Porém, esse processo é impulsionado pelos EUA e inicia-se com sua política externa e projeto de construção hegemônica (Carothers, 2010; Minella, 2009).

As categorias de assistência em democracia considerados com *stick* são a pressão diplomática, a pressão econômica e a intervenção militar, segundo Carothers (2010). Na América Latina, a pressão diplomática passa por mobilização de coalizões multinacionais para exercer esta pressão. E um dos exemplos é o caso do Paraguai, em 1996 (Carothers, 2010, p. 186). A pressão econômica passa pelo encerramento de relações comerciais, redução e até cortes de empréstimos de organismos financeiros internacionais e o recebimento de ajuda financeira estadunidense. Nos casos mais extremos, aplica-se a intervenção militar dos EUA. Este instrumento busca restaurar a democracia que passou por um golpe militar, por exemplo (Carothers, 2010).

Por outro lado, os EUA possuem outras categorias consideradas não violentas, como as anteriormente mencionadas. Para promover a democracia, neste caso, os EUA podem encorajar o progresso democrático com políticas diplomáticas que beneficiem o país; é o caso das *“carrots”*:

As recompensas são a imagem espelhada das punições. Os Estados Unidos podem encorajar o progresso democrático com o favor diplomático: elogios oficiais, visitas estatais para os líderes recém-eleitos, um fluxo regular de contatos

oficiais de alto nível e outros. As recompensas econômicas também podem ser grandiosas. A ajuda econômica americana às vezes está ligada à democracia (Carothers, 2010, p. 187, tradução nossa).

A assistência externa de promoção da democracia é, portanto, uma política composta por “*carrots*” e se apresenta de acordo com o cenário econômico/político de cada país.

Nesse sentido, Robinson explica que uma política externa com intervenção agressiva no exterior pode vir alinhada com uma política de “promoção da democracia” suave, ao utilizar os termos “desenvolvimento político” para o que já vinha sendo realizado sob a denominação de “**operação política**”, e os termos “programas de comunicação” para o que já vinha sendo conhecido como “**operações psicológicas**” (Robinson, 1998).

Sobre as **operações políticas**, Robinson explica que estas se dividem em três categorias: ação política, diplomacia coerciva e guerra política encoberta. A primeira diz respeito a “uma gama completa de atividades, incluindo certos tipos de diplomacia multilateral, apoio a partidos ou forças políticas estrangeiras e apoio ou trabalho com organizações internacionais” (Robinson, 1998, p. 78). Já a segunda, diplomacia coerciva, refere-se aos casos em que a “diplomacia pressupõe o uso ou ameaça de uso da força militar para alcançar objetivos políticos”. E, por fim, a guerra política encoberta, segundo o autor, refere-se aos “aspectos secretos das medidas ativas, [incluindo] o apoio às insurgências, às operações contra as alianças inimigas, as operações de influência e a propaganda negra” (Robinson, 1998, p. 78).

As **operações psicológicas**, dentro da política externa dos Estados Unidos, referem-se ao “uso planejado das comunicações para influenciar as atitudes e comportamentos humanos”. Segundo o autor, as operações psicológicas são compostas por ações políticas, militares e ideológicas, a fim de influenciar o comportamento, emoções e atitudes dos grupos alvos (Robinson, 1998, p. 79). Mais adiante, pode-se enten-



der melhor como as operações e políticas por meio da ação política foram implementadas no Equador através de apoio a forças sociais; ou, mais especificamente, operações de influência pela NED.

De acordo com Perry Anderson (2015), as políticas externas dos estadunidenses, na Guerra Fria, evoluíram: de **permissivas**, nas primeiras décadas, passaram por um período de políticas **defensivas**, e daí para uma política externa **ofensiva**. Até os anos 1970, as políticas eram permissivas no tocante ao desenvolvimento econômico de outros Estados industriais de forma autônoma, assistindo-os somente quando a ameaça comunista se fazia presente. A partir da década de 1970, os Estados Unidos passaram a uma postura defensiva, defendendo os seus interesses frente aos de seus concorrentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com a virada neoliberal, nos anos 1990, os Estados Unidos, de forma ofensiva, promoveram a abertura dos mercados nacionais. A cartilha tinha que ser seguida pelos países em desenvolvimento, e as instituições financeiras internacionais fizeram o seu papel de executar o Consenso de Washington (Anderson, 2015, p. 106).

Durante o período da Guerra Fria, uma estratégia eficaz seria mesmo uma guerra política. Seria necessário estabelecer um aparato de influência e construção de hegemonia que não usasse a força militar e que não estivesse somente nas mãos da expansão do livre mercado. Se o objetivo maior era exterminar qualquer inclinação ao comunismo e ao socialismo, para que reinasse o livre mercado, o foco precisaria ser a promoção de uma democracia que não conflitasse com o capital. Nesse contexto de globalização econômica, a transnacionalização dos processos políticos passou a fazer parte da reconfiguração das estratégias de política externa dos Estados Unidos.

Carothers (2004) identifica que a promoção da democracia na política externa seguiu ocupando um papel importante nos governos George Herbert Bush (1989-1993), Bill Clinton (1993-2001) e George Walker Bush (2001-2009). Nesses três governos do Pós-Guerra Fria, foi dada

ênfase às políticas dessa natureza em suas relações internacionais com o Leste Europeu e a América Latina, nos governos de Bush e Clinton, e mais acentuadamente com o mundo islâmico e, em menor proporção, com o Sudeste Asiático no governo de George W. Bush. Quando Clinton assumiu a presidência, tirou o protagonismo da promoção da democracia na política externa e a submeteu à promoção dos direitos humanos (Smith, 2010).

De acordo com Carothers, há uma diferença entre os governos de George Herbert Bush e Bill Clinton, que seria a retórica, assumida pelo segundo, de promoção da democracia. Embora Bush também tenha:

[...] estabelecido a promoção da democracia como um dos três elementos principais da sua política externa, ao lado de preocupações econômicas e segurança nacional, o governo Clinton procurou articular a promoção da democracia em termos de política estratégica, defendendo a substituição da “política de contenção” que organizava a política externa estadunidense nos anos da Guerra Fria, pelo que denominaram de “política de expansão” – ampliação da comunidade de democracia de mercado livre (Carothers, 2004, p. 23, tradução nossa).

Ao longo dos governos<sup>1</sup>, as políticas de promoção de um modelo de democracia sofreram mudanças de uma política de contenção, como a praticada no governo de George H. Bush, para uma política de expansão da comunidade democrática de mercados livres, no governo de Clinton (Carothers, 2004). Porém, manteve-se a “lógica de interesses às vezes complementares, às vezes conflituosas, na política de promoção da democracia, procurando integrar interesses econômicos e de segurança” (Carothers, 2004, p. 42).

Há uma certa distância entre o discurso e a prática, no que se refere à política de promoção estadunidense de democracia. A agenda

---

<sup>1</sup> Ronald Wilson Reagan (1981-1989); George Herbert Bush (1989-1993); William Jefferson Blythe IV “Bill Clinton” (1993-2001); George Walker Bush (2001-2009); Barak Obama (2009-2017).

estava bem pautada em um discurso ideológico, mas não interessa aos EUA destruir uma ordem mundial ou mesmo insatisfatória a seus interesses domésticos de economia e segurança, mas que pode ser tolerada (Ralph, 2010, p. 200). Robinson (1998 *apud* Ralph, 2010) argumenta que a democracia de baixa intensidade e orientada ao mercado, que os EUA promovem, avança sob, ou de acordo com, uma ordem baseada nos interesses da elite transnacional, como sugere a retórica estadunidense, em vez de uma democracia popular.

A política de promoção de uma democracia liberal, de acordo com Ralph (2010), é executada no âmbito do livre mercado, através de ações dentro dos países que se rebelam contra a hegemonia dos EUA. Os Estados Unidos acabam assumindo um papel internacional de salvar o mundo através da democracia por pressão interna por segurança e estabilidade econômica interna (Ralph, 2010, p. 201).

Importa considerar que a concepção da democracia adotada pelas administrações desde Reagan se limita a eleições livres e justas e a uma economia de mercado. Em nenhum momento é entendida com noções de democracia econômica ou social (Cohn, 2001). Poderia se tratar um resgate do wilsonismo, no que se refere a promover a democracia na América Latina propondo a liberação das práticas econômicas, enfraquecendo o corporativismo de Estado e influenciando os setores empresariais, sindicatos e setor agrário (Smith, 2012). Segundo Cohn, Clinton<sup>2</sup> foi o primeiro presidente a mencionar a promoção de democracia de mercado, um termo que se reduz ao que seria promover um setor privado forte e mercados livres como elementos essenciais da democracia representativa (Cohn, 2001).

---

<sup>2</sup> "Madeleine Albright demitiu-se como presidente do National Democratic Institute, parte da Fundação Nacional para a Democracia (NED) financiada pelos EUA, para se tornar a Secretária de Estado da administração Clinton, e ela estava profundamente comprometida com o projeto de promoção da democracia nos EUA" (Cohn, 2001, p. 2).

## *Década de 1980: Reagan e sua proposta de democracia para o mundo*

Diante do exposto, considera-se importante resgatar os principais acontecimentos de algumas décadas anteriores ao período de análise desta pesquisa para entender melhor o propósito da NED dentro da política externa dos EUA, o que trouxe um forte internacionalismo para o cenário.

Nesse sentido, a eleição de Ronald Reagan, em 1980, significou um movimento neoconservador no país. Esse neoconservadorismo (Poggio, 2010) reforçou a Guerra Fria e travou uma verdadeira batalha ofensiva contra os governos nacionalistas e movimentos de libertação no Terceiro Mundo (Robinson, 1998):

A “Doutrina Reagan” do apoio agressivo às insurgências contrarrevolucionárias e o confronto intenso com a União Soviética foi apoiada pela maior acumulação militar em tempos de paz na história dos EUA e uma reafecção de forças militares, paramilitares, inteligentes e políticas dos EUA ao redor do globo (Robinson, 1998, p. 76, tradução nossa).

Havia uma discussão sobre a agenda transnacional, que se modificou com o surgimento do movimento neoconservador e concretizou-se no momento em que Reagan se elegeu pela primeira vez em 1980 para presidente do país, de acordo com Poggio (2010). Criou-se muita controvérsia e não se alcançou um senso comum entre a agenda da elite transnacional e os propósitos conservadores do Partido Republicano em um primeiro momento. No entanto, Robinson (1998) chama a atenção para a tendência da primeira administração de Reagan de intensificar a intervenção militar e favorecer o apoio a regimes ditatoriais pró-EUA. Segundo o autor, foi preciso um empenho para resgatar a imagem do país frente à população estadunidense e seu poder de hegemonia:

O apelo de massa ideológico aos acordos emotivos e psicológicos do “senso comum” desempenhou um papel importante na relegitimação dos EUA e da ordem mundial e,

assim, ajudou a superar a “crise da governabilidade” pós-Guerra do Vietnã, pós-guerra que levou a uma quebra de hegemonia (Robinson, 1998, p. 77, tradução nossa).

A partir desta agenda transnacional articulada pela classe dominante dos Estados Unidos na década de 1970, iniciou-se a formação de um consenso em torno das linhas de execução de uma política externa. De acordo com Robinson (1998), este consenso referia-se ao que a elite transnacional pensava, isto é, que os Estados Unidos deveriam sair da defensiva e desenvolver políticas para reconstruir a ordem internacional.

De acordo com o historiador Purdy (2014), foi este ponto que os estrategistas estadunidenses se empenharam em fortalecer, quando passaram a reformular as estratégias da política externa dos EUA ao longo dos anos 1970 e início dos anos 1980, haja vista as experiências desastrosas anteriores, principalmente na guerra no Vietnã (Purdy, 2014, p. 240), que foi sua pior derrota na história (Anderson, 2015).

Esses estrategistas desenvolveram uma crítica sobre os motivos do declínio da influência dos EUA na época. A política externa dos Estados Unidos havia se descuidado no campo político-psicológico nas operações (Robinson, 1998), assim como defende Poggio (2010), ao mencionar a crítica dos neoconservadores quanto à falta de firmeza no combate ao comunismo. Robinson ainda explica que: “a partir do início da década de 1980, os Estados Unidos começaram a reorganizar o aparelho de Estado e os instrumentos de política externa, a fim de aumentar a capacidade de operações políticas” (Robinson, 1998, p. 80) (Tradução nossa).

De acordo com Robinson (1998), o Conselho de Segurança Nacional de Reagan identificou que a Assistência Externa era um componente importante para a política externa do país. Ao formular, então, a nova política externa na década de 1980, os estrategistas incluíram instrumentos efetivos de precisão na promoção do modelo econômico neoliberal no Terceiro Mundo, através de ações psicológico-políticas. As

assistências externas econômicas e de desenvolvimento, e de ajuda humanitária, entre outras, que passaram a ter um foco político na década de 1960, ficaram mais conhecidas como parte da “guerra financeira de baixa intensidade” na década de 1980 (Robinson, 1998, p. 82).

Com sua nova equipe formada, Reagan desenvolveu planos ambiciosos de uma ampla campanha de promoção das ideias e valores democráticos em todo o mundo. E segundo Carothers (2010), em 1982, ele anunciou os planos dos Estados Unidos de um novo programa de assistência na promoção da democracia no exterior em discursos frente ao parlamento britânico (Carothers, 2010; Gwertzman, 1983), o que ficaria conhecido como *The Democracy Program*. A princípio, o Congresso Americano não aprovou este Programa em sua totalidade, mas neste momento nasceu a NED, em 1983 (Carothers, 2010). No entendimento de Carothers, a criação da NED foi o maior passo dado pelo *establishment* em direção a um amplo programa de assistência política dos EUA (Carothers, 2010, p. 183).

A política externa dos Estados Unidos, de acordo com o Projeto Democracia<sup>3</sup>, é formada por três componentes: diplomacia, economia e militar. E nas últimas décadas incluiu dois novos instrumentos: a propaganda e a ajuda a organizações políticas amigáveis no exterior, com o propósito de construir novos atores políticos em outros países, no lugar de simplesmente tentar influenciar os atores já existentes (Gwertzman, 1983; Robinson, 1998).

Entretanto, foi na segunda administração de Reagan, iniciada em 1984, que se chegou a um consenso, e as políticas interna e externa passaram a responder a essa agenda da elite transnacional. Mesmo havendo esse debate, entre uma frente liberal e um governo conservador,

---

<sup>3</sup> Projeto de democracia em todo o mundo. Vários membros da Subcomissão de Organizações Internacionais dos Assuntos Estrangeiros da Câmara manifestaram dúvidas sobre a viabilidade e a propriedade dos Estados Unidos tentando formar jovens líderes e promover o crescimento de instituições democráticas como sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação, empresas e universidades em países onde a democracia não é permitida.

de fundo havia uma confluência liberal e conservadora muito ampla em torno da necessidade de se pensar e implementar novos métodos de intervenção política. Com isso, a promoção da “poliarquia” ganhou terreno na formulação da política externa (Robinson, 1998).

### *The Democracy Program*

Segundo David Lowe, vice-presidente de Relações Governamentais e relações-públicas da NED, o Partido da República Federal da Alemanha possuía fundações com a função de prestar assistência à democracia. Este modelo foi criado após a Segunda Guerra Mundial para auxiliar a reconstrução das instituições democráticas da Alemanha. Na década de 1960, essas fundações passaram a dar assistência a outros países com ideologia homóloga. Semelhantemente ao que se conhece da estrutura da NED nos Estados Unidos, cada fundação estava alinhada com um dos quatro partidos políticos alemães e recebia financiamento do Tesouro da Alemanha Ocidental (Lowe, 2008).

Influenciado pela experiência alemã, o norte-americano George Agree, um consultor político do governo, propôs a constituição de uma fundação com a função de promover a comunicação e o entendimento entre os dois principais partidos políticos americanos e outros partidos ao redor do mundo, no final de 1977, ainda sob a administração do presidente Jimmy Carter. Assim, nasceu a American Political Foundation (APF) (Lowe, 2008; Pee, 2013, p. 46).

A criação da APF envolveu um conjunto de atores, um grupo de funcionários do governo, acadêmicos e líderes sindicais, empresariais e políticos ligados ao estabelecimento de política externa; e foi financiada pela Agência de Informação dos Estados Unidos (USIA), pelo Departamento de Estado e por várias fundações privadas, segundo Lowe (2008). A sua constituição reuniu representantes dos mesmos setores que depois viriam a compor a NED: todos os setores dominantes da sociedade dos EUA, representantes de sindicatos e de empresas (Robinson, 1998).

Além desses setores, havia personalidades políticas importantes neste processo. Robinson detalha os envolvidos no desenvolvimento da ideia de uma nova forma de intervenção:

[...] reuniu muitas das principais figuras que desenvolveram as ideias da nova intervenção política, muitas delas associadas à fração transnacionalizada da elite norte-americana. Entre os que estavam no conselho da APF, Lane Kirkland, da Federação Americana do Trabalho-Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO); o ex-presidente do Comitê Nacional Republicano, William Brock; o ex-presidente do Comitê Nacional Democrata, Charles Manatt; vice-presidente internacional da Câmara do Comércio Americana, Michael Samuels, bem como Frank Fahrenkopf, o deputado Dante Fascell, Zbigniew Brzezinski, John Richardson e Henry Kissinger. A APF foi presidida por Allen Weinstein, que mais tarde se tornou o primeiro presidente da NED (Robinson, 1998, p. 89).

Como argumenta Robinson (1998), o primeiro grupo de membros era formado por uma segunda geração da segurança nacional pós-Segunda Guerra Mundial e políticos da política externa, como Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski e Richard Allen, todos ex-assessores de segurança nacional. O segundo grupo era o dos setores que formariam depois o *core* da NED, segundo informa Robinson (1998). Esses atores eram os representantes das quatro principais forças que constituíram a coalizão da política externa pós-Segunda Guerra Mundial: os partidos democrático e republicano, o trabalho (sindicatos) e os negócios (empresas e associações empresariais). O terceiro grupo era o operativo da comunidade de inteligência e segurança nacional dos EUA. Esses agentes de inteligência e segurança incluíam pessoas associadas à CIA e dezenas de organizações ou fundações da frente com as quais o governo trabalhava, bem como funcionários/agentes da USIA (Robinson, 1998).

A APF desenvolveu um estudo que ficou conhecido como *The Democracy Program* como mencionado anteriormente. Este estudo recomendou a criação de uma corporação bipartidária, sem fins lucrativos, não governamental, mas funcionando sob supervisão do Congresso Na-



cional dos Estados Unidos (The Democracy Program, 1982). Em 1981, a Casa Branca aprovou o Projeto Democracia. O conselho executivo deste programa era composto por uma seleção de atores que participavam da política americana e na elaboração de políticas externas (Lowe, 2008). Inicialmente, o Programa Democracia foi vinculado ao National Security Council (NSC) e ficou a cargo de Walter Raymond Jr., um especialista em comunicação e difusão da CIA (Robinson, 1998). Esta corporação bipartidária se referia à NED.

## Democracia para a América Latina

A América Latina e Caribe é uma região importante geopoliticamente para os Estados Unidos, e este país sempre esteve presente no continente americano exercendo sua influência.

Com a vitória da Revolução Cubana, em 1959, acendeu-se um alerta de que o Continente não se apresentava tão sob controle norte-americano como se imaginava. Logo que assumiu, Fidel Castro nacionalizou a economia e aproximou-se da União Soviética firmando acordos. Isso culminou no rompimento de relações diplomáticas e num embargo econômico dos Estados Unidos à ilha (Anderson, 2015, p. 82; Purdy, 2014, p. 239).

Os Estados Unidos treinaram clandestinamente refugiados cubanos contra Castro, e armaram uma invasão a Cuba em 1961, que resultou em uma ação fracassada, de acordo com Purdy (2014). Provocar um levante contra Castro desde seus cidadãos não foi suficientemente forte para um engajamento em massa, haja vista as políticas sociais e econômicas do regime comunista, populares na época (Purdy, 2014, p. 82). A situação somente se estabilizou depois do acordo dos Estados Unidos com a União Soviética, de retirada dos mísseis soviéticos em troca de não realizar ações militares contra Cuba (Anderson, 2015; Purdy, 2014).

A partir da Revolução Cubana, o Continente se mostrou um campo propício para o surgimento de iniciativas de esquerda, pró-comunistas, e muitos movimentos simpatizantes passaram a disseminar a ideologia. Enquanto isso, Estados Unidos, que já avançava com a Aliança para o Progresso<sup>4</sup>, com o objetivo de frear a propagação dos ideais socialistas na América Latina, “promovia campanhas armadas de contrainsurgência em um país após o outro – Venezuela, Peru, Bolívia, Guatemala – para erradicá-los” (Anderson, 2015, p. 82).

O golpe militar no Brasil veio logo em seguida, em 1964, com o apoio dos EUA. E, um ano após, os fuzileiros navais dos EUA invadiram a República Dominicana com o apoio dos militares brasileiros, em retribuição ao favor prestado em 1964, de acordo com Anderson (2015). As ditaduras assolaram o continente – Uruguai, Argentina e Chile – com o apoio dos EUA, de forma a aniquilar qualquer forma alternativa, desde guerrilhas urbanas até movimentos trabalhistas populistas, partidos socialistas ou comunistas (Anderson, 2015). Assim, Anderson esclarece que:

A América do Sul estava de tal modo livre de ameaças ao capital, no final dos anos 1970, que os regimes militares que haviam executado a limpeza do terreno puderam se retirar de cena com a tarefa histórica cumprida, deixando governos democráticos em seus lugares, todos a salvo de qualquer tentação de uma mudança radical (Anderson, 2015, p. 93).

Na Figura 1, o mapa da América Central ilustra a região geopolítica de grande importância e protagonista de movimentos antiestadunidenses.

---

<sup>4</sup> A Aliança para o Progresso foi um programa que tinha o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico e social e que, ao mesmo tempo, buscava frear o avanço do socialismo na América Latina. A Aliança para o Progresso era um resgate do wilsonismo para promover a democracia na região. Este modelo de atuação foi aplicado no Programa Democracia de Reagan, só que diferentemente da Aliança, que propunha coalizações entre os Estados e também com organizações internacionais (Smith, 2012).

Figura 1 – Mapa da América Central



Fonte: Google Maps.

Mesmo a “paz” reinando na região mais ao sul do continente, em 1979, na América Central, Anastasio Somoza foi derrotado por rebeldes sandinistas na Nicarágua. Por uma década, os Estados Unidos empreenderam forças e estratégias para conter a revolução sandinista. Assim:

A partir de 1982, os EUA reuniram um exército de contrarrevolucionários, bem financiado e equipado, em Honduras e na Costa Rica, para destruir o regime sandinista. Invasões e ataques pelas fronteiras se multiplicaram, com sabotagem generalizada das comunicações, destruição de colheitas e instalações econômicas e o assassinato de civis, em uma campanha diretamente planejada e controlada pelos norte-americanos. Incapazes de controlar grandes faixas do território, os Contras colocaram o país em

estado de sítio. Privações e fadiga enfraqueceram gradualmente o apoio popular ao governo sandinista, até que no fim da década ele concordou com eleições, desde que os Contras fossem dispensados, e foi derrotado pelo candidato do Departamento de Estado dos Estados Unidos [...] (Anderson, 2015, p. 94).

A promoção da democracia pode ser identificada como parte da política externa dos Estados Unidos desde o governo de Thomas Woodrow Wilson (1913-1921), que buscou “tornar o mundo seguro para a democracia” promovendo um internacionalismo democrático liberal americano, como descreve Smith (2012). Porém, é no governo de Ronald Wilson Reagan (1981-1989) que se constituíram estratégias de implementação da democracia calçadas nos princípios liberais estadunidenses e executadas com uma estrutura pensada para uma intervenção concedida com base em instituições governamentais e privadas (Carothers, 2010; Ralph, 2010).

O wilsonismo significou uma virada na concepção de democracia e o primeiro impulso em direção à promoção de um “*American Liberal Democratic internationalism*” espelhado no “*american way of life*”, de acordo com Smith (2012). A América Latina não ficaria de fora do radar do presidente Wilson ao pensar em manter o mundo a salvo para a democracia (Smith, 2012). Segundo Smith:

[...] o fundamento do ordenamento de Wilson era a nação-estado democrática; esta superestrutura era uma ordem internacional de interdependência econômica, militar e moral. O nacionalismo aliado à democracia; as democracias aliadas à paz, prosperidade e respeito mútuo incorporadas em leis e instituições internacionais: tal era a visão essencial de Wilson, uma forma de liberalismo que ele sentia ser necessário e adequado e essencial para garantir a segurança nacional americana (Smith, 2012, p. 87).

Com o governo Reagan, a política de promoção de um modelo de democracia começou a se tornar o foco da política externa dos Estados Unidos e consolidou-se como um dos pilares para suas relações com

o continente latino-americano, marcando assim a maioria das administrações de governo dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria. Tony Smith (2012) explica que a política externa voltada para a América Latina era norteadada pela iminência de levantes comunistas, de acordo com a Casa Branca. O propósito era moldado em torno de manter inviolada a zona de influência dos EUA na América Latina (Smith, 2012).

Dessa forma, a política externa dos Estados Unidos de promoção da democracia na América Latina se divide em dois momentos históricos (Robinson, 2010). Na primeira fase, a “promoção da democracia” e outras formas de intervenção dos Estados Unidos serviram para apoiar a implementação de regimes autoritários e conter as lutas por uma democratização popular e contra estes regimes; e alcançar “resultados poliárquicos” para as transições. O envolvimento dos EUA na implementação dos regimes autoritários na América Latina, como lembra Robinson (2010), teve como objetivo barrar os processos de democratização popular ou “socialista”, além de proteger os interesses econômicos dos Estados Unidos (Anderson, 2015; Purdy, 2014; Robinson, 2010, 1998).

O desafio, como explica Robinson, era preparar o campo para receber as democracias poliárquicas, após remover as ditaduras (Robinson, 2010). Portanto, a intervenção americana precisava ser sincronizada com diversas frentes de ação, que compreendiam os “programas de assistência políticos com operações secretas militares, ações econômicas de ajuda ou sanções, diplomacia formal, programas de governo para governo, e assim por diante” (Robinson, 2010, p. 314).

Na segunda fase, a política externa dos Estados Unidos buscou consolidar as democracias poliárquicas<sup>5</sup> por meio de uma vasta “assistência democrática” e programas governo-a-governo implementados pelo canal diplomático e programas multilaterais (Robinson, 2010). Para consolidar este modelo de democracia, segundo Robinson, estes programas visavam

---

<sup>5</sup> Os modelos de democracia e a concepção de Poliarquia serão vistos no próximo capítulo.

[...] treinar as novas elites nos procedimentos de poliarquia, inserir uma cultura política poliárquica e reforçar um ambiente institucional poliárquico como um complemento para a reestruturação econômica sob a superintendência ou as agências financeiras internacionais” (Robinson, 2010, p. 314).

É nesta segunda fase que entraram em cena aparelhamentos como a NED e um novo conjunto de diretrizes que norteariam a atuação da USAID. Em particular, os governos de Bush e Obama eram contemporâneos ao governo de Rafael Correa. Por isso, será dada ênfase aos períodos dessas administrações.

### *George Bush e a Guerra ao Terror*

Um estudo interessante de Fleck e Kilby, de 2010, apresentou as variações de orçamento da assistência externa dos Estados Unidos, ao longo do tempo. O orçamento variou de acordo com o envolvimento do país em conflitos estrangeiros e, conforme se constatou, há um forte vínculo entre essa ajuda externa e as guerras. Nesta pesquisa, realizada sobre a ajuda externa dos Estados Unidos a países mais pobres, Fleck e Kilby (2010) analisaram a tendência da ajuda estadunidense em três períodos de tempo diferentes: o período da Guerra Fria, o período entre guerras e o período chamado de Guerra ao Terror, conforme o Gráfico 1, na página seguinte.

Historicamente, a ajuda externa teve seu destino intensificado aos países que poderiam estar sofrendo influência da União Soviética no período da Guerra Fria, segundo Fleck e Kilby (2010). A América Latina foi um destes importantes destinos. E, após o atentado de 11 de setembro de 2001, o destino foi reorientado para o Oriente Médio. A administração de George W. Bush reformulou e reorientou muitos aspectos da política externa dos EUA ao implementar a Guerra contra o Terror. A política de assistência externa, como ferramenta geopolítica, foi direcionada para as áreas de maior conflito político e militar, e não tanto pela necessidade de regiões e países mais pobres:

Os estudiosos procuram explicar o que faz com que os países doadores forneçam mais ou menos ajuda externa, concentrando-se nos interesses dos doadores e nas necessidades dos beneficiários. Os estudiosos que consideram os interesses dos doadores como um determinante da ajuda externa argumentam que a ajuda externa é uma ferramenta que os países usam para expandir sua influência sobre os outros (McKinley e Little, 1979, Palmer, Wohlander e Morgan 2002). Schraeder, Hook e Taylor (1998) argumentam que, em geral, a necessidade dos receptores não é um fator importante que determina a quantidade de ajuda externa dada por esses países, com uma análise empírica comparativa de americanos, japoneses, franceses e as políticas suecas de ajuda externa aos países africanos. Por exemplo, a França tem laços coloniais com países africanos, e os Estados Unidos tentam manter uma hegemonia estratégica (Kim, 2014, p. 2, tradução nossa).

Gráfico 1 – Assistência externa dos EUA e as guerras



Fonte: Fleck e Kilby (2010).

Historicamente, a ajuda externa teve seu destino intensificado aos países que poderiam estar sofrendo influência da União Soviética no período da Guerra Fria, segundo Fleck e Kilby (2010). A América La-

tina foi um destes importantes destinos. E, após o atentado de 11 de setembro de 2001, o destino foi reorientado para o Oriente Médio. A administração de George W. Bush reformulou e reorientou muitos aspectos da política externa dos EUA ao implementar a Guerra contra o Terror. A política de assistência externa, como ferramenta geopolítica, foi direcionada para as áreas de maior conflito político e militar, e não tanto pela necessidade de regiões e países mais pobres:

Os estudiosos procuram explicar o que faz com que os países doadores forneçam mais ou menos ajuda externa, concentrando-se nos interesses dos doadores e nas necessidades dos beneficiários. Os estudiosos que consideram os interesses dos doadores como um determinante da ajuda externa argumentam que a ajuda externa é uma ferramenta que os países usam para expandir sua influência sobre os outros (McKinley e Little, 1979, Palmer, Wohlander e Morgan 2002). Schraeder, Hook e Taylor (1998) argumentam que, em geral, a necessidade dos receptores não é um fator importante que determina a quantidade de ajuda externa dada por esses países, com uma análise empírica comparativa de americanos, japoneses, franceses e as políticas suecas de ajuda externa aos países africanos. Por exemplo, a França tem laços coloniais com países africanos, e os Estados Unidos tentam manter uma hegemonia estratégica (Kim, 2014, p. 2, tradução nossa).

Verifica-se que a ajuda ao desenvolvimento, e outras políticas com esse mesmo propósito, é um instrumento de geopolítica dos Estados Unidos. Os autores mostraram que a Guerra contra o Terror desempenhou um papel significativo na formação das políticas de ajuda externa dos EUA, que forneceram mais ajuda externa a países estrategicamente importantes como Afeganistão, Iraque e Paquistão (Kim, 2014). Bush deu pouca atenção à América Latina durante sua administração (Cohn, 2001). No entanto, a Colômbia se manteve como alvo de ação e com maior importância devido ao evento do ataque de 11 de setembro; e as atenções se voltaram para a América Latina principalmente através do prisma do terrorismo internacional e do combate ao narcotráfico, como será visto mais adiante.



Carothers identifica “deslizes na política democrática dos EUA resultantes da guerra ao terror” [durante o governo Bush], com “decrecente interesse na democracia em alguns países” (Carothers, 2004, p. 68), como é o caso dos países latino-americanos, “e repentina elevação de interesse em uma região, o Oriente Médio” (Carothers, 2004, p. 72). Por meios menos visíveis, no entanto, o governo Bush manteve práticas de incentivo ao fortalecimento democrático em regiões não afetadas pela “guerra ao terror”.

E é sobre estas “práticas de incentivo ao fortalecimento democrático” que Bush reproduziu a política e as estratégias implementadas desde o governo Reagan, através da estrutura criada a partir da NED, para a promoção da democracia de livre mercado. Pelas pesquisas de Jonas Wolff (2006), a América Latina teria saído do radar dos EUA, mas os relatórios já levantados sobre as ações desenvolvidas pela NED, por exemplo, indicam que a forma de atuação dos Estados Unidos, através de sua política externa, mudou a estratégia e o país não deixou de atuar na região. Mesmo afirmando isso, Wolff (2006) aponta que algumas questões teriam sido motivos que justificaram a manutenção de um braço das organizações e agências da Casa Branca estrategicamente junto aos atores políticos no continente, como por exemplo, o movimento da “virada à esquerda” política, o surgimento de novos líderes de esquerda populista que se configuraram com atitudes antiestadunidenses e a rejeição generalizada do Consenso de Washington (Barreiro-Santana, 2002; Carothers, 2007).

### *Obama e sua política de boa vizinhança*

Enquanto Bush utilizou a promoção da democracia em sua luta contra o terrorismo, Barak Obama a assumiu com outra postura. Diferentemente de Bush, a administração de Obama assumiu uma postura com uma “doutrina da paciência e persistência estratégica” como declarado no NSS de 2015 (Obama, 2015). A partir desta doutrina, a ênfase passou a ser em parceria e sustentabilidade nos esforços para

construir um cenário propício para a liberdade, a paz e a prosperidade. De acordo com o então presidente Obama, este trabalho foi pensado levando-se em conta as instituições preexistentes, como a USAID, a NED e outras instituições que já possuíam esta função na política externa de promoção da democracia. Teve uma atuação cirúrgica, adotando políticas específicas para cada evento. De qualquer forma, Obama buscou romper com o velho pensamento político de Guerra ao Terror, generalizada (Alessandri; Hassan; Reinert, 2015).

Como Obama prosseguiu no combate ao terrorismo, o MENA (Médio Oriente e África do Norte) continuou sendo o foco da política externa, no entanto, o modo como ele atuou na região mostrou suas particularidades frente ao seu antecessor.

A estratégia também se baseou em instrumentos políticos específicos que foram institucionalizados ao longo da década de 2000, nomeadamente a *Middle East Partnership Initiative* (MEPI), a *Broader Middle East and North Africa Agreement* (BMENA), e a *Middle East Free Trade Agreement* (MEFTA). A administração de Obama permitiu silenciosamente que essas instituições se desenvolvessem, evoluíssem e amadurecessem, permitindo que elas se estendessem sempre que possível, mas temperando quando julgados necessários. O MEPI fornece exemplos mais recentes e talvez particularmente emblemáticos. A lógica intelectual original estabelecida pelo governo Bush encontrou as realidades do pragmatismo estratégico do presidente Obama (Alessandri; Hassan; Reinert, 2015, p. 02) (Tradução nossa).

Uma das diferenças da administração Obama era o posicionamento da democracia dentro de uma política maior de desenvolvimento. Isso ficou claro, segundo Carother (2012, p. 03), no lançamento da primeira Diretriz de Política Presidencial sobre Desenvolvimento Global e reformas institucionais na USAID, em 2009.

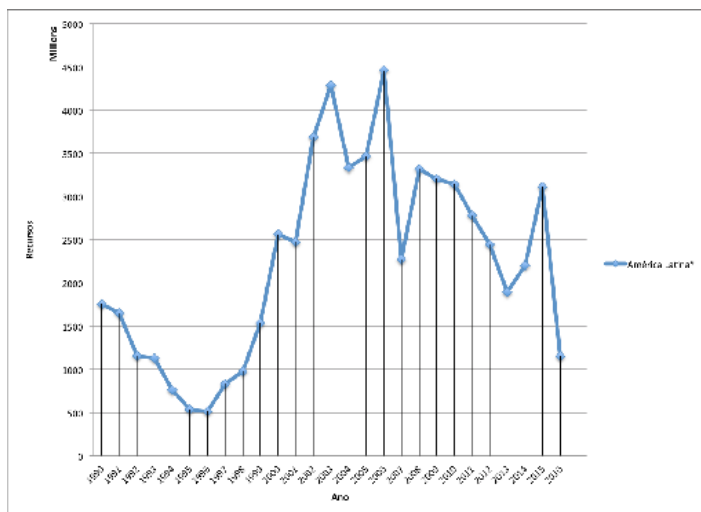
Na Cúpula das Américas em 2009, o presidente Obama propôs “lançar um novo capítulo de engajamento” de forma a deixar claras as intenções dos EUA com relação à América Latina, reforçando o teor

de parceria igualitária: “Não há parceiros sênior e sócio júnior em nossas relações; simplesmente é um compromisso baseado no respeito mútuo e interesses comuns e valores compartilhados” (Obama, 2009, p. 01) (Tradução nossa). Este discurso mostra que a estratégia mudou: para facilitar a penetração no país, a cooperação internacional era um meio; e isso somente seria possível se houvesse relações pacíficas. Estava-se frente a uma política externa mais branda em que não se falava mais em adversários, mas em países dispostos à cooperação multilateral e levando em conta a opinião internacional, de acordo com Wolff (2011, p. 9).

Mesmo o foco sendo o MENA, a assistência externa para América Latina coincide com os acontecimentos do 11 de setembro que envolveram a política externa dos EUA no governo de Bush. A Guerra ao Terror alcançou o Continente Latino-Americano por conta do narcotráfico, por exemplo, e pode-se ver a sensível mudança no gráfico de recursos destinados para a América Latina após o atentado de 2001. A administração de Obama continuou não tendo como foco principal a América Latina na política externa, mas o continente não ficou descoberto da assistência externa dos EUA. No entanto, teve-se um período de implementação de políticas neoliberais no continente americano na década de 1990 e a confiança de que os rumos econômicos seguiam um caminho que favorecia os EUA. Pode-se identificar no Gráfico 2, na página seguinte, que a assistência externa foi muito baixa em relação a outros períodos.

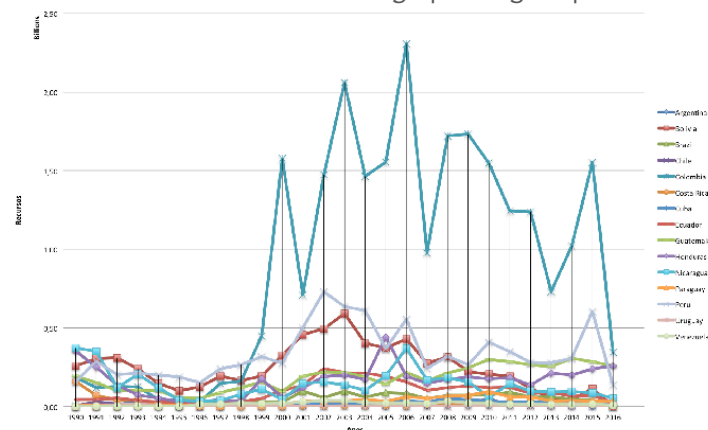
A seguir detalha-se no Gráfico 3 o destino dos recursos por países, elencando-se aqueles considerados os principais frente à análise bibliográfica e histórica da política externa assistencial dos EUA. Pode-se constatar que a Colômbia foi um alvo importante de recursos da ajuda externa dos EUA e que houve uma mudança sensível com os acontecimentos do 11 de setembro, a inauguração da Guerra ao Terror no governo de Bush e a sua continuidade na administração de Obama.

Gráfico 2 – Recursos de *Aid foreign* para América Latina



Fonte: A autora (2018), com base em dados da U.S. Agency for International Development (USAID), 2017.

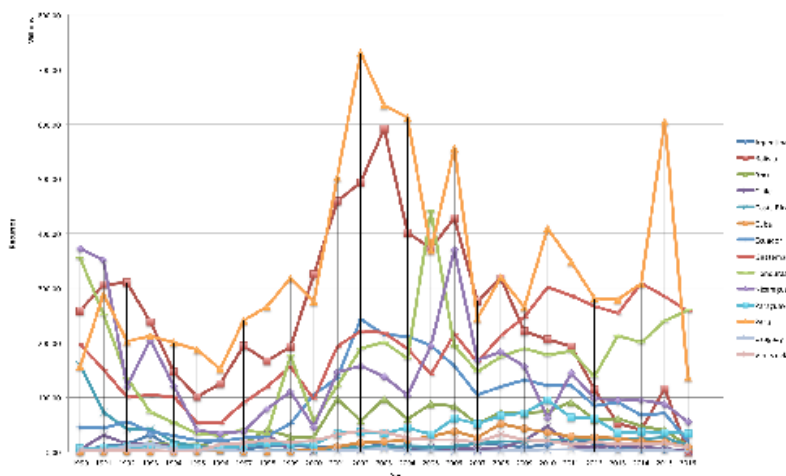
Gráfico 3 – Recursos de *Aid foreign* para alguns países da AL



Fonte: A autora (2018), com base em dados da U.S. Agency For International Development (USAID), 2017.

Para visualizar melhor os demais países, apresenta-se o Gráfico 4 sem a Colômbia. Pode-se constatar que o Peru e a Bolívia são os países que receberam mais recursos de assistência externa nos anos 2000; e, em seguida, destacam-se Honduras, Guatemala e Nicarágua.

Gráfico 4 – Recursos de *Aid foreign* para alguns países da AL, sem a Colômbia



Fonte: A autora (2018), com base em dados da U.S. Agency For International Development (USAID), 2017.

Na seção a seguir, será visto como a assistência externa desses dois governos (Bush e Obama) se comportou no Equador.

### ***A assistência externa política e para o desenvolvimento no Equador***

O período considerado nesta pesquisa vai de 2006 a 2016. Rafael Correa assumiu a presidência do Equador no início de 2007 e seu último mandato terminou em fevereiro de 2017. Enquanto isso, no mesmo período nos Estados Unidos teve-se as administrações de George W. Bush (2001-2009) e de Barack Obama (2009-2017).

De acordo com dados da USAID (2017), o Equador recebeu uma quantia maior de recursos de assistência externa dos EUA no ano de 2002, um ano após o atentado de 11 de setembro, como se pode observar no Gráfico 5, na próxima página. O motivo seria fazer fronteira com a Colômbia.

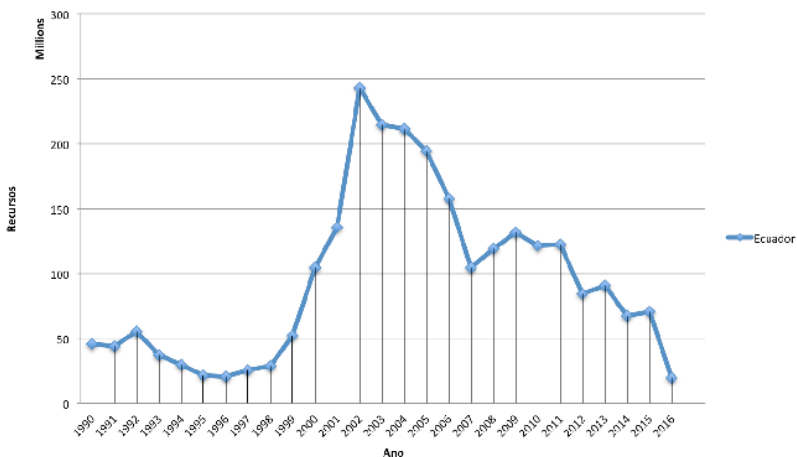
Com a mudança ocorrida no cenário político no Equador em face das eleições de 2006 e da ascensão de um governo de esquerda progressista ao poder, a NED entrou em cena e aumentou sua participação no país (Gráfico 6).

Chama a atenção uma baixa muito acentuada em 2007, isto é, não houve destinação de recursos de assistência externa ao Equador neste ano. No entanto, os recursos vieram de outra fonte, pois o país, neste ano de início de governo de Correia, se caracterizava como um cenário particular e propício à instabilidade política. Segundo o *Congressional Budget Justification* (CBJ) de 2008, os recursos saíram do Fundo de Apoio Econômico (FSE), uma vez que o país se encontrava, segundo critérios estadunidenses, em situação especial e necessitando criar um ambiente estável, haja vista seu histórico de uma década de instabilidade política. Isto significa que a assistência chegou ao Equador, porém não pelos mesmos canais:

O Presidente solicita US\$ 3,32 bilhões para o Fundo de Apoio Econômico (FSE). Parte II, capítulo 4, seção 531 da Lei de Assistência Externa (FAA) reconhece que, sob condições especiais de economia, política ou segurança, os interesses nacionais dos EUA podem exigir apoio econômico para países em valores que não poderiam ser justificados no âmbito da Ajuda ao Desenvolvimento (DA). A FAA autoriza o Presidente a “fornecer assistência aos países e organizações, nos termos e condições que ele possa determinar, para promover a estabilidade econômica ou política”. Os países em desenvolvimento exigem recursos do FSE para criar o ambiente estável necessário ao país para atender às necessidades de suas pessoas e contribuir de forma produtiva para a comunidade internacional. O FSE se concentra no apoio econômico sob condições econômicas, políticas

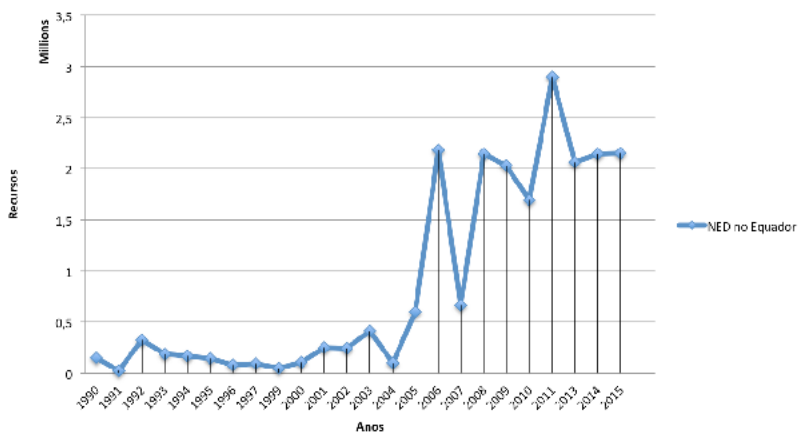
ou de segurança especiais. O FSE, portanto, foi priorizado para apoiar atividades para países nas categorias Rebuilding, Developing e Restrictive, mesmo quando algumas delas são atividades de desenvolvimento. Os fundos do FSE estão altamente concentrados nessas categorias, em 89%. Entre outras prioridades, os programas financiados com recursos do FSE fornecem assistência aos aliados na guerra mundial contra o terrorismo, ajudam os países a fornecer educação básica e serviços de saúde às suas populações, ajudam os países na sua transição para a democracia, apoiam o processo de paz no Médio Oriente e financiam os programas de estabilização da economia (U.S. Department of State, 2008, p. 48, tradução nossa).

Gráfico 5 – Recursos de Aid foreign para Equador



Fonte: A autora (2018), com base em dados da U.S. Agency For International Development (USAID), 2017.

Gráfico 6 – NED no Equador



Fonte: A autora (2018), com base em dados da U.S. Agency For International Development (USAID), 2017.

Wolff (2011) faz uma análise orçamentária da assistência externa, principalmente de promoção da democracia, nas administrações de Bush e Obama, para o Equador e Bolívia. Para o autor, o fato de o Equador seguir recebendo recursos de ajuda externa indica que não havia ruídos nas relações entre os dois países/governos (Wolff, 2011). No entanto, como será visto nesta pesquisa, esse investimento foi canalizado a organizações que se mostraram opositoras a Correa.

Portanto, existe uma lacuna na análise de Wolff, ao não levar em consideração alguns aspectos dos acontecimentos, e é preciso analisar o porquê de os recursos terem sido destinados a um conjunto de organizações. O autor deduz que a quantidade de recursos de assistência externa destinados a um país é sinal de que este teria boas relações com os EUA. No entanto, a presença de assistência externa pode significar a necessidade de observação e controle, na intenção de estar mais “presente” no país em momentos específicos de risco para a ordem mundial. No caso da NED no Equador, os indícios mostram que houve a preocupação com a ascen-



são de um governo de esquerda progressista, com fortes vínculos entre o presidente do Equador e o da Venezuela, Hugo Chaves (Pérez, 2013; US Embassy Quito, 2006a, 2006b; VOLD, 2016), e os valores destinados diretamente pela NED aumentaram, como pode ser visto no Gráfico 6.

Também se observa essa lacuna em relação aos embates entre o presidente Correa e o governo dos EUA, em que o governo equatoriano acusou a USAID de não atuar na área em que se propôs, ao assinar a cooperação internacional, e por isso a instituição foi convidada a se retirar do país em 2013 (El Universo, 2013). A própria USAID, através de declarações de Mark Feierstein, seu administrador adjunto para a América Latina e Caribe, confirmou que apoiava financeiramente grupos de oposição no Continente, mencionando o Equador como um dos destinos de ajuda econômica (*El Telégrafo*, 2012d).

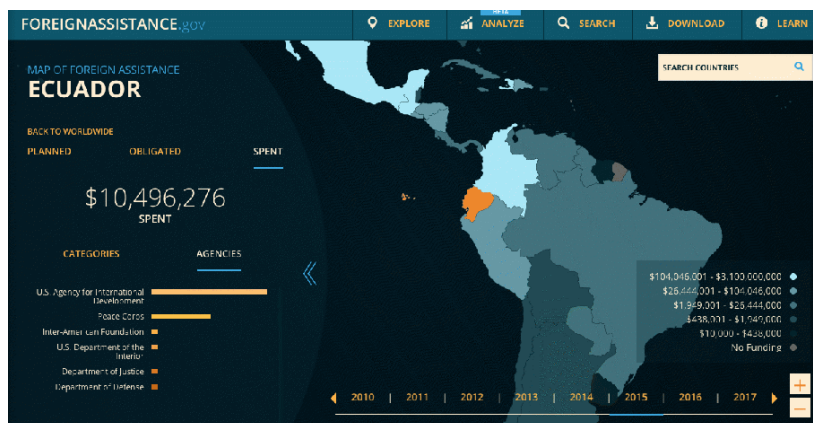
Com isso, os EUA emitiram um comunicado:

Em resposta às restrições impostas pelo governo equatoriano, a USAID encerrou sua missão em 30 de setembro de 2014. Além disso, a assistência da Fundação Internacional de Educação e Treinamento Militar (IMET) e Financiamento Militar Externo (FMF) parou e os fundos remanescentes foram reafectados quando o governo equatoriano terminou a bilateral cooperação militar e pediu à embaixada dos EUA que finalize as operações de cooperação militar até 30 de abril de 2014. Os Estados Unidos continuarão a promover o desenvolvimento de instituições e processos sustentáveis no Equador para a democracia, os direitos humanos e o estado de direito. A assistência dos EUA apoiará a sociedade civil e a liberdade de expressão no Equador (U.S. Government, 2017, tradução nossa).

No entanto, no próprio portal da Assistência Externa dos EUA, pode-se acompanhar os recursos planejados e efetivamente destinados ao Equador nos anos seguintes, pela própria USAID. Na Figura 2 estão discriminados os recursos destinados ao Equador pela USAID, Peace Corps, Inter-American Foundation, Departamento de Interior, de Justiça e de Defesa, em 2015.

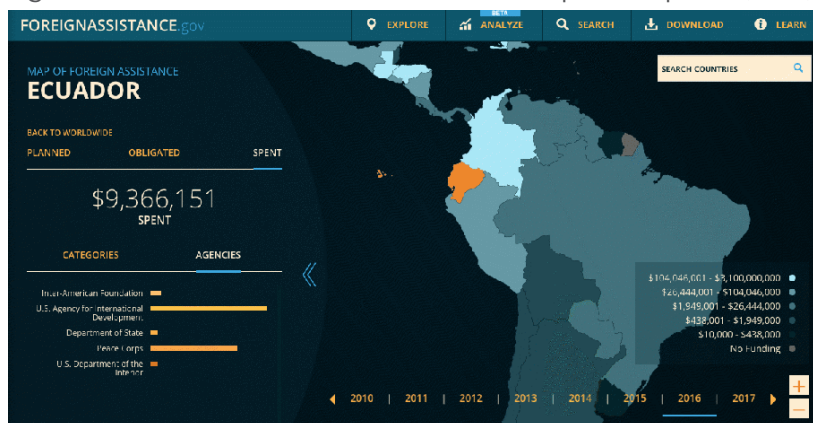
Já na Figura 3 está representada a assistência externa destinada ao Equador em 2016, e, na Figura 4, a discriminação desses valores usados pela USAID em Paz e Segurança, Democracia: direitos humanos e governança, Meio Ambiente, Ajuda Humanitária e Programa de Gerenciamento.

Figura 2 – Dados da Assistência Externa dos EUA para o Equador (2015)



Fonte: (U.S. Government, 2017).

Figura 3 – Dados da assistência externa dos EUA para o Equador (2016)



Fonte: (U.S. Government, 2017).

Figura 4 – Dados da assistência externa da USAID para o Equador (2016)



Fonte: (U.S. Government, 2017).

Estas são algumas inconsistências encontradas que reforçam os indicativos de que a assistência externa serve como um instrumento estratégico de política externa, longe de ser somente uma boa ação de governos de países centrais como os EUA.

A política externa dos EUA recebe a influência dos grupos econômicos transnacionais com sede naquele país através de diversas associações. Na próxima seção, serão abordadas duas delas, em especial: o Council on Foreign Relations (CFR) e a Trilateral Commission. Além destas, considera-se necessário mencionar que as grandes ONGs transnacionais sediadas nos EUA também exercem seu poder de influência.

## Policy-makers: elites transnacionais na influência da política externa

Ao estudar a NED e como essa fundação se constitui ao longo desse processo, depara-se com o fato de que essa agência atua como um instrumento importante na promoção da democracia ao redor do

mundo, uma política externa demandada pelas elites orgânicas nacionais e pela necessidade de abertura de mercados em economias que sejam nacionalistas e fechadas para o capital internacional. As estreitas relações da NED com essas elites podem ser identificadas no corpo diretivo da agência, que é composto por representantes de grandes empresas e do Council on Foreign Relations (CFR).

O Committee for Economic Development (CED) e o Council for Latin America (CLA), que passou a ser Council of the Americas (COA) e Americas Society, em 1981, reúnem as corporações que atuam na América Latina. O CLA foi por um período um interlocutor do governo estadunidense em todos os assuntos referentes à América Latina, de acordo com Dreifuss (1986). Os contatos e canais com a Casa Branca, o Departamento de Estado, a CIA e o Pentágono passavam por esta instância, em reuniões com os seus membros. Portanto, o CLA recebeu o *status* de principal voz do empresariado local em questões relativas à América Latina; e assim defendia David Rockefeller, também presidente do CFR a partir de 1970, para quem o seu propósito era dar assistência à comunidade empresarial. A Trilateral Commission, organização que reúne empresários de países das três regiões mais desenvolvidas no mundo, EUA, Europa e Ásia, é um dos espaços importantes de discussão e influência na política externa dos EUA (Dreifuss, 1986).

Alguns atores importantes transitam, além da NED, em outras instâncias e organizações que envolvem as elites transnacionais, como por exemplo no Council on Foreign Relations (CFR) e na Trilateral Commission. O CFR é uma *think tank* fundada em 1921 e a Trilateral Commission foi criada em 1973. É o caso de intelectuais que contribuem para a formação da influência ou até mesmo no próprio desenho da política externa. Alguns desses personagens são importantes nesse contexto, por participarem de uma rede de intelectuais que pensam e constroem todo o aparato transnacional de influência na política externa dos EUA (Gill, 1990). Entre eles estiveram Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski,

Joseph Nye, Francis Fukuyama e Robert Dahl. Nota-se que alguns destes mesmos nomes estão presentes no Democracy Program.

Francis Fukuyama, que figura entre os diretores desde o primeiro ano da NED, é um importante autor de livros sobre Relações Internacionais da ala do conservadorismo e ideólogo do governo Reagan. Robert Dahl foi membro do International Forum for Democratic Studies Research Council da NED (NED, 2005), propôs a poliarquia e foi a fonte teórica para a política de promoção da democracia na política externa dos Estados Unidos. Joseph Nye é presidente da região norte-americana na Trilateral Commission e um dos membros da CFR, ao lado de Samuel Huntington e Zbigniew Brzezinski, por exemplo. Zbigniew Brzezinski teve importante participação na NED e na Trilateral Commission (Hoeveler, 2015).

Assim como foi importante para a Comissão Trilateral, força transnacional das grandes corporações estadunidense, Brzezinski foi também importante na configuração da política externa. Ele ocupou o cargo de Conselheiro de Segurança Nacional no governo de Jimmy Carter (1977-1981) (Anderson, 2015; Hoeveler, 1917, 2015). Contribuiu com uma influente obra teórica na formulação de política de Estado e política externa dos Estados Unidos, participando, por exemplo, da constituição da Comissão Trilateral; e, para esta pesquisa, Brzezinski (ou Zbig) é um personagem importante, pois esteve no Conselho Administrativo da NED entre os anos 1988 e 1997. Em decorrência de sua morte, em maio de 2017, o presidente da NED, Carl Gershman, destacou sua importância para a fundação:

Zbigniew Brzezinski era um magnífico membro do Conselho NED. Ele trouxe um profundo compromisso com a missão da NED, bem como uma perspectiva estratégica coerente, informada pelo seu otimismo histórico sobre o futuro da democracia. Ele foi muito apreciado pela equipe do NED por sua visão e seu apoio, e por sempre levantar as perguntas certas. Quando NED homenageou Zbig em 1997 por seus nove anos de serviço no Conselho, ele lembrou de forma memorável que “não há nada mais satisfatório na vida do

que ser associado a uma causa na qual alguém acredita profundamente..., o que é justo e qual é também um vencedor". Zbig ajudou a tornar a NED uma instituição mais forte, e sempre lembraremos dele pelo profundo contributo que fez para o nosso trabalho e para sua amizade (NED, 2017).

Para Zbig, promover a democracia era uma estratégia de política externa, mais que um fim em si. Apesar de Perry Anderson defender que a democracia não era uma diretriz, para Brzezinski, somente com a proliferação de países democráticos seria possível "endireitar o mundo", assim como pensava Ikenberry e Kagan (Anderson, 2015, p. 196).

De acordo com Hovelevler (2015), Ayerbe (2002) e Robinson (1998), o Conselho de Relações Exteriores e a Comissão Trilateral estavam no centro dessa articulação com grupos transnacionais, promovendo o debate e elaborando estratégias, desenvolvendo coesão e desenhando a nova ordem mundial (Ayerbe, 2002; Robinson, 1998). Trata-se, portanto, de duas instâncias importantes para a formulação da política externa dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial, conforme o Robinson (1998):

O Conselho é amplamente "bipartidário" e suas diretrizes de política geral normalmente representam posições de consenso entre os grupos dominantes nos Estados Unidos. É o grupo de planejamento de políticas de elite mais poderoso e influente e tem sido em grande parte responsável pela direção geral da política externa dos EUA desde a Segunda Guerra Mundial. (Robinson, 1998, p. 75)

Dessa forma, a NED é um elemento muito importante para pensar a "exportação" de democracia e faz parte de uma grande teia de entidades privadas com caráter de ONGs, que atuam internacionalmente. De acordo com Hovelevler (2015), "a força da atuação dessas entidades não reside apenas em suas elaborações, mas em sua capilaridade e capacidade de criar e apoiar financeira, técnica e intelectualmente congêneres por todo o mundo" (Hovelevler, 2015, p. 328). Diferentemente da NED, a Trilateral Commission não atua nas bases, mas sim busca fomentar o diálogo entre as elites. A

autora afirma que, “ela [Trilateral Commission] foi precursora de um debate que estaria no cerne do tipo de atuação que essas outras entidades advogariam: a necessidade da formatação do regime democrático nos moldes restritivos e blindados” (Hoeveler, 2015, p. 328). Além disso:

Diante de um cenário de crise da democracia (1960-70), a única saída possível era o fortalecimento das instituições estatais no sentido de alijar as pressões de determinados grupos em relação ao sistema político; reforçar o poder presidencial; em suma reduzir o escopo democrático ao seu mínimo em nome da ordem. Era esse formato de regime democrático que seria recomendado ao Terceiro Mundo, em especial aos países que ainda viviam sob ditaduras militares: estas deveriam conduzir suas transições pelo alto, de forma a reestabelecer as garantias democráticas gradualmente [...] (Hoeveler, 2015, p. 329).

Robinson (1998) chega a deduzir que a assistência política poderia superar a assistência econômica e de desenvolvimento algum dia. De fato, a ajuda política tornou-se um instrumento eficaz dos Estados Unidos, principalmente nesse contexto de transnacionalização dos processos políticos, em que a elite transnacional pode exercer hegemonia. Para construir hegemonia, faz-se necessário, de acordo com Gramsci, a estruturação de instituições chamadas por ele de “âncoras” (Robinson, 1998).

Por outro lado, essas mesmas grandes empresas ou corporações possuem suas ONGs e fundações. Através destas, existe também um campo de força que exerce influência no direcionamento da política externa dos EUA, como pode ser visto na pesquisa realizada por Youngwan Kim (2014). Por exemplo, a InterAccion, uma rede de Fundações e ONGs sediadas nos EUA, é formada por 191 organizações. Segundo a própria rede: “com a força combinada de seus membros, a InterAction é capaz de defender estrategicamente os investimentos, políticas e programas governamentais dos EUA que respondam às realidades das populações mais pobres e vulneráveis do mundo” (Kim, 2014, p. 3).

Nesse sentido, Kim (2014) analisa como as grandes organizações não governamentais influenciam a política externa de assistência:

Diferentes tipos de grupos domésticos, tais como grupos de interesse ou grupos empresariais, têm incentivos para influenciar a política de ajuda externa, a fim de mudar a situação econômica ou política de outros países. Por exemplo, empresas multinacionais podem tentar influenciar as políticas de ajuda externa dos países doadores, a fim de abrir os mercados dos países em desenvolvimento. As ONGs têm uma relação direta com os governos. Sua influência direta sobre os estados pode ser compreendida por duas funções conceituais: Provedores de Informação e Grupos de Lobbying (Kim, 2014, p. 3).

Kim (2014) apresenta alguns exemplos que ilustram o poder de força das ONGs, tais como: as informações mais precisas durante as guerras são fornecidas pelos agentes de organizações de direitos humanos que possuem livre acesso aos territórios, sendo esse acesso negado aos Estados Unidos e aliados. A formação de redes transnacionais é visível quando se constata as relações sociais entre elas, sejam de cooperação ou de vínculos pessoais. Para Kim (2014, p. 4), “as ONGs de desenvolvimento e de ajuda tendem a compartilhar informações com o governo para moldar ou influenciar as decisões sobre o apoio do governo aos países em desenvolvimento, especialmente no fornecimento de ajuda externa”. Esta interação com o governo acontece de várias maneiras, como explica o autor:

As ONGs de desenvolvimento e alívio da pobreza influenciam a política de ajuda externa através de uma ampla interação com funcionários governamentais em vários canais, como reuniões ou conferências oficiais, testemunho do Congresso e relatórios profissionais sobre situações de países em desenvolvimento (Kim, 2014, p. 4).

Através de reuniões oficiais com o governo dos EUA, essas ONGs estudadas por Kim (2014) emitem recomendações muito específicas, de acordo com sua atuação em território de outros países, para as políticas externas de ajuda ao desenvolvimento do Governo dos EUA.



Essa relação entre sociedade civil organizada e comportamento da política externa pode ser entendida desde vários aspectos. Pode-se verificar a cooperação e o fortalecimento da política externa dos EUA em detrimento da política externa dos demais países. Essa relação também pode ser vista como uma forma não democrática de controle da política externa, pelo fato de as tomadas de decisões não passarem pela representatividade do legislativo. Ou então, pode-se considerar as tomadas de decisão das organizações da sociedade civil como sendo parte inerente da política externa dos EUA, ou mesmo como instrumento de operação dessa política externa (Kim, 2014).

Robinson (1998) observa algumas mudanças no cenário mundial, com o fim da Guerra Fria: a mudança no foco de tensão de Leste-Oeste para uma tensão Norte-Sul e a emergência de uma economia verdadeiramente global, assim como o surgimento de uma sociedade global, com uma transnacionalização da sociedade civil e de processos políticos.

O autor entende que a promoção da democracia na política externa dos EUA como parte inerente à sua política externa configura-se como um processo mais amplo do exercício da hegemonia. Sendo assim, a Poliarquia se apresenta como um modelo de democracia de baixa intensidade da nova ordem mundial: “um sistema político global que corresponde a uma economia global sob a hegemonia de uma elite transnacional, que é o agente do capital transnacional” (Robinson, 1998, p. 4, tradução nossa).

Como produto resultado do Democracy Program, a NED apresenta ações que a caracterizam como um instrumento de operação política, com suas ações políticas de capacitação, congregação e financiamento de projetos específicos. Percebe-se que não se trata de ações violentas, portanto é uma *Carrot* da política externa, levando a “benevolência” dos EUA em forma de assistência externa.

## A National Endowment for Democracy

A NED é resultado da necessidade de uma estrutura mais sólida para contribuir na constituição de um ambiente receptivo para os interesses do Estado e grandes cooperações estadunidenses ao redor do mundo. Ao manter estreitas relações com setores da sociedade civil, dificulta-se que os Estados se posicionem contra este âmbito e, conseqüentemente, contra relações comerciais ou de investimentos que porventura surjam na livre iniciativa do mercado. Vamos entender, de maneira mais aprofundada, o que é a National Endowment for Democracy (NED), explorando seus documentos constitucionais e estratégicos, nos quais se encontram seus princípios e linhas de trabalho.

### *Decifrando a NED*

A organização bipartidária mencionada na recomendação pelo Program Democracy é a National Endowment for Democracy (NED), uma corporação cuja finalidade é atuar como fundação de doação de recursos, distribuindo, através de editais de projetos, fundos para organizações privadas, com o objetivo de promover a democracia no exterior (Lowe, 2008). No entanto, Robinson (1998) apresentou, em seu livro, uma declaração de Raymond Jr., afirmando que a NED surgiu para preencher uma lacuna chave na política externa dos Estados Unidos, ao poder se relacionar com pessoas e instituições importantes da sociedade civil, abrindo uma era de “*new art form*” (Robinson, 1998, p. 91).

O governo dos Estados Unidos criou uma série de entidades com a função de dar suporte à democracia e ao livre mercado em países onde há o risco de surgimento de regimes não democráticos ou com um perfil que não condiz com os seus interesses (Minella, 2009). Como explica Minella:

Ao final dos anos 1970 e início dos 1980, o governo dos Estados Unidos redefiniu parte de sua estratégia de atuação e intervenção no exterior, e a administração Reagan, com

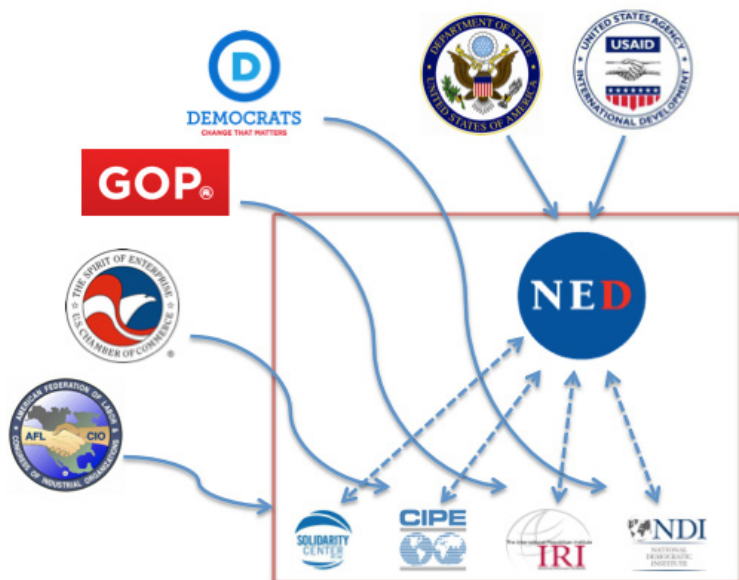
aprovação do Congresso, criou o **National Endowment for Democracy (NED)**, uma organização de caráter privado, mas sustentada com recursos governamentais. A formação da NED foi seguida pela criação do **Center for International Private Enterprise (CIPE)**, e a ele também se vincularam o **National Democratic Institute for International Affairs (NDI)** e o National Republican Institute for International Affairs, mais tarde denominado **International Republican Institute (IRI)**. Também se filiou à NED o Free Trade Union Institute (FTUI), um dos institutos criados pela American Federation of Labor – Congress of Industrial Organisations (AFL-CIO) para atuar no exterior. Em 1997, a AFL-CIO unificou seus quatro institutos, criando o American Center for International Labor Solidarity (ACILS), também conhecido como **Solidarity Center** (Minella, 2012, p. 2, grifos do autor).

Segundo Minella (2009), a NED foi criada pelo governo Reagan e aprovada no Congresso Nacional dentro das novas estratégias dos EUA de atuação no exterior. A NED, que é uma fundação de caráter privado, mas financiada com recursos governamentais, age na promoção da democracia e do livre mercado (Minella, 2009). Ao lado das agências do Departamento de Estado dos Estados Unidos (USAID e USIA, IMET, OPDAT, ICITAP), a NED surgiu da ideia de se criar uma instituição privada para promover a democracia e operar os fundos de assistência para a democracia do governo sem fazer parte do governo (Carothers, 2010, p. 190).

A principal vinculação da NED é com o Departamento de Estado dos EUA, a USAID, e a American Chamber of Commerce (AMCHAM). Na Figura 5 pode-se verificar o organograma das organizações vinculadas à NED, sendo os institutos NDI e IRI organizações criadas pelos partidos políticos estadunidenses Democrata e Republicano, respectivamente. Somados a esses dois institutos estão também o CIPE, representando a American Chamber of Commerce (AMCHAM), e o Solidarity Center, que representa a AFL-CIO (Carothers, 2010, p. 190). Cada uma dessas instituições está encarregada de colocar em prática as políticas dos EUA dentro de suas áreas: na política, principalmen-

te sobre as eleições e assistência aos partidos políticos, focando no legislativo, no governo local, e em educação cívica; na constituição e orientação do trabalho com os sindicatos; e na promoção da livre iniciativa de empresas no exterior (Carothers, 2010, p. 190).

Figura 5 – Organograma da NED



Fonte: A autora (2018).

Durante os primeiros anos após a criação da NED, o principal foco de ação na promoção da democracia foi a América Latina; e aproximadamente 50% dos fundos foram destinados para a esta região. No final dos anos 1980, o foco começou a mudar para a Europa Oriental e União Soviética. No início dos anos 1990, a China e África atraíram as atenções e houve um aumento no orçamento destinado a essas regiões.

O Oriente Médio apareceu como um grande desafio a ser encarado, tendo o islamismo como um fator motivador, de acordo com a NED (NED, 1992, p. 12).

Essas mudanças no foco e na prioridade não significam que a NED abandonou regiões onde ocorreram avanços. Os avanços não significam que os objetivos de uma democracia plena foram alcançados, mas que pelo menos o obstáculo de um regime ditatorial foi removido (NED, 1992, p. 13).

A NED é parte da política externa dos Estados Unidos e, para reforçar esta informação, Lowe afirma que:

O Comitê de Assuntos Estrangeiros da Câmara incluiu uma autorização de dois anos para o Fundo Nacional de Democracia proposto em um nível anual de US\$ 31,3 milhões como parte da Lei de Autorização de Departamento de Estado FY84 / 85 (H. R 2915). A Administração Reagan propôs originalmente uma iniciativa de promoção da democracia maior (US\$ 65 milhões) para ser conhecida como "Democracy Program" e coordenada diretamente pela Agência de Informações dos Estados Unidos (USIA). Quando o Comitê de Relações Exteriores relatou o H. R. 2915, não incluiu financiamento para "Democracy Program", deixando clara sua preferência pelo conceito de Doação não-governamental. A Administração então expressou apoio para a criação do NED (Lowe, 2008, tradução nossa).

A NED é considerada uma inovação política por se tratar de um modelo único segundo Lowe (2008), em que uma organização não governamental recebe financiamento público para executar ações de política externa, por meio das quais impulsiona iniciativas de democracia ao redor do mundo.

Por todo esse histórico, que resultou em casos de repúdio nos países-alvo e representou um estigma negativo na política externa dos Estados Unidos, Reagan decidiu criar este aparato de ação política não ligado oficialmente ao Departamento de Estado, porém, mais próximo da sociedade civil. Essa nova agência nasceu, portanto, com um perfil

político-social, aparentemente apertado e como um ator da sociedade civil, como esclarece Robinson:

Esta nova entidade não só desempenharia o papel de cirurgião político hábil, mas superaria a mancha associada às operações políticas encobertas que a CIA estava realizando no exterior. Especificamente, a NED assumiria grande parte do financiamento e orientação política para partidos políticos, sindicatos, grupos empresariais, meios de comunicação e organizações cívicas que a CIA havia fornecido tradicionalmente (Robinson, 1998, p. 88).

Sobre este assunto, há muita discussão na mídia local do Equador, por exemplo, sobre a relação da NED com a CIA e o papel geoestratégico da primeira em manter um *status quo* de democracia de baixa intensidade e com uma determinada estabilidade, de maneira a favorecer o livre mercado e combater o surgimento de ideias comunistas.

O ponto mais polêmico da política externa dos Estados Unidos, e até certo ponto colocado em termos conspiratórios, é o fato de que as ações políticas eram executadas por uma agência de inteligência, neste caso a CIA, justamente por serem tratadas como uma estratégia de segurança nacional, mais que uma política de assistência humanitária, por exemplo.

Sobre a relação da NED com a CIA, antes de qualquer argumentação, verifica-se, no início do documento *The Democracy Program* que a NED surgiu com o propósito de substituir ações já realizadas pela CIA e compor um quadro de interação internacional, com a finalidade de cobrir uma lacuna de relacionamento com a sociedade civil organizada, em outros países, para a promoção da democracia (Lowe, 2008).

Segundo Robinson, a relação da CIA com grupos políticos na criação, no financiamento e na orientação desses grupos aliados nos países alvos, compreendia ações junto à mídia, partidos políticos, sindicatos, empresas e organizações da sociedade civil (Robinson, 1998, p. 86). A CIA possui um histórico de intervenções políticas na

América Latina e contribuiu com os golpes militares no Chile, Guatemala e Brasil, entre outros (Karnal et al., 2014; Robinson, 1998):

A CIA mostrou-se adepta dos golpes, dos assassinatos e da instalação de ditadores. Alcançou seu objetivo declarado em 1973 no Chile, por exemplo, quando orquestrou a derubada militar do governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Na Guatemala, foi impecavelmente eficiente na organização da remoção, em 1954, do governo eleito de Jacobo Arbenz. A CIA mostrou proficiência semelhante em operações no Brasil, Irã, Congo, Filipinas, Iraque e dezenas de outros países (Robinson, 1998, p. 86).

Carl Gershman, presidente da NED, explicou várias questões em torno dos motivos da fundação da NED em 1983, em entrevista a David Shipler, do *The New York Times* (Shipler, 1986). Gershman esclareceu que a CIA promovia a democracia financiando desde partidos opositores até organizações da sociedade civil, jornalistas e outros meios de comunicação, mas, ainda de acordo com o ele, não era bem-visto ser uma organização vinculada à CIA e, muito menos, subsidiada por ela. Após os anos 1960, essa política da CIA foi desativada, porém, os interessados nessa política externa conseguiram pelo menos continuar, com a criação da NED. Gershman explicou ao jornalista do *The New York Times* que uma lista de organizações que recebiam recursos da NED era analisada pela CIA, para se ter certeza de que não eram receptoras de outros fundos secretos. Segundo relato:

Seria terrível que os grupos democráticos de todo o mundo fossem vistos como subsidiados pela C.I.A. Nós vimos isso na década de 1960, e é por isso que foi descontinuado. Nós não tivemos a capacidade de fazer isso, e é por isso que a Fundação foi criada. O Sr. Gershman diz que não há contato entre a C.I.A. e a doação, mas antes das concessões, uma lista dos potenciais destinatários é enviada pela NED através do Departamento de Estado para a C.I.A. para ter certeza de que nenhum deles está recebendo fundos secretos. Nenhum caso foi relatado, disse o Sr. Gershman (Shipler, 1986, tradução nossa).

Com a NED, o que antes eram ações secretas passaram a ser ações abertas e públicas por parte de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, levando a bandeira da promoção da democracia e considerando o comunismo como algo a ser combatido.

Em outra reportagem, agora de David Ignatius, no *Washington Post* (Ignatius, 1991), o jornalista também mencionou essa transferência de responsabilidades e disse que no lugar de exércitos paramilitares secretos, vieram como principais agentes da conspiração os telefones, televisores e aparelhos de fax.

Segundo esse artigo, Allen Weinstein, cofundador da NED, aliou-se a ativistas de outros países pró-democracia para combater os regimes antidemocráticos. “O fenômeno de rede é uma das coisas em que nos especializamos”, explicou Weinstein para Ignatius (Ignatius, 1991). E essa experiência foi introduzida na nova fundação, tornando-se uma das suas principais estratégias de atuação.

A partir dessas declarações e de investigações acadêmicas de expertos estadunidenses sobre a política externa dos Estados Unidos, foram levantadas e questionadas muitas das ações e do comportamento das instituições que compõem a “família” NED e a própria NED no Equador. Essa investigação foi feita por jornalistas dos meios estatais, como o jornal *El Telégrafo* e a agência Andes, além da Telesur, rede de televisão multiestatal para a América, com sede na Venezuela.

Das relações mais intrigantes levantadas pelos jornalistas e investigadores consta o surgimento no Equador de uma organização indígena, em 2006, em que os fundadores eram ligados de alguma forma ao Departamento de Estado dos Estados Unidos ou à própria NED: a Corporación Instituto Empresarial Indígena del Ecuador (Indigenous Enterprise Institute of Ecuador – IEIE). O instituto foi criado por Lourdes Tibán e tinha como cofundadores: Ángel Medina, que foi criador da Fundación Qéllkaj (também financiada pela NED); Mariano Curicam; Fernando Navarro, que era presidente da Federación de Cámaras de Comércio de Ecuador; Raul Gangotena, que foi pesquisador do NED



em 2005 e Embaixador do Equador nos EUA, na época. Norman Bailey (agente da CIA) aparecia como membro honorário do instituto. Essa organização foi alvo de muitas críticas a respeito da sua verdadeira função e objetivo e da sua relação com a NED, e logo foi dissolvida.

A NED seria o braço financeiro da CIA (Robinson, 1998) e estaria atuando no Equador, assim como na Venezuela e Bolívia, como financiadora de *“grupos para educación en democracia, léanse desestabilizar al gobierno y a una serie de movimientos opositores”*, segundo Rafael Correa. Isso estaria sendo feito através de *“estrategia articulada: redes sociales, supuestas páginas web, supuestos analistas políticos, investigadores para generar escándalos, entre otros aspectos”*. O objetivo final era desgastar a imagem e desestabilizar o governo, e dessa forma, *“mantener el control geopolítico y los negocios de las grandes empresas transnacionales estadounidenses”*, complementa Correa (El Tiempo, 2016).

Em uma parte da página web, a NED disponibiliza informações sobre a doação ou repasse de recursos para grupos e organizações democráticas locais de outros países. Esta transferência de recursos é guiada por um conjunto de princípios que estão relacionados com os objetivos da agência.

A NED enfatiza que não financia projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social. O foco dos programas é incentivar o desenvolvimento político democrático. Entretanto, a entidade reconhece a importância de um desenvolvimento combinado a uma democracia real e acredita que a democracia política seja vital na luta para superar a pobreza e para alcançar avanços sociais e econômicos.

A NED apresenta diversas estratégias de acordo com a situação política do país e envolve a sociedade civil de forma a atingir seus objetivos da melhor maneira. Leva em consideração a diversidade cultural e econômica e o grau de abertura democrática de cada país onde desenvolve suas ações. Por exemplo, em países que são democráticos, mas com um grau de debilidade, a melhor

estratégia é melhorar a credibilidade e eficiência da governança democrática e fortalecer a cultura institucional do setor privado. Em outro exemplo, a NED explica que, em países que “estão em transição para a democracia, é o próprio processo de transição que deve ser assistido por medidas para ampliar a confiança no processo democrático e para reforçar os grupos comprometidos com a democracia” (NED, 2016a).

Segundo a NED, em casos mais complicados, onde a democracia se torna uma meta de longo prazo, ela auxilia na constituição de entidades como organizações empresariais independentes, sindicatos livres, imprensa livre e um sistema judicial independente. Em países em que, mesmo democráticos, essas instituições independentes são proibidas ou sofrem restrição severa, o objetivo imediato da NED é ampliar os espaços de manifestação do pensamento independente, expressão e atividade cultural (Reagan, 1984).

De acordo com as diretrizes para apresentação de projetos pelas organizações da sociedade civil, as doações possuem um valor limitado, que atualmente não ultrapassa os cinquenta mil dólares e têm um planejamento anual. Alguns projetos são de curta duração, mas o desenvolvimento democrático é um processo de longo prazo e alguns programas podem exigir mais assistência prolongada. Em todos os casos, as doações servem para encorajar esforços de seus beneficiários na procura por outras fontes de financiamento (NED, 2016a). No entanto, os relatórios mostram uma disparidade entre os valores por projetos que ultrapassam esta quantia muitas vezes.

Todo projeto que se preze passa por avaliação para possíveis renovações. E os projetos financiados pela NED precisam apresentar metas e resultados que rondam questões como o proponente ser capaz e ter sucesso em conseguir outros apoios financeiros para se sustentar, ter alcançado o que se pretendia nos objetivos do projeto, a importância de suas ações e atividades para o engajamento democrático global no país ou região e o valor de continuar essas atividades em relação às priori-

dades globais da doação (NED, 2016a). Nestes termos, constata-se a cumplicidade entre as partes em ter que compartilhar com os objetivos da NED em seus projetos.

A política de submissão de solicitações de subsídios explicita que a NED outorga subsídios diretos somente a organizações não governamentais que trabalhem para o avanço das metas democráticas e o fortalecimento das instituições democráticas em todo o mundo (NED, 2016a). Dentre as organizações para as quais a NED financia projetos, incluem-se organizações cívicas, associações empresariais, igrejas, imprensa independente e universidades, por exemplo, tanto estadunidenses como estrangeiras. Essas organizações são originárias de países onde a democracia acabou de ser estabelecida, ou de países semiautoritários, ou então de países onde a sociedade vive situações altamente repressivas, além de países que estejam passando por transições democráticas (NED, 2016a). Os partidos políticos que recebem recursos, não os recebem diretamente da NED, mas sim dos institutos IRI e NDI.

Nos últimos dez anos, a NED tem apoiado instituições da sociedade civil organizada ao redor do mundo, e este investimento variou de US\$ 169.298.312,00, em 2006, até a quantia de US\$ 355.544.408,00, em 2016, como se pode ver no Gráfico 7, na próxima página.

Esses valores foram distribuídos entre as quatro instituições partes da NED e entre as organizações da sociedade civil que apresentaram projetos. As entidades IRI, NDI, CIPE e Solidarity Center são as que receberam maiores recursos, os quais, ao longo destes dez anos, foram destinados a ações no Egito, Turquia, Iraque, China, Colômbia, Bolívia, Afeganistão e Paquistão (USAID, 2017).

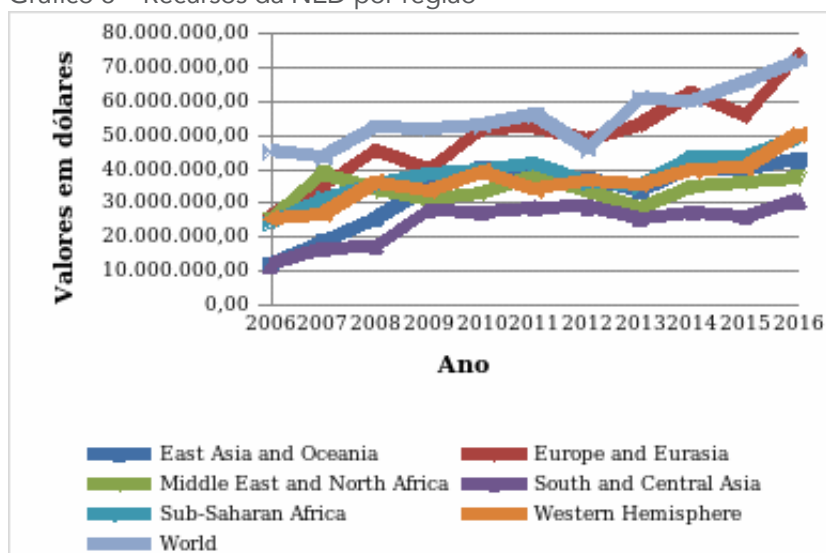
O Gráfico 8 mostra os valores por região. Constata-se que a NED destinou US\$ 25.425.572,00 em 2006 para o continente americano, chegando ao valor de US\$ 50.309.090,00 em 2016.

Gráfico 7 – Recursos da NED no total



Fonte: A autora (2018), com base em dados da U.S. Agency For International Development (USAID), 2017).

Gráfico 8 – Recursos da NED por região



Fonte: A autora (2018), com base em dados da U.S. Agency For International Development (USAID), 2017.

De acordo com a NED, os seus interesses se restringem a propostas de organizações locais e independentes e de programas e projetos não partidários. A NED busca, com seus apoios:

[...] Promover e defender os direitos humanos e o estado de direito; Apoiar a liberdade de informação e mídia independente; Fortalecer os ideais e valores democráticos; Promover a responsabilidade e transparência; Fortalecer as organizações de sociedades civis; Fortalecer as instituições e os processos políticos democráticos; Promover a educação cívica; Apoiar a resolução de conflitos democráticos; Promover a liberdade de associação; Fortalecer uma economia de mercado de ampla cobertura (NED, 2016a) (tradução nossa).

Para decifrar a NED, é preciso conhecer o seu quadro de diretores da gestão consultada em 2017. Carl Gershman, já mencionado anteriormente, sempre foi o presidente da NED desde 1984, e é membro do Council on Foreign Relations (CFR). Além dele, aparecem outros três membros do CFR como diretores da NED: Vin Weber (vice-presidente do conselho de diretores da agência), Elliott Abrams e Stephen Sestanovich. Judy Shelton (presidente do Conselho de Diretores da NED) é consultora da Casa Branca e do Pentágono, e atua como *Senior Fellow* da Atlas Network (Também conhecida como Atlas Economic Research Foundation) desde 2010, uma *Think Tank* que possui como parceiros *think tanks* e organizações de direita no mundo e na região em estudo, como o Instituto Equatoriano de Economia Política (IEEP), por exemplo, que é financiado pela NED.

Outros nomes chamam a atenção, como o do diretor Robert B. Zoellick, que é presidente do Conselho do Goldman Sachs Group, Inc., um grande banco de investimento. O diretor William J. Burns é presidente da Carnegie Endowment For International Peace, e Michele Dunne é da mesma organização. Uma das fontes teóricas consultadas nesta pesquisa é Thomas Carothers, que é vice-presidente da Carnegie Endowment For International Peace. E, por fim, a diretora Marne Levine, que atua como *Chief Operating Officer* da empresa Instagram,

Inc. Antes disso, ela foi vice-presidente de Políticas Públicas Globais do Facebook. Segundo informações da página da NED, Levine “supervisionava os esforços do Facebook para educar governos e organizações não governamentais em seus planos, produtos e políticas para promover o entendimento e o suporte a tecnologias inovadoras como o Facebook” (NED, 2016a) (tradução nossa). A diretora da NED também foi Chefe de Gabinete do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca.

A NED possui entre seus diretores uma variedade de atores, num arco que abrange desde a representação governamental a grupos econômicos transnacionais, fortalecendo a tese de uma íntima vinculação com os interesses das grandes corporações em influenciar as demais economias desde outra via que não a do mercado, mas sim a da sociedade civil. Tem-se também a representação de uma importante *think tank* e a participação de forças sociais tecnológicas como o Instagram e o Facebook.

### ***Declaração de princípios e objetivos da NED***

No momento da criação da NED, em 1984, instituiu-se a sua Declaração de Princípios e Objetivos (NED, 1992). Segundo este documento, disponível na página da instituição, o objetivo da NED é fortalecer os grupos e instituições democráticas em outros países construindo instituições democráticas e apoiando os processos democráticos que promovam os direitos e liberdades individuais.

Deste modo, constata-se que o papel assumido pelos EUA é o de salvar o mundo dos males que afetam a democracia. O governo estadunidense trata a fundação como um meio não violento de promover a democracia, como se viu anteriormente sobre o espelhamento das *Sticks*.

De acordo com a declaração de princípios da NED, não se conseguiria promover a democracia em nível internacional somente com a ação governamental, e por isso dá-se grande importância à expansão de iniciativas privadas e voluntárias da sociedade civil:

Na verdade, a criação e estrutura da Fundação refletem a visão de que o setor privado dos EUA é ao mesmo tempo uma forma mais adequada e um veículo mais eficaz do que o governo para trabalhar com grupos privados no exterior para fazer avançar a causa democrática (Reagan, 1984, p. 1, tradução nossa).

Os membros da NED acreditam fielmente que uma sociedade próspera e equilibrada só se alcança pela via do capitalismo, da liberdade individual, sem se importar com o coletivo e com as mazelas da competição no mercado. E que a sociedade civil organizada é um dos canais importantes; principalmente, quando se entende a sociedade civil como um campo de virtudes. Justifica-se, assim, a necessidade do caráter não governamental da NED, o que proporciona uma vantagem crucial no desenvolvimento de relações de parceria e de cooperação com as organizações estrangeiras, além de ela se identificar como uma organização de intermediação entre os grupos privados norte-americanos que apoiam e encorajam os seus homólogos no exterior.

No entanto, as ações da NED atendem aos interesses e preferências políticas dos partidos dos EUA e a agência deve manter o Poder Executivo plenamente informados sobre os seus programas. A supervisão do Congresso Nacional sobre os recursos destinados aos programas se dá através da prestação de contas e de entrevistas, solicitando-se a opinião de funcionários especialistas dos EUA em Washington e em embaixadas no exterior (Reagan, 1984).

O propósito que a NED apresenta é o de ajudar esses países a evoluírem para sociedades democráticas estáveis dentro de suas concepções. Estas concepções, desenhadas em seus Princípios e Objetivos, são amplas e dão a entender que abrangem a todos os interesses da sociedade. No entanto, é preciso estar atento para os objetivos de sua criação que se referem aos encargos das elites americanas de abertura de mercado e livre comércio.

De acordo com o documento, os princípios da NED são os seguintes:

- que a democracia envolve o direito do povo de determinar livremente o seu próprio destino;
- que o exercício deste direito requer um sistema que garanta a liberdade de expressão, de crença e associação, eleições livres e competitivas, o respeito pelos direitos inalienáveis dos indivíduos e minorias, meios de comunicação livres, e o Estado de Direito;
- que um sistema democrático pode tomar uma variedade de formas adaptadas às necessidades e tradições locais e, portanto, não precisa seguir os EUA ou qualquer outro modelo particular;
- que a existência de instituições econômicas, políticas, sociais e culturais autônomas é a fundação do processo democrático e a melhor garantia dos direitos e liberdades individuais;
- que as instituições privadas em sociedades livres podem contribuir para o desenvolvimento da democracia através da assistência às contrapartes no exterior;
- que essa assistência deve ser sensível às necessidades locais e procurar incentivar – mas não para controlar – esforços endógenos para construir instituições livres e independentes; e
- que a parceria entre aqueles que apreciam os benefícios da democracia e aqueles que aspiram a um futuro democrático deve ser baseada no respeito mútuo, valores compartilhados e um compromisso comum para trabalhar em conjunto para estender as fronteiras da democracia para as gerações presentes e futuras (Reagan, 1984, tradução nossa).

Essa empatia identificada nos princípios não condiz com o que será visto no Capítulo 5, com as ações sendo executadas. Não há um respeito às necessidades locais, mas somente uma confluência com setores específicos que compartilham com as diretrizes americanas.

Sobre os objetivos que guiam as ações da NED, eles estão descritos no seu Estatuto Social e foram aprovados pelo Congresso dos Estados Unidos. Estes seis objetivos da NED são:

- incentivar as instituições livres e democráticas em todo o mundo através de iniciativas do setor privado, incluindo as



atividades que promovem os direitos e liberdades individuais (direitos humanos internacionalmente reconhecidos) que são essenciais para o funcionamento das instituições da democracia;

- facilitar o intercâmbio entre os grupos do setor privado nos Estados Unidos (especialmente as duas principais instituições dos partidos políticos americanos, trabalho e negócios) e grupos democráticos no exterior;
- promover a participação não governamental dos Estados Unidos (especialmente através dos dois principais partidos políticos americanos, de trabalho, de negócios, e outros grupos do setor privado) na formação democrática de programas e criação de instituições democráticas no exterior;
- fortalecer os processos eleitorais democráticos no exterior através de medidas oportunas em cooperação com forças democráticas endógenas;
- apoiar a participação dos dois principais partidos políticos americanos no âmbito da representação sindical, nos negócios dos Estados Unidos e outros grupos do setor privado, na promoção da cooperação com seus pares estrangeiros dedicada aos valores culturais, instituições e organizações do pluralismo democrático; e
- incentivar o estabelecimento e o crescimento do desenvolvimento democrático de maneira coerente com as amplas preocupações dos interesses nacionais dos Estados Unidos, assim como com as exigências específicas dos grupos democráticos de outros países, que são auxiliados por programas financiados pela NED (Reagan, 1984, tradução nossa).

A NED defende que a democracia política é um meio ideal para que a sociedade consiga resolver os conflitos sociais sem opressão violenta, por exemplo. Segundo a instituição, numa sociedade livre permite-se a cada indivíduo a oportunidade de envolvimento, luta e participação política, contribuindo para o enriquecimento da própria sociedade. A NED defende em seus princípios que somente através da democracia as pessoas e o governo podem promover sua inclusão e sua participação efetiva nas decisões que afetam suas vidas e seu bem-estar (Reagan, 1984). Com isso, a agência ignora em seus documentos que há outros fatores

que, mesmo a sociedade vivendo em um regime democrático, não contribuem para a inclusão e participação, principalmente quando se referem a uma democracia de baixa intensidade. O mercado, quanto mais livre, mais irá impor suas “regras” e a inclusão e participação serão limitadas a alguns espaços somente; e menos democracia irá existir.

A NED trabalha em cinco áreas que considera essenciais: o **pluralismo; governança democrática e processos políticos; educação, cultura e comunicação; pesquisa; e cooperação internacional**. Os beneficiários são encorajados a desenvolver ações dentro dessas áreas, atendendo aos princípios e objetivos da NED. Em relação às organizações beneficiadas no exterior, uma das exigências é que sejam organizações fortes e independentes, em especial os sindicatos e associações empresariais (primeira e segunda áreas). Esta é uma das principais prioridades da dotação para o fortalecimento da governança democrática e processos políticos. Já uma terceira área do programa, para a qual a NED dedica uma parte significativa de seus recursos, é a da educação, da cultura e da comunicação. As áreas de pesquisa e cooperação internacional possuem uma dotação muito mais modesta no financiamento, mas não deixam de ser importantes para o programa global da NED (NED, 2016a).

A seguir, são apresentadas as quatro principais áreas de programas da NED<sup>6</sup> e as organizações que servem de ponte para a execução e/ou financiamento dos projetos:

**Pluralismo:** A NED se refere à existência de uma variedade de grupos organizados independentes que representam interesses diversos. A pluralidade, neste caso, é praticada através do “exercício do direito fundamental de liberdade de associação, o que permite que os indivíduos com interesses comuns possam se combinar para atuarem em organizações fortes e independentes que podem representar os pontos de vista e proteger os direitos dos seus membros”. Essa articulação torna-se importante quando “instituições privadas voluntárias constituem obstáculos

---

<sup>6</sup> A quinta área de programas é a cooperação internacional, que transpassa as demais áreas.

poderosos para extensões indevidas da autoridade governamental” ou até mesmo constituem-se como espaços de educação sobre democracia. Nessa área, duas formas de organização institucional são alvo das ações da NED: os sindicatos e as associações empresariais (Reagan, 1984).

Vale ressaltar que o termo pluralismo aqui discorrido pela NED não tem relação direta com o que defende a Constituição do Equador de 2008, que diz respeito ao pluralismo cultural, em que as culturas indígenas são incorporadas nos sistemas tradicionais. O pluralismo aqui se refere à diversidade econômica e de atores sociais em uma economia que não se caracterize por socialista ou comunista, de acordo com o documento (Reagan, 1984).

**Sindicatos:** Sindicatos livres e independentes constituem um nicho fundamental na atuação do esforço da NED para promover a democracia no exterior. São organizações que visam a proteger os direitos dos trabalhadores, mas este esforço torna-se uma maneira de a agência estar atenta aos movimentos comunistas que se formam no meio, como ela própria destaca:

Ao dar representação democrática para as pessoas que trabalham e garantindo a sua inclusão nos processos pelos quais as decisões são tomadas, o poder é distribuído. Sindicatos ajudam as sociedades em desenvolvimento a evitar o tipo de polarização aguda que alimenta o extremismo político (Reagan, 1984, p. 4).

Os programas consolidados pela NED através do Solidarity Center, entidade vinculada à AFL-CIO, buscam promover: o desenvolvimento institucional, o intercâmbio, formação e educação cívica, processos eleitorais, o pluralismo democrático e o desenvolvimento institucional de sindicatos e grupos sindicais. Muitas vezes, o apoio é viabilizado através de grupos sindicais regionais e organizações internacionais do trabalho, como a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (International Confederation of Free Trade Unions – ICFTU). Através do intercâmbio, fortalecem-se os laços internacionais entre sindicalistas.

Já a formação e educação cívica apresentam programas que focam no treinamento das técnicas de organização e de capacitação de membros que produzem e divulgam materiais escritos e organizam manifestações públicas e comícios. Os “programas educacionais também treinam líderes sindicais e membros nos procedimentos parlamentares e democracia interna, bem como na filosofia de sindicatos livres” (Reagan, 1984, p. 4). A formação também está presente nos processos eleitorais, em que os sindicalistas são habilitados para fortalecer o processo democrático na sociedade em geral e garantir que o sistema político se torne sensível ao interesse dos trabalhadores. Neste caso, os sindicalistas atuam nas campanhas tipo “Get out the vote” (ou “*getting out the vote*” – GOTV) na comunicação com outros membros do sindicato para aumentar a participação política nas eleições (Reagan, 1984). Convém lembrar que se trata de formação com informação para construir um consenso entre os trabalhadores sobre o sistema ideal democrático de baixa intensidade, o que se torna algo perigoso para eles, pois não se trata de manter os amplos direitos conquistados, mas eliminar os direitos, como acontece nos EUA.

O Solidarity Center, por ser um centro vinculado aos sindicatos e centrais sindicais dos Estados Unidos, atua no fortalecimento e capacitação dos sindicatos nos demais países. O instituto trabalha com uma articulação com mais de 400 organizações ao redor do mundo, desde sindicatos e ONGs pró-trabalhistas até grupos de assistência jurídica, defensores de direitos humanos, associações de mulheres, coalizões para a *advocacy* e outros (SC, 2017).

O Solidarity Center não apresenta relatórios de ações, tornando difícil a descrição da entidade. Neste capítulo apresentou-se o que as quatro instituições fazem, porém não se tem a possibilidade de estabelecer uma relação com projetos e ações executadas nos diversos países por falta dessas informações.

**Associações empresariais:** A NED não atua somente no âmbito dos sindicatos em que as ações de pluralismo democrático são

executadas. No âmbito dos negócios, o CIPE, ligado à Associação de Câmaras de Comércio dos EUA, é a entidade que “promove o desenvolvimento do sistema de iniciativa privada de mercado aberto e estimula o crescimento de instituições independentes de negócios como um meio de estimular o desenvolvimento do pluralismo democrático no exterior” (Reagan, 1984, p. 5). Nos Princípios e Objetivos da NED (1984), a organização empresarial tem papel importante em uma economia aberta, considerando-se que um setor privado formado por uma economia atomizada pode fornecer um contrapeso que efetivamente limita o poder do Estado e permite que a democracia prospere. Ainda segundo a NED:

Além disso, uma economia de mercado oferece proteção significativa para a dissidência política: os indivíduos que se opõem à política do governo não estão em perigo de perder seus meios de subsistência, como eles estariam em uma economia totalmente coletivizada (Reagan, 1984, p. 5).

Diante disso, percebe-se que a agência tem uma visão de que a dissidência política não será perseguida em uma economia de mercado e que a democracia é suficiente para se eliminar a corrupção.

Através do CIPE, a NED financia programas que promovem a participação do setor privado nos processos políticos, estimulam o diálogo entre os setores público e privado, encorajam reformas estruturais para garantir os direitos econômicos e políticos, e fornecem dados e informações para legisladores e outros tomadores de decisões políticas, de forma a assegurar deliberações conscientes, expandir o ensino da iniciativa privada e aumentar a capacidade de comunicações de negócios e, por fim, incentivar o desenvolvimento de associações empresariais voluntárias que promovam conceitos empresariais privados e assumam um papel de liderança no que diz respeito às reformas econômicas (Reagan, 1984).

Mais especificamente, o CIPE, que é responsável pela difusão dos valores de uma democracia para o mercado livre entre o empresariado,

está encarregado de promover esta cultura no país, através de diversas ações junto às Câmaras de Comércio e *think thanks* locais. Além disso, o CIPE estimula a formação de organizações empresariais em países onde elas são fracas ou inexistentes (como nos países em transição para o capitalismo). Segundo informa o próprio Centro, este tem trabalhado desde 1983 com líderes empresariais, políticos e jornalistas para construir as instituições cívicas vitais para uma sociedade democrática dentro da concepção americana. Os programas do CIPE são apoiados pela NED, a USAID e o Departamento de Estado dos EUA (CIPE, 2011).

Ary Minella (2009) explica que o CIPE, assim como a USAID, atua influenciando no envolvimento de organizações locais na formulação e implementação de políticas públicas orientadas pelos interesses de diretrizes estadunidenses. Em 2006, por exemplo<sup>7</sup>, a instituição foi mais atuante no Equador, envolvendo mais programas que nos anos subsequentes. Segundo informações do relatório de 2006 (CIPE, 2006), nesse ano, alguns dos programas foram direcionados para: promoção de uma agenda empresarial de debates sobre a importância do comércio e da competitividade para o desenvolvimento do Equador com os candidatos à presidência; campanha midiática para informar e educar políticos e o público em geral sobre questões de reforma democrática e econômica; e melhoria dos padrões de governança corporativa e construção de um melhor ambiente de negócios (CIPE e Confecâmaras, 2007).

Alguns desses projetos continuaram em funcionamento por mais alguns anos, e outros foram desenvolvidos de acordo com o cenário político e econômico que se apresentava ao longo dos anos como, por exemplo, o Desenvolvimento de Apoio Público para a Economia de Mercado, promovido pela Associação Nacional de Empresários (ANDE) em conjunto com o Instituto Equatoriano de Economia Política (IEEP) (CIPE e Confecâmaras, 2007).

De acordo com o CIPE, a entidade possui como objetivos a pro-

---

<sup>7</sup> Ano de eleições presidenciais no Equador e forte tendência a mudança de governo.

moção das instituições que estabelecem e sustentam democracias orientadas para o mercado; a participação do setor privado no processo democrático; e um consenso acerca da compreensão de que deva haver liberdades, direitos e responsabilidades essenciais às democracias orientadas para o mercado entre os funcionários governamentais, os empresários, os meios de comunicação e o público. O CIPE promove uma governança democrática e a transparência tanto no setor público como no setor privado. A liberdade de associação e as organizações empresariais privadas e voluntárias são importantes para o direcionamento de uma democracia orientada para o mercado, assim como a cultura empresarial e a compreensão de como os mercados funcionam, e o acesso à informação e a políticas fundamentais .

As áreas de expertise do CIPE são descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Áreas de atuação do CIPE

Áreas	Objetivos
<b>Governança democrática</b>	Criar e fortalecer instituições de prestação de contas, aumentar a participação pública no governo, reformar agências governamentais e fortalecer os sistemas judiciais.
<b>Acesso à Informação</b>	Trabalhar com parceiros locais para obter maior transparência no governo, ser uma voz irrestrita para os reformadores e ter uma maior compreensão pública dos princípios democráticos orientados para o mercado.
<b>Combate à Corrupção</b>	Reformar sistemas legais ambíguos, implementar padrões para agências governamentais, estabelecer uma ligação entre as normas culturais do Estado de Direito e melhorar os mecanismos de governança.
<b>Desenvolvimento de Associações de Negócios</b>	Apoiar a liberdade de associação e a participação de organizações de setor privado, fornecendo cursos de gestão executiva e materiais educacionais, assistência em estratégias de advocacia, e governança de organização e suporte para serviços de membros orientados para o mercado.
<b>Governança Corporativa</b>	Construir sistemas de governança corporativa, sem os quais nem os mercados nem a governabilidade democrática podem prosperar. O CIPE inicia e apoia programas para reformar leis e instituições, construir apoio para a ética empresarial e aumentar a conscientização pública sobre a necessidade de práticas de governança corporativa eficazes.

<b>Reforma Legal e Regulatória</b>	A abordagem da Agenda Nacional de Negócios do CIPE encoraja o setor privado a identificar leis e regulamentações que dificultam a atividade empresarial e oferece recomendações para remover barreiras e melhorar o clima para o empreendedorismo.
<b>Mulheres</b>	Remover as barreiras institucionais e culturais à participação das mulheres na sociedade. Entende o empoderamento das mulheres através do prisma de construir vínculos entre o empoderamento educacional, político, cívico e econômico, onde as organizações da sociedade civil – especialmente as associações empresariais de mulheres – se tornem uma força líder para remover barreiras e capacitar as mulheres para moldar o futuro de seus próprios países.
<b>Juventude</b>	O CIPE centra-se na construção de competências através de programas de empreendedorismo e gestão e associações de apoio, que proporcionam redes, serviços e fóruns para jovens líderes.
<b>Sector Informal e Direitos de Propriedade</b>	O CIPE e os seus parceiros suprimem a lacuna entre o setor informal e a economia formal, apoiando a voz democrática e a participação do setor informal, reformando os procedimentos de registo de empresas e reforçando os direitos de propriedade privada.
<b>Cidadania Corporativa (CSR)</b>	No CIPE, cidadania corporativa significa mais do que apenas apoiar causas de caridade em comunidades onde a empresa opera. À medida que as corporações desenvolvem cadeias de suprimento globais que se estendem mais profundamente em países com instituições políticas e econômicas menos desenvolvidas, muitos têm experimentado de primeira mão os problemas que a corrupção endêmica, a falta de respeito pelo Estado de direito e os direitos de propriedade fracos ou inexistentes podem ter em empresas estrangeiras e domésticas.
<b>Empreendedorismo</b>	Os programas de empreendedorismo do CIPE centram-se na construção de ecossistemas de empreendedorismo – as redes de instituições, apoios e atitudes culturais que permitem aos empresários prosperar e tornar-se participantes de uma democracia próspera.

Fonte: A autora (2018), com base em dados do site <[www.cipe.org](http://www.cipe.org)>.

**Governança democrática e processos políticos:** De acordo o estipulado pela NED, é preciso haver um sistema de governo representativo com eleições livres e periódicas, em que os direitos dos indivíduos e grupos estejam assegurados através de regras justas e equitativas de



direito. O trabalho da NED se concentra em fortalecer esse sistema poliárquico em países onde a democracia é recém-criada, frágil, ou está sob o desafio das forças antidemocráticas de esquerda ou direita. Por outro lado, a NED trabalha em países não democráticos como encorajadora e facilitadora de transições para a democracia. Nesse caso, atua em conjunto com instituições independentes da sociedade civil e até mesmo com certos organismos oficiais (por exemplo, um sistema judicial independente) (Reagan, 1984).

É através dos institutos dos partidos políticos dos Estados Unidos que a NED promove a governança democrática e os processos políticos. As doações passam pelo **NDI**, Instituto do Partido Democrata, e pelo **IRI**, Instituto do Partido Republicano, para financiar programas que atendem às seguintes áreas: Partidos políticos; Participação eleitoral e na administração; Políticas Públicas e Informação; Fortalecimento das Legislativas; O Estado de Direito e da Administração da Justiça; Militares e Democracia (Reagan, 1984).

**O National Democratic Institute for International Affairs (NDI)** define-se como uma organização sem fins lucrativos, não partidária, apesar de ser vinculada ao Partido Democrata, e não governamental, mas é financiada pelo governo dos Estados Unidos. Atua junto a partidos políticos e defende os interesses políticos das corporações privadas norte-americanas. Foi fundado em 1983 e tem o propósito de articular atores sociais locais e internacionais, compartilhando ideias, conhecimentos e experiências (NDI, [s.d.]).

O NDI compartilha práticas de desenvolvimento democrático internacional a serem adaptadas a realidades distintas, aos parceiros locais. Outra frente do NDI é a promoção do desenvolvimento de canais de comunicação institucionalizados entre cidadãos, instituições políticas e autoridades eleitas (NDI, [s.d.]).

Entre as áreas de atuação do NDI estão: Participação cidadã; Debates; Democracia e tecnologia; Governança democrática; Eleições; Gênero, mulher e democracia; Monitoramento, avaliação e aprendiza-

gem; Paz, segurança e resiliência democrática; Inclusão Política de grupos marginalizados; e Partidos Políticos (NDI, [s.d.]).

O NDI possui programas e mantém redes que proveem informação, troca de experiências e ação coletiva (Quadro 2).

Quadro 2 – Programas e redes do NDI

<b>Programa/Rede</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Rede Global de Monitores de Eleições Domésticas (GNDEM)</b>	A Rede Global de Monitores Eleitorais Domésticos busca envolver os cidadãos no monitoramento das eleições de seus países. Sua interação se dá através do portal < <a href="http://www.gndem.org">www.gndem.org</a> >.
<b>Rede Internacional de Conhecimento de Mulheres em Política</b>	A Rede Internacional de Conhecimento de Mulheres em Política busca a interação das mulheres na política e no compartilhamento de experiências, recursos e aconselhamento, através do portal < <a href="http://www.iknowpolitics.org/en">www.iknowpolitics.org/en</a> >.
<b>NDItech</b>	Trata-se de um blog que sustenta uma plataforma para o engajamento e compartilhamento sobre o papel crescente da tecnologia na política e no desenvolvimento democrático, através do site < <a href="http://www.nditech.org">www.nditech.org</a> >
<b>Dados de Eleições Abertos</b>	É uma plataforma que apresenta dados sobre o grau de accountability e transparência, através do portal < <a href="http://openelectiondata.net/en/">http://openelectiondata.net/en/</a> >.
<b>Governo Parlamentar Aberto</b>	É um fórum de articulação de organizações da sociedade civil do mundo que monitoram e trabalham pela transparência dos parlamentos e instituições legislativas de seus países. Este portal ( <a href="http://www.openingparliament.org">www.openingparliament.org</a> ) vem servindo de base sobre governo aberto e transparência nos legislativos, com um conjunto de princípios (Declaração sobre Governo Parlamentar Aberto) apoiados por mais de 140 organizações de mais de 75 países.
<b>Red Innovación</b>	Esta rede, formada por organizações da sociedade civil, líderes políticos, sociais e especialistas na América Latina, é usada para compartilhar experiências políticas e sociais no Continente, através do portal < <a href="http://www.redinnovacion.org">www.redinnovacion.org</a> >.
<b>TaalamSharek</b>	É uma plataforma do NDI para treinamento e aprendizagem e-learning em árabe, para Médio Oriente e África do Norte (MENA), lançada em 2016. Proporciona treinamento em questões sobre democracia, para os cidadãos desenvolverem suas habilidades cívicas e políticas em temas como planejamento de campanhas, eleições, participação cidadã, governança e desenvolvimento de partidos políticos, através do website < <a href="https://taalamsharek.org">https://taalamsharek.org</a> >.

<b>TMG Towards 2015</b>	Trata-se de um site criado para divulgar ao público informações sistemáticas sobre a eleição presidencial de 2011, com base em dados de observadores da contagem rápida na Nigéria, através do endereço <www.tmgtowards2015.org>.
<b>Vote Without Violence (VAW-E)</b>	É um portal (<www.voteswithoutviolence.org>) que promove a colaboração entre observadores locais sobre melhores práticas para a observação da violência contra as mulheres nas eleições.

Fonte: A autora (2018), com base em dados do site <www.ndi.org>.

O NDI desenvolveu um conjunto de programas mais especificamente para a América Latina, que são os Programas Regionais Andinos, o *Red Innovación*, o Rede de Partidos Políticos e o Programa Regional de Transparência (NDI, [s.d.]).

**Programas Regionais Andinos:** Segundo o NDI, são iniciativas por demanda dos atores sociais, partidos políticos, autoridades eleitas e organizações da sociedade civil, que buscam informações e conhecimento acerca do fortalecimento das instituições democráticas e da prestação de contas aos cidadãos através da construção de partidos e reformas políticas. O NDI promove o intercâmbio de melhores práticas nos temas como o desenvolvimento de plataformas políticas, a ampliação da participação política, a melhoria das estratégias de comunicação dos constituintes, o desenvolvimento de práticas modernas de liderança e a transparência política e eleitoral. Estes programas são implementados inclusive nos países onde não há escritórios, como Bolívia, Equador, Peru e Venezuela, através de assistência técnica remota (NDI, [s.d.]).

**Red Innovación:** como mencionado antes, é uma rede de partidos políticos e organizações da sociedade civil, ativistas e especialistas da academia que buscam por inovação política. O portal compartilha as melhores práticas e a inovação, fornecendo acesso *on-line* a ferramentas e metodologias testadas para reformas democráticas. O próprio NDI organiza tutoriais e fóruns ao vivo com a participação de comunidades virtuais e com redes físicas de ativistas. Além disso:

A plataforma Red Innovación permite que visitantes e membros troquem ideias, materiais e experiências usando tecnologias de comunicação de informação e redes sociais amplamente disponíveis, como YouTube, Facebook, Twitter, Google Plus, Slideshare e uma sala de aula virtual (NED, 2016b, tradução nossa).

**Rede de Partidos Políticos:** A rede possui manuais do NDI sobre os diversos aspectos de gestão de partidos e relacionamento com a sociedade civil. Trata-se de um repositório, uma biblioteca do NDI para ativistas políticos e profissionais sobre os mais variados temas – de eleições a iniciativas de reforma política, democracia interna, transparência, inclusão de setores sub-representados, por exemplo.

**Programa Regional de Transparência:** o Programa foca na governança democrática na América Latina e na necessidade de transparência nos processos políticos frente à grande incidência da corrupção política. O programa está direcionado especificamente para Argentina, Colômbia e Paraguai.

**O International Republican Institute (IRI)** também é uma organização sem fins lucrativos e não partidária, isto é, mesmo tendo sido criada pelo Partido Republicano, não considera a orientação partidária em suas relações, segundo suas diretrizes. Apresenta, em sua página *Who we are* (IRI, 2017) o propósito de promover a liberdade e a democracia em todo o mundo, apoiando partidos políticos a tornarem-se menos problemáticos e mais responsivos. Também contribui para a maior participação dos cidadãos no planejamento governamental, principalmente dos grupos marginalizados (mulheres e jovens).

Entre as áreas de atuação do IRI estão: Sistemas Multipartidários; Governança Democrática; Empoderamento de Mulheres; Iniciativas da Sociedade Civil; Liderança Jovem; Fortalecimento de Processos Eleitorais; Pesquisas *Insights in Survey*; e Monitoramento e Avaliação (IRI, 2017).

Mais especificamente na América Latina e Caribe, o IRI possui um

conjunto de programas que interagem com funcionários públicos e com cidadãos. Estes programas buscam:

Gerar um diálogo político substantivo através do desenvolvimento de políticas baseadas em questões; promover práticas eficazes de governança democrática; melhorar a representação e inclusão das populações marginalizadas; e promover a participação significativa da sociedade civil e dos cidadãos na vida pública em todos os níveis (IRI, 2017).

O escopo de projetos para esta região se aplica conforme detalhado no Quadro 3.

Quadro 3 – Projetos do IRI

<b>Projetos</b>	<b>Objetivos</b>
<b>Edificação de habilidades legislativas</b>	Ajudar os órgãos parlamentares a desenvolver capacidades-chaves para aumentar a sua eficácia numa série de funções legislativas.
<b>Governança inteligente</b>	Usar a tecnologia para aumentar a responsabilidade e a participação cidadã.
<b>Melhores práticas municipais</b>	Ajudar os municípios a aumentarem sua capacidade de prestar serviços de forma eficiente, promover a participação cidadã e promover o desenvolvimento econômico.
<b>Ferramentas da sociedade civil</b>	Reforçar as capacidades dos cidadãos, da sociedade civil e dos grupos marginalizados para aumentar a consciência dos interesses e preocupações da comunidade e advogá-los eficazmente.
<b>Diálogo aberto</b>	Apoiar um discurso cívico vibrante através da livre expressão e do livre fluxo de informação.
<b>Segurança cidadã</b>	Criar ferramentas para trazer insumos e participação do cidadão em programas de segurança pública nos níveis local e nacional.
<b>Fortalecimento dos processos eleitorais</b>	Desenvolver competências para os candidatos que competirem nas eleições e reforçar a transparência das eleições através de observação eleitoral local e independente.
<b>Indústrias extrativas</b>	Fortalecer o desenvolvimento local com participação cidadã e responsabilização em zonas de indústria extrativa.

Fonte: A autora (2018), com base em dados do site [www.iri.org](http://www.iri.org).

Pode-se identificar diferenças entre os dois institutos. O NDI apresenta ações mais tecnológicas e de ciberpolítica e ciberativismo. O uso de plataformas de compartilhamento de experiências e projetos entre atores políticos e partidos é o principal foco do instituto dos Democratas. Já o IRI é mais tradicional e suas ações giram em torno de temas como governança, processos eleitorais e outros que são abordados pelo NDI, porém sem o foco no uso de tecnologias de informação e comunicação.

**Educação, cultura e comunicação:** A esfera da educação, cultura e comunicação é de extrema importância para a NED, pois as instituições políticas democráticas só serão fortes se estiverem sustentadas por uma forte cultura cívica e apoiadas por uma população que está empenhada em tais ideais, como o Estado de direito, a liberdade individual, a liberdade de religião, o debate livre e aberto, a regra da maioria, e a proteção dos direitos das minorias (NED, 1984); isso nos moldes do que a Casa Branca e as elites entendem como direito das minorias.

Para tanto, as atividades da NED nessa área financiam programas de suporte para jornais independentes, revistas e demais meios de comunicação, suporte à educação democrática e, por fim, suporte para atividades dirigidas ao reforço da compreensão popular e *advocacy* intelectual da democracia (Reagan, 1984).

Os apoios estão direcionados para o campo da cultura e da opinião pública independente, especialmente em sociedades fechadas, onde não há outras alternativas para promover a democracia. O documento considera a importância de se promover um fluxo mais livre de informações entre as pessoas de tais países. A partir disso, abre-se um leque amplo de possibilidades, como o apoio à publicação e divulgação de trabalhos acadêmicos ou artísticos independentes, produzidos dentro do país cujo sistema político é ditatorial, por exemplo. Outra possibilidade de ação é o apoio aos produtos da cultura não oficial que mereçam ser amplamente reconhecidos nas sociedades abertas, de forma a sustentar uma opinião pública independente. Dentro des-

se tipo de apoio, estão o reconhecimento no exterior de estudiosos “*underground*” e artistas exilados, bem como de ativistas de direitos humanos e dissidentes políticos, que lutam contra a repressão dos respectivos governos e que são defendidos por democratas ao redor do mundo (Reagan, 1984).

**Pesquisa/Fórum internacional para a democracia:** Neste âmbito, a NED promove pesquisas e intercâmbio de conhecimento com estudiosos destacados na temática em universidades dos EUA e do mundo, desenvolvendo discussões teóricas e em torno da implementação, da forma de atuação e da promoção da democracia nos diversos países.

A NED, além dos institutos vinculados, possui uma estrutura de iniciativas através da qual consegue articular muitos atores sociais, desde ativistas até acadêmicos, jornalistas, *policy makers*, e realizar o proposto nos Documentos Estratégicos. As iniciativas vinculadas à NED são quatro: o *International Forum for Democratic Studies*, o *World Movement for Democracy*, o *Journal of Democracy* e o *Center for International Media Assistance* (CIMA).

O Fórum Internacional de Estudos sobre Democracia é a instância mais importante da agência, pois serve de suporte aos grupos da sociedade civil em missão pela NED, através do desenvolvimento de pesquisas, análises e discussão teórica e prática sobre democracia. Reúne a comunidade acadêmica e ativistas de todo o mundo (NED-Forum, 2006). No Capítulo 5, serão identificados os representantes das organizações financiadas apontadas nesta pesquisa como participantes desses programas de intercâmbio e residência. Essa participação indica que os vínculos não são somente de financiamento de projetos, mas se estendem para transmissão de símbolos e significados, como defende Diani (1998).

O Fórum promove os programas de *Fellows*, como o Reagan-Fas-cell Democracy e o Visiting Fellows, através dos quais ativistas, estudiosos e jornalistas passam um período em contato com a estrutura da NED, num formato de residência (NED-Forum, 2006).

A NED promove reuniões periódicas de pequenos grupos de especialistas para ajudar a equipe no planejamento do programa. A *The Endowments Biennial Conference*, que acontece para se discutir sobre o estado da democracia no mundo, é o maior desses encontros. Trata-se de uma forma de estreitar laços com a comunidade acadêmica e política (Reagan, 1984).

A NED possui uma publicação trimestral, o *Journal of Democracy*, que combina artigos acadêmicos sobre a democracia com relatórios e análises realizadas por líderes de organizações democráticas e movimentos de todo o mundo. O *Journal* faz parte do International Forum for Democratic Studies, que é o principal centro de análise e discussão da teoria e prática da democracia ao redor do mundo. Este Fórum coordena o Network of Democracy Research Institutes (NDRI), uma rede chave para o World Movement for Democracy (WMD) (Reagan, 1984).

A revista científica é publicada pela Johns Hopkins University Press, e possui um Conselho Editorial independente, composto por cientistas políticos e pensadores democráticos. “Ele[a] serve como um fórum para discussão séria sobre os princípios e as perspectivas de democracia e como uma fonte de informação e orientação sobre os problemas encontrados e as estratégias empregadas pelos democratas em todas as regiões do globo” (Reagan, 1984, p. 2).

A tradução da revista para o português é feita através da Plataforma Democrática ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)), fundada pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso e o Edelstein Center for Social Research. O Departamento de Estudos Políticos da FLACSO-Ecuador aparece como um dos parceiros na missão da Plataforma, de produzir, disseminar e promover debates sobre os desafios que se colocam ao desenvolvimento da democracia na região.

Os editores do *Journal of Democracy*, Marc F. Plattner e Larry Diamond, são os diretores do Fórum, o qual possui suas publicações, conferências e redes acadêmicas que beneficiam os programas de fellows e subsidiam o Movimento Mundial pela Democracia. O *Journal* é uma



revista científica que publica artigos dentro das normas de avaliação de pares, porém, reproduz somente uma perspectiva de visão de mundo, mais liberal.

O Fórum administra o Network of Democracy Research Institutes (NDRI), uma associação de centros de pesquisa que tem a democracia e temas de política comparada como temas centrais e procedentes de todas as partes do mundo. Entre os membros na América Latina, por exemplo, tem-se: Global Center for Development and Democracy (Peru); Center for the Implementation of Public Policies Promoting Equity and Growth (CIPPEC) (Argentina); Center for Opening and Development in Latin America (Argentina); Latinobarómetro (Chile); Congreso Visible (Colombia); Instituto de Ciencia Política (Colombia); State of the Nation Program (Costa Rica); Instituto Centroamericano de Gobernabilidad (Costa Rica); Grupo Faro (Ecuador); Centro de Investigación y Docencia Económicas, A.C. (Mexico); FUNDAR (Mexico); e Vanderbilt University's Latin American Public Opinion Project (LA-POP) (United States).

São muitos os eventos que o Fórum promove, desde congressos, pequenos seminários até *workshops*, como o de gerentes de *Think Tank*, que possibilitam a troca de experiências, aprendizado e aprimoramento em teorias e práticas de democratização.

O World Movement for Democracy é uma rede formada por ativistas, profissionais, estudiosos, decisores políticos e financiadores. A sua missão é “conectar, informar e capacitar os cidadãos de todo o mundo para promover a democracia. Todas as redes, grupos e indivíduos que compartilham nossos valores e objetivos são bem-vindos para participar” (WMD, 2017).

Por último, apresenta-se o Center for International Media Assistance, que é uma plataforma de pesquisa e conhecimento sobre desenvolvimento de mídia em todo o mundo. Este centro é responsável por prover informações, estabelecer redes, desenvolver pesquisas sobre a mídia na criação e desenvolvimento de democracias sustentáveis (NED, 2016a).

## Os documentos estratégicos da NED

A partir da Declaração dos Princípios e Objetivos da NED, os diretores da entidade passaram a adotar estratégias mais específicas de implementação dos programas para um período de três a cinco anos<sup>8</sup>. Esses documentos estratégicos apresentam as prioridades de ação e os objetivos mais específicos, de forma a alcançar os objetivos traçados, pela Casa Branca e pelo Congresso Nacional para a organização, na Declaração de Princípios e Objetivos de 1984 (NED, 1992).

A NED prepara um detalhamento das prioridades anuais em um documento. As novas prioridades atendem aos objetivos dos EUA em cada região ou país. Cada instituto elabora seu rol de ações e estas são submetidas à aprovação da NED, de acordo com as suas diretrizes (NED, 1992).

O primeiro **Strategy Document, aprovado em 1992**, reorienta o trabalho da NED de acordo com o advento da Guerra Fria e define sua vantagem comparativa como uma organização de assistência à democracia independente e orientada à sua missão, num momento em que o financiamento direto do governo a este campo foi de rápida expansão (NED, 2007a).

Como a NED depende dos recursos destinados pelo Departamento de Estado e Congresso Nacional, possui em seu corpo diretivo pessoas influentes nesses espaços e intelectuais e ativistas colaborando na formulação de prioridades e direcionamentos das suas ações (NED, 1997). Assim, o **Documento de Estratégia, de 1997**, registra as dificuldades financeiras da NED e suas lutas dentro do Congresso para manter o orçamento de US\$ 30 milhões recebidos em 1994, um orçamento que vem diminuindo a cada ano. O capítulo “Doing more with less”, desse documento, demonstra as novas estratégias para seguir executando seu trabalho com um orçamento menor.

---

<sup>8</sup> A NED lançou os *Strategy Document* a cada cinco anos. Até o período final de análise desta pesquisa foram: 1992, 1997, 2002, 2007 e 2012.

A “família” NED, como eles se referem ao grupo de quatro organizações vinculadas à agência, “consiste em uma variedade de networks e suas estruturas”, e a coordenação destas vem crescendo, mas a NED abre espaço para outras articulações. Com isso, outras redes e fóruns são levados em consideração nesta coordenação de forças: Polish-Czech-Slovak Solidarity Foundation; Fondation for Education for Democracy; Centers for Pluralism, os três situados na região da antiga União Soviética. Sob a coordenação do NDI, há o National Citizen’s Movement for Free Elections. Em Filipinas, sob a coordenação do CIPE, existe o Asia Institute of Management. A NED tem a habilidade de operar interregionalmente e, através do NDI, promove o intercâmbio entre ativistas dessas regiões geográficas. Além desse intercâmbio, a agência traz estes militantes para realizar o que chama de “residência”, em que os ativistas passam um tempo nas dependências da NED, como os *Visit Fellow Programs* e outros programas (NED, 1997).

Em 2002, um **novo Strategy Document** foi lançado, normalmente cinco anos depois, mas, diante do atentado terrorista do 11 de setembro de 2001, este documento possui algumas particularidades. A promoção de instituições e valores democráticos no mundo muçulmano era, então, um dos desafios mais urgentes a serem enfrentados pela NED (NED, 2002).

A NED divide os programas de concessão de recursos para organizações da sociedade civil e formatados estrategicamente de acordo com a situação de cada país. A instituição considera uma classificação da Freedom House que lista os países como “not free”, “partially free” e “free”. A cada ano, é lançado um relatório com os países em suas respectivas disposições. Em países not free, como, por exemplo, Coreia do Norte, Cuba e China, a NED apresenta um rol de estratégias de atuação diferente para cada um deles. Na Coreia do Norte, o país mais fechado, a NED não possui permissão para trabalhar. Por isso, a estratégia é dar suporte a grupos na Coreia do Sul que vêm trabalhando em campanhas internacionais de defesa dos direitos humanos na Coreia do Norte. Já

em Cuba, a NED pode atuar dentro do país apoiando grupos internos e dando assistência a jornalistas, organizações independentes de trabalhadores e cooperativas (NED, 2002).

O trabalho da NED, segundo sua própria manifestação, é promover os interesses nacionais dos Estados Unidos (NED, 2007a), conforme estão descritos na National Security Strategy (NSS) de 1987 (Reagan, 1987), na qual Reagan definiu suas prioridades. O documento de segurança nacional menciona que a sobrevivência dos EUA como nação livre e independente é o primeiro ponto a ser defendido. Dentro desse interesse nacional, são elencadas ações de prevenção e impedimento de proliferação de armas nucleares, de ameaças terroristas, e de dominação de qualquer outra força hostil ou coalizão de poder. Os demais pontos são: uma economia crescente e saudável, instituições democráticas, economia de livre mercado mundial e sistema de comércio internacional aberto (Reagan, 1987)

O **documento de 2007** apresenta cinco categorias de trabalho:

- a) abertura de espaços políticos em países autoritários;
- b) assistência democrática e processos democráticos em países semiautoritários;
- c) ajuda a novas democracias constituídas;
- d) construção de democracia pós-conflito;
- e) ajuda democrática no mundo mulçumano.

A assistência à democracia, segundo a NED, “não é um exercício de engenharia social de cima para baixo”, mas é usada como suporte para grupos de bases se fortalecerem na luta pelos direitos humanos e pela participação democrática, segundo a visão da NED. Os focos principais continuam sendo a região do Médio Oriente e África do Norte (MENA) e a região asiática (NED, 2007a).

O **Strategy Document, de 2012**, mostra que os EUA voltaram suas atenções para a América Latina devido à potencial ameaça que Hugo Chaves representa, desde a Venezuela. Uma novidade que aparece em 2012 é o fato de que uma das quatro áreas em que a NED iniciou

suas ações foi o suporte ao ativismo no *cyberspace*. Com o advento da Primavera Árabe e todos os recursos de mobilização e articulação utilizados através da internet, a NED incluiu esta nova arena de competição em suas estratégias. O evento da Tahrir Square, no Cairo, a Revolução Árabe por mais democracia, em 2011, por exemplo, recebeu suporte e ajuda da NED. Dessa forma:

A NED e seus institutos estão bem posicionados para ajudar as forças cívicas que se reuniram na Praça Tahrir do Cairo e em outras cidades do Egito e da Tunísia a se tornarem melhor organizadas para que possam defender seus ganhos, monitorar o processo de transição, pressionar por reformas genuínas e promover o estado de direito, e competir efetivamente nas eleições. (NED, 2012a, p. 10)

Através de plataformas *on-line* e outros recursos, a NED pôde dar suporte e viabilizar a articulação de ativistas defensores dos direitos humanos, blogueiros e ativistas da democracia, frente às medidas sofisticadas de filtragem, censura e vigilância implementadas pelo governo egípcio (NED, 2012a).

Depois de um percurso histórico sobre a política externa de promoção da democracia e da descrição dos atores e sua atuação, será analisado, no Capítulo 2, o modelo de democracia que os EUA buscam implementar ou promover, para se entender por que os autores que mencionam esta política também se reportam à poliarquia, e ao próprio Robert Dahl, para descrever o modelo de democracia proposto pelo Departamento de Estado nas suas estratégias de política externa. Dessa forma, pretende-se percorrer um caminho de discussão teórica que ajudará a entender o modelo de democracia utilizado na política de promoção da democracia dos EUA.



# 2

## O MODELO DE DEMOCRACIA PROPOSTO

Neste capítulo, pretende-se resgatar a teoria democrática elitista que serviu de base para desenvolver toda uma plataforma de promoção de um modelo de democracia por parte dos Estados Unidos para os demais continentes. Trata-se de uma abordagem sobre os clássicos Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, que definiram a teoria da democracia clássica na construção de categorias para definir uma teoria democrática elitista, e de Schumpeter, que revisou e sistematizou essas categorias e constituiu o que se conhece como democracia moderna.

### Discussão sobre a teoria da democracia

O valor utilitário da democracia torna-se mais claro quando o Departamento de Estado estadunidense assume mais prestígio e torna-se mais efetivo no alcance dos seus objetivos de manter a segurança e os interesses econômicos domésticos dos EUA, conforme informações constantes dos documentos *National Security Strategy* (NSS). A NED aparece também como um dos principais agentes dos EUA para a democracia no mundo, como um agente do Comando, contribuindo com o fim das ditaduras, ainda que de maneira fraudulenta, de acordo com Tony Smith (2012, p. 286).

Com o governo Reagan, a política de promoção de um modelo de democracia começou a se tornar foco na política externa dos Estados Unidos e consolidou-se como um dos pilares para suas relações com o continente latino-americano, marcando o passo da maioria das administrações de governo dos Estados Unidos ao longo da Guerra Fria. Smith (2012) explica que a política externa voltada para a América Latina era norteada pela iminência de levantes comunistas, de acordo com a Casa Branca. O propósito dessa política externa era moldado em torno de manter inviolada a zona de influência dos EUA na América Latina (Smith, 2012).

Smith (2012) caracteriza a democracia defendida pelos Estados Unidos em sua política externa pela “competição de partidos em eleições livres, regida pelo sistema de sufrágio universal, para controle eletivo dos centros governamentais de poder” (Smith, 2012, p. 13) (Tradução nossa). Esta concepção mais institucional foi abordada por William Robinson (2010), alegando que a teoria que Robert Dahl (2015) desenvolveu em 1972 sobre a Poliarquia serviu de base na constituição deste modelo de democracia que se busca promover na América Latina. Carothers (Carothers, 2010, p. 192) discorre sobre qual modelo os programas de assistência utilizam para construir a democracia em outros países. Para ele, trata-se de um modelo de democracia liberal, em que predomina a democracia de baixa intensidade (Ralph, 2010; Santos, 2007). Dessa forma, analisa-se, a seguir, em que sentido essa democracia contribui para os interesses dos EUA.

Robinson (1998) argumenta que a democracia de baixa intensidade é orientada ao mercado que os EUA promovem, avança sob uma ordem baseada nos interesses da elite transnacional, em vez de ser uma prática de democracia popular, como sugere a retórica estadunidense, conforme visto no capítulo anterior.

Dessa forma, a política de promoção de uma democracia liberal, de acordo com Ralph (2010, p. 201), é executada no âmbito do livre mercado, através de ações dentro dos países que se rebelam contra a



hegemonia dos EUA. No entanto, os Estados Unidos acabam assumindo um papel internacional de “salvar o mundo” através da democracia devido à pressão interna por segurança e estabilidade econômica (Ralph, 2010, p. 201).

Nesse sentido, as organizações investigadas nesta pesquisa fazem parte de um complexo institucional de promoção de um modelo de democracia que proporcione, ou não interfira, (n)as dinâmicas de uma economia de livre mercado, de acordo com vários pesquisadores estadunidenses que investigam o tema (Carothers, 2010; Ikenberry, 2010; Lowenthal, 1993; Ralph, 2010; Smith, 2012).

A inspiração da política de promoção, de acordo com os autores mencionados (Carothers, 2010; Ikenberry, 2010; Lowenthal, 1993; Ralph, 2010; Smith, 2012), é a poliarquia de Robert Dahl, que, por sua vez, se entende como uma democracia de baixa intensidade, conforme Ralph (2010) e Robinson (1998), e inspira-se em uma concepção de democracia liberal.

Miguel (2014) discorre criticamente sobre a vertente hegemônica (elitista) de uma democracia liberal e coloca como ponto crucial para discussão o caráter liberal dos direitos individuais:

O conflito potencial entre o liberalismo e democracia é um problema teórico (e prático) de primeira grandeza: como compatibilizar o exercício da soberania popular com a preservação de direitos individuais inalienáveis, que se impõem mesmo contra a vontade da maioria? [...] Da mesma forma que o ideal democrático incorpora a noção de que todos têm direito igual a participar no processo de tomada de decisão e a ter opiniões e interesses levados em consideração, o ideal liberal se funda numa crença da igual capacidade de cada um buscar o próprio interesse e governar a própria vida (Miguel, 2014, p. 30).

O cenário visualizado leva à necessidade de resgatar os conceitos elitistas de democracia. É forte o sentimento de que o povo não é capaz de decidir e, portanto, o melhor é constituir representantes através

do voto para se fazer “presente” ou representado nas decisões mais importantes de uma Nação. Sob essa concepção, a participação política do povo se resumiria em ir às urnas e votar. É o que defendem os teóricos elitistas, os quais enunciam que os objetivos igualitários são ilusórios: “[...] sempre vai haver desigualdade na sociedade, em especial a desigualdade política, isto é, sempre existirá uma minoria dirigente e uma maioria condenada a ser dirigida [...]” (Miguel, 2014, p. 31).

De acordo com o autor, “o elitismo pode ser descrito como a crença de que a igualdade social é impossível, de que sempre haverá um grupo naturalmente mais capacitado detentor dos cargos de poder” (Miguel, 2014, p. 32). Este é um fator natural para o elitismo; e torna-se um ponto essencial na poliarquia: quando Robert Dahl explica que todos os grupos democráticos têm acesso aos recursos de poder, refere-se às elites (Dahl, 2015).

A única forma de participação, segundo Schumpeter (1961), é o acesso ao voto, escolhendo seus líderes, ou rejeitando-os nas próximas eleições. Outras instâncias de participação política não seriam compatíveis, pois as decisões já estariam sendo tomadas pelos líderes eleitos (Santos, 2007). Algo que vem surgindo com força no Continente e, principalmente, no Equador com a estrutura do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS), o qual será abordado no quinto capítulo.

Esse modelo de democracia, em que a representação política se apresenta quase como a única forma de participação nas decisões, vem se refletindo nas ruas, por meio da insatisfação com os representantes políticos, e Boaventura de Souza Santos explica isso através do que chama de democracia de baixa intensidade (Santos, 2007).

## **Democracia de baixa intensidade**

Uma democracia de baixa intensidade não reconhece outras formas de participação senão pela via da representação política. Isso signi-

fica que o cidadão passa a ser cada vez menos chamado a participar das decisões importantes. Santos (2007) explica que se trata de

[...] uma cidadania bloqueada, na medida em que a muita gente – que é a característica do sistema democrático representativo – não se garantem as condições de participação, ou seja, uma cidadania que se baseia na ideia de participação mas não garante suas condições materiais” (Santos, 2007, p. 91).

A forma de democracia que se tornou hegemônica após as duas grandes guerras terminou em uma restrição das formas de participação, em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos (Santos, 2007, p. 40).

Existem discussões acerca da compatibilidade ou incompatibilidade entre democracia e capitalismo e sobre as condições estruturais da democracia; e menciona-se a democracia participativa e a democracia popular como alternativas ao modelo liberal. Santos (2007) menciona que há uma dupla patologia na democracia: por um lado, uma patologia da participação, em que há a degradação das práticas democráticas, e, por outro lado, uma patologia da representação, na qual os cidadãos se consideram cada vez menos representados (Santos, 2007).

Robert Dahl discorre sobre um histórico da concepção hegemônica da democracia, apresentando a forma como os instrumentos participativos vão perdendo espaço e se tornando desnecessários para os processos democráticos à medida que a concepção vai incorporando elementos elitistas. Um dos elementos constitutivos da concepção hegemônica de democracia é a crença na representatividade como a única solução possível para a autorização em democracias de grande escala. E Dahl defende que:

Quanto menor for uma unidade democrática, maior será o potencial para a participação cidadã e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões de governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, menor será a capacidade de lidar com problemas relevantes

para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes (Dahl, 2015).

Bresser-Pereira (2005) se aventura na seara da discussão sobre a democracia participativa e, em seu texto *Democracia republicana e participativa*, explora os conceitos em uma análise histórica sobre o tema. Segundo o autor, no século XVIII, tanto o liberalismo como o republicanism concordavam em rejeitar a democracia como é entendida hoje por correntes mais participacionistas.

Quando Schumpeter apresenta suas contribuições sobre uma concepção de democracia no Século XX, estas são bem aceitas e adotada pelas elite, por entenderem que “os pobres não representariam uma ameaça real à ordem social, pois respeitariam os direitos de propriedade e os contratos” (Bresser-Pereira, 2005, p. 78). Ainda segundo as pesquisas de Bresser-Pereira, através do sufrágio universal as elites competiriam pelo apoio dos eleitores e teriam “o direito de tomar suas próprias decisões independentemente da vontade dos eleitores [pobres e ampla classe média]” (Bresser-Pereira, 2005, p. 79).

A questão é que a democracia vem tomando formas para além do sufrágio universal, e a sociedade civil vem assumindo o papel cada vez mais ativo nos cenários de participação política. A democracia se tornou mais participativa, visto que as organizações da sociedade civil em diversos âmbitos e setores passaram a lutar por espaços, cada qual com sua interpretação do interesse público. E, “embora as elites políticas continuem poderosas, seu poder está sendo cada vez mais colocado em xeque por uma cidadania ativa, disposta a ter algum grau de participação no poder político” (Bresser-Pereira, 2005, p. 80).

Bresser-Pereira (2005) faz um recorrido sobre as concepções de democracia deliberativa [a qual é entendida por ele como mais complexa que a democracia participativa] e de democracia republicana. Segundo o autor, a democracia deliberativa é trazida à luz através de teóricos políticos social-liberais liderados por Habermas, Rawls e Joshua Cohen.

Por outro lado, a democracia republicana tem como porta-vozes os teóricos liberais clássicos e “realistas”, “adeptos da escolha racional, que mostram os limites da representação e da responsabilidade política nas democracias contemporâneas e rejeitam o ideal deliberativo” (Bresser-Pereira, 2005, p. 80).

Carole Pateman (2014) defende que *“la principal función de la participación en la teoría de la democracia es una función educativa, en el sentido más amplio de la palabra, lo cual incluye tanto el aspecto psicológico como la obtención de práctica en materia de capacidades y procedimientos democráticos”*. Além disso, inclui-se o controle social como “política da responsabilidade societal”, em que a sociedade organizada assume um papel central e age fiscalizando as autoridades políticas (Peruzzotti; Smulovitz, 2002).

O fato é que o capitalismo e a democracia são incompatíveis, de acordo com o pensamento de Ellen Wood (Wood, 2007, 2011). Entender o conceito de democracia como o poder popular ou o governo do povo não atende às necessidades de um sistema econômico liderado por grandes corporações. O autor enfatiza que “não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado aos dos imperativos do ganho e da acumulação e no qual os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas de vida” (Wood, 2007, p. 419).

Wood (2007) se aprofunda na análise do conceito de democracia e considera que o povo, o *demos* nesse caso, não está presente na concepção moderna de democracia. No lugar da soberania popular, a concepção de democracia moderna enfatiza a importância da defesa dos direitos individuais contra a ingerência do poder de outros. É a cidadania passiva, pela qual os indivíduos, na qualidade de cidadãos, são despolitizados, pois a democracia passa a ser formada por indivíduos isolados e atomizados, que abdicaram de seu poder para delegá-lo a um representante e usufruir de forma passiva de certos direitos cívicos e liberdades básicas (Wood, 2007).

Um modelo de democracia de baixa intensidade é ideal para mobilizar uma articulação que atenda aos interesses de grupos econômicos e elites. Era, justamente, o que ocorria antes do governo de Correa, que superou um período em que políticas de governo beneficiavam os grupos econômicos e, principalmente, um setor da economia, o financeiro.

Essa discussão entre democracia participativa e democracia estritamente representativa parece estar superada por uma concepção democrática que Robert Dahl (2015) chama de “poliarquia”. A poliarquia se caracteriza por ser um sistema político com forte descentralização das decisões políticas, em uma pluralidade de grupos de elite autônomos e concorrentes, embora atrelados por um acordo mínimo sobre as regras do jogo social e político (Dahl, 2015). Para Robinson (2010), a poliarquia refere-se a um sistema no qual as regras e a participação em massa no processo de decisão se limitam à escolha de um liderança em eleições cuidadosamente geridas pelas elites concorrentes. No item seguinte será abordado com mais detalhes o tema da poliarquia.

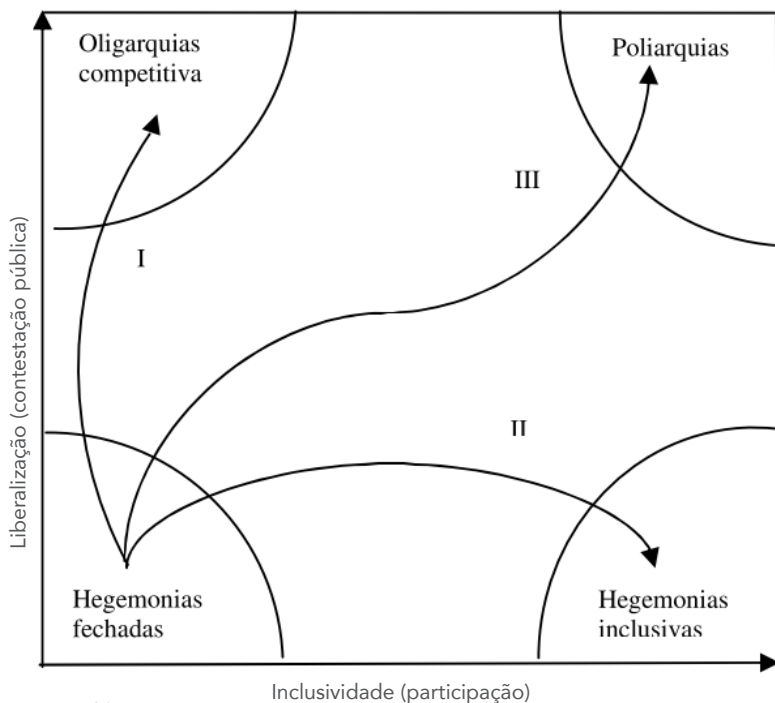
## **Poliarquia: um modelo ideal para a expansão e funcionamento do capitalismo**

Afinal, do que se trata esta proposta teórica de Robert Dahl (2015), a poliarquia? Trata-se de uma configuração democrática, que contempla um processo de progressiva ampliação da competição e da participação política. Portanto, refere-se ao acesso amplo de todas as elites à competição política e ao acesso de todos os cidadãos ao sufrágio. O autor considera uma sociedade pluralista aquela em que todos os grupos sociais teriam acesso igual aos recursos de poder, ou seja, nenhum grupo social poderia garantir sua preponderância sobre os demais. E para que isso aconteça, para que haja um alto grau de pluralidade societal, é preciso haver desenvolvimento econômico e social. É com este propósito que a ajuda externa entra como estratégia na promoção da democracia, no entendimento de Robert Dahl (2015).

No esquema abaixo, o autor mostra os possíveis caminhos para que um sistema hegemônico fechado chegue a se transformar em uma poliarquia, ou seja, evoluir de uma ditadura ou sistema mais fechado a uma democracia poliárquica.

À medida que o sistema se torna mais inclusivo e com maior possibilidade de contestação política, entende-se que ele tende a se aproximar, ou até chegar a ser, uma poliarquia, conforme se pode visualizar na Figura 6.

Figura 6 – Liberalização, inclusividade e democratização – Poliarquia



Fonte: Dahl (2015, p. 30).

Conforme define Dahl,

As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (Dahl, 2015, p. 31).

Os Princípios e Diretrizes da NED (Reagan, 1984) deixam claro esta proposta de poliarquia ao defenderem a participação pelo voto a todos os cidadãos e a competição política de todos os grupos democráticos, desde que atendam aos interesses dos EUA. Um governo com tendência a políticas que interfiram no desenvolvimento econômico e na livre circulação do investimento estrangeiro é visto com cautela, assim como foi com Rafael Correa. O mesmo documento define a defesa de democracias que respeitem os direitos e liberdades individuais.

Robert Dahl (2015) apresenta três estratégias para a transformação dos sistemas políticos de outros países em poliarquias, quando aborda as implicações para a ajuda externa dos Estados Unidos:

(1) invadir e ocupar o país, afastar o governo pela força e substituí-lo por uma poliarquia, e depois proteger o novo governo pelo tempo que for necessário; (2) apoiar os movimentos democráticos – isto é, revolucionários – dentro do país, com fundos, armas e outros recursos; (3) apoiar o governo existente com fundos, armas e outros recursos e pressioná-lo a mudar (Dahl, 2015, p. 197).

O autor está sugerindo estas estratégias e pensando de acordo com o contexto dos anos pós-Guerras Mundiais e início dos anos de 1970. Ele analisa os diversos acontecimentos em que os Estados Unidos estiveram envolvidos em intervenções, desde algumas bem-sucedidas, como Filipinas e Porto Rico, até os casos de fracassos, como a intervenção no Vietnã. Há um pessimismo por parte de Dahl (2015), em relação às políticas de promoção da poliarquia, ao se referir à atuação dos EUA em outros países. A partir dessas constatações sobre as estratégias que



Estados Unidos deveriam seguir e o que não deveriam fazer, as administrações que assumiram após esse período transformaram as estratégias de promoção da democracia com base nas experiências passadas aplicando aquelas estratégias mencionadas por Dahl.

Dahl explica que a ajuda externa que um país se propõe a fornecer tem, como fundo, os objetivos da sua política externa presentes, sejam eles de segurança nacional ou de interesses econômicos na região de destino. A assistência externa pelo simples objetivo altruísta de destinar suas riquezas à ajuda de países pobres com a função de erradicar a miséria deve sair de organizações internacionais e não dos países ricos (Dahl, 2015).

É o que se verifica nas comunicações diplomáticas da embaixada em Quito para Washington (US Embassy Quito, 2006a) sobre a assistência externa enviada para o Equador com o propósito de assegurar um processo eleitoral justo e transparente no país em 2006, mesmo não havendo candidatos fortes e do agrado dos EUA. Esta ajuda externa não possuía motivações altruístas, mas sim interesses políticos.

William Robinson (1998), em seu livro *Promovendo a poliarquia: globalização, interversão estadunidense e hegemonia*, explora a concepção de poliarquia e demonstra a forma e o modelo de democracia promovidos pelos Estados Unidos. O autor faz uma análise da “promoção da democracia” em relação à hegemonia e faz o cruzamento dessa política com a economia de uma sociedade global emergente, na ordem mundial no século XXI. Os estudos de Robinson sobre a promoção da democracia (1998) surgiram com suas pesquisas sobre um programa maciço de intervenção secreta dos Estados Unidos nas eleições da Nicarágua, nos anos 1990.

Os Estados Unidos, ao longo de sua história, vêm mantendo uma política de intervenção e ingerência internacional em defesa de seus valores e princípios, mas mais especificamente em relação à segurança nacional e à sua economia. Segundo Robinson (1998), os Estados Unidos vêm promovendo a sua versão de democracia com o intuito de provocar um rearranjo dos sistemas políticos nas zonas periféricas e

semiperiféricas do “sistema mundial”. Portanto, a promoção da democracia se restringe a uma “democracia de baixa intensidade” e não se propõe somente a mitigar as tensões sociais e políticas produzidas pela elite, mas também a abater quaisquer aspirações populares e de massa por uma democratização mais profunda (Robinson, 1998).

Robinson (1998) assinala que, em um primeiro momento, os “regimes clientes” e de ditaduras de direita instaladas no poder, ou apoiados pelos Estados Unidos na América Latina, foram uma característica de toda uma era da política externa dos EUA de intervenção no exterior, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Após aquele período, a política externa de promoção de uma “democracia de baixa intensidade” no Terceiro Mundo passou a ser a principal diretriz neste novo período da política externa dos EUA (Robinson, 1998).

Steve Smith discute a definição de democracia que o governo dos EUA toma para compor sua política de promoção da democracia dentro da política externa. De fato, o modelo de democracia adotado é o de poliarquia, baseado na teoria de Robert Dahl (Smith, 2010).

Como descrito por Dahl (2015), entre as estratégias a serem consideradas para a promoção da poliarquia tem-se o relacionamento com a sociedade civil e com os movimentos sociais que reivindicam participação política e que se envolvem em políticas de participação cidadã. Nesse contexto, é preciso conhecer as dinâmicas da sociedade civil organizada e como se configuram as relações sociais em redes; e, por se tratar de relações entre atores da sociedade civil de países diferentes, considerar as redes de relações transnacionais, tema do próximo capítulo.

# 3

## A SOCIEDADE CIVIL E A FORMAÇÃO DE REDES SOCIAIS

**N**os dois capítulos precedentes percorreu-se toda uma literatura que revela como a política de promoção da democracia surge e se desenvolve dentro da política externa dos EUA, mostrando que essa política é parte da sua assistência externa aos países com instabilidade política e que complementa toda uma estrutura de intervenção externa, em defesa dos interesses das grandes corporações norte-americanas e do próprio governo. Há o envolvimento das elites transnacionais, que participam influenciando na formulação da política externa através de comissões e conselhos, como o CFR, por exemplo. Muitas dessas elites, por sua vez, possuem fundações e organizações que atuam na mesma direção.

Percebeu-se que há um discurso de promoção da democracia em que a poliarquia é mencionada como modelo. Por isso, desenvolveu-se também um estudo teórico sobre os modelos de democracia, para entender as particularidades de uma democracia que possibilite o livre mercado. Nesse modelo, o campo de atuação para a promoção de democracia não é o meio diplomático, e sim a sociedade civil. As redes transnacionais da sociedade civil, que envolvem fundações, ONGs internacionais e a comunidade local, compõem o meio condutor dessas políticas. Por isso, neste capítulo discutem-se as possibilidades de encaideamento de ações e organizações em redes sociais, o que servirá de base para a análise do objeto de estudo.

## Sociedade civil em teoria e a construção da hegemonia

Autores como Dagnino (2006), que têm desenvolvido suas pesquisas em torno da discussão sobre a sociedade civil e democracia, sinalizam para uma revalorização da sociedade civil como ator principal em uma democracia que começa a abrir espaços para a participação democrática. Esta é a inovação democrática, por meio da qual houve uma “ampliação do campo da política e construção da cidadania” na América Latina (Dagnino, 2006, p. 14).

Assim, renovam-se os debates sobre a democracia, que se “caracteriza por uma grande disputa entre projetos políticos que, usando os mesmos conceitos e apelando a discursos parecidos, são de fato completamente distintos” (Dagnino, 2006). Por um lado, encontra-se um projeto democrático participativo, e por outro, o projeto neoliberal de privatização de políticas públicas, mas que assume um discurso participacionista e de “revalorização simbólica da sociedade civil (entendida como Terceiro Setor)” (Dagnino, 2006, p. 14). Nestes termos, a autora apresenta o que considera uma “confluência perversa”, um cenário de vários projetos políticos, subjacentes e manifestando discursos aparentemente homogêneos.

Segundo ela, em um projeto neoliberal:

[...] a transferência das responsabilidades sociais do Estado para a sociedade civil e para o setor privado, ao lado da privatização das empresas estatais, são considerados fundamentais para o enxugamento e a redução do Estado, além de alternativa para seu déficit fiscal (Dagnino, 2006, p. 54).

Nestes termos é que a confluência perversa pode se manifestar entre atores que apresentam o mesmo discurso pela democracia, transparência e *accountability*, como o que a NED promove, ou representa: uma concepção poliárquica de democracia. E o Estado equatoriano vem promovendo uma configuração de canais de participação e deliberação política.

Importante mencionar que o envolvimento das ONGs na execu-

ção das políticas sociais não lhes dá poder decisório sobre elas. Outro fator que se deve mencionar é que a participação não inclui a ampliação de canais de participação deliberativa institucional, nem a participação dos cidadãos. As organizações justamente reivindicam mais participação das ONGs e do Terceiro Setor no aparelhamento do Estado.

Neste caminho, não se pode esperar uma preocupação na garantia dos direitos por parte do Estado, já que há a transferência de responsabilidade das políticas sociais para o Terceiro Setor. Com isso, a cidadania passa a ser identificada como solidariedade para com os pobres e entendida como caridade, executada através da filantropia e voluntariado das organizações sociais da sociedade civil (Dagnino, 2006), o que é típico da cultura estadunidense. Por outro lado, esta via assistencialista passa a servir como meio e campo na construção de hegemonia por parte dos EUA.

A NED, por fazer parte da estrutura de promoção de um modelo de democracia, atua no exterior em defesa de projetos políticos de interesse do governo e das corporações dos Estados Unidos, entrando em conflito, muitas vezes, com as políticas locais. Nesses casos os resultados podem ser diversos, desde adaptações ao contexto local (situações de “confluência perversa”) até o incentivo e participação direta em planejamento de golpes de Estado etc.

No entanto, a vinculação da NED com o Departamento de Estado dos EUA não a caracteriza como uma organização de cooperação internacional. Ela tem características de uma organização da sociedade civil e se localiza facilmente neste campo. Porém, sua relação com as demais organizações da sociedade civil local é ambígua e se confunde, pois ora se apresenta como uma financiadora de projetos sociais, ora se apresenta como articuladora política.

Assim, precisa-se discutir sobre a definição de sociedade civil, porque este é o campo de atuação da NED e o palco da implementação da política externa estadunidense de promoção da democracia. Uma discussão teórica acerca dos atores sociais pode ajudar a entender a con-

figuração da formação de redes sociais, que muitas vezes transcende ao entendimento de articulação dentro dos movimentos sociais, e por ser esta a esfera de construção de hegemonia, conforme será visto nesta seção.

Maria da Glória Gohn (2005) alerta para o amplo significado de sociedade civil, afirmando que ela pode ser entendida como um processo de privatização, implicando a expansão do mercado e a limitação do Estado, para os mais liberais, ou como um espaço de aprofundamento da participação comunitária em projetos públicos, e também como sinônimo de civilidade. E “recentemente observa-se, no ocidente, o crescimento da interpretação da sociedade civil como aperfeiçoamento dos processos deliberativos democráticos, para criar mais espaço público” (Gohn, 2005, p. 62).

Historicamente, ela reporta-se a Hegel, que conceitua a sociedade civil como uma esfera entre as esferas da família e do Estado. A sociedade civil incorpora “o sistema de necessidades (a esfera econômica), como o aparato jurídico, a administração pública e a corporação” respeitando as regras do mercado com um caráter fundamental para a sua estruturação (Gohn, 2005, p. 63).

Quando se aborda o tema sociedade civil, é importante revisar o que Gramsci desenvolveu sobre hegemonia e o espaço no qual ela se constrói. Segundo Gohn, “para Gramsci, a dominação de uma classe sobre a outra não se dá apenas no plano econômico, mas em diversas instâncias” (Gohn, 2005, p. 64). E a dominação de uma classe sobre a outra supera a esfera econômica. Ainda, conforme Gohn:

A hegemonia não é um mero produto do domínio do econômico, e conseqüentemente, do Estado, que estaria sobre o controle da classe dominante. Ela ocorre também, e principalmente, no plano cultural, e expressa o poder de uma determinada classe de dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade. O espaço principal para a disputa pela hegemonia é a sociedade civil, e se completa no plano da sociedade política – o Estado (Gohn, 2005, p. 64).

Portanto, na filosofia política de Gramsci percebe-se que a sociedade civil assume um espaço importante na disputa de poder, no qual os atores sociais contestatórios confrontam o Estado pelos seus direitos.

Segundo Marisa Bülow:

A melhor maneira de entender a sociedade civil é como “um espaço de relações de poder contestadas, no qual interesses contraditórios se relacionam por meios análogos nas desiguais agências coletivas”. Assim, OSCs não são, por definição, forças benignas (ou malignas) que atuam na arena internacional. Eu as vejo de forma ampla, como atores políticos institucionalizados que buscam moldar as regras que governam a vida política e social, de fora dos partidos políticos e do Estado (Bülow, 2014, p. 17).

Gramsci recupera o conceito de sociedade civil para explicar o meio pelo qual o poder político e o sistema de dominação de classe “se difunde pela sociedade e suas práticas culturais” (Wood, 2011, p. 207). O Estado deixa de ser o centro, e a sociedade civil assume-se como espaço de criação de hegemonia.

Em sua leitura, Gohn (2005) destaca que Gramsci identifica a esfera da sociedade civil como um conjunto de órgãos culturais e políticos que asseguram uma unidade ideológica (o consenso ideológico) de uma formação social em relação ao sistema de valores da classe dominante. A autora segue explicando que a sociedade civil, segundo Gramsci, estaria formada por instituições e órgãos como escolas, igrejas, meios de comunicação de massa, clubes, sindicatos, partidos políticos, enfim, por todos aqueles órgãos que se ligam à (re)produção da cultura e da ideologia.

A opinião pública surge como expressão do consenso e do dissenso em relação às instituições na sociedade civil e tem propagação através dos meios de comunicação de massa (Gohn, 2005).

Robert Cox (1983) em seu artigo Gramsci, *hegemony and international relations: An essay in method*, já defendia a importância que a

contribuição das organizações internacionais tinha na manutenção e expansão do poder de hegemonia das potências, por reproduzirem, através da aplicação de normas e regras, as ordens hegemônicas mundiais. No entanto, as próprias agências e ONGs trabalham na construção do consenso ideológico.

Este autor, que desenvolveu vasta discussão sobre hegemonia nas relações internacionais, brindou o mundo com uma teoria crítica de fundamento gramsciano, que contesta a hegemonia de forças sociais dominantes. A partir dessa teoria, Cox contextualiza os fenômenos explicados desde a “teoria de solução de problemas”<sup>1</sup> (*problem-solving theory*), assim como o realismo e o liberalismo, em determinadas estruturas históricas em que o poder se encontra constituído (Garcia, 2013). Por um lado, a teoria de solução de problemas responde às forças sociais dominantes, que tendem a lutar para se manterem no poder. Por outro lado, a teoria crítica respalda as forças sociais, que buscam romper com o poder constituído e lutar por uma nova ordem social e transformação estrutural (Cox, 1981).

Cox (1987) conceitua hegemonia como equivalente à dominação, no entanto, se refere à dominação por consentimento. A construção de hegemonia por um Estado passa pela criação de uma ordem ideológica que assegure a contínua supremacia do Estado dominante, assim como de suas classes e forças sociais. Essa ordem universal precisa ser compatível com os interesses das elites dos outros países, de modo que se sintam satisfeitas por fazerem parte do projeto hegemônico. O consenso hegemônico é construído no âmbito da sociedade civil e das classes transnacionais dominantes dos principais países, que, por conseguinte, possam ser capazes de implementar este projeto hegemônico ao redor do mundo através de instituições transnacionais, internacionais e até nacionais. Assim como Garcia (2013, p. 117) esclarece, “uma hegemonia

---

<sup>1</sup> Teoria de soluções de problemas: trata-se de um teoria conservadora, pois busca solucionar problemas dentro de uma determinada ordem social e política, e não a sua transformação (Garcia, 2013).



mundial é um projeto da classe dominante num determinado Estado dominante, mas vai além dele, sendo capaz de construir globalmente um consenso em torno do seu projeto hegemônico e implementá-lo em outros países do sistema”.

O domínio no comércio internacional e financeiro não é suficiente para se construir uma hegemonia quando se trata dos EUA. Impor seus interesses, principalmente através de retaliações e embargos econômicos e até mesmo com guerras não é tão eficaz quanto estar presente nas culturas de todo o mundo. Conquistar outras culturas com os atributos de seu *american way of life* e penetrar no campo da sociedade civil influenciando a opinião pública foi uma estratégia bem pensada nos anos 1980.

Diante desta discussão teórica, percebe-se claramente como a sociedade civil é um importante campo na construção de hegemonia e um espaço rico de trabalho e articulação para a NED. Uma forma de exercer dominação por meio do consentimento é utilizando uma organização privada como a NED para isso. O propósito desta discussão é romper com a imagem de que toda a sociedade civil é constituída homogeneamente e defendida como um espaço virtuoso (Wood, 2011), em que todos os atores sociais procurem o mesmo propósito ou tenham o mesmo significado e importância.

Na próxima seção, aborda-se a transnacionalidade das organizações desde uma perspectiva de teóricos das relações internacionais e busca-se entender a National Endowment for Democracy – NED dentro do sistema internacional.

## **A sociedade civil desde a perspectiva das relações internacionais**

O objetivo nesta seção é explicar como a sociedade civil organizada se relaciona no âmbito internacional e entender como a NED se localiza dentro do sistema internacional e que tipo de papel ela

assume neste sistema. Para tanto, desenvolve-se uma discussão no campo das relações internacionais que aborda as relações transnacionais, identificando-se os pioneiros nesse estudo e o caminho que se percorreu no surgimento de uma discussão teórica sobre a sociedade civil organizada e suas relações sociais mundiais, além das mudanças havidas ao longo desse período.

Raymond Aron (2002, p. 153) define Sistema Internacional (SI) como “o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis a entrar em uma guerra geral”. No entanto, a sociedade transnacional envolve outro tipo de relacionamento:

A sociedade transnacional manifesta-se pelo intercâmbio comercial, pelos movimentos de pessoas, pelas crenças comuns, pelas organizações que ultrapassam as fronteiras nacionais, pelas cerimônias e competições abertas aos membros de todas as unidades políticas. Ela é tanto mais viva quanto maior é a liberdade de comércio, de movimentação e de comunicação; e quanto mais fortes forem as crenças comuns, mais numerosas serão as organizações não nacionais, mais solenes as cerimônias coletivas (Aron, 2002, p. 166).

Tal definição permite analisar os tipos de conexões que se estabelecem entre a estrutura interna das sociedades e o ambiente internacional, concebido em sua dupla dimensão, isto é, no imbricamento da lógica transnacional sobre a interestatal.

Hedley Bull (1966, 2002) explorou o tema política mundial e descreve o que ele considera como sistema internacional e sociedade internacional. Para Bull, o sistema de Estados é a base das relações internacionais. Ele contribui com a discussão sobre alternativas para o sistema de Estados contemporâneos apresentando, para além do sistema de Estado, outros atores que complementam as relações internacionais.

Segundo Bull (1966, 2002), o sistema de Estados estaria em declínio e entrando em um novo “medievalismo”, como o autor chama, mas na verdade está se falando é de uma sociedade transnacional

com esta heterogenia de atores. O autor apresenta cinco características que indicam essa tendência. A primeira delas é a integração regional dos Estados em busca de maior segurança, benefícios no comércio internacional, mas sem abrir mão da soberania. O processo de integração europeu é aquele que o autor considera para analisar os processos de união de forças das Nações que influenciam a ordem internacional atualmente. A segunda característica é a desintegração do Estado, e esse atributo vem ao encontro de diversas insurgências de povos de diferentes Nações, habitantes de um mesmo Estado, mas exigindo seu direito de Nação, de um Estado próprio. Já a terceira característica se refere ao “recurso à violência em escala internacional por grupos não-estatais, e a sua afirmação do direito de praticar essa violência” (Bull, 2002, p. 300). De acordo com o sistema de Estados, somente os Estados soberanos possuem o direito de uso da força na política internacional. Uma violação ao monopólio legítimo tradicional do Estado é a praticada por grupos políticos que não são qualificados como Estados soberanos (Bull, 2002). Nesta década de 2010, pode-se mencionar um ator importante no cenário internacional e que rompe com a ordem internacional, que é o ISIS (Estado Islâmico). A segunda e a terceira características aqui descritas possuem uma relação muito próxima de uso da violência por parte de grupos políticos não estatais e a desintegração do Estado (Bull, 2002).

A quarta característica está relacionada às organizações transnacionais. Bull relaciona não somente as empresas multinacionais a esta categoria, mas também os grupos políticos não estatais que praticam a violência além das fronteiras dos Estados (Bull, 2002). E inclui também nesta categoria os movimentos políticos, associações não governamentais, órgãos científicos ou profissionais, entidades religiosas e agências internacionais (Bull, 2002).

Por último, a quinta característica se refere à unificação tecnológica do mundo. Assim como Sassen (2010) e Friedman (Chade, 2009), Bull entende o Sistema Político Mundial como uma “rede mundial de

interação que abrange não só os Estados mas outros atores políticos, tanto 'acima' do Estado como 'abaixo' dele" (Bull, 2002, p. 310). Nesse sentido, o autor considera que "as organizações internacionais representam uma manifestação da política dos Estados, e os grupos existentes dentro de cada Estado são parte do processo de formação da política estatal" (Bull, 2002, p. 310).

Karl Kaiser (1971) desenvolve seus estudos sobre o transnacionalismo indicando-o como uma ameaça ao processo democrático. Mais especificamente, as ações de atores transnacionais ameaçam o controle democrático da política externa, principalmente nas sociedades industriais avançadas. O autor se encontra em um contexto de início da década de 1970, de franca expansão econômica e Guerra Fria.

Kaiser coloca como inimigos da democracia os atores sociais que se consideram agindo dentro das tradições democráticas ocidentais, como empresas multinacionais, mas com objetivos de benefícios próprios, ou seja, eles participam de um sistema de globalização, da interdependência e são indispensáveis ao processo de avanço econômico (Kaiser, 1971).

As ideias de Kaiser (1971) contrastam com o que Huntington escreve, já que, para Huntington (1975), a tomada de decisão dos executivos de multinacionais pode se inserir ou está inserida em uma estratégia de política externa. Claro que Kaiser se refere ao país/nação que está recebendo a multinacional e, neste caso, sim, a *decision making* fere ou pode ferir os interesses nacionais de outros países. O autor menciona que o desenvolvimento das relações transnacionais causaram importante impacto nas áreas social, cultural tecnológica e econômica nos países não comunistas (Huntington, 1975; Kaiser, 1971)

No trabalho de Kaiser, importa destacar que as áreas tradicionalmente geridas por uma política doméstica podem ser transferidas para o campo da política externa, onde o controle democrático é mais limitado e onde existem regras (supostamente) especiais de segurança e interesse nacional. Kaiser menciona, por exemplo, que a USAID é uma

das agências responsáveis por esta política, assim como as que usam o *development aid*, por exemplo, para preservar sua influência nos territórios colonizados (Kaiser, 1971).

Dessa forma, a política externa seria um canal de controle democrático, pensado em um sistema nacional em que se implementa uma democracia de baixa intensidade e agregando políticas sem a participação do congresso e do povo. Kaiser (1971) apresenta a política transnacional como uma das formas de políticas multinacionais:

A política transnacional, a segunda forma de política multinacional, consiste em processos políticos entre governos nacionais, que foram iniciados por relações transnacionais. A política transnacional pressupõe relações transnacionais (ou sociedade transnacional) em áreas de questões específicas, nas quais a interação relativamente irrestrita pode ocorrer entre atores nas sociedades de vários estados-nação – câmbio, movimento de capital, pessoas, ideias etc. (Kaiser, 1971, p. 709, tradução nossa).

A livre circulação de capital financeiro é um dos exemplos que o autor apresenta para ilustrar como a tomada de decisão por parte de atores não governamentais pode afetar a política doméstica de um país e até mesmo sua política externa. De acordo com Kaiser, a política transnacional pressupõe um alto grau de interação horizontal entre sistemas nacionais e isso é um fenômeno particularmente moderno (Kaiser, 1971, p. 709).

No caso de haver distúrbios na política doméstica resultante das relações transnacionais, de acordo com o autor, existem duas saídas para o governo: ou este restringe as relações transnacionais e, consequentemente, cria um alto custo político e social, ou, como propõe o autor, os governos diretamente afetados cooperam entre si considerando até o envolvimento de organizações internacionais (Kaiser, 1971).

Samuel Huntington (1975) escreveu um artigo chamado “Organizações transnacionais na política mundial” em que explica as relações

entre organizações internacionais e organizações transnacionais<sup>2</sup>. Segundo ele, por 25 anos após a Segunda Guerra Mundial as organizações transnacionais se proliferaram surpreendentemente, cresceram muito individualmente, passaram a desempenhar funções antes não imaginadas e a operar em escala verdadeiramente global, de uma forma jamais possível no passado. O trabalho do autor busca, portanto, abordar uma revolução das organizações e analisar a origem, natureza e dinâmica dessa revolução, além de averiguar suas implicações para a política nos níveis nacional e internacional.

De acordo com Huntington (1975), a revolução organizacional se deu na sociedade estadunidense e na expansão do transnacionalismo dos Estados Unidos, durante as duas décadas após a Segunda Guerra Mundial, como uma proliferação de operações transnacionais. O transnacionalismo é considerado um fator importante da construção da política mundial. E, segundo o autor, há dois pré-requisitos para o desenvolvimento do transnacionalismo: a tecnologia e a política. Para tanto, uma organização que deseje operar em bases mundiais<sup>3</sup> ou semimundiais precisa de meios de comunicação e de transporte (Huntington, 1975; Kaiser, 1971). Dessa forma, para operar tomando-se em conta as grandes distâncias e diferentes culturas, é necessário que exista capacidade tecnológica e organizacional (Huntington, 1975).

Vale lembrar que após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos uniram forças, através de alianças com outros países, contra a União Soviética, a China e o comunismo, construindo assim um “mundo livre” e ambiente ideal para o desenvolvimento do transnacionalismo. Esta zona de segurança abrange a Europa Ocidental, a América Latina, o Extremo Oriente e grande parte do Sul da Ásia, o Oriente Médio e a

---

<sup>2</sup> O autor cita, em seu texto, as seguintes organizações como transnacionais: USAID, Air France, Unilever, Fundação Ford, Igreja Católica, CIA, Banco Mundial (Huntington, 1975).

<sup>3</sup> A internacionalização da organização, neste caso, não significa precisamente, estar sediada em outros países ou possuir negócios internacionais. Pode-se estar falando apenas sobre relações intangíveis e outras formas de apropriação de conhecimento e/ou expansão cognitiva organizacional.

África. Os governos dos países dessas regiões permitiam o acesso de organizações estadunidenses, governamentais ou não, a seus territórios, mas os países comunistas não concediam tal permissão, e alguns outros, como a Síria, permitiam, mas com algumas restrições (Huntington, 1975). É importante mencionar que a política de expansão do que Huntington chama de império americano não está no controle de territórios, um controle político real e/ou formal, mas sim na formação de um império de funções, de penetração de representantes econômicos, religiosos ou militares, e é compatível com a proliferação de soberanias no terceiro mundo. Como ensina Huntington:

Transnacionalismo é o estilo americano de expansão. Tem significado “liberdade para operar” ao invés de “poder para controlar”. A expansão dos Estados Unidos tem sido pluralística, na medida em que uma variedade de organizações governamentais e não governamentais tem procurado alcançar objetivos importantes dentro do território de outros países (Huntington, 1975, p. 21).

E é com base nesta concepção que a política externa dos EUA usa instituições com o intuito de operar livremente através de empresas multinacionais, e das organizações não governamentais, como forma de mudança cultural e operacionalização do modo de vida americano (Nye Jr., 1990). Huntington aponta como uma inovação política o fato de haver surgido uma separação entre o poder de operar as instalações militares<sup>4</sup> e o direito de exercer controle político (Huntington, 1975).

Se anteriormente a expansão de impérios se traduzia em atos formais, como tratados de anexação de territórios, atualmente o “império americano” se utiliza de acordos entre as organizações transnacionais norte-americanas e os governos nacionais, “nos quais são especificados os termos e as condições de acesso dos agentes das primeiras ao território estrangeiro” (Huntington, 1975, p. 24).

---

<sup>4</sup> Os EUA possuem cerca de 300 bases militares em 25 países. Entre elas está a Base Militar de Manta no Equador, desativada no governo de Rafael Correa, em 2009.

Para melhor entendimento dessa política, é necessário fazer uma distinção entre internacionalismo e transnacionalismo, pois a sua atuação é feita através das relações transnacionais. No internacionalismo, as relações internacionais envolvem acordos entre nações, entre delegações políticas. Esses acordos são negociados no âmbito de organizações internacionais, ou bilateralmente/multilateralmente de país a país. Huntington (1975) enfatiza que essas organizações são altamente dependentes dos acordos e dos consensos, o que as enfraquece. Portanto, o autor define as organizações internacionais (OI) como palco de atores nacionais, o que as tornam dependentes de uma identificação e dos interesses comuns entre o grupo de países membros (Huntington, 1975). Já as organizações transnacionais (OT) possuem seus próprios interesses, os quais podem ou não estar relacionados com os interesses de uma nação. Assim, segundo o autor:

Os países participam de organizações internacionais; as organizações transnacionais atuam dentro de nações. As organizações internacionais são estruturas para facilitar a conquista de interesses comuns entre muitas unidades nacionais. As organizações transnacionais são estruturadas para facilitar a consecução de um objetivo único dentro de muitas unidades nacionais (Huntington, 1975, p. 15).

Para tanto, ao contrário das OI, que requerem acordos, as OT requerem acesso às nações e estão condicionadas à necessidade de autorização para operar sob diferentes soberanias nacionais. Se, por um lado, as OI materializam o princípio da nacionalidade, as OT buscam ignorá-lo (Huntington, 1975).

Huntington menciona justamente o desapontamento com relação à atuação da ONU, por ser limitada pela necessidade de consenso entre os delegados em discussões infundáveis em conferências e conselhos, enquanto os agentes de OT estão em diligência nos países “tecendo as teias que conservam o mundo unido” (Huntington, 1975, p. 16).

As OT podem estar sob controle de gerenciamento nacional ou



internacional, podem ser governamentais ou particulares. Livres da limitação que as OI possuem, da necessidade de fazer acordos com as nações, as OT sob controle nacional são melhor capacitadas, de acordo com o autor, a desenvolver suas atividades com mais eficácia, mesmo através de fronteiras internacionais. Para o desenvolvimento do transnacionalismo, é necessário o acesso político, como mencionado acima, juntamente com a capacidade tecnológica, pois uma organização só pode atuar se possui permissão do respectivo governo (Huntington, 1975).

Bull menciona que Huntington classificou essas organizações segundo sua composição nacional de pessoal e o escopo geográfico de sua atuação. Seguindo o raciocínio de Bull (2002) e Huntington (1975), nota-se que a NED pode ser considerada uma organização transnacional pois, ainda que seu corpo diretivo seja composto por estadunidenses e com sede nos Estados Unidos, suas ações e atuação abrangem todos os continentes, tal como o Banco Mundial ou uma empresa multinacional. Assim como Huntington, Bull também menciona que a participação das transnacionais depende de autorização para o acesso, porém, nem todos os Estados aceitam que muitas dessas organizações atuem em seu território. O autor está se referindo aos países comunistas, mas também a muitos países de Terceiro Mundo e de economias avançadas (Bull, 2002; Huntington, 1975).

Robert Keohane e Joseph Nye Júnior são os pioneiros nos estudos que abordam o transnacionalismo e tomam como organizações não governamentais as empresas multinacionais (Nye Jr.; Keohane, 1971). Em seu ensaio "Relações transnacionais e política mundial", Nye Jr. e Keohane (1971) analisam como acontecem, nas relações transnacionais, os contatos, coalizões e interações entre Estados, fora do controle das secretarias responsáveis pela política externa dos países.

Entre as áreas que representam o fenômeno da revolução organizacional estão as empresas e negócios multinacionais, os movimentos revolucionários, os sindicatos, redes científicas, os transportes aéreos

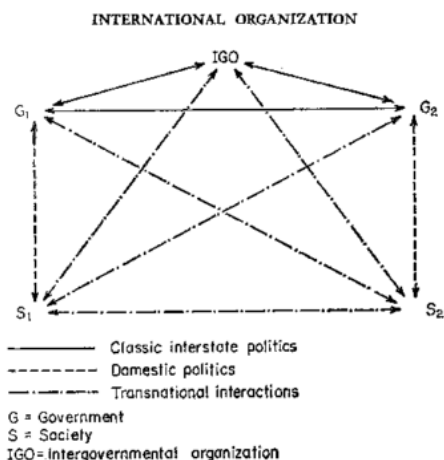
internacionais, e a comunicação, em suas diversas modalidades (Huntington, 1975; Nye Jr.; Keohane, 1971). Essas interações globais que os autores mencionam referem-se a movimentos de informação, financeiros, de objetos e de pessoas, entre outros itens tangíveis e intangíveis.

A tecnologia, portanto, tem facilitado essa revolução nas relações transnacionais, as quais se apresentam de forma mais complexa, como se pode verificar no argumento de Bull:

No entanto, a realidade é mais complexa. Os grupos políticos dentro de um Estado não se limitam a afetar a política mundial por meio da influência que podem ter, em cada país, sobre a política externa. Em primeiro lugar, eles podem relacionar-se com grupos políticos de outros estados (relações de cooperação ou oposição); empresas comerciais, sindicatos, partidos políticos, associações profissionais, igrejas – todas essas entidades atuam em parte dentro de ligações transnacionais que ultrapassam o nível das relações interestatais. Em segundo lugar, podem relacionar-se também com estados estrangeiros, o que acontece por exemplo quando uma empresa multinacional negocia um acordo com o governo de um estado que a recebe; quando grupos políticos organizam protestos na frente de uma embaixada estrangeira; quando grupos revolucionários de um dado país cooperam com grupos da mesma ideologia de outro país, empenhados em derrubar o governo. Em terceiro lugar, podem manter relações diretas com uma organização internacional, o que ocorre quando grupos não estatais se fazem representar em uma agência especializada das Nações Unidas, ou agem em seu próprio país como porta-vozes ou antagonistas das Nações Unidas, da Comunidade Europeia ou da Organização da Unidade Africana (Bull, 2002, p. 311).

As interações excedem as que acontecem somente entre estados-nações e envolvem a esfera não governamental de interações entre indivíduos e organizações. Qualquer ator pode se encaixar em uma das três categorias que Nye Jr. e Keohane criaram: governamental, intergovernamental ou não governamental. Os autores ilustram estas interações na Figura 7.

Figura 7 – Categorias organizacionais de interação internacional



Fonte: Nye Jr. e Keohane (1971).

Na Figura 7, vê-se a interação entre o governo (G1 e G2) e as organizações da sociedade civil (S1 e S2) de seus respectivos países aparecendo como relação doméstica. Quando os governos se relacionam entre si e no âmbito das organizações intergovernamentais ou internacionais (IGO), tem-se as relações internacionais. O processo se torna mais complexo quando as relações transnacionais acontecem entre todos os diversos atores apresentados na figura; neste caso, observa-se uma diversidade de relações sociais possíveis, em que o governo de um país se relaciona com organizações da sociedade civil de outro país, por exemplo, o que de fato acontece com as relações da NED com as organizações locais de outros países. No entanto, por sua configuração de organização da sociedade civil, é uma relação transnacional de S1 a S2, e não de G1 a S2.

Não há, portanto, uma hierarquia em que somente os Estados interagem com outros Estados e somente estes com atores externos. Pela concepção liberal, a interação está presente entre atores diversos, e os

atores não governamentais muitas vezes possuem um papel importante (Nye Jr.; Keohane, 1971).

A sociedade transnacional é formada por uma diversidade de atores de diferentes configurações que se relacionam formando redes e coalizões. Estas relações transnacionais podem ser diferenciadas por uma tipologia de coalizações, o que será visto na próxima seção.

## A sociedade civil e redes sociais transnacionais

Nesta seção busca-se conectar a ideia de que as organizações da sociedade civil se relacionam através de coalizões e de suas ações coletivas em âmbito internacional, por fazerem parte de um ou vários movimentos sociais mundiais. Suas relações sociais transpassam as fronteiras das nações e se inserem em um contexto de redes sociais transnacionais, seja dentro de movimentos sociais, seja somente por coalizões. Essas relações transnacionais e a formação de redes, networking, podem ser analisadas mais especificamente desde a sociologia, por esta ser a disciplina mais apropriada para procurar entender as relações sociais envolvidas nas redes informais e não intencionais atuantes no meio internacional.

Sidney Tarrow, em sua obra *El nuevo activismo transnacional* (2010), explica como se desenvolve o ativismo transnacional, principalmente o de indivíduos. O autor não se atém aos movimentos sociais como única forma de contenda e afirma que não se deve reduzir todas as formas de contendas a movimentos sociais. As organizações não governamentais, os movimentos obreiros, as coalizações transnacionais e certos elementos das instituições internacionais também são atores importantes.

O autor apresenta o internacionalismo como uma estrutura de oportunidades políticas e explica que, se a globalização consiste em intensificar os fluxos comerciais, financeiros e de pessoas, o internacionalismo cria essa estrutura de oportunidades através da qual pode surgir o ativismo transnacional (Tarrow, 2010).

Nesse sentido, a categoria de cooperação varia de acordo com pelo menos duas dimensões: o grau de cooperação e o de duração. Segundo Tarrow (2010), o nível de cooperação pode se estabelecer com uma simples cessão do nome de uma organização para uma manifestação, uma coordenação de estratégias, como também uma negociação da divisão de trabalho ou formação de uma organização guarda-chuva permanente.

Através desse esquema de níveis de cooperação, pode-se categorizar as redes de acordo com a duração da coalizão: se esta é de curto ou de longo prazo; e de acordo com a intensidade de implicação: se houve alto ou baixo envolvimento entre os atores globais e locais nas relações transnacionais. No Quadro 4 demonstra-se essa tipologia de coalizações transnacionais.

Quadro 4 – Tipologia de coalizações transnacionais

<b>Duração</b>			
		Em curto prazo	Em longo prazo
<b>Intensidade de implicação</b>	Baixa implicação	Coalizão instrumental	Federação
	Alta implicação	Coalizão em torno de um acontecimento	Coalizão em torno de uma campanha

Fonte: Tarrow (2010, p. 184).

A combinação dessas variáveis resulta em formas de cooperação, e a primeira é a coalizão instrumental, que implica uma simples colaboração em torno de uma ação ou um projeto; se os grupos se reúnem em torno de um acontecimento e, quando a questão se dissipa, se se-

param ou permanecem unidos somente por um vínculo formal. Como se pode observar no Quadro 4, quando a coalizão é realizada em torno de apenas um acontecimento, mas com alta implicação, ela possui um potencial maior para gerar colaborações futuras a partir das alianças produzidas entre as pessoas que reconhecem a existência de identidades compartilhadas ao longo das ações coletivas.

Caso a implicação se prolongue, ainda que esta seja baixa, pode gerar uma federação de organizações cujo principal compromisso é com os objetivos próprios da organização.

Já as coalizões em torno de uma campanha combinam, portanto, uma intensiva implicação dos atores com uma cooperação a longo prazo. As redes sociais serão formadas com os distintos tipos de vínculos, com níveis de envolvimento e de duração da coalizão entre os atores sociais. Uma rede não intencional pode apresentar um rol de relações compostas por essas variações de coalizões transnacionais. No Capítulo 5, serão identificadas as altas implicações de longo prazo das relações da NED com um conjunto de organizações que executou projetos contestatórios às políticas de governo por anos. Assim como estas relações, serão identificadas outras não tão perenes, mas importantes na composição da rede de atuação da NED no Equador.

Afinal, o que é uma ação coletiva transnacional? Bülow (2014) indica algumas configurações possíveis que podem caracterizar ações coletivas transnacionais e mostra que, quando organizações da sociedade civil (OSC) desejam influenciar em questões internacionais, elas procuram parceiros fora das fronteiras nacionais, lançam campanhas conjuntas e/ou criam agendas comuns. Outra configuração aparece quando as estratégias são estruturadas e vínculos são formados para influenciar instituições domésticas. Enquanto umas OSCs buscam mudar o comportamento dos Estados, outras focam na opinião pública. O que todas as redes têm em comum, no entanto, é o fato de que os atores não se encontram em uma escala nacional ou em uma escala internacional de ação coletiva, mas estão presentes de forma intermitente em ambas (Bülow, 2014).

Bülow define ação coletiva transnacional como “o processo pelo qual indivíduos, grupos e/ou organizações não estatais se mobilizam conjuntamente em torno de temas, objetivos e alvos que vinculam as arenas doméstica e internacional” (Bülow, 2014, p. 16).

Como não há fórmula certa de comportamento de redes, as OSCs podem mudar de objetivos, estratégias e até de discursos ao longo do tempo, além de escolher entre uma diversidade de caminhos, que cruzam escalas geográficas, para organizar ações comuns. Bülow faz essa análise através do que chama de rotas construídas por OSCs para vincular debates e ações. Essas rotas podem ser temporárias ou de longo prazo, de acordo com a autora, e não são lineares em uma transformação sistemática de atores locais em atores globais (Bülow, 2014).

Para analisar a inserção política e em redes, busca-se a literatura de Análise de Redes Sociais (ARS) e de movimentos sociais. Essa dupla inserção, em redes sociais e sistemas políticos, é analisada por Bülow (2014) para compreender as estratégias, os objetivos e os enquadramentos discursivos (*frames*). Segundo Bülow (2014, p. 18), “a maneira como os atores sociais interagem entre si pode influenciar as formas pelas quais percebem seus papéis e interesses”.

As redes sociais são pré-condição da ação coletiva e, ao mesmo tempo, aparecem como resultado dela. E a ação coletiva transnacional considera a construção de vínculos sem distinção entre escalas doméstica e internacional e sua interação nas mudanças de repertórios de conflitos (Fox; Brown, 1998; O’Brien et al., 2000).

## **Redes transnacionais da NED e suas relações locais**

Daniel Mato (2004) explica que, em tempos de globalização, as representações de ideias estão relacionadas também com práticas de atores sociais transnacionais, além das práticas dos atores sociais locais e nacionais. Mato entende que a complexidade das relações transna-

cionais, isto é, o complexo de relações entre atores sociais de origem de diferentes países, não é necessariamente formada por organizações formais (Mato, 2004).

E este é dos propósitos desta pesquisa: mostrar que se forma uma rede de atores nacionais e internacionais em torno de uma causa (a promoção e defesa da democracia) de forma não intencional (atores se conectam em torno de campanhas, ações, projetos e coalizões sem a pretensão de formar uma estrutura formal com representação centralizada ou coordenada), mas com núcleos motores que dão a direção e a forma de ação, como é o caso da NED.

A formação de redes entre os atores locais e internacionais, incluindo a NED, mesmo que informais, torna-se uma estrutura que possibilita a transmissão de símbolos e significados entre os atores e a construção de representações compartilhadas (Diani, 1998, p. 249). Estas redes com todos os seus atributos e atores identificados serão contempladas no Capítulo 5.

Retoma-se o que foi argumentado no início desta seção sobre a questão de identificação de projetos políticos e de representações de ideias entre indivíduos como um coletivo. Segundo Dagnino (2006), não se trata de estratégias de atuação política no sentido estrito, pois a autora considera que suas matrizes culturais produzem significados. Mato (2004) se refere a representações de ideias de sociedade civil que se relacionam com ideias de cidadania, participação social e/ou democracia. Essas organizações que formam redes transnacionais são chamadas de atores globais, por seu caráter desterritorializado, porém, em alguns casos, como a NED, sua forma de interpretar a experiência social e sua forma de intervir respondem diretamente ao governo do país de origem (Mato, 2004, p. 70).

Mato faz uma reflexão sobre a desqualificação das organizações locais da sociedade civil que fazem parte dessas redes transnacionais, por parte dos governos, no que tange aos objetivos e ações que estariam respondendo aos interesses estrangeiros. Segundo Mato (Mato,



2004, p. 71), “que una organización sostenga relaciones con otra/s del exterior, sean estas de intercambio de ideas o de recursos, o incluso de recepción y manejo de fondos, no necesariamente la sujeta a los mandatos de los donantes”. Ele também afirma que, longe de estarem sujeitos aos financiadores ou enquadrados em atividades, os processos sociais nos quais estão inseridas as organizações locais possuem seus próprios objetivos e interesses e elas executam seus programas de ação de acordo com suas próprias interpretações da experiência social. A partir disso, essas organizações traçam suas alianças e redes de relacionamentos sociais com base em seus vínculos programáticos, orgânicos e financeiros (Dagnino, 2006; Mato, 2004).

Assim como Tarrow (2010), Mato (2004) analisa que as relações entre atores transnacionais e locais são de divergências, associações, negociações e conflitos. Todos os atores globais e transnacionais, de acordo, com suas próprias missões institucionais, buscam difundir suas próprias representações de ideias chaves e trabalham para produzir um sentido comum em torno delas. Segundo Mato:

*Suelen hacer esto tanto mediante la producción y circulación de información organizada en torno a ellas, como mediante la promoción de redes y encuentros en las cuales quienes participan comparten la información así producida. Es de estos modos que construyen hegemonia en torno a sus representaciones, a través de su naturalización, por la producción de un cierto sentido común, no por la vía de la imposición (Mato, 2004, p. 72).*

Como se argumentou no início deste capítulo, a construção de hegemonia se dá no campo da sociedade civil e a NED possui o papel de disseminar os valores e princípios estadunidenses neste meio através do financiamento de projetos que compartilhem com esses mesmos valores e princípios ou através de congressos e reuniões, de Fóruns e do trabalho feito com seus *Fellows* que vêm de todas as partes do mundo para estagiar na NED.

As representações de ideias de sociedade civil estão fortemente relacionadas às ideias de democracia e modelos de sociedade vigentes nos Estados Unidos e Europa Ocidental. De acordo com as pesquisas do autor, é através da vinculação das organizações latino-americanas com atores globais que acontecem as influências e a troca de informações; e neste processo encontram-se organizações como a USIA, USAID, NDI e IRI (Mato, 2004).

Como foi visto no Capítulo 1, esses atores fomentam programas de fortalecimento da sociedade civil e de organizações cívicas visando à promoção da democracia proferida pela NED na região em que atuam. Os eventos são uma estratégia importante em todo o processo. É através de encontros que se constroem alianças, se formulam políticas e se elaboram e executam projetos. Esses eventos existem por haver redes de trabalhos mais estáveis (Mato, 2004). Assim finaliza o autor:

*En todo caso, lo más específico de éstas es que no sólo facilitan y estimulan la circulación abierta de representaciones específicas de ciertas ideas, sino también la de información articulada en torno a éstas últimas. Esto lo hacen a través de eventos más pequeños que los antes señalados, así como de publicaciones y de visitas de miembros de organizaciones de un país a las de otros con el propósito de intercambiar experiencias. Narrar, escuchar, conversar, compartir, también son mecanismos de construcción de un cierto sentido común (Mato, 2004, p. 78).*

As organizações locais constroem suas metas e projetos para buscar financiamento. Sempre existe o projeto principal ou prioridade. Porém, o financiamento internacional afeta as agendas das organizações sociais não de uma forma impositiva ou de submissão aos objetivos e princípios da financiadora estrangeira, mas por ter que atender a prioridades de financiamento. Dessa forma, os editais apontam para financiamento de recursos para os projetos secundários das organizações locais, por exemplo. Estas então mudam seu foco, mas não mudam seu planejamento de diretrizes de ação. Não se altera a agenda, mas se alteram as prioridades. Mesmo assim, os elaboradores de projetos pre-

cisam estar cientes do que estão pensando as agências e organizações internacionais (Mato, 2004).

Não foram encontrados estudos que explorassem as práticas dos atores sociais articuladores e os modos como estes se relacionam entre si, isto é, os complexos transnacionais em ação. Como explica Mato, *“se trata de estudar las formas en que unos y otros se vinculan, las formas en que los actores con sus prácticas producen y participan en instituciones, discursos y procesos, y las formas en que éstas y éstos condicionan las prácticas de los actores”* (Mato, 2004, p. 87).

No caso específico em análise, relacionado às organizações privadas da sociedade civil vinculadas à NED, mesmo independentes do governo dos Estados Unidos formam um discurso institucional e um sistema de representações. A produção de certas representações sociais tem papel significativo na articulação de sentido das práticas dessas organizações, por ser direta ou indiretamente impactada pelas relações transnacionais entre os atores globais e locais (Mato, 2004).

O papel de dominação que, porventura, a NED exerça em suas relações sociais, influenciando o direcionamento de políticas e comportamentos, é explicado por Weber nos seguintes termos:

Por dominação compreenderemos, então, aqui uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (mandado) do dominador ou dos dominadores quer influenciar as ações de outras pessoas (do dominado ou dos dominados), e de fato as influências de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (obediência) (Weber, 2012b, p. 191).

A partir desse sentido de influência e dominação, observa-se a atuação da NED em suas relações sociais e no enfrentamento dos governos locais de esquerda progressista frente aos Estados Unidos.

Rubem César Fernandes explica que:

O caráter não governamental das agências financiadoras foi decisivo para as circunstâncias. Financiamentos feitos pelos governos estrangeiros devem passar pelos governos nacionais, mas agências não governamentais podem relacionar-se diretamente com grupos civis, desde que não sejam proibidas por lei; e, na maior parte da América Latina, este é um caso desconhecido das Leis (Fernandes, 1994, p. 80).

A Fundação NED foi criada com este propósito: o de facilitar o relacionamento diretamente com a sociedade civil sem precisar passar pelas estruturas governamentais de cooperação internacional. Consequentemente, não há entraves para a circulação de seus recursos, assim como para a circulação de “conceitos e formas institucionais”. De acordo com Fernandes (1994):

Mais do que dinheiro, portanto, foram o conceito e a forma institucional que passaram pelos caminhos inusitados dos financiamentos não governamentais. As agências de cooperação internacional necessitavam de parceiros locais que fossem capazes de formular projetos, acompanhar a sua execução e prestar contas (Fernandes, 1994, p. 80).

Enfim, pode-se classificar as associações e organizações aqui pesquisadas e identificar o seu projeto de democratização como um projeto neoliberal, ainda que seja implementado em um período em que o projeto político do governo local seja democrático-participativo.

A NED, portanto, uma organização privada que atua com seus pares no campo da sociedade civil promovendo uma democracia de baixa intensidade de forma a atender a uma economia de domínio das grandes corporações (estadunidenses), contribui enormemente na construção da hegemonia dos EUA ao redor do mundo. Através de uma assistência externa que nada tem de altruísta, como defendeu Robert Dahl, dissemina uma ideologia neoliberal.

No próximo capítulo, pode-se entender o contexto do Equador em que a NED se relaciona com organizações da sociedade civil e os campos de conflitividade política que se formam a partir destas relações.

# 4

## EM QUE CONTEXTO ESSE PROCESSO ACONTECE?

Quando esta pesquisadora se deparou com o gráfico que identifica uma mudança considerável na quantidade de recursos direcionados pela NED para a assistência externa ao Equador a partir de 2006 (ver Gráfico 6, p. 72), percebeu a necessidade de investigar o interesse da NED nesse país e de conhecer o contexto sociopolítico e as mudanças que compõem um cenário latino-americano de surgimento de uma esquerda progressista e com forte influência da Venezuela na região andina. Este capítulo apresenta um contexto histórico do Equador mostrando os atores importantes no cenário sociopolítico.

### Os grupos econômicos e a disputa por poder

Entre os atores que tiveram forte atuação no cenário econômico e político no país desde a implementação de políticas neoliberais na década de 1980-90, estão as famílias oligárquicas com seus grupos econômicos que possuíam entre suas empresas: bancos, empresas de telecomunicações e empresas de exportação e comércio de *commodities* e petróleo (Jordán; Panchana, 2011; Red Voltaire, 2004; Tafur, 2012).

De acordo com Marco Tafur (2012), durante muito tempo, os cinco maiores grupos econômicos dominaram o cenário econômico e político no Equador: Noboa, Nobis, Isaías, Mantilla e Febres Cordero. A estes grupos estavam integradas 351 sociedades nacionais e estrangeiras que

oligopolizaram os setores econômicos: financeiro, construção, comércio massivo, bebidas e automotriz.

O grupo Egas é o atual dono do maior banco do Equador, o banco Pichincha, que pertencia à família Acosta-Velasco. Segundo Zukernik (2008) e Jordán e Panchana (2011), no período de 2000 a 2011, o Grupo Egas era também proprietário de seis empresas de comunicação: Telemazonas Quito, Telemazonas Guayaquil, Multicines, Dinediciones, Publipromueve y Planimedios. Além disso, era acionário do jornal *Hoy*, de propriedade do grupo Mantilha Anderson. A família Mantilla também possui o Grupo Mantilla Ortega. A este grupo pertencia outro jornal de grande circulação nacional, assim como o jornal *Hoy*, que é o *El Comercio*. Os grupos Mantilla, Alvarado Roca e *El Universo* estão entre os principais grupos econômicos. Outra linha de ligação entre estes grupos econômicos está no fato de o jornal *El Universo*, também de grande circulação nacional, pertencer ao Grupo *El Universo*, da família Perez, de Guayaquil. Grupo que possuía ações da Univisa, empresa do Grupo Alvarado Roca (Jordán; Panchana, 2011; Zukernik, 2008).

O grupo Noboa pertence à Álvaro Noboa, da família do ex-Presidente Gustavo Noboa (2000-2003), e sua principal atividade econômica é a exportação bananeira. Álvaro Noboa criou um partido político, o Partido Renovador Institucional Acción Nacional (PRIAN), e articula politicamente a partir desta instituição (Harnecker, 2011).

Existe ainda o grupo Nobis, liderado pela irmã de Álvaro Noboa, Isabel Noboa. Este grupo possui o controle da segunda maior instituição financeira nacional: o banco Produbanco (Red Voltaire, 2004). O Produbanco está ligado politicamente à Democracia Cristiana Internacional através de Osvaldo Hurtado, ex-Presidente do Equador (1981-1984) pelo DP-UDC em sucessão a Jaime Roldós Aguilera. O Grupo se dedica ao mercado de varejo, rede de supermercados, negócios imobiliários e agropecuária para consumo interno e agroexportação (Harnecker, 2011).

O grupo de Guillermo Lasso pertence ao candidato a presidente do mesmo nome pelo Movimiento Creando Oportunidades (CREO),

do qual é líder. Lasso foi Ministro da Economia e Energia no governo de Jamil Mahuad, em 1999, e é o principal acionista do Banco Guayaquil (Harnecker, 2011).

Assim como os grupos Noboa e Guillermo Lasso, o grupo Febres Cordero também é de Guayaquil. Para defender os interesses das oligarquias guayaquilenhas, o grupo possui vinculação com o PSC e atua no setor petrolífero. Lembra-se que León Febres Cordero foi presidente do país pelo PSC, de 1984 a 1988 (Harnecker, 2011).

O grupo Isaías, com forte ligação com o Presidente Abdalá Bucaram (1996-1997), teve seu Banco Filanbanco salvo pelo governo no “Feriado Bancário” de 1999, mas entrou em falência mais tarde. O grupo se dedica à exportação de cacau, à produção de camarão, pesca, banana e cerveja, ao setor imobiliário e possuía a cadeia TC Televisión e TV CABLE (Jordán; Panchana, 2011; Zukernik, 2008).

Estes grupos estiveram diretamente envolvidos nas crises políticas, de 1996 a 2006. Nesses dez anos, o país teve seis presidentes: Abdalá Bucaram (1996-1997); vice-presidenta Rosália Arteaga Serrano; Fabián Alarcón (1997-1998); Jamil Mahuad (1998-2000); Gustavo Noboa (2000-2003); Lucio Gutiérrez (2003-2004); e Alfredo Palacio (2004-2006). Em quase todos os mandatos houve algum tipo de intervenção, seja golpe ou manifestações indígenas, que terminou em queda do Presidente da República em exercício. Portanto, a disputa de poder entre os grupos econômicos resultou em um período de grande instabilidade política e muitos governos derrubados (Harnecker, 2011).

Ao longo de 30 anos (1970-2000), o Equador passou por um período que inclui ditadura, políticas neoliberais, uma crise bancária conhecida como “Feriado Bancário”, a “longa e triste noite neoliberal” (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015), que resultou em um “*Salvataje Bancário*” em 1999/2000, antes de entrar em um período de mudanças estruturais políticas e econômicas que tentam barrar o desastre das políticas econômicas neoliberais. Essa nova etapa, iniciada com Rafael Correa, impulsiona um “modelo econômico solidário e equitativo com um Estado

de Democracia Social” (Paz y Miño, 2007). A próxima seção apresenta um histórico sobre os períodos que envolvem a ditadura instaurada na década de 1970 e o comportamento dos partidos políticos já no cenário de Estado Democrático que ficou conhecido como Partidocracia.

O país era governado por estes grupos como uma “dança das cadeiras”, em que o pluralismo se colocava como prática, na qual os diversos setores da sociedade disputavam o poder. No entanto, somente os grupos pertencentes às elites econômicas do país participavam da disputa. Como se viu conforme a teoria elitista, quando colocado em termos de um sistema poliárquico, somente as elites têm o direito à representação política enquanto as demais classes só têm o direito a escolher seus representantes.

Assim, constata-se um cenário que se perpetuou até 2006 quando uma nova força surgiu rompendo com o círculo vicioso da oligarquia política e propondo uma democracia de alta intensidade.

## **A ditadura da década de 1970 e a partidocracia dos anos 1980-1990**

O Presidente José María Velasco Ibarra (1968-1970) se declarou ditador no último dia de seu mandato. Em 1972, o general Guillermo Rodríguez Lara liderou um golpe transformando uma ditadura civil em ditadura militar, que durou até 1979. Velasco era admirador de Fidel Castro, enquanto Guillermo Rodríguez era um nacionalista simpatizante de Pinochet. O Governo Nacionalista Revolucionário foi instituído com o objetivo de recuperar a economia do país, nacionalizar e revalorizar a moeda local (o Sucre) e começar a exploração do petróleo na região amazônica, que fora descoberto pelas estadunidenses Texaco e Gul na década de 1960, iniciando assim uma intensa relação econômica com os EUA em torno deste produto (*El Telégrafo*, 2013; Ortiz Crespo, 2000; Paz y Miño, 2007).



Neste mesmo período, o Equador ingressou na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a exportação de petróleo, que era de menos de 2% em 1970, passou a 18,4% em 1972 e entrou em ascensão nos demais anos. Por conta disso, a economia cresceu de 10% a 13% ao ano no mesmo período. Com uma dívida de mais de US\$ 240 milhões em 1976, adquirida para financiar grandes obras, como hidroelétricas, a inflação disparou, resultando em manifestações populares e substituição do Presidente Rodríguez Lara que renunciou (Paz y Miño, 2007; *El Telégrafo*, 2013).

Em 1976, antes do fim da ditadura militar, as elites políticas equatorianas entenderam que a melhor saída para os problemas do país seria através de uma transição democrática centrada nos partidos políticos, a *Partidocracia*, como ficou conhecida. O objetivo foi então desenhar e implementar um sistema de partidos forte com organizações nacionais e modernas de modo a suprir partidos políticos que tradicionalmente se caracterizavam como instáveis e desorganizados (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2001).

Este modelo estava fundado em 3 eixos: um modelo empresarial de desenvolvimento inspirado no neoliberalismo; uma classe política institucionalizada em um Estado de Partidos; e uma desinstitucionalização do Estado Nacional (Paz y Miño, 2008a, 2008b). Este modelo foi fortemente combatido pelo Movimento Indígena Equatoriano (MIE), por exemplo, ao longo do tempo e desestruturado com a entrada do governo de Rafael Correa.

No período de transição do sistema ditatorial para uma democrática em 1978-1980, o país encontrava-se em um cenário político de tradições partidárias sólidas, devido à existência de máquinas partidárias de mobilização de importantes setores da população por um lado, e, por outro, à capacidade destas máquinas de se manterem no poder indefinidamente (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2002).

O Equador, durante este período de transição, reproduziu o sistema de partidos anterior ao rompimento da democracia. Neste quadro

partidário, o Partido Social Cristiano (PSC), partido de direita, foi criado em 1967, mas sua origem é o Movimiento Social Cristiano (MSC) fundado em 1951. O Izquierda Democrática (ID) também foi criado no mesmo ano de 1967 e é considerado um partido socialista. O Democracia Popular (DP) surgiu em 1978 como Democracia Popular-Unión Demócrata Cristiana (DP-UDC), e assim como o Movimiento Popular Democrático (MPD), também era um partido de direita. Já o Partido Roldosista Equatoriano (PRE), fundado em 1983, é considerado de direita, mas fora do circuito das oligarquias. E outros partidos criados na década de 1920 se fortaleceram neste período, como o Concetración de Fuerza Popular (CFP), que é um partido de cunho populista (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2002).

Alcántara Sáez e Freidenberg (2002) identificam uma relativa continuidade da composição dos sistemas de partidos, o que é algo que não condiz com a realidade de uma ruptura de ordem, da ditadura para um Estado democrático de direito. O que demonstra que não foi bem uma ruptura, mas uma reorganização do poder orquestrado pelas elites e Forças Armadas. A partir de 1979, quatro grupos políticos concentraram o apoio eleitoral e lideraram as eleições até 1999: Partido Social Cristiano (PSC), Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE), Democracia Popular (DP) e Izquierda Democrática (ID) (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2001).

Nas eleições em 1979, assumiu o Presidente Jaime Roldós Aguilera, da coligação CFP-DP. O Presidente Roldós morreu em um acidente aéreo em 1981.

Durante esse período de 1979 a 1999, portanto, instaurou-se um “modelo econômico neoliberal” e de “Estado de Partidos”, como na maioria dos países da América Latina, que tinha o propósito de realizar uma “*reforma ‘estructural’ a favor de la empresa privada y del mercado libre absoluto, el retiro del otrora activo papel del Estado en la economía [...]*” (Paz y Miño, 2007, p. 2). Ressalta-se que “os grupos econômicos organizavam as instituições públicas em função de extrair recursos

destinados à população transferindo-os às elites privadas, estabelecendo o que se chamava de Estados predatórios” (Barbosa, 2014, p. 2).

Nesse período, que Paz y Miño (2007, 2008a, 2008b) chamou de “modelo econômico neoliberal”, as oligarquias econômicas de Equador administraram o país através do monopólio da representação política dos partidos, a Partidocracia. Por décadas, estas oligarquias manipularam as políticas e os recursos do Estado, promovendo a diminuição do seu papel. Segundo Barbosa (2014, p. 3):

Tratava-se de um movimento que se retroalimentava continuamente onde o sistema partidário, conhecido como Partidocracia ou Estado de Partidos, configurava-se por um sistema que se encontrava dominado por elites militares e econômicas, vinculadas à exportação de *commodities* (como banana e flores) que, salvo o petróleo, geravam poucos dividendos para o país.

Abdalá Jaime Bucaram Ortiz (1996-1997) se candidatou pelo PRE com um tom populista e com a proposta de romper com este domínio oligárquico, mas logo que assumiu a presidência passou a ter uma postura neoliberal, trazendo Domingo Cavallo, da Argentina, assessor do presidente neoliberal Carlos Menen, para seu governo. Declarado com incapacidade mental pelo congresso, foi destituído do poder depois de muitas ações irresponsáveis de corrupção e despotismo que resultaram em fortes manifestações populares.

Neste levante popular, participaram movimentos sociais liderados pelo movimento indígena, mas também setores tradicionais de direita das oligarquias, que assumiram o poder e mantiveram o programa de governo de Bucaram (Harnecker, 2011). A vice-presidenta Rosália Arteaga Serrano assumiu e foi destituída do cargo três dias depois. Durante um ano e meio o país foi governado por um interino, Fabián Alarcón (1997-1998).

Somente em 1998 houve eleições novamente, pelas quais elegeu-se como presidente Jamil Mahuad, do partido DP-UDC. A intenção de

Mahuad era concluir o ciclo de reformas neoliberais, com o aval do FMI. No entanto, a excessiva inflação e a crise econômica fizeram com que Mahuad decretasse feriado bancário, congelamento de retiradas de fundos públicos e das poupanças, e salvamento dos bancos quebrados, o que custou aos cofres públicos US\$ 8 bilhões. O resultado foi a dolarização da economia e a extinção da moeda nacional, o sucre. Foi a pior crise que assolou o Equador (Harnecker, 2011; Ramírez Gallegos, 2011).

Em 2000, portanto, em meio a esta severa crise econômica, fiscal e monetária, o movimento indígena liderou a segunda destituição de um presidente, desta vez com a ajuda do Coronel Lucio Gutierrez (Ramírez Gallegos, 2011; Harnecker, 2011).

Em 2003, o Coronel Lucio Gutierrez foi eleito presidente pelo Partido Sociedad Patriótica (PSP) com o apoio da CONAIE e todo o movimento indígena. Gutierrez se apresentou com uma postura de esquerda; e como esclareceu Ramírez, *“la coalición indígena-militar incluía al MPD y adquiría así un perfil izquierdista. Gutiérrez había sido invitado al Foro Social Mundial de Porto Alegre y era comparado con el liderazgo de Hugo Chávez en Venezuela. Fidel Castro asistió a su posesión presidencial”* (Ramírez Gallegos, 2011, p. 79).

Assim que assumiu a presidência, Gutierrez abandonou o discurso de esquerda, não cumpriu com o acordo de preencher 40% dos cargos com indígenas e assinou uma carta de intenções com o FMI, pela qual garantiu que aumentaria os preços de transporte, combustíveis e promoveria a privatização (Harnecker, 2011). Além disso, aliou-se aos Estados Unidos no combate aos narcotraficantes no Plano Colombia (Ramírez Gallegos, 2011).

A CONAIE se culpa por ter colocado no poder alguém que, na verdade, não rompeu com as políticas neoliberais e enumera três erros que poderiam ter sido evitados. O primeiro, ter trasladado todos os principais líderes do movimento indígena para ocupar cargos do governo. Com isso, não conseguiu manter o movimento forte quando mais precisou: para fazer frente aos atos de Gutierrez. Segundo, não ter tor-

nado públicas as diferenças que haviam entre o governo de Gutierrez e o movimento indígena. E terceiro, não ter questionado e barrado a nomeação de Mauricio Pozo como ministro da Economia, um representante do setor bancário e financeiro e de relações estreitas com o FMI (Harnecker, 2011).

Dentro da Assembleia, o bloco de deputados de Pachakutik tentou se aliar com os grandes partidos de direita, PSC e ID, para processar o presidente por uso indevido de recursos públicos. No entanto, Gutierrez controlava a Corte Suprema de Justiça por meio de suborno a deputados e frustrou a ação (Ramírez Gallegos, 2011).

Pela terceira vez em 10 anos, mais uma mobilização social se formou com o propósito de destituir o presidente, mas com um tom sarcástico desta vez. Como explica Ramírez (2011, p. 79),

*Durante los diez días de protesta social que antecederon al derrocamiento de Gutiérrez, en abril del 2005, el MIE no estuvo en la calle. Bajo la consigna “que se vayan todos” – escuchada también en las movilizaciones argentinas del 2001– miles de ciudadanos bailaron, cantaron, hicieron sonar sus cacerolas y formaron asambleas como inéditos repertorios contenciosos.*

A aliança com Lucio Gutierrez enfraqueceu as representações indígenas e frustrou o movimento. O MIE não saiu às ruas, não liderou as manifestações, mas não deixou de fazer parte do processo de destituição do presidente. Depois da queda de Gutierrez, o vice Alfredo Palacios assumiu por dois anos e, em 2006, houve eleições para presidente, pelas quais Rafael Correa foi eleito, assunto tratado mais adiante.

A Partidocracia era, portanto, um sistema de disputa de poder entre as elites econômicas do país. Os grupos de poder dominavam o cenário político e a representação partidária era um instrumento.

O movimento indígena, participando ativamente no cenário político do país, resolveu entrar na disputa eleitoral com uma representação própria; e este é o tema da próxima seção.

## Movimento indígena: o motor mobilizador e de mudanças políticas

Enquanto vigorou este cenário político, em que “os donos do poder” (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2002) e os grupos econômicos articularam-se através de seus partidos políticos, o movimento indígena se estruturou e se constituiu numa das principais forças sociais e políticas no país, mesmo representando somente 7% da população equatoriana.

A década de 1990 mostrou-se um período de muitas reivindicações de direitos sociais e de direitos da natureza (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015). O movimento indígena e outros atores sociais se mobilizaram em favor de questões cruciais para a vida dos trabalhadores e por melhorias nas condições de vida indígena, e foi um período de alta cooperação internacional e empoderamento dos movimentos políticos (Bretón, 2001).

Foi nessa mesma década, de 1990, que o movimento indígena realizou o primeiro levante nacional, indo às ruas e paralisando o país, dando início a uma forte tradição de mobilizações de grande importância no Equador. Este ator social ganhou força e respeito demonstrando seu poder de mobilização em três momentos, cujo resultado foi a derrubada dos presidentes Bucaram em 1997, Mahuad em 2000 e Gutierrez em 2005, estabelecendo-se como um diferencial no cenário político do Equador. Conforme Ramírez Gallegos, “*los partidos políticos que dominaron la escena democrática desde el retorno en 1979 – y actores emergentes – nuevas organizaciones y movimientos políticos y sociales – se colocó [os indígenas] como uno de los diferendos constitutivos de la democracia ecuatoriana*” (Ramírez Gallegos, 2011, p. 71).

A crise nos partidos políticos da América Latina se caracterizou por fatores levantados por alguns pesquisadores, como Alcántara Sáez e Freidenberg (2002) e Mair (2003), por exemplo. A verticalização no processo de tomada de decisão partidária e a diminuição da representação política dos interesses dos cidadãos resultaram em seu desprezo

pela “importância dos partidos como instrumentos do sistema político, pondo em dúvida a capacidade mobilizadora e de representação dessas agremiações” (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2002, p. 139).

No Equador, as linhas demarcatórias da ação política (clivagem) no sistema de partidos políticos condicionam as posições dos atores políticos. Os principais atores políticos considerados são: o regional e o étnico-cultural. A clivagem regional é importante pela tendência de recrutamento de partidos por região provincial ou em número limitado de províncias, contrariando a ideia inicial de nacionalização partidária. Já a clivagem étnico-cultural tem forte presença desde o início da década de 1990, quando surgiu o Movimento Indígena na esfera política com o Movimento de Unidade Plurianual *Pachakutik* Novo País (MUPP-NP), na disputa eleitoral de 1996. Segundo Pachano:

*El desempeño relativamente exitoso de este partido, así como el surgimiento de otras agrupaciones de origen indígena, portadoras también de reivindicaciones étnico-culturales, fueron factores determinantes para que este tipo de temas entraran a formar parte de la agenda política (Pachano, 2007, p. 185).*

Surgiu, então, um movimento significativo por inovações institucionais de participação democrática que supera a ideia de democracia representativa como única forma de participação democrática. A conduta dos cidadãos vem se modificando expressivamente, e eles passaram a canalizar suas reivindicações às autoridades competentes. Baquero aponta que “o declínio dos partidos é explicado pelo surgimento de movimentos sociais que não acreditam nos canais mediadores tradicionais para transmitir suas reivindicações” (Baquero, 2000). O movimento indígena no Equador possui uma força política, de pressão, em defesa dos seus interesses e influência, devido à sua importância e amplitude em casos de mobilização.

O protagonismo indígena no sistema político tomou força na década de 1990, como mencionado antes, quando os movimentos sociais

começaram a se mobilizar na esfera política, em reação à ausência de identidade com projetos políticos representativos dos povos indígenas (Barbosa, 2014; Dávalos, 2002; Ramírez Gallegos, 2011). A verticalização da tomada de decisão, a clivagem étnico-cultural e o projeto político que atenda aos seus interesses são alguns dos pontos aqui levantados para discutir a necessidade e o caminho percorrido na constituição de uma elite indígena intelectual e política capaz de fazer frente ao movimento indígena já politicamente forte (Barbosa, 2014).

A Partidocracia afetou muito a representatividade política equatoriana e a clivagem étnico-cultural não foi tão absorvida como deveria. O surgimento de uma representatividade política indígena teria sido uma consequência desta não identificação com os projetos políticos. A verticalização no processo de tomada de decisão partidária (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2002), por exemplo, é um dos pontos levados em conta na representatividade política indígena (Barbosa, 2014).

Outra característica desta organização é de não girar em torno de um líder carismático em termos weberianos (Weber, 2012a), definindo-se como um movimento constituído por muitas lideranças: “No lugar desta figura carismática, tem-se agrupações de diversas organizações com base na Serra e na Amazônia equatoriana. Diferente dos demais grupos políticos e partidos tradicionais, o *Pachakutik* foi construído sobre as bases de difusão territorial” (Barbosa, 2014, p. 8).

O *Pachakutik*, que nasceu em 1995 como braço político da CONAIE<sup>1</sup>, após a aprovação pelo Conselho Eleitoral Nacional, participou do primeiro processo eleitoral em 1996 e, nessas eleições, se mostrou a terceira força com maior porcentagem de votos válidos do país (Alcántara Sáez; Freidenberg, 2001). De acordo com Burbano (2011, p. 23), “*obtuvo ocho legisladores (8%) de un total de 82 escaños, de los cuales 4 eran indígenas y 4 mestizos. El Movimiento alcanzó, además,*

---

<sup>1</sup> O Movimento Indígena Equatoriano (MIE) e a Confederação de Nacionalidades Indígenas de Equador (CONAIE) articulam politicamente toda uma população étnico-cultural (Burbano et al., 2011).



*6 alcaldías [prefeituras] y numerosas concejalías. Su candidato presidencial quedó tercero con 17,34% de la votación”.*

Pachakutik é um movimento político alternativo, registrado como partido político, mas segue com suas características de ser um movimento. Este movimento político articula demandas indígenas, desde diversos setores: sindicatos progressistas (trabalhadores do setor petrolero e elétrico), movimentos sociais (ecologistas, mulheres e jovens), religiosos (evangelistas), partidos de esquerda, intelectuais e empresários (classe média progressista serrana) (Barbosa, 2014). A diversidade cultural e étnica, a plurinacionalidade, a interculturalidade, e novas formas de participação e representação política são bandeiras levantadas e defendidas em palanque. Possuem, portanto, uma agenda política que inclui uma proposta interclassista e de alcance nacional (Serrano, 2006).

Afinal, como se constitui o construto de elites indígenas e a formação e manutenção dessas elites no poder? Esta é uma questão pouco investigada e há um fraco mapeamento da circulação internacional indígena nas últimas décadas. Porém, muitas organizações internacionais promoveram esta circulação contribuindo para a formação de uma elite intelectual capaz de se organizar, constituir representação e concorrer ao poder.

### ***Formação de uma elite indígena intelectual e política***

A formação de uma elite indígena aconteceu em duas instâncias. Na primeira instância, o Estado, a igreja, as organizações não governamentais e organizações internacionais impulsionaram um processo de modernização rural, que favoreceu a estruturação da esfera indígena e a formação de uma elite intelectual, além de contribuir para a consolidação de sua identidade étnica. A cooperação internacional contribuiu para este processo de formação de uma elite intelectual e política (Bretón, 2001). Na segunda instância, tem-se as mudanças internas, causadas pelas políticas de desenvolvimento e as mudanças nas elites políticas,

que permitiram a inclusão dos grupos indígenas através do voto aos analfabetos e a participação de candidatos independentes, por exemplo, contribuindo para a possibilidade de reivindicações de seus interesses nos espaços públicos e através das instituições do sistema político e de meios alternativos de ação política (Freidenberg, 2004).

Houve a formação de uma elite a partir de programas de capacitação e, segundo Freidenberg, (2004, p. 10) “los programas de desarrollo también permitieron la formación de una elite con elevados niveles de educación e información que rápidamente se convirtió en la contraparte del Estado en los procesos de negociación”. Estes programas tiveram início com a redemocratização, em 1979, com o governo de Jaime Roldós Aguilera, por meio da alfabetização de indígenas. Estes jovens indígenas, através da educação formal equatoriana, chega(ra)m a formar-se como agrônomos, engenheiros, advogados, médicos, sociólogos, entre outras profissões de destaque, gerando uma elite profissional e intelectual capaz de conduzir as organizações e a agenda política:

*Esa elite ha sido fundamental en el proceso de incorporación de los sectores indígenas a la vida política ecuatoriana, no sólo por la incorporación en sí sino por el estilo y por la manera de hacer política que han empleado. Pero también el fortalecimiento de esa elite ha significado una tensión por el liderazgo de las comunidades entre las autoridades tradicionales y las nuevas elites intelectuales que promueven organizaciones modernas y que están cada vez más en contacto con el “mundo exterior” (Freidenberg, 2004, p. 11).*

Ou seja, esses programas de capacitação vêm promovendo a dinamização da sociedade indígena e, ao mesmo tempo, desenvolvendo as competências de interlocutores no sistema político nacional (Santana, 2004).

Na década de 1990, surgiu a Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas “Amawtay Wasi” (Casa de la Sabiduría) como projeto político-epistêmico. Esta universidade faz parte, não só de uma projeto político, mas também de um projeto estraté-

gico do movimento indígena equatoriano, de inserção social pensando no futuro (Bicas, 2012; Dávalos, 2002; Sarango, 2009). Como parte do sistema de educação superior do país, a instituição participa de todos os benefícios e bolsas governamentais e internacionais.

Trata-se de um processo que vem sendo construído desde a década de 1970. Na década de 1990, a CONAIE apresentou sua proposta política, em que a plurinacionalidade e a interculturalidade são fundamentos para uma reconstrução do Estado (Bicas, 2012; CONAIE, 1994; Sarango, 2009).

Zoila Muenala (2007) descreve a elite indígena a partir de sua pesquisa em Otavalo<sup>2</sup> e considera que uma elite não seria somente aquela com detenção de poder econômico, mas também poderia ser aquela que possui poder de influência intelectual e política. O termo elite, definido como grupos oligárquicos que detêm o poder econômico e dominação política, não se encaixa na perspectiva indígena, mesmo que se esteja recorrendo ao que se entende por elite na modernidade ocidental para analisá-la.

A elite indígena vem contribuindo para transformar a cultura e cosmovisão *Kichwa* e *Shuar*<sup>3</sup> em algo fundamental em todas as tomadas de decisão na sociedade, num mundo moderno. Recorre-se a Pablo Dávalos para pensar o que significaria a elite indígena neste cenário:

*Las nuevas elites comprendieron que el control del saber possibilitaba el ejercicio del poder. La recuperación de los saberes antiguos podía ofrecer respuestas, abrir caminos y señalar nuevos rumbos a los pueblos conquistados en su lucha por la liberación. Era necesario, entonces, destruir toda posibilidad, todo resquicio de un saber diferente a aquel determinado desde las condiciones de poder (Dávalos, 2002, p. 105).*

---

<sup>2</sup> Otavalo é uma cidade andina de Imbabura e foi considerada a Capital Intercultural do Equador por ser um centro do grupo étnico indígena *Kichwa* do país.

<sup>3</sup> *Kichwas* são os indígenas que habitam a região andina, e os *Shuar* são os indígenas que habitam a região amazônica.

Portanto, o saber, mais precisamente o saber ancestral, seria a chave para o fortalecimento de uma elite capaz de influenciar cultural e politicamente na modernidade ocidental. De acordo com Dávalos, “*En una sociedad en la que el conocimiento se articula a la dominación, el saber es también poder, y el poder necesita del saber*” (Dávalos, 2002, p. 106)

Dessa forma, Muenala descreve a elite intelectual indígena, de Otavalo por exemplo, como sendo os profissionais presentes nos diferentes momentos de reflexão nos espaços políticos, sociais, culturais e nos diversos âmbitos, desde o local ao nacional. O autor esclarece que os meios de comunicação e o povo equatoriano os reconhecem como geradores de opinião referentes à cultura *kichwa* (Muenala, 2007):

*Las élites intelectuales indígenas ecuatorianas se encuentran en su gran mayoría insertas en el espacio político partidista, porque nacen de un proyecto político para la captación del poder, que además posee un proyecto epistemológico. Este se refiere a la incorporación “masiva” de las distintas formas de saber, conceptos, lógicas e ideologías culturales de los distintos pueblos indígenas. [...] La educación ya no es únicamente para transmisión de los conocimientos de la cultura mestiza, sino que más bien ha servido para el reconocimiento de la importancia de ser indígena* (Muenala, 2007, p. 54).

Com a última Assembleia Constituinte, a de 2008, o movimento indígena teve ampla participação no processo de construção da Carta Magna, trazendo seu projeto político e a influenciando intelectualmente (Barbosa; Moricz; González, 2009; Dávalos, 2002).

Não se constatou a participação dos EUA na formação desta elite indígena. No entanto, identificou-se a interferência dos EUA na formação de novas organizações indígenas nos anos 2000, como é o caso da IEIE e da Fundación Q’Elkaj, e na circulação que se levantou entre Lourdes Tibán, dirigente indígena, e o Departamento de Estado dos EUA.

O Movimento Indígena equatoriano possui identidade e é fiel aos seus princípios e à sua comunidade, considerado um ator com fortes convicções e difícil de ser cooptado. Além disso, seus interesses confli-

tam com os interesses estadunidenses, pois são territorialistas e protecionistas no que se relacionam com a natureza e seus costumes.

## A Revolução Cidadã de Rafael Correa

As forças sociais dominantes não desapareceram com a entrada de Rafael Correa em 2006. Entretanto, as relações de poder se modificaram muito diante da descrença na representatividade política e nos caminhos que o país tomou nas últimas décadas. Foram várias tentativas de se mudar as configurações de poder e as políticas públicas e aumentar a participação da população nas decisões importantes sobre os rumos da economia. A Revolução Cidadã surgiu então como proposta de governo, uma proposta de renovação, buscando tirar de campo a velha política e implantar um projeto de democracia em que se tenha ampla participação de todos os setores da sociedade, porém limitada às elites.

O termo socialismo do século XXI, cunhado por Heinz Dieterich Steffan, foi usado sistematicamente por Correa para explicar as origens da Revolução Cidadã. Isso chamou a atenção do governo dos EUA (US Embassy Quito, 2008). Ricardo Patiño (2010), que foi Ministro das Relações Exteriores na administração de Rafael Correa, define o que é a concepção de Socialismo do Século XXI e aponta suas diferenças com relação ao Socialismo do Século XX:

*En la construcción de un modelo social de justicia, equidad y solidaridad es necesaria una sociedad movilizadada, dinámica, creativa. Una sociedad democrática no sólo en lo político o en lo social, sino en lo cultural, en las relaciones interpersonales, en la recuperación de lo público. Con una población que participe haciendo valer sus derechos. Una sociedad en la cual los ciudadanos puedan elegir libremente la opción más conveniente, de acuerdo a sus intereses y no en base a sus posibilidades económicas. Una sociedad intercultural, con pleno reconocimiento de la plurinacionalidad, con pleno reconocimiento de la unidad en la diversidad (Patiño, 2010, p. 137).*

Para o autor, trata-se de um regime de democracia participativa aceitando-se a pluralidade de atores políticos e assumindo três formas de propriedade: privada, pública e comunitária. Patiño se refere a um caminho para o socialismo através da Revolução Cidadã e isso inclui, por exemplo, o reconhecimento dos povos indígenas como protagonistas sociais e políticos.

O rompimento com um *modus operandi* político se deu com a entrada de Correa como presidente do país propondo o fim do Estado mínimo. Esperava-se:

[...] redemocratizar o Estado ao recuperar e fortalecer as capacidades de planejamento, regulação, controle e (re)distribuição. Estabelecer um Estado Plurinacional e Intercultural, reconhecendo as nacionalidades e culturas equatorianas na construção de um Estado policêntrico, desconcentrado e descentralizado. E finalmente a participação social e cidadã em todos os níveis de governo (Barbosa, 2014, p. 3).

O movimento indígena é um ator social historicamente importante no cenário sociopolítico do Equador. Rafael Correa se elegeu pelo partido Alianza País, criado em 2006 com a ajuda do apoio indígena. Não se tira o mérito de sua competência profissional, mas ele era à época um candidato desconhecido no cenário político até ser nomeado ao Ministério da Economia, em 2005, e permanecer por somente quatro meses, por sua oposição às políticas do próprio governo. Isso o fez ganhar a confiança de setores de oposição daquele governo, inclusive do movimento indígena, que se sentiu traído pelo Presidente Lúcio Gutiérrez, em 2005, e o fez renunciar (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015).

As eleições de 2006 no Equador acenderam o sinal de alerta para o governo dos EUA com a candidatura de Rafael Correa, de acordo com a Embaixada dos EUA em Quito (US Embassy Quito, 2005). Ele é um economista que já vinha enfrentando os ditames dos EUA quando fora Ministro da Economia. Esse foi um dos motivos para os EUA reforçarem suas atenções a um país pequeno, mas que é dono de uma das

maiores reservas de petróleo na América do Sul e membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), juntamente com a Venezuela. Em seus planos, Correa tinha o ideal de implementar um Socialismo do Século XXI, uma Revolução Cidadã, e era muito amigo de Hugo Chaves.

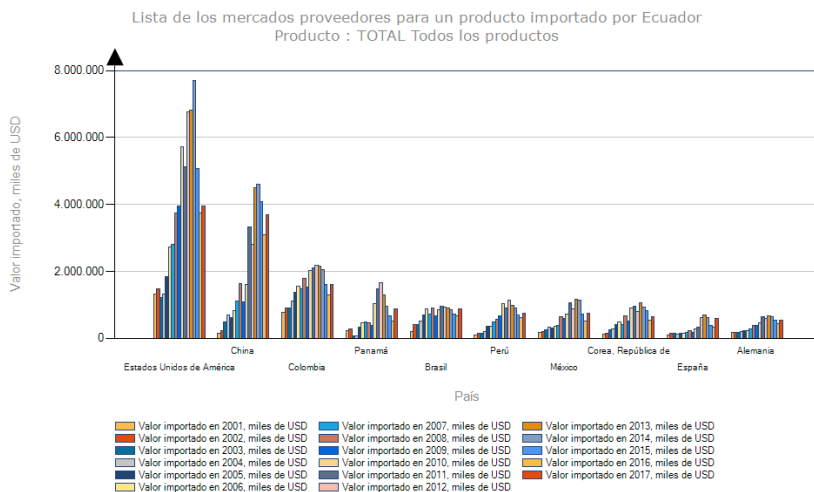
Mesmo Rafael Correa sendo um economista, convidado a estudar nos Estados Unidos com bolsa de estudos oferecida pela USAID<sup>4</sup>, foi considerado um *dark horse* (US Embassy Quito, 2005) populista e antiamericano por suas propostas, que rompiam com muitos termos já acordados nas relações bilaterais (Wolff, 2011). No entanto, Correa não sofreu retaliações por parte dos EUA, como aconteceu com Evo Morales, presidente da Bolívia, por exemplo. Em uma comparação entre os dois mandatários, Wolff (2011) esclarece que houve uma diferença no tom de cooperação bilateral com o Equador, o que não houve com a Bolívia, ainda que ambos os países apresentassem as mesmas posturas de defesa nacionalista e tivessem posições de esquerda progressista. Por isso, as relações entre Equador e EUA na era Correa foram consideradas amistosas por alguns analistas como Wolff (2011), ainda que houvesse alguns embates de cunho econômico e político.

No entanto, este rompimento não significou romper as relações comerciais do Equador com os Estados Unidos. Entre as importações e exportações do país, os Estados Unidos tem sido o seu parceiro mais importante historicamente, como se pode constatar nos gráficos dos últimos 17 anos (gráficos 9, 10 e 11 nas páginas seguintes).

---

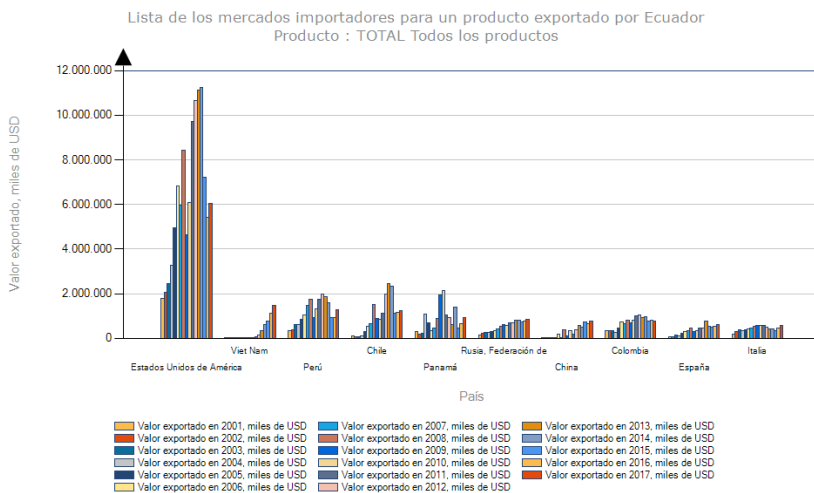
<sup>4</sup> Informações apresentadas pela Embaixada dos EUA no Equador ao Departamento de Estado, no período das eleições em 2006. Correa obteve um mestrado e um Ph.D. em Economia na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign. Quando lhe ofereceram uma bolsa USAID para estudar nos EUA, ele aceitou uma bolsa de estudos do governo belga e obteve um mestrado (também em economia) na Universite Catholique de Lovaina (US Embassy Quito, 2005).

## Gráfico 9 – Principais parceiros do Equador – Importações



Fonte: Trade Map (2018).

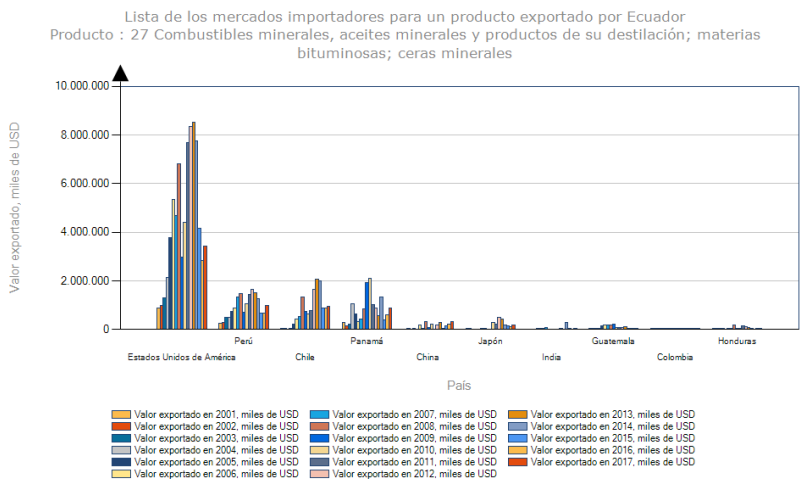
## Gráfico 10 – Principais parceiros do Equador – Exportações



Fonte: Trade Map (2018).



## Gráfico 11 – Exportações de petróleo e derivados para os EUA



Fonte: Trade Map (2018).

Os Estados Unidos importam os principais produtos produzidos e extraídos no Equador: petróleo e outros minerais, frutas, pescados, plantas (flores), cacau, madeira, carvão, café, café, manufaturados destes produtos e produtos cerâmicos. Ao mesmo tempo, é o principal importador de produtos em geral e, principalmente, de petróleo e derivados, como se verifica nos gráficos 10 e 11 (Trade Map, 2018). Ao longo dos dez anos de governo de Correa, o desafio foi diversificar os seus parceiros e diminuir a sua dependência comercial dos EUA. Percebe-se que é o que vem acontecendo, com a diminuição dos destinos de produtos para os EUA e o aumento das exportações para outros países, como China e Rússia e mercados regionais como Peru e Chile.

Um conjunto de propostas de Rafael Correa, desde sua plataforma de campanha política, que envolvem as relações bilaterais passaram a incomodar os EUA. Rafael Correa, enquanto candidato à presidência, criticou o salvamento aos bancos com o Feriado Bancário de 1999, a consequente dolarização da economia, em 2000, e criticou também

o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos (Barbosa, 2014). As políticas neoliberais que culminaram na crise bancária de 1999 geraram uma reação em cadeia, que afetou os principais setores econômicos, como os produtores de flores e demais setores em que os indígenas estão inseridos. Conforme Paz y Miño (2007, p. 6):

*[Correa] declaró que no suscribirá el TLC con los Estados Unidos, que no abrirá el país indiscriminadamente al capital extranjero y que, observando la Constitución (2008), mantendrá los recursos naturales como el petróleo en manos del Estado. Su programa postulaba una revolución en el ámbito social, la ética, la producción, la soberanía y la integración latino-americana.*

Em 2006, antes da eleição de Correa, a administração de Alfredo Palacios suspendeu o contrato com a Occidental Petroleum (Oxy), com sede nos EUA, mas esse rompimento foi ratificado por Correa assim que assumiu. O rompimento do contrato de exploração de petróleo em uma das maiores áreas foi devido a violações contratuais. Isso levou o governo dos EUA a suspender negociações “indefinidamente”, para um acordo bilateral de comércio livre com o Equador (US Embassy Quito, 2010; Wolff, 2011).

Em 2007, buscando mudar as relações de poder econômico e político com as oligarquias locais e empresas transnacionais no Equador, Rafael Correa propôs políticas econômicas que canalizassem os recursos para o desenvolvimento da capacidade produtiva do país, na tentativa de abandonar uma economia caracteristicamente extrativista e assumir uma matriz produtiva.

A abertura da Assembleia Nacional Constituinte foi uma das primeiras medidas e foi colocada em prática após uma consulta popular sobre o interesse em uma nova Constituição (Barbosa, 2014). As propostas de Correa se harmonizavam com as propostas das organizações indígenas. A Constituição de 2008 cimentou estas premissas culturais indígenas em suas páginas mencionando muitas das características da

cultura e tradições indígenas: a concepção de “*Buen Vivir*” é uma delas (Basabe-Serrano, 2009; CONAIE, 1994).

A Constituição de 2008 apresenta o significado dessa concepção de “*Buen Vivir*” que se trata de uma concepção originada ou inspirada no *Sumak Kawsay*<sup>5</sup> de desenvolvimento socioeconômico e cultural inerente aos Povos Originários da América do Sul, mais precisamente, dos países de cultura predominantemente indígena, como Bolívia e Equador. Estes países têm buscado repensar seus modelos de desenvolvimento desde a produção, comercialização até o consumo de forma sustentável, respeitando os principais geradores de riqueza, que são o ser humano e a natureza. Pensar o econômico muito além da satisfação imediata das necessidades ilimitadas com os recursos escassos, e justamente levar em consideração as gerações futuras e as necessidades legítimas, para construir uma economia social, justa e sustentável.

O *Buen Vivir* não tem relação com as concepções de bem-estar social (Welfare State), apesar de o Estado também possuir um papel importante no desenvolvimento econômico e social. Porém, os objetivos e caminhos são muito diferentes. O conceito de *Buen Vivir* é algo em construção e não há um consenso de seu significado. René Ramírez Gallegos propõe uma abordagem sobre o conceito onde

*paz y armonía con la naturaleza, para la prolongación de las culturas humanas y de la biodiversidad. El Buen Vivir o sumak kawsay supone tener tiempo libre para la contemplación y la emancipación, y que las libertades, oportunidades, capacidades y potencialidades reales de los individuos/colectivos se amplíen y florezcan de modo que permitan lograr simultáneamente aquello que la sociedad, los territorios, las diversas identidades colectivas y cada uno —visto como un ser humano/colectivo, universal y particular a la vez— valora como objetivo de vida deseable (tanto material como subjetivamente, sin producir ningún tipo de dominación a un otro)* (Ramírez Gallegos, 2010, p. 21).

---

<sup>5</sup> *Sumak Kawsay* significa *Buen Vivir* em Kichwa, idioma indígena.

A partir da nova Constituição, promulgada em 2008, iniciou-se a elaboração e aprovação de novas leis para operacionalizar suas diretrizes. Estas medidas buscaram diminuir o poder dos grupos econômicos, respaldadas pela opinião pública através de Consulta Popular e/ou outros instrumentos de Controle Social instituídos pela Lei Orgânica do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social, um dos principais atos de retomada da Democracia e da soberania no país (Barbosa, 2014). Neste caminho, foram aprovadas a Lei de Criação da Rede de Segurança Financeira, legislações para a regulamentação do sistema financeiro e a Lei Orgânica de Regulação e Controle do Poder de Mercado (Lei Antimonopólio), de 2011, pela qual os bancos ou grupos financeiros ficaram proibidos de ter participação em meios de comunicação (MENA, 2010, 2011). Além destas, foram fixadas leis sobre expatriação de capital, proibição a donos de contas em paraísos fiscais de se candidatar a cargos públicos, regulamentação da mídia, diminuição do lucro das explorações de petróleo para os EUA; e a lei de herança, a qual não foi aprovada.

O historiador Paz y Miño (2007) deixa claro, em suas pesquisas, as mudanças radicais que o país passou com a entrada de Rafael Correa e o uso de instrumentos de participação cidadã durante o período (Paz y Miño, 2007, 2008a, 2008b; Política El Comercio, 2017).

Com base nos discursos do Presidente Correa nos *Enlaces Ciudadanos* ao longo de sua administração, pode-se entender alguns dos acontecimentos. Com relação aos recursos naturais, o rompimento com o *modus operandi* de apropriação e espoliação da natureza, mesmo que não eficiente, foi um ponto de grande conflito entre o movimento indígena e o governo de Correia. O movimento indígena esperava o abandono na exploração de minérios e petróleo em áreas de preservação e indígenas.

Correa buscava contribuir para o fortalecimento e a integração latino-americana e impulsionou a criação da UNASUL em 2008, incluindo o Equador como país signatário desde a sua fundação e fixando a sede da Secretaria Geral em Quito (UNASUR, 2017). Em 2009, o Equador

passou a fazer parte da ALBA, que desenvolveu uma moeda virtual que está sendo usada no comércio entre os países do bloco sem precisar, portanto, do dólar nas transações (Estay, 2011).

Outro marco da gestão de Correa foi a implementação de uma auditoria da dívida externa no Equador em novembro de 2008, considerando dívida ilegítima, ou dívida odiosa, aqueles empréstimos tomados que geram fenômenos ou mecanismos que violam os direitos humanos e afetam o livre desenvolvimento integral individual e coletivo (Weber, 2008).

O processo de análise dos contratos identificou irregularidades e violações das leis nacionais. O resultado desta auditoria foi a decisão do não pagamento da dívida ilegítima. A redução do orçamento estatal destinado ao pagamento da dívida passou de 24% a 7%, proporcionando um acréscimo nos gastos sociais de 12% a 25% (Garzón, 2015).

Sobre a dívida pública ilegítima:

O relatório final da CAIC (Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público) apresentou ao presidente Rafael Correa o resultado das investigações técnicas, identificando inúmeras irregularidades e indícios de ilegalidades e ilegitimidades no processo de endividamento público equatoriano, tudo devidamente respaldado em documentos e provas. O presidente determinou a suspensão dos pagamentos aos detentores dos títulos da dívida externa e submeteu tal relatório a crivos jurídicos nacionais e internacionais. Após o referendo jurídico às conclusões da CAIC, o presidente anunciou a proposta de acatar somente 25 a 30% do valor dos títulos da dívida externa comercial com a banca privada (Bonos 2012 y 2030). Aqueles detentores que não concordassem com a proposta teriam que recorrer à Justiça, apresentando suas petições contra o Equador. Face às provas contundentes de ilegalidade da dívida, 95% dos detentores dos títulos aceitaram a proposta (Fattorelli; Ávila, 2009).

Carella (2009) aponta irregularidades nos contratos de empréstimo internacional e afirma que estes deveriam passar por revisão. Na auditoria, os analistas se depararam com cláusulas absurdas como por

exemplo esta: “el término del acuerdo se contará desde los 21 años menos un día desde la muerte del último de los descendientes vivos del embajador de los EEUU [Estados Unidos] en la Corte de Saint James, Joseph Kennedy, padre del ex presidente de ese país” (Carella, 2009)

Outro fato que marcou a administração de Correa foi a não renovação do acordo com os EUA de manutenção da Base da Força Aérea Americana de Manta<sup>6</sup>, que venceu em 2009<sup>7</sup>. O país teve um papel importante no Plano Colômbia ao manter essa base de Manta. Antes de Rafael Correa, o Equador já era considerado um importante aliado contra o narcotráfico pela sua localização estratégica na costa do Pacífico, entre dois dos maiores produtores de drogas, Colômbia e Peru (Wolff, 2011). A suspensão dessa base significou um retrocesso para os Estados Unidos na Guerra contra o narcoterrorismo, já que a base ficava perto da fronteira com a Colômbia.

A questão do petróleo é o ponto mais importante na relação entre Equador e Estados Unidos, como se viu no gráfico 11, pois este país é seu maior comprador. O anúncio de criação de uma área de não exploração na Amazônia equatoriana, região de grandes reservas de petróleo do país, movimentou os interesses dos EUA, que não tinham interesse em uma área de preservação natural, e dos governos locais, que esperavam ter receita com a atividade; e, por outro lado, dos indígenas e movimentos ambientalistas, que defendiam a não exploração. Trata-se da Iniciativa Yasuní-ITT, que será vista mais adiante, por ter se tornado um objeto do campo de conflitividade política.

---

<sup>6</sup> A base militar de Manta fazia parte da US Forward Operating Location (FOL), de 1999, por meio da qual EUA instalou bases militares em diversas partes do mundo. Esta base serviu de ponto operacional no Plano Colômbia e outras operações dos EUA no país e no continente sul-americano.

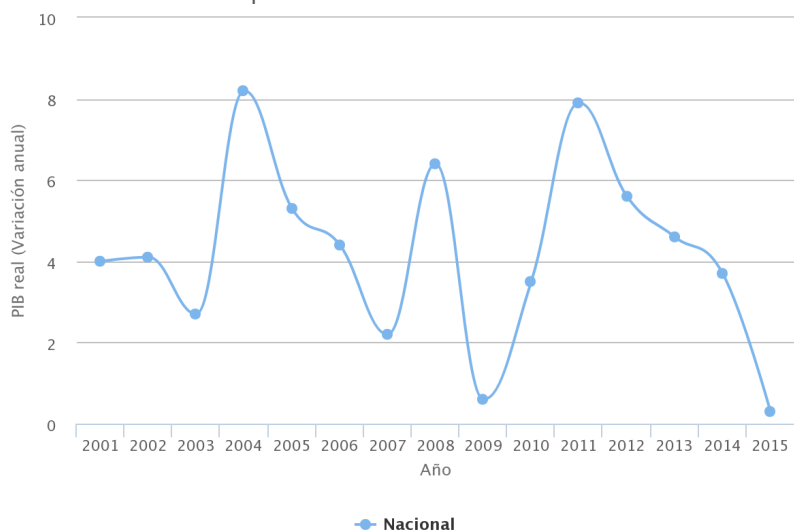
<sup>7</sup> Quando da não renovação do uso da base, Correa propôs construir uma base equatoriana na Florida como contrapartida da renovação do acordo, o que, de fato, não foi aceito (SECOM, 2017).

## “La década ganada”

Em meio a tantas crises como a de 2008 e diversas restrições que acometeram os países não desenvolvidos, as decisões sobre as prioridades que se tomam influenciam nos rumos que o país irá seguir. Rafael Correa escolheu um caminho de investimentos na mudança de uma matriz extrativista para uma matriz produtivista, embora não tenha obtido o resultado esperado, pois a situação econômica do país não se alterou muito. Seus planos de governo focaram nos investimentos em ciência e tecnologia, reestruturação dos serviços básicos, saúde e educação e na implementação de um plano de substituição de importações. Apresentam-se aqui alguns dados do que se considerou a “década ganada”.

Uma importante diferença entre os governos anteriores e o de Rafael Correa foi o crescimento econômico com direcionamento dos recursos para o investimento e os gastos sociais. Verifica-se a seguir o Gráfico 12, da evolução do PIB em porcentagem:

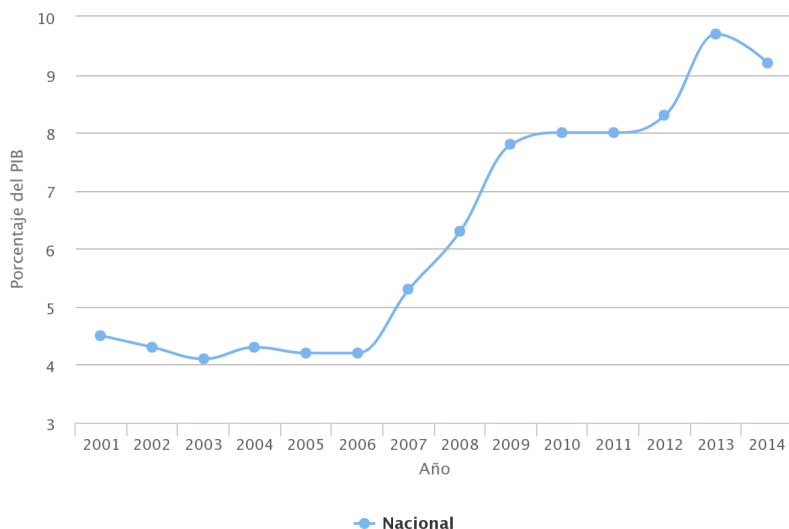
Gráfico 12 – PIB do Equador



Fonte: Ministerio Coord. de Desarrollo Social, 2018.

Mesmo com a alta variação do PIB, a porcentagem destinada ao investimento social só aumentou, como se pode verificar no Gráfico 13:

Gráfico 13 – Porcentagem do PIB no investimento social



Fonte: Ministerio Coord. de Desarrollo Social, 2018.

A evolução da economia não se deu somente com o petróleo, pois 85% do PIB é constituído pelos setores agrícola, indústria manufatureira, construção, comércio e serviços, segundo o então presidente do Banco Central Diego Martínez (*El Telégrafo*, 2013).

A ativação da economia se deu a partir dos investimentos em obras públicas de infraestrutura e modernização dos setores da educação, saúde e administração pública. Principalmente, infraestrutura para desenvolver um ambiente de competitividade sistêmica. Para isso, foram construídas oito hidroelétricas ao mesmo tempo e foram feitos investimentos em outras fontes de energia, de modo a transformar a matriz energética, predominantemente proveniente de termoelétricas, em outra, de energia limpa; assim como foram construídas estradas li-



gando todas as regiões do país viáveis ao transporte de cargas pesadas (*El Telégrafo*, 2013).

Outro pilar que sustentou este início de mudança de matriz econômica, foi o investimento em inovação tecnológica e capacitação exterior mediante a emissão de bolsas de estudos a estudantes de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, que passaram de uma quantidade de 236 em 2006 a 12.442 em 2016. O Ministério Coordenador do Conhecimento e do Talento Humano se encarregou de gerir os investimentos em inovação, qualificação das universidades e faculdades, e a criação da Cidade do Conhecimento Yachay, um complexo de pesquisa em forma de uma universidade nos moldes do Vale do Silício, na Califórnia (Senplades, 2017).

Os investimentos em educação alcançam os níveis fundamentais; e com isso houve melhorias nos índices de analfabetismo, com redução de 8,6% em 2006 a 5,5% em 2015, e na escolaridade, com aumento de 9,1% a 10,1% nos mesmos anos, de acordo com o Sistema Integrado de Indicadores Sociais do Ministério Coordenador de Desenvolvimento Social (Ministerio, 2018). O mesmo aconteceu no desenvolvimento social, onde houve redução da pobreza, de 51,6% da população em 2005 para 32,9% em 2015, reduzindo-se também a desigualdade social em 8 pontos no coeficiente Gini (Ministerio, 2018).

A “década ganha” significou uma melhora na qualidade de vida dos equatorianos e o abandono das políticas neoliberais. Significou a mudança das bases para uma nova matriz produtiva focada em desenvolvimento endógeno e inovação tecnológica. Portanto, este termo refere-se a ganhos no âmbito social, mesmo que alguns setores da economia tenham se beneficiado deste movimento.

A seguir adentra-se em um dos principais pilares da Revolução Cidadã, que é a implementação de uma democracia participativa centrada em um Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS).

## *A Revolução Cidadã e seus instrumentos*

O governo de Rafael Correa propôs uma democracia mais participativa. Neste modelo, o povo tem voz ativa e pode opinar sobre os seus representantes e participar das decisões políticas. O Equador se propôs a construir um sistema complexo de democracia combinando as diversas formas de espaços políticos e de instituições democráticas, desde as formas representativas até as mais participativas, no intuito de radicalização da democracia no país.

Depois da Promulgação da Constituição em 2008, foi aprovada a Lei Orgânica que instituiu o Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS), cujo principal objetivo é “[...] promover e incentivar el ejercicio de los derechos relativos a la participación ciudadana, impulsando mecanismos de control social”.

Esse Conselho é definido em como órgão central do quinto poder da República do Equador, ao lado dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Eleitoral, com a função de transparência e controle social do Estado. Esse poder foi criado para incentivar a população a participar da política do país e de sua gestão, bem como da efetivação de seus direitos como cidadãos. Como o CPCCS faz parte dos órgãos centrais da República do Equador, é dever dessa instituição indicar os titulares das seguintes funções: a Defensoria Geral do Povo, a Controladoria Geral do Estado e as Superintendências de Telecomunicações, de Bancos e Seguros e de Companhias. A função de transparência se encontra em todos os setores governamentais: central, provincial e local.

O CPCCS é um espaço constituído no qual a sociedade tem voz ativa e opina sobre as políticas governamentais. Entre seus principais objetivos estão o combate à corrupção, a investigação da prestação de contas estatais e o acompanhamento das políticas públicas e promessas governamentais. O CPCCS se desdobra em dois âmbitos de ação: (1) o Controle Social e a (2) Promoção da Participação Cidadã.

No primeiro âmbito, encontram-se os mecanismos de Controle

Social: Veedurías; Observatórios; Defensorias Comunitárias; Comitês de Usuários. Já no segundo âmbito, existem mecanismos de participação cidadã que promovem o acesso à informação e o empoderamento do cidadão sobre as questões que efetivamente acontecem no seu país ou localidade. São mecanismos de Participação: Conselhos Cidadãos Sociais; Conselhos Consultivos; Audiências Públicas; Orçamento Participativo (Presupuesto Participativo); Assembleia Cidadã; Cadeira Vazia (Silla Vacía); Conselho Popular (Cabildo Popular).

As comissões cidadãs de seleção são formadas por um delegado do Executivo, um do Legislativo, um do Judiciário, um do Eleitoral, um da Função de Transparência e Controle Social e por cinco representantes das organizações sociais e cidadãos, escolhidos em sorteio público entre os trinta melhores qualificados que se candidataram. Estas comissões selecionam as pessoas que assumirão os principais cargos do governo, dentre os nomes enviados pelo Presidente da República com seus respectivos currículos.

Outro espaço permanente por meio do qual grupos de cidadãos elaboram o monitoramento de políticas públicas a partir de fontes internas e externas ao governo é o Observatório Cidadão. Seus objetos de estudos focam em políticas e projetos públicos e suas implicações em benfeitorias à sociedade. Trata-se de um espaço autônomo, técnico, intersetorial e interdisciplinar.

As informações apresentadas nesta seção buscam apresentar as mudanças que vêm acontecendo no Equador, no que se refere a Controle Social e Participação Cidadã, nas instâncias decisórias do governo e políticas públicas. Nem todas as instâncias descritas foram implementadas totalmente desde a sua criação. A falta de cultura de participação e confiança de que estas instâncias fossem realmente respeitadas foi um dos motivos. No entanto, esta estrutura vem ganhando importância, mesmo com os rumos de restrição participativa da sociedade civil, implementada por Correa com o objetivo de eliminar a oposição ao seu governo e garantir governabilidade. Verifica-se que algumas organiza-

ções objetos deste estudo atuam em algumas destas instâncias participativas, como na “Silla Vacía” na capital Quito.

Na próxima seção, os campos de conflitividade política aparecem para explicar os diversos conflitos surgidos durante a administração de Correa.

### *Campos de Conflitividade Política (CCP) no Equador*

O modelo impulsionado por Rafael Correa e seu partido, Aliança País, adota formas universalistas de participação cidadã, e os conflitos entre o que já existia e o novo modelo, concretizado na Constituição de 2008, resultaram em Campos de Conflitividade Política.

Franklin Ramírez Gallegos e Soledad Stoessel desenvolveram esta categoria de análise para estudar os diversos conflitos políticos durante uma parte do período de administração de Correa (2007-2014) em torno de problemas comuns. Os pesquisadores identificaram três Campos de Conflitividade Política: Déficit de reconhecimento político; Lutas por representação no Estado; Nexos entre *Buen Vivir* e desenvolvimento. Os Campos de Conflitividade Política (CCP) são:

[...] espaços de luta estruturados a partir de uma diversidade de conflitos políticos que se conectam entre si por sua referência a uma problemática comum. Tal característica lhes confere uma alta capacidade (des)instituinte sobre as interações socioestatais e o conjunto da dinâmica política (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015, p. 12).

Segundo os autores, entre tantos conflitos e ações coletivas e contenciosas durante o período mencionado, foram identificados somente alguns conflitos que formam parte do que eles entendem por CCP, conforme apresentados no Quadro 5 (próxima página).

A partir desse estudo identificam-se alguns atores que são financiados pela NED ou possuem relações com ela. Atores que estão ativos no cenário político, discutindo as questões de interesse público. A Lei

de Mineração aprovada em 2013 foi um objeto de conflito importante, em que o MIE se mobilizou fortemente contra, por não ter tido uma participação política e uma “consulta prévia” sobre o conteúdo da lei. Somente depois de protestos altamente violentos, Rafael Correia sentou-se para conversar com o MIE, que exigia a participação nas negociações com a comunidade indígena sempre antes de qualquer ação de exploração. Esta lei é um divisor de águas entre o apoio a Rafael Correa na Constituinte e um mal-estar com a presidência e a retirada deste apoio político ao governo (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015).

Quadro 5 – CCP e os casos mencionados por Ramírez Gallegos e Stoessel

CCP	Atores Sociais	Objeto de conflito/problema público
Déficit de reconhecimento político	MIE – CONAIE	Lei de Mineração Lei de Recursos Hídricos
	UNE	Lei de Carreira Docente Lei Orgânica de Educação Intercultural
Lutas por representação no Estado	Diversos setores privados (bancário, política comercial, nos diretórios das empresas públicas e no setor das comunicações) e MIE	Conselhos consultivos e deliberativos
	Funcionários Públicos	Lei LOSEP 30S
Nexos entre Buen Vivir e desenvolvimento	MIE – CONAIE	Lei de Mineração
	MIE – CONAIE Ambientalistas	Iniciativa ITT

Fonte: A autora (2018), com base em Ramírez Gallegos e Stoessel (2015).

As lutas por representação no Estado envolvem muitos setores: bancário, política comercial, diretórios das empresas públicas e setor das comunicações. O governo impulsionou uma reforma institucional que atingiu a representação, poder de decisão e/ou acesso a benefícios particulares, pois regula e restringe a participação de grupos de interesses historicamente constituídos, como os grupos econômicos e associações de classe e sindicatos, na formulação e decisão de políticas públicas (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015). Isso revelou uma contradição, pois, mesmo defendendo a bandeira da participação política, o governo desarticulou a participação de interesses corporativos que iam de encontro ao seu projeto político:

A reforma institucional priorizou a regulação das agências estatais em cujos corpos colegiados estavam representados apenas determinados interesses. Assim, quando não os eliminou, inseriu uma cota de representação pública, sobretudo do Executivo, em sua composição. [...] Tal deslocamento foi particularmente sensível no âmbito bancário, no da política comercial, nos diretórios das empresas públicas e no setor das comunicações (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015, p. 17).

Frente a esta categoria de análise, pode-se incluir nos CCPs os conflitos referentes ao Decreto n. 16, de 2013, substituído pelo Decreto n. 7398, que envolveram as organizações da sociedade civil e que atingiram diretamente as que recebem ajuda externa de outros países, pelo seu teor de regulação e controle sobre elas.

O referido decreto regulamentou as organizações da sociedade civil e unificou seus registros no Ministério de Inclusão Econômica e Social e na Secretaria de Comunicação do Estado, no caso de organizações de jornalistas, através de um único canal: Sistema Unificado de Información de las Organizaciones Sociales (SUIOS).

Este foi um segundo momento, quando gerou o conflito políti-

---

<sup>8</sup> Mesmo com outro número, o documento continua sendo chamado de Decreto n. 16, pois este foi o que gerou a polêmica na regulamentação e no controle das organizações sociais.

co. No entanto, trata-se da consequência de um primeiro momento no qual a Secretaria Técnica de Cooperação Internacional (SETECI) buscou regulamentar e conhecer as contas e projetos de ONGs internacionais atuantes no Equador. Algumas delas, de acordo com a então secretaria Gabriela Rosero, possuíam parcerias com ONGs locais, e financiavam-nas sem possuir convênio com a SETECI; ou possuíam convênio com a Secretaria com um determinado projeto declarado, mas executavam outro. No Enlace Ciudadano número 226, Rafael Correa disse que existiam ONGs que não declaravam suas fontes de financiamento, não estavam cumprindo com a lei e se dedicando a fazer política no país (El Telégrafo, 2011). Segundo a secretaria da SETECI,

*[...] la cooperación fue utilizada no solo como un mecanismo para transmitir conceptos sobre lo que debe ser la economía, escasez, crisis, una visión económica, sino que fue -también- una herramienta política y de estrategia geopolítica en algunos países. En este caso, el Ecuador orienta una nueva mirada del desarrollo, buen vivir y pensar (El Telégrafo, 2012a).*

A partir de 2012, os novos convênios, principalmente com as organizações estadunidenses, tiveram que se enquadrar dentro das três seguintes prioridades: transferência de ciência e tecnologia, fortalecimento de capacidades e de talento humano e assistência técnica e intercâmbio de conhecimentos (El Telégrafo, 2012b). A SETECI realizou um chamado para que as organizações prestassem contas de sua atuação no país, e 26 ONGs, entre elas o NDI, não renovaram o convênio neste mesmo ano (El Telégrafo, 2012c).

Portanto, as mudanças implementadas serviram para filtrar tais organizações e adequá-las aos objetivos de desenvolvimento definidos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e *Buen Vivir*. Já o Decreto n. 16 mostrou-se como uma segunda ação, que partiu então para verificar as organizações locais e conhecer os recursos recebidos dessas organizações estrangeiras.

As organizações sociais se sentiram também subestimadas com este Decreto que confirmou a já suposta desconfiança que o governo tinha em relação a algumas organizações da sociedade civil, segundo Montúfar (2014) e Ricaurte (2014), fundador da Corporação Participação Cidadã (PC) e diretor de Fundamedios, respectivamente, ambas organizações que recebem recursos da NED.

O conflito sobre o Decreto n. 16 entra no primeiro CCP, quando se observa as organizações reclamando de falta de respeito e o seu não reconhecimento político frente à sua importância para a sociedade civil, como revelam as palavras de César Ricaurte: *“En el principio estuvo la desconfianza. Luego, el control. Más tarde llegaron los decretos. Y al final del pasillo aguardan las sentencias de muerte para las organizaciones”* (Ricaurte, 2014, p. 7).

Assim como declara César Montúfar, fundador da PC:

*De esta forma, su aplicación proyecta un nuevo marco de relaciones Estado-sociedad en que se borra el estatuto autónomo de las organizaciones sociales y se institucionaliza un sistema de vigilancia, intervención, control y limitación de las actividades de las mismas* (Montúfar, 2014, p. 36).

Nesse contexto de discussão e implementação de novas leis, mesmo com o apoio popular ao presidente, o governo Alianza País (AP) “tendeu a subestimar a contribuição das organizações sociais no processo político” (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015, p. 8). Com isso veio o ressentimento e a exigência de mais participação política de movimentos sociais carentes de mudança no cenário político, além do mal-estar indígena:

A partir de então, RC [Rafael Correa] deveria fazer frente tanto aos embates da direita e dos grupos de poder que conduziram o país a um conturbado processo de desmantelamento estatal e liberalização econômica, como à contestação de organizações e pequenos partidos de esquerda (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015, p. 8).

Por outro lado, a Representação no Estado pode ser considerada



em análise quando as organizações, corporações e fundações se veem impedidas de exercer as funções de gestão e controle social.

Assim como o Decreto n. 16 (739), a Lei Orgânica de Comunicação de 2013 também foi recebida como parte do que os opositores consideram assédio e desqualificação permanente da voz dissidente (Montúfar, 2014). No entanto, esta lei teve o principal objetivo de desvincular os meios de comunicação, sejam canais de televisão, jornais e rádio, do domínio dos grandes grupos econômicos, desarticulando, assim, toda uma estrutura de poder e influência da opinião pública, segundo Correa em pronunciamentos nos *Enlaces Ciudadanos*.

O embate do governo Correa com as organizações da sociedade civil se centralizou naquelas que se declararam com firme oposição ao projeto político, apresentando os mesmos objetivos e exigências de maior participação política, mas não em concordância com o oficialismo, em uma clara confluência perversa (Dagnino, 2004), que levou ao surgimento dos CCPs apresentados. Entre as organizações em foco, aparecem algumas que possuem estreitas relações com a NED e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, como Fundamedios e Participación Ciudadana.

Outro ponto de discussão, e que também envolve a Fundamedios, foi em torno da Lei Orgânica de Comunicação de 2013. Em muitos *Enlaces Ciudadanos*, Rafael Correa discursava sobre a liberdade de expressão para todos, rebatendo pronunciamentos de jornalistas críticos ao governo e buscando desmentir e esclarecer as mentiras difundidas, além de esclarecer o papel social da Lei de Comunicação que afetava diretamente os grupos econômicos detentores de concessões de usos de canais de televisão e rádios e de jornais. Fundamedios foi uma das citadas em vários *Enlaces Ciudadanos* como financiada por organizações estadunidenses e por suas ações sobre liberdade de expressão, como nos *Enlaces* números 385, de 09 de agosto de 2014, e 388, de 30 de agosto de 2014. Por outro lado, as organizações acusavam o governo de censura e perseguição a jornalistas e violação dos Direitos Humanos.

Produziu-se uma crise discursiva, nos termos de Dagnino (2006), quando identifica os discursos de defesa da liberdade de expressão proferidos pelas organizações por conta das medidas como fechamento de jornais e processos contra jornalistas por abuso e notícias falsas, e, ao mesmo tempo, os discursos de Correa com a sua campanha “*Libertad de Expresión ya es de todos*” ao defender que a Lei promovia a democratização das concessões de uso público dos canais de comunicação. Ambos defendiam a liberdade de expressão e a responsabilidade para com a veiculação de notícias e, ao mesmo tempo, estavam acusando um ao outro por ferir a liberdade de expressão. É uma confluência perversa – um termo que Dagnino (2006) oferece para analisar este caso –, gerada por essas crises discursivas, em que governo e sociedade organizada tomam lados opostos sobre um tema para defender o mesmo argumento.

As reações do governo em relação a esses campos de conflitividade podem estar relacionadas aos seus próprios interesses de evitar relações econômicas com os EUA, já declarados pelo Presidente em pronunciamentos, no que se refere aos seus projetos de mudança de matriz econômica e de exploração de suas riquezas – petróleo e mineração. Existem dois casos que podem ilustrar este forte embate por parte do governo: o Caso Mirador, na exploração mineira, e a Iniciativa Yasuni ITT, na exploração do petróleo.

O Projeto Mirador é um campo de exploração de cobre na província de Zamora Chinchipe, região amazônica mais ao sul de Quito. No âmbito da relação entre *Buen Vivir* e desenvolvimento, as manifestações antimineração abarcavam não somente a defesa da natureza, mas também da soberania nacional, sendo contrárias, portanto, à exploração de transnacionais por parte dos movimentos indígenas. Vale mencionar que a Corporação Empresarial Indígena<sup>9</sup>, fundada por Lourdes Tibán, buscou investir no Projeto Mirador em 2012 com uma quantia de US\$15

---

<sup>9</sup> A Corporação Empresarial Indígena é uma das organizações que receberam recursos da NED em 2006. Sua diretoria era composta por pessoas ligadas à NED e à CIA, e sobre isso serão dados mais detalhes no Capítulo 5.

milhões, antes da entrada dos chineses neste setor no país (ANDES, 2013). Esta área de exploração está a cargo de uma concessionária chinesa desde 2015.

A Iniciativa Yasuní ITT se refere à tentativa de deixar o petróleo no interior do solo, sem explorar as reservas do campo petrolífero ITT (Ishpingo-Tambococha-Tiputini), do Parque Nacional Yasuní, em troca de uma contribuição internacional de outros países.

*La propuesta Yasuní – ITT (Ishpingo, Tambococha, Tiputini), nacida a principios de 2007, propone dejar bajo tierra 846 millones de barriles de petróleo y reducir así las emisiones de carbono, a cambio de que el Estado ecuatoriano reciba al menos el 50% de los recursos que percibiría en caso de explotar esta reserva, es decir USD 3.600 millones en un plazo de trece años. Logró su reconocimiento a nivel internacional y cuenta con la firma de un acuerdo de no explotación del bloque ITT, firmado en agosto de 2010 (Weber, 2011, p. 16).*

Estes 50% de recursos seriam contribuições da comunidade internacional como contrapartida pelo esforço da não exploração das reservas. Dessa maneira, este recurso seria transformado em motor para a mudança de matriz produtiva sem depender do extrativismo. “Uma iniciativa global inédita que contribuiria para mitigar os efeitos da mudança climática, para conservar a biodiversidade e para manter o respeito aos povos indígenas que vivem no Parque Nacional” (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015, p. 24).

A iniciativa não obteve sucesso, mesmo diante da simpatia e do apoio de muitas organizações e movimentos ambientalistas; e, em 2013, o presidente declarou o fim do projeto e a estatal PetroEcuador iniciou a exploração do petróleo na área de preservação Yasuní ITT (Ishpingo-Tambococha-Tiputini). O CCP foi formado, então, em torno da não aceitação, por parte do governo, de alternativas de formas de captação de recursos, para se manter, em troca, o óleo cru no interior da terra. Dessa forma, o coletivo de jovens Yasunidos iniciou um abaixo-assinado para convocar uma consulta popular, mesmo sob pressão dos prefeitos

das cidades amazônicas que apoiavam o início da exploração do petróleo. Porém, mesmo conseguindo realizar o procedimento através do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), este invalidou 60% das assinaturas, colocando em descrédito os meios de participação cidadã que outrora foram o “carro-chefe” das campanhas eleitorais de Correa (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2015). Em um processo sem transparência, o CNE fez a verificação e contagem de assinaturas sem a presença da proponente e declarou que não foram entregues 151 cédulas de listas de assinaturas. O Yasunidos tentou recurso alegando fraude no processo e violação dos malotes lacrados (Yasunidos, 2017).

Uma organização social das mais ativas na defesa da Iniciativa ITT, a Fundação Pachamama foi dissolvida pelo Decreto n. 16, assim como a Fundamedios, a UNE e a Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador (ECUARUNARI) (El Telégrafo, 2014, 2016; Fundamedios, 2004; Montúfar et al., 2014).

Um dos pontos principais de questionamento por parte das organizações sociais é a necessidade de informar aos órgãos competentes suas fontes estrangeiras de recursos, o que vem ao encontro do argumento da presidência de se saber quem financia e qual o propósito de ações sociais dentro do país, visto sua desconfiança em relação à ingerência das organizações governamentais estrangeiras, inclusive estadunidenses (Ecuador Inmediato, 2014; El Telégrafo, 2012d).

A realidade política do Equador é complexa, assim como a heterogeneidade de atores sociais. O MIE, por exemplo, tornou-se um ator social influente no cenário sociopolítico e não mais um coadjuvante na formulação de políticas públicas. Quando não lhe é dada a devida importância, vai às ruas, se manifesta e adota atitudes que, geralmente, modificam a conjuntura. Sendo muito respeitado, todos esperam sua posição frente a qualquer movimento do governo, por seus membros serem fiéis aos seus valores e objetivos. Organizações aqui citadas, como Fundamedios e PC estão presentes entre as financiadas pela NED, e declarar isso pode resultar em represálias pelo governo, segundo

defendem estas organizações. As mesmas que exigem transparência e governo aberto. A ECUARUNARI, que faz parte do MIE, e a UNE, por exemplo, se uniram a Fundamedios na Plataforma de Defesa da Democracia e Direitos Humanos, por haver estado em risco de solvência pelo Decreto n. 16.

Um dos episódios políticos de grande relevância para a história do Equador neste período de administração de Rafael Correa foi a tentativa de golpe de Estado no dia 30 de setembro de 2010, conhecido como 30S. Este evento resultou da luta por representação no Estado, segundo Ramírez Gallegos e Stoessel (2015).

### *O 30S, uma tentativa de golpe de Estado*

A tentativa de golpe que ocorreu em 30 de setembro de 2010 teve origem na promulgação da Lei Orgânica de Serviços Públicos (LO-SEP), ocasião em que os policiais protestaram por estar em desacordo com as políticas salariais e perdas de prêmios e condecorações.

Os acontecimentos decorreram ao longo do dia. Pela manhã Rafael Correa foi conversar com os policiais no Quartel General de Quito, mas, sem acordo, ele ficou impedido de sair e sua guarda de entrar. O país foi tomado por protestos policiais, o aeroporto foi fechado pelas Forças Aéreas, a escolta parlamentar tomou a Assembleia Legislativa e saques generalizados aconteceram em várias cidades do país.

Setores específicos do movimento indígena diretamente ligados ao partido político Pachacutik, como a parlamentar Lourdes Tibán, e o Movimiento Popular Democrático (MPD) exigiram a destituição de Rafael Correa logo pela manhã (Ramos; Páez, 2010).

Durante a confusão, Correa foi levado ao Hospital da Polícia Nacional, por conta dos ataques de gás lacrimogênio e do joelho, operado dias antes. Lá ficou retido, cercado pelos policiais que queriam entrar para matá-lo. Unidades táticas e grupos de operações especiais conseguiram deter os manifestantes do lado de fora do hospital. Enquanto o

Presidente era atendido e mantido encerrado, manifestantes em defesa do Presidente começaram a se juntar gritando palavras de ordem como: “Vimos resgatar o nosso presidente” e “o povo uniformizado também é explorado”. Pela tarde, Correa declarou Estado de Exceção por 5 dias. O resgate do mandatário foi feito 9 horas depois pelo exército, Grupo de Operações Especiais e Grupo de Intervenção e Resgate, ambos da Polícia Nacional, que levaram Correa para o Palácio Carondelet, sede do governo.

Segundo analistas (Ramos; Páez, 2010), como Mario Ramos, que foi assessor/consultor de Defesa Interior e da Secretaria Nacional de Inteligência, e Alexei Páez, que foi subsecretário de Governo e de Segurança Interna e Externa, não se tratou de um caso de motim fortuito e um mal gerenciamento de crise por parte do Presidente, mas de um golpe de Estado em rede, no qual não há um ator declarado que provocou o ato, mas, sim, parte da geração de um ponto de conflito, no caso o da polícia com uma má interpretação da nova lei e sua disseminação para os demais setores das forças armadas (Ramos; Páez, 2010).

A crise de segurança que se instalou neste dia buscou desestabilizar o governo e deslegitimar o Presidente Rafael Correa. Eva Golinger (Golinger, 2010, 2011) compartilha da mesma tese de Golpe de Estado. Em suas pesquisas, Golinger defende que a CIA estaria por detrás dos acontecimentos do 30S. A vinculação que a autora faz com os EUA no 30S se refere às ligações identificadas entre organizações indígenas e outras ONGs que recebiam recursos da NED e USAID com finalidades de desestabilizar o governo. A IEIE, organização fundada por Lourdes Tibán, seria um exemplo (Golinger, 2008).

A autora cita a declaração que John Perkins deu em suas pesquisas, de que o que ocorreu em 1981, a morte do Presidente Jaime Roldós Aguilera<sup>10</sup>, poderia acontecer com Rafael Correa. Porque, assim

---

<sup>10</sup> John Perkins, um agente dos EUA conta em seu livro *Confissões de um assassino econômico* como Washington assassinou o então presidente do Equador em 1981, noticiado na época como uma acidente de avião sem causas definidas (Golinger, 2008).

como o Presidente Roldós, Rafael Correa é um progressista de esquerda. E além disso, sua postura antineoliberal, sua política petroleira, suas relações com Venezuela, Cuba e Irã, por exemplo, dariam motivos para tal ato. (Golinger, 2008) No entanto, nada foi comprovado pela Comissão 30S que investigou o ocorrido (Diario Expreso, 2014).

A Comissão 30S apresentou seu informe final nomeando alguns nomes que estariam relacionados na tentativa de golpe de Estado, entre eles: Lucio Gutiérrez (ex-Presidente), Mario Pazmiño (Ex-Diretor de Inteligência do Exército), William y Roberto Isaías, Cléver Jiménez e Lourdes Tibán (líderes indígenas de Pachacutik) (Diario Expreso, 2014).

Chama-se a atenção para um dos nomes, Mario Pazmiño, que foi destituído do cargo em 2008 por uma operação contra as FARC em território equatoriano que resultou na morte de um agente equatoriano que estaria a serviço do governo colombiano em ações da CIA. Este incidente trouxe à tona a informação de que os serviços de inteligência do Equador teriam agentes da CIA infiltrados sem o conhecimento da presidência do país (Cueva, 2008).

Parte-se, então, para o capítulo final, que apresenta os dados da pesquisa empírica, documental e de campo. Além da análise do conteúdo, desenvolveu-se a análise de redes sociais (ARS) tomando-se em conta todas as possíveis relações explícitas dos atores relacionados nos relatórios da NED.





# 5

## A MÁQUINA DEMOCRÁTICA EM AÇÃO: O QUE REVELAM OS RELATÓRIOS ANUAIS DA NED?

**D**epois de conhecer melhor a Fundação NED e sua estrutura, buscou-se conhecer seus objetivos aplicados no Equador. Nesse sentido, os Relatórios apresentados pela NED em sua página web forneceram subsídios ao entendimento dos caminhos adotados pela fundação na execução de seus interesses. Os dados foram coletados dos relatórios anuais da América Latina, filtrando-se os projetos destinados à Região Andina e os que mencionam ações no Equador. Além destes, também foram analisados os relatórios anuais do Equador.

De acordo com os relatórios de ações regionais latino-americanas de 2006 a 2016, a NED destinou um total de US\$ 24.437.675,00 para financiamento de projetos e ações na América Latina. Deste total, identificaram-se as ações que claramente citam a Região Andina ou o próprio Equador como destino, com valores de US\$ 10.992.708,00 durante o período analisado.

Além desse relatório, existem os relatórios anuais específicos de cada país da América Latina. Para o Equador, por exemplo, sistematizaram-se os dados e analisaram-se os valores anuais destinados para projetos a serem executados no país. Durante o período de 2006 a 2016, as organizações sociais locais e outras regionais receberam uma quantia de US\$ 9.480.408,00 para desenvolver projetos que envolvem de alguma forma o Equador.

Dessa forma, nas próximas seções serão apresentados o histórico, os atores que aparecem nos relatórios e os projetos que compõem o portfólio tanto dos relatórios anuais da América Latina como os referentes ao Equador, a fim de se explorar, posteriormente, as relações e conexões entre esses atores sociais.

## A aplicação dos recursos da NED no Equador

O papel da NED na promoção da democracia no mundo implica fornecer financiamento para ações que vão de capacitações à formação de plataformas de articulação política. Um exemplo é o projeto que foi executado pelo IRI no Equador em 2009, com um valor aprovado de US\$ 461.000,00.

Segundo o Relatório Anual de 2009 da NED (NED, 2009a), este projeto era destinado à articulação entre os principais grupos de *stakeholders* institucionais da sociedade civil, partidos políticos, imprensa independente e iniciativa privada, no que se refere à implementação da Constituição promulgada em 2008, e que infere profundas mudanças sociais e políticas, desde um maior reconhecimento das instituições indígenas a, inclusive, mudanças no sistema financeiro do país.

Educação civil é um dos setores em que a NED investe recursos, como, por exemplo, um projeto que foi executado pelo CIPE em 2016, no Equador, com um orçamento de US\$ 204.727,00. Segundo consta no *Relatório Anual de 2016 – Equador*, o CIPE tinha o objetivo de:

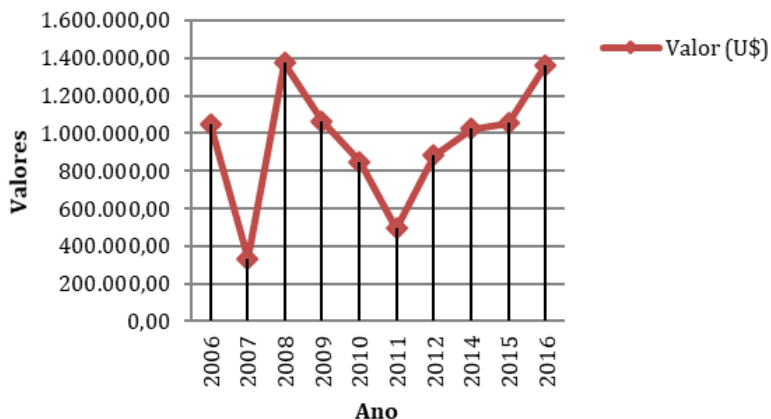
[...] Construir um diálogo democrático em todos os setores da sociedade e fortalecer a voz do setor privado equatoriano, e aumentar a conscientização do público em geral, dos legisladores, dos meios de comunicação e de outros tomadores de decisão sobre a importância do setor privado no desenvolvimento democrático. O centro fortalecerá a rede de câmaras de comércio regionais e estabelecerá consenso com base em dados coletados independentemente, e criará

uma agenda de desenvolvimento nacional com recomendações políticas sobre questões que afetam a vida cotidiana dos cidadãos equatorianos (NED, 2016b) (Tradução nossa).

Este exemplo resume o papel da NED de conscientizar o público em geral, sobre a importância de uma democracia que respeite o livre mercado e a importância do setor privado na sua construção.

Ao longo desses dez anos, pode-se observar oscilações no financiamento de projetos e suas coincidências em relação ao contexto sociopolítico e até econômico do Equador. O Gráfico 14 expressa os valores totais anuais que a NED destinou para projetos executados no país.

Gráfico 14 – Valores anuais de financiamento de projetos no Equador (NED) 2006-2016



Fonte: Relatórios NED. Elaboração da autora (2018).

Estes dados foram retirados dos relatórios da NED e pode-se identificar a diferença de valores extraídos dos dados de assistência externa de todo governo do EUA na página da USAID apresentados no gráfico 6. A NED não tem apresentado todas as informações de recursos destinadas ao Equador em sua página da *web*.

No Gráfico 14, nota-se que há uma considerável diferença no volume de repasses de recursos às organizações sociais locais parceiras, entre os anos pesquisados. Em 2006, período pré-eleitoral, em que Rafael Correa concorreu à Presidência do Equador pela primeira vez, o valor ultrapassou a casa de um milhão de dólares, um ano após uma crise política em que o último presidente eleito, Lúcio Gutierrez, teve que abandonar o cargo por pressão popular, mas, principalmente, pelo surgimento de um candidato alinhado aos governos de esquerda que vinham surgindo no continente.

Em 2008, os valores voltaram a subir consideravelmente, lembrando que 2008 é o ano em que o governo, depois de uma consulta popular, instaurou a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para construir a nova Constituição Nacional. Nesse mesmo ano, muitas das promessas de campanha de Rafael Correia foram colocadas em prática, como por exemplo, o abandono da TLC com os Estados Unidos, como já visto.

Em 2011, teve-se agravantes internacionais, como a Primavera Árabe, o que poderia ter gerado um deslocamento do foco dos empenhos pela democracia, na política externa dos EUA, para o Oriente Médio.

Porém, a análise deste micro período fica prejudicada pois, mesmo que o Relatório de 2012 não apresente um aporte financeiro considerável, o Relatório de 2013 não é apresentado dentro dos padrões de como vinham sendo apresentados os relatórios anteriores, não aparecendo as informações necessárias, como os valores em dólares, ações e atores, para comparação anual.

O ano de 2013 foi um ano eleitoral e Rafael Correia foi reeleito. Além disso, há outros fatores que podem ter interferido, como por exemplo, a discussão em torno do Decreto n. 16, substituído depois pelo Decreto n. 739, o qual visava a regulamentar as organizações da sociedade civil e o recebimento de recursos estrangeiros através da Secretaria de Cooperação Internacional ou fora de convênios. Acredita-se que este teria sido o motivo para a mudança havida nos relatórios, pois a partir de 2012 os atores locais deixaram de ser listados somente

nos relatórios do Equador, aparecendo, no entanto, nos relatórios que incluem todos os demais países, como se pode ver na Figura 8. O Equador aparece na primeira coluna.

Figura 8 – Print do Relatório Anual de 2014 da NED

<b>\$44,800 Promoting Citizen Oversight of Elected Officials</b>	<b>Guatemala</b>	<b>Decentralization and Local Democratic Governance</b>
<b>\$350,000 Strengthening Local Models of Effective, Transparent Government</b>	<b>Acción Ciudadana</b>	<b>Fundación Espoir</b>
<b>Civic Education</b>	<b>\$61,000 Promoting Transparency and Accountability in Guatemala</b>	<b>\$65,000 Women Participation in the Strengthening of Democracy in Haiti</b>
<b>\$125,529 Encouraging Youth Leadership, Democratic Values, and Entrepreneurship</b>	<b>Asociación Civil Forodol Justicia Ambiental de Peten</b>	<b>Fundación Espoir</b>
<b>Conflict Resolution</b>	<b>\$12,000 Strengthening the Role of Law in the Maya Biosphere Reserve</b>	<b>Suplement \$11,363 Promoting Participation in the Strengthening of Democracy in Haiti</b>
<b>\$50,000 Protecting the Rights of Human Rights and Environmental Defenders</b>	<b>Center for International Private Enterprise</b>	<b>Instituto Puntos Cardales</b>
<b>Democratic Ideas and Values</b>	<b>\$111,072 Fostering Institutional Reform</b>	<b>\$50,000 Assessing Barriers to Election Participation</b>
<b>\$81,000 Facilitating Dialogue and Consensus on Democracy</b>	<b>Movimiento Ciudadano Nacional</b>	<b>Juriméa</b>
<b>Freedom of Information</b>	<b>\$43,000 Promoting Accountability in the Legislative Branch</b>	<b>\$60,000 Advocating for Freedom of Information and Access to Justice</b>
<b>\$89,232 Monitoring Freedom of Expression and the Press in Ecuador</b>	<b>Movimiento Nacional por la Integridad</b>	<b>Lakou Lase</b>
<b>\$36,000 Promoting Investigative Journalism</b>	<b>\$30,000 Promoting Transparency in Legislative Management</b>	<b>\$45,000 Multi-sector Dialogue for Peace Building</b>
<b>Human Rights</b>	<b>Por una Vida Digna</b>	<b>Le Collectif des Notables de Cité Soleil (CONOCS)</b>
<b>\$29,420 Monitoring Due Process and the Independence of the Judicial System</b>	<b>\$22,000 Promoting Youth Crime Prevention Policies</b>	<b>\$56,000 Promoting Citizen Oversight of Government</b>
<b>\$56,100 Engaging Marginalized Communities in Policy-Making</b>	<b>Red Nacional por la Integridad</b>	<b>Redeau National de Defense des Droits Humains</b>
<b>NGO Strengthening</b>	<b>\$17,000 Promoting Accountability through Citizen Observances</b>	<b>\$50,000 Monitoring Human Rights in Haiti's Prison System</b>
<b>\$38,800 Promoting Civil Society Participation in Public Policy Development</b>	<b>Universidad Rafael Landívar</b>	<b>Service Jesuite aux Migrants/Solidarité Frontalyse Haiti</b>
<b>\$58,200 Promoting Civil Society Sustainability and Public Support</b>	<b>\$40,000 Fostering Independent Electoral Institutions in Guatemala</b>	<b>\$35,000 Promoting Migrant Rights and Role of Law</b>
<b>Rule of Law</b>	<b>Haiti</b>	<b>Voix Essentielles - Human Rights Foundation</b>
<b>\$49,000 Promoting Judicial Oversight and Accountability</b>	<b>Comité de Formation de Citoyens et de Appui au Développement (CFCAD)</b>	
	<b>\$85,500 Merit-based Advocacy for</b>	

Fonte: <[www.ned.org](http://www.ned.org)>.

Para se ter uma visão geral, os dados dos relatórios anuais para o Equador foram sistematizados em uma planilha com a ajuda da ferramenta de tabela dinâmica do Microsoft Excel. Assim, foi possível identificar, desde esta etapa da pesquisa, que algumas organizações locais recebem recursos com uma certa frequência. São elas: Asociación de Mujeres Municipalistas del Ecuador (AMUME); Centro de Educación y

Promoción Popular (CEPP); Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental (CEDA); Centro sobre Derecho y Sociedad (CIDES); Corporación Participación Ciudadana Ecuador (PC); Fundación Acción para el Desarrollo Comunitario (ACDECOM); Fundación Andina para la Observación Social y el Estudio de Medios (Fundamedios); Fundación Esquel; Fundación para el Avance de las Reformas y las Oportunidades (Grupo FARO); Fundación Q'ellkaj.

Com a aplicação da segunda etapa da pesquisa (pesquisa de campo) e a terceira etapa (Análise de Redes Sociais), observou-se, também, que há organizações que se destacam no cenário, mostrando que esta frequência não é aleatória, mas indica sua maior conexão com os preceitos da NED. Em alguns casos, pôde-se identificar um grau de alta implicação e de longevidade nas relações, que gera o núcleo de organizações foco desta pesquisa e diversas outras que se enquadram como de baixa implicação e com relações de curta duração dentro do que Tarrow entende nas coalizões transnacionais. Isso poderá ser observado mais adiante.

Na Tabela 1, pode-se ver que a identificação dos atores não foi disponibilizada a partir de 2011. Por este motivo, foram analisados os atores de 2006 a 2011 e seus projetos, relacionando-os anualmente. Já para os dados de 2012 a 2016, utilizaram-se as áreas de financiamento para compreender como os recursos foram aplicados.

Antes de apresentar os dados sistematizados por ano, apresenta-se, na Tabela 1, uma visão geral de quem são as organizações e valores anuais recebidos.

Também se pode compreender a divisão por áreas de financiamento, categorizadas pela própria Fundação, conforme o disposto na Tabela 2, logo em seguida.

Tabela 1 – NED. Recursos destinados a organizações com projetos no Equador (em US\$)

Organizações	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2016	Total
Asociación de Mujeres Municipalistas del Ecuador (AMUME)	44.350,00	56.000,00	65.000,00	45.000,00	65.430,00						230.780,00
Asylum Access			39.300,00		50.000,00						134.300,00
Center for International Private Enterprise (CIPE)	259.203,00		318.754,00								577.957,00
Centro de Educación y Promoción Popular (CEPP)	60.037,00	67.464,00	70.000,00								387.608,00
Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental (CEDA)			60.000,00	47.070,00	51.917,00						158.987,00
Centro Ecuatoriano de Desarrollo y Estudios Alternativos (CEDEAL)	39.540,00		45.000,00								84.540,00
Centro sobre Derecho y Sociedad (CIDES)	35.413,00	56.000,00	49.882,00								141.295,00
Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos (CDH)					32.530,00						32.530,00
Corporación Instituto Empresarial Indígena del Ecuador (Indigenous Enterprise Institute of Ecuador) (IEIE)	67.955,00										67.955,00
Corporación Participación Ciudadana Ecuador (PC)			35.000,00		49.950,00	50.034,00					134.984,00
Fundación Acción para el Desarrollo Comunitario (ACDECOM)	45.583,00	61.583,00	64.292,00	55.037,00							226.495,00
Fundación Andina para la Observación Social y el Estudio de Medios (FUNDAMEDIOS)			42.300,00	40.719,00	64.823,00	263.272,00				75.000,00	486.314,00
Fundación Esquel			51.733,00		49.204,00	30.202,00					131.139,00
Fundación para el Avance de las Reformas y las Oportunidades (Grupo FARO)	54.620,00		55.000,00	65.384,00		65.500,00					240.504,00
Fundación Qveljas	91.256,00	92.000,00	76.170,00								259.426,00
Fundación Servicio Ignaciano de Voluntariado (SIGVOL)					29.995,00						29.995,00
International Republican Institute (IRI)				461.000,00							461.000,00
National Democratic Institute for International Affairs (NDI)	350.000,00		350.000,00	350.000,00	365.000,00						1.415.000,00
Observatorio Ambiental del Distrito Metropolitano de Quito (OA-Quito)					34.292,00						34.292,00
ProLiteracy Worldwide								25.000,00			25.000,00
Transparencia Ecuador (TE)			49.860,00		54.480,00						104.340,00
Otros						84.734,00	882.936,00	998.045,00	1.052.818,00	569.733,00 <sup>2</sup>	3.588.266,00
<b>Total</b>	<b>1.047.957,00</b>	<b>333.047,00</b>	<b>1.372.691,00</b>	<b>1.064.210,00</b>	<b>847.621,00</b>	<b>493.742,00</b>	<b>882.936,00</b>	<b>1.023.045,00</b>	<b>1.052.818,00</b>	<b>1.562.341,00</b>	<b>9.480.408,00</b>

Os Relatórios de 2011 a 2016 não fornecem todos as organizações locais que receberam os recursos e executaram os projetos no Equador. Por isso, os valores aparecem em “outros”.

Fonte: A autora (2018) com dados da pesquisa.

Tabela 2 – NED. Organizações atuantes no Equador  
(Relatório do Equador) 2006-2016

<b>Accountability</b>	<b>2.294.360,00</b>
Corporación Participación Ciudadana Ecuador (PC)	50.034,00
Fundación Andina para la Observación Social y el Estudio de Medios (FUNDAMEDIOS)	263.272,00
Fundación Ciudadanía y Desarrollo (FCD)	30.202,00
Fundación para el Avance de las Reformas y las Oportunidades (Grupo FARO)	120.384,00
Transparencia Ecuador (TE)	49.860,00
Outros	1.780.608,00
<b>Civic Education</b>	<b>1.903.922,00</b>
Asociación de Mujeres Municipalistas del Ecuador (AMUME)	121.000,00
Center for International Private Enterprise (CIPE)	509.320,00
Centro de Educación y Promoción Popular (CEPP)	127.501,00
Centro sobre Derecho y Sociedad (CIDES)	56.000,00
Corporación Instituto Empresarial Indígena del Ecuador (Indigenous Enterprise Institute of Ecuador) (IEIE)	67.955,00
Corporación Participación Ciudadana Ecuador (PC)	84.950,00
Fundación Acción para el Desarrollo Comunitario (ACDECOM)	45.583,00
Fundación Esquel	49.204,00
Fundación Q'ellkaj	183.256,00
International Republican Institute (IRI)	270.000,00
Outros	389.153,00
<b>Democratic Ideas and Values</b>	<b>127.650,00</b>
Fundación para el Avance de las Reformas y las Oportunidades (Grupo FARO)	54.620,00
Outros	73.030,00
<b>Freedom of Information</b>	<b>614.162,00</b>
Fundación Andina para la Observación Social y el Estudio de Medios (FUNDAMEDIOS)	223.042,00
Outros	391.120,00
<b>Human Rights</b>	<b>722.462,00</b>
Asylum Access	84.500,00
Centro Ecuatoriano de Desarrollo y Estudios Alternativos (CE-DEAL)	39.540,00
Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos (CDH)	32.530,00
Fundación Esquel	60.000,00
Outros	505.892,00



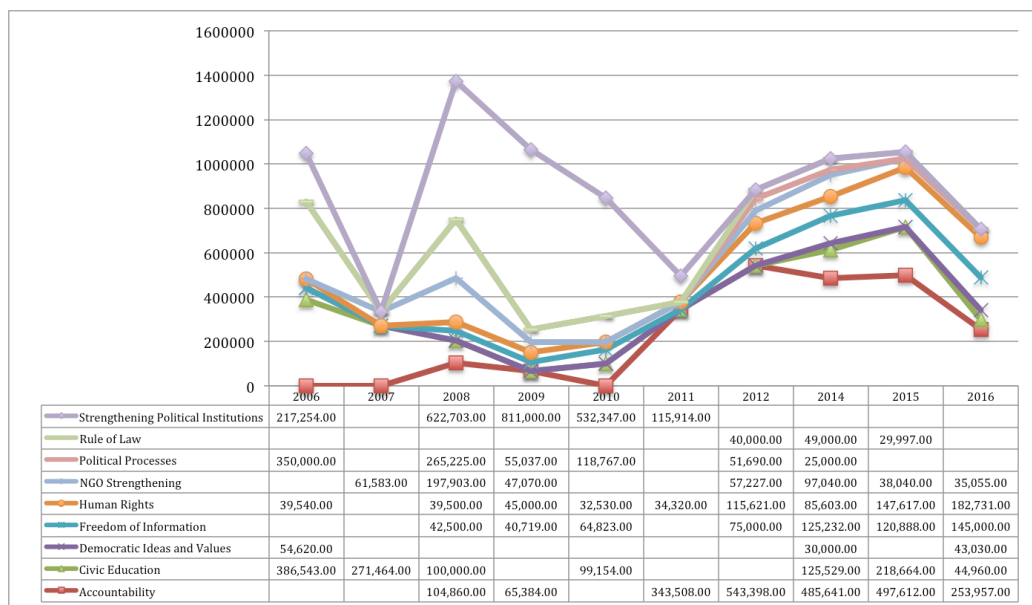
<b>NGO Strengthening</b>	<b>533.918,00</b>
Centro de Educación y Promoción Popular (CEPP)	70.000,00
Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental (CEDA)	47.070,00
Fundación Acción para el Desarrollo Comunitario (ACDECOM)	61.583,00
Fundación Esquel	51.733,00
Fundación Q'ellkaj	76.170,00
Outros	227.362,00
<b>Political Processes</b>	<b>865.719,00</b>
Center for International Private Enterprise (CIPE)	160.225,00
Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental (CEDA)	60.000,00
Centro Ecuatoriano de Desarrollo y Estudios Alternativos (CE-DEAL)	45.000,00
Fundación Acción para el Desarrollo Comunitario (ACDECOM)	55.037,00
Fundación Servicio Ignaciano de Voluntariado (SIGVOL)	29.995,00
National Democratic Institute for International Affairs (NDI)	350.000,00
Observatorio Ambiental del Distrito Metropolitano de Quito (OA-Quito)	34.292,00
ProLiteracy Worldwide	25.000,00
Transparencia Ecuador (TE)	54.480,00
Outros	51.690,00
<b>Rule of Law</b>	<b>118.997,00</b>
Outros	118.997,00
<b>Strengthening Political Institutions</b>	<b>2.299.218,00</b>
Asociación de Mujeres Municipalistas del Ecuador (AMUME)	109.780,00
Asylum Access	50.000,00
Center for International Private Enterprise (CIPE)	296.020,00
Centro Ecuatoriano de Derecho Ambiental (CEDA)	51.917,00
Centro sobre Derecho y Sociedad (CIDES)	85.295,00
Fundación Acción para el Desarrollo Comunitario (ACDECOM)	64.292,00
Fundación para el Avance de las Reformas y las Oportunidades (Grupo FARO)	65.500,00
International Republican Institute (IRI)	461.000,00
National Democratic Institute for International Affairs (NDI)	1.065.000,00
Outros	50.414,00
<b>Total</b>	<b>9.480.408,00</b>

Fonte: A autora (2018) com dados da pesquisa.

Na Tabela 2, pode-se identificar que as áreas Accountability, Educação Civil e Fortalecimento das instituições políticas foram bem valorizadas durante esse período.

O Gráfico 15 identifica as áreas em que foram aplicados esses recursos e sua relação com o contexto já mencionado anteriormente. O que segue chamando a atenção é o fato de que, apesar de o governo ter mencionado que NED, NDI, IRI e outras instituições estadunidenses estavam sendo convidadas a se retirar do país por incoerência em seus projetos, elas seguiram atuando e financiando organizações locais, mesmo sem convênio com a Secretaria de Cooperação Internacional.

Gráfico 15 – Evolução por área (2006-2016)



Fonte: A autora (2018) com base em dados da pesquisa.

## Relatórios do Equador de 2006 a 2011: análise anual por organizações

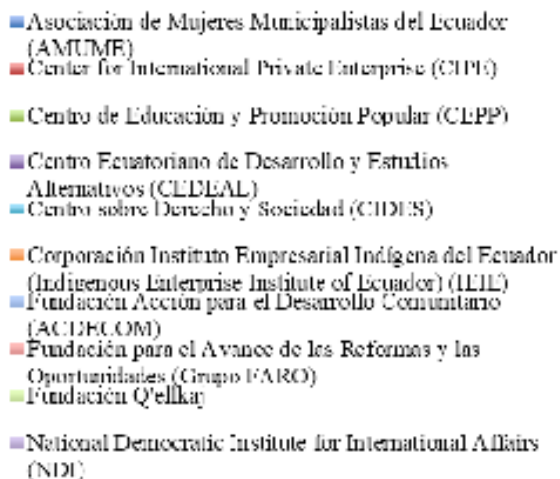
Nesta seção analisam-se quais são as organizações beneficiadas e a quais características e objetivos foram destinados os repasses financeiros. As informações são apresentadas ano a ano, iniciando-se em 2006, um ano eleitoral.

### *Relatório de 2006*

De acordo com o relatório, em 2006 o National Democratic Institute for International Affairs (NDI) recebeu 33% dos recursos da NED para aplicar no Equador, seguido do Center for International Private Enterprise (CIPE), contemplado com 25% para aplicar em projetos. Essas duas organizações fazem parte da “família” NED. A terceira instituição que mais recebeu recursos para desenvolver projetos foi a Fundación Q’ellkaj (NED, 2006). No Gráfico 16, na próxima página, verifica-se a distribuição de recursos entre as organizações.

O NDI, ao longo do período em que esteve presente com escritório no território equatoriano, recebeu uma quantia expressiva. Em 2006, um ano eleitoral, as ações do NDI se concentraram em promover um diálogo aberto e inclusivo sobre questões de interesse nacional, que antecederam às eleições presidenciais de 2007, conforme o relatório. Para tanto, o NDI recebeu um recurso de US\$ 350.000,00 e realizou reuniões com grupos focais para identificar os principais interesses nacionais e entender a percepção do público sobre os partidos políticos. A partir dessas informações, o NDI forneceu assistência técnica aos partidos políticos mais representativos de acordo com seus critérios. Formaram-se fóruns com os representantes dos partidos políticos e organizações da sociedade civil para discutir as questões levantadas (NED, 2006). Infelizmente, não há a informação se Alianza País foi convidada nem se eles participam dessas reuniões, assim como os demais partidos. As ações do NDI e do IRI não são divulgadas e os partidos políticos não querem aparecer vinculados a eles.

Gráfico 16 – NED. Organizações financiadas em 2006



Fonte: Relatório anual da NED 2006 sobre Equador. Elaborado pela autora.

Referente ao CIPE, o Centro apresenta, em seus Relatórios, seis ações no Equador, das quais duas estão presentes no Relatório da NED, significando que recebeu recursos da agência para serem executadas. A primeira delas foi executada com o Instituto Equatoriano de Economia Política (IEEP), uma *think tank*, em que o CIPE organizou duas conferências regionais, que contaram com oradores de toda a região. Estes temas foram apresentados em duas edições especiais da revista regional do CIPE, a *Revista Perspectiva*. O CIPE se ocupa

de dois temas cruciais para o setor privado da América Latina: a melhoria dos padrões de governança corporativa e construir um melhor ambiente de negócios (NED, 2006).

A segunda ação, também com o IEEP, consistiu em incentivar as estruturas de tomada de decisão a se tornarem mais democráticas e informadas segundo consta dos objetivos no relatório. Visando as eleições de 2007, o CIPE fez uso de televisão, rádio, fóruns de discussão, e da imprensa para promover um debate público, através do IEEP, sobre as principais questões econômicas e políticas que afetavam a sociedade equatoriana (NED, 2006).

Esta ação está relacionada com outra ação, não financiada pela NED, que foi a construção de uma agenda com a participação da Associação Nacional de Empresários (ANDE), para apresentar reivindicações e discutir com os candidatos presidenciais sobre a importância do comércio e da competitividade para o desenvolvimento do Equador. Os principais candidatos, incluindo Rafael Correa, da Alianza País, atenderam à solicitação e participaram dos eventos (NED, 2006).

Golinger e Allard (2009) explicam que o recurso repassado para o CIPE teria o objetivo de promover os tratados de livre comércio, a globalização e a autonomia regional através das mídias equatorianas – rádio, televisão e imprensa escrita –, por meio do trabalho do IEEP. Um dos eventos citados no relatório da NED, relacionado a essa ação do IEEP, foi o Primeiro Fórum Internacional sobre Liberdade e Autonomia Regional, que resultou na criação da Confederación Internacional por la Libertad y Autonomía Regional (CONFILAR). Nessa reunião, estavam presentes o ex-presidente Alfredo Palacios e os prefeitos de Guayaquil e Quito, Jaime Nebot e Paco Momcayo (Golinger; Allard, 2009, p. 50).

O Grupo FARO também atuou na mesma temática e promoveu discussões para gerar o consenso entre organizações da sociedade civil, partidos políticos e candidatos sobre questões políticas fundamentais para o desenvolvimento do Equador. De acordo com a NED, o Grupo FARO pretendia entregar documentos de orientação sobre questões

críticas aos partidos políticos para que as incorporassem em suas agendas políticas (NED, 2006).

O relatório mostra que a Fundación Q'ellkaj recebeu 9% dos recursos, e a Corporación Instituto Empresarial Indígena del Ecuador (Indigenous Enterprise Institute of Ecuador) (IEIE) recebeu 6%. Estas duas instituições parecem ter relações entre si, de acordo com uma denúncia realizada por Eva Golinger através do Centro de Alerta para la Defensa de los Pueblos em 2010 e difundida amplamente. Segundo Golinger (2010), a CEIE, ou na sigla em inglês IEIE, foi criada por Ángel Medina, Mariano Curicama, Lourdes Tibán, Fernando Navarro e Raúl Gangotena com recursos da NED e USAID. E entre os membros fundadores também aparece o nome de Norman Bailey, que é um agente da inteligência dos Estados Unidos.

Ainda que Tibán tenha declarado que a CEIE era formada por indígenas, alguns dos seus fundadores não eram indígenas ou não faziam parte da comunidade indígena, como informa Golinger (2010). Ángel Medina também foi fundador da Fundación Q'ellkaj, e Fernando Navarro foi presidente da Federação de Câmaras de Comércio de Equador. Raul Gangotena foi consultor do Banco Mundial, Embaixador nos Estados Unidos em 2003-2005 e permaneceu mais um ano naquele país como pesquisador da NED, em 2005, ano da criação do CEIE. E Lourdes Tibán foi assessora do Conselho Político da ECUARUNARI, organização fundadora da CONAIE (Golinger; Allard, 2009; NED, 2006).

De acordo com a NED, a CEIE buscou promover o empreendedorismo indígena através de uma conferência entre líderes comunitários e empresários indígenas para trocas de experiência. O objetivo final foi o desenvolvimento de um plano de negócios pelos líderes comunitários e empresários indígenas. A CEIE apresentaria o modelo de negócio proposto às comunidades indígenas de todo o país. A Fundación Q'ellkaj buscou aumentar a participação e inclusão dos jovens rurais, indígenas, nos governos locais, através da criação de uma rede de jovens e capacitações em *advocacy*, com o objetivo

de projetar uma agenda política para promover os jovens líderes e dar-lhes poder de tomada de decisão (NED, 2006).

Além dessas instituições, aparecem a Asociación de Mujeres Municipalistas del Ecuador (AMUME), Centro de Educación y Promoción Popular (CEPP), Centro Ecuatoriano de Desarrollo y Estudios Alternativos (CEDEAL), Centro sobre Derecho y Sociedad (CIDES), Fundación Acción para el Desarrollo Comunitario (ACDECOM) e Fundación para el Avance de las Reformas y las Oportunidades (Grupo Faro) (NED, 2006).

A AMUME trabalhou com reforço das competências das verdadeiras municipais, através de um centro de recursos que presta assessoria técnica, política e legal. O CEPP é uma ONG equatoriana e estadunidense e desenvolveu uma plataforma consolidada de promoção cultural, direitos coletivos e participação cidadã na comunidade afro-equatoriana. A ação aconteceu através de mesas redondas entre os líderes comunitários e resultou em documentos bases para as capacitações em *workshops*. O CEDEAL desenvolveu um programa de educação da comunidade focado na governança democrática e direitos humanos, visando a dar visibilidade às mulheres através de capacitação para serem educadoras e agentes sociais comunitárias. O CIDES buscou fortalecer a organização e liderança afro-equatoriana por meio de treinamento de líderes comunitários afro-equatorianos em gestão, negociação, fortalecimento institucional e participação do cidadão. Já a ACDECOM auxiliou grupos afro-equatorianos na concepção de planos de ação de desenvolvimento da comunidade e ajudou os participantes a apresentá-los aos governos locais e ao fundo nacional de redução da pobreza (NED, 2006).

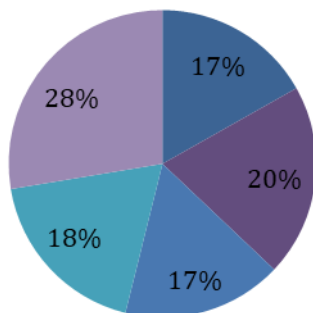
### *Relatório de 2007*

Conforme o relatório da NED, em 2007, os principais atores que promovem apoio e assistência a partidos políticos e consenso político desapareceram e mantiveram-se os atores locais, com projetos mais co-

munitários, como AMUME, CEPP, CIDES e ACDECOM. Ainda assim, a Fundación Q'ellkaj seguiu em evidência e recebeu mais recursos que as demais organizações (NED, 2007b) (Gráfico 17).

Gráfico 17 – NED. Organizações financiadas em 2007

- Asociación de Mujeres Municipalistas del Ecuador (AMUME)
- Centro de Educación y Promoción Popular (CEPP)
- Centro sobre Derecho y Sociedad (CIDES)
- Fundación Acción para el Desarrollo Comunitario (ACDECOM)
- Fundación Q'ellkaj



Fonte: Relatório anual da NED 2007 (2007b) sobre Equador. Elaborado pela autora.

No entanto, o Equador se mostrava como um país em alta instabilidade política e propício a receber recursos emergenciais, segundo os critérios do Departamento de Estado dos EUA. E por isso, os recursos foram enviados desde outra fonte, que é o Fundo de Apoio Econômico (FSE). O país não deixou de receber recursos para financiar a assistência política.

A Fundación Q'ellkaj continuou implementando o projeto do ano anterior, de promover redes de jovens para implementar agendas políti-



cas locais em colaboração com o governo local, comunidade empresarial e grupos da sociedade civil. A Fundação propôs para o ano de 2007, desenvolver um plano estratégico e formalizar seus programas de treinamento, observação eleitoral e de sensibilização do público (NED, 2006).

Conforme a NED, a AMUME renovou o projeto implementado em 2006. O CEPP buscou educar a comunidade afro-equatoriana através de uma plataforma de consenso, agora mais ampliada. Passou a capacitar organizações locais e provinciais afro-equatorianas, grupos da sociedade civil, autoridades governamentais e o público em geral, em sete províncias com maior população afro-equatoriana acerca da plataforma, e a incentivá-los a incorporar os seus princípios em seus planos organizacionais e governamentais.

Ainda segundo o documento, o CIDES empreendeu na educação e capacitação de líderes de base sobre os seus direitos políticos, econômicos e sociais, bem como reforçou a Federación Artesanal de Recolectores de Productores Bioacuáticos del Manglar (FEDARPRO-BIM), em Esmeraldas (NED, 2007b). O CIDES e a Fedarprobim buscaram consolidar estruturas organizacionais, aumentar a capacidade para defender os seus membros, e construir relações construtivas com o governo local, promovendo a liderança e habilidades de negociação e desenvolvimento, implementação e supervisão de projetos comunitários (NED, 2007b).

A ACDECOM deu continuidade ao projeto do ano anterior e ajudou na implementação do plano de ação de desenvolvimento, na obtenção de registro legal, no apoio à formação de redes com governos locais e nacionais e com outras organizações não governamentais, grupos comunitários e organizações nacionais e internacionais (NED, 2007b).

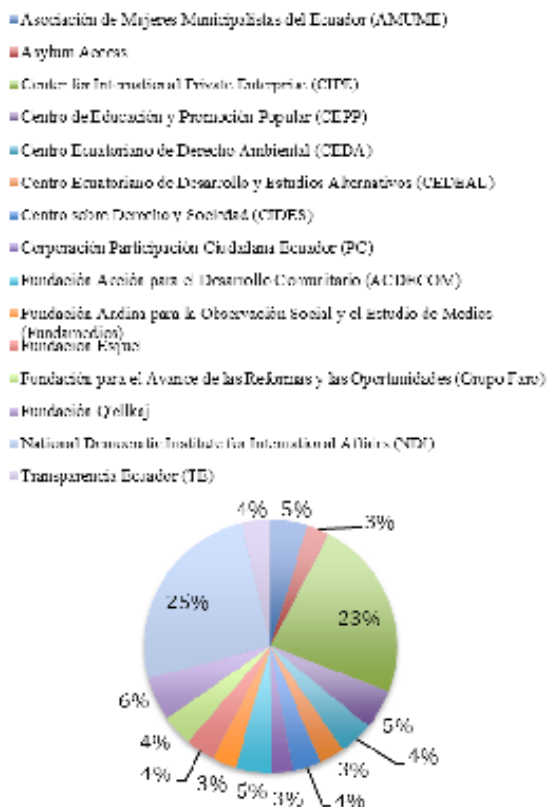
Vale mencionar que mesmo que o recurso seja pequeno, o apoio da NED é a “chave para as demais portas” de financiamentos e apoios. A NED fornece uma carta de referências para as instituições, o que facilita que estas entidades possam aceder a outras fontes de recursos, como a carta de referência da CIDES.

## Relatório de 2008

O ano de 2008 foi o de maior movimento, seja pela Constituinte instalada em 2007, seja pelas propostas de campanha de governo de Rafael Correa, que começaram a ser colocadas em prática (NED, 2008a).

Conforme se observa no Gráfico 18, o NDI e o CIPE voltaram a atuar fortemente no Equador em 2008, desenvolvendo ações em que investiram quantias de US\$ 350.000,00 e US\$ 318.754,00, respectivamente.

Gráfico 18 – NED. Organizações financiadas em 2008



Fonte: Relatório anual da NED 2008 sobre Equador. Elaborado pela autora (NED, 2008a).

O relatório demonstra que o NDI implementou um programa para promover uma participação construtiva de comunidades marginalizadas no processo de reforma em curso. O Instituto pretendia aumentar o desenvolvimento de um sistema de democracia representativa no Equador. Em três regiões, o NDI promoveu diálogos entre a sociedade civil e partidos políticos, com o objetivo de ajudar a criar um canal durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), para contribuir com discussões para as eleições gerais a serem realizadas sob a nova ordem constitucional do Equador (NED, 2008a).

Já o CIPE também promoveu diálogos sobre as reformas de acordo com o relatório, de maneira a ajudar a construir uma base estável para o futuro na formulação de políticas democráticas no país. As ações rondaram a promoção de fóruns de discussões e produção de programas televisivos e radiofônicos semanais. O CIPE seguiu trabalhando com o IEEP nas ações de diálogos entre grupos étnicos regionais. Foram discutidas as consequências econômicas das reformas legislativas e constitucionais propostas pelo governo, e o CIPE sugeriu políticas alternativas, orientadas para o mercado.

Uma segunda ação do CIPE, mencionada no Relatório da NED, foi o fortalecimento de uma rede de líderes no Equador, dedicadas a reformar e melhorar a participação democrática, criando alternativas de políticas públicas amplamente apoiadas para erradicar a corrupção e reduzir a pobreza. Ainda sob esse projeto, houve uma ação em conjunto com a Alianza Equidad (AE), visando a construir propostas de políticas públicas para reduzir a corrupção, a pobreza e a desigualdade, e entregá-las ao governo nacional sob a forma de uma Agenda Nacional (NED, 2008a).

No mesmo ano, começaram a aparecer, entre os relatórios da NED, entidades da sociedade civil que anos depois apresentaram ações em conjunto. São elas: Grupo Faro, Fundamedios, Corporación Participación Ciudadana (PC). A PC trabalhou com a participação cidadã no governo local através dos jovens alunos de Guayaquil, suas famílias e

professores, no desenvolvimento de organizações destinadas a monitorar o sistema de educação e *lobby* (NED, 2008a).

A Fundamedios desenvolveu uma rede de jornalistas para monitorar ataques a jornalistas e meios de comunicação. Essa rede já fora implementada pela organização Instituto de Imprensa e Sociedad-Peru (IPYS-Peru) no Peru e foi adaptada ao contexto equatoriano.

O Grupo FARO buscou aumentar a transparência, e, nesse sentido, reuniu representantes do governo e líderes comunitários para monitorar e melhorar a prestação de serviços públicos e aumentar a participação cidadã no governo local (NED, 2008a).

A Fundación Esquel promoveu a criação de oito centros de assistência jurídica sem fins lucrativos, em quatro grandes departamentos de formação e assistência técnica, para ajudá-los a responder à crescente demanda por seus serviços e promover e divulgar seu trabalho (NED, 2008a).

A AMUME e o CEDEAL, que atuam com ações para o empoderamento político de mulheres, seguiram com seus projetos conforme o relatório. AMUME mantém seu centro de atendimento, que presta apoio a funcionários eleitos do sexo feminino com assessoria técnica, política, jurídica ou psicológica. E CEDEAL promove a liderança de mulheres no combate à discriminação; e juntamente com a Assembleia da Mulheres Municipais, implementa programas de educação focada na governança democrática e direitos humanos e criação de comitês de supervisão para monitorar o governo local (NED, 2008a).

CEPP, CIDES e ACDECOM se concentraram nas reivindicações dos afrodescendentes no Equador. O CEPP apoiou líderes afro-equatorianos na consolidação do Conselho de Coordenação Política Afro do Equador (COCOPAE). Trata-se de um conselho consultivo criado com o apoio do CEPP, que permite que as várias organizações representativas equatorianas decidam para coordenar plataformas e estratégias de defesa, conforme a NED. Já a ACDECOM propôs

ações para aumentar a visibilidade pública dos líderes comunitários afro-equatorianos e a colaboração e parceria entre eles e funcionários do governo (NED, 2008a).

A Fundación Q'ellkaj propôs o fortalecimento das habilidades de liderança dos membros de rede de jovens indígenas para desenvolver sua capacidade de trabalhar em parceria com a comunidade, governo e empresas locais. Além disso, capacitou os jovens na compreensão sobre as alterações propostas à Constituição do Equador.

De acordo com a NED, o CEDA liderou ação de iniciativa para monitorar a Assembleia Constituinte, e promover discussões e ações para educar os equatorianos sobre os debates e decisões. A organização Transparencia Ecuador (TE) buscou promover a transparência e a participação dos cidadãos no governo local, baseada em modelos bem-sucedidos da Transparencia Venezuela. Por meio desta ação, foi desenvolvido um conjunto de ferramentas para medir a transparência municipal, avaliar os programas de políticas públicas locais e desenvolver estratégias para a reforma e melhoria (NED, 2008a).

Por fim, a organização Asylum Access, que trabalha com refugiados, focou na capacitação destes para a defesa dos seus direitos por meio da participação em processos democráticos. Apresentou ferramentas legais e de capacitação psicológica. E, através do fortalecimento de laços com os líderes comunitários locais, a Asylum Access buscou estabelecer as bases para promover uma reforma institucional de longo prazo (NED, 2008a).

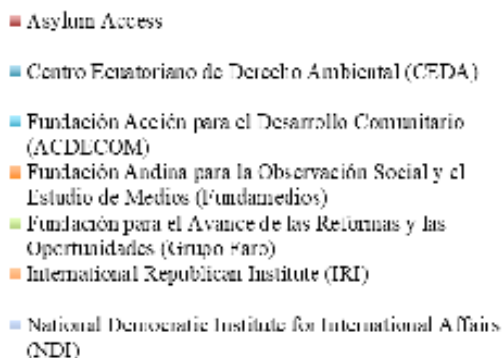
## *Relatório de 2009*

Neste ano, iniciaram-se as discussões sobre a legislação que deveria regulamentar a nova Constituição e os campos de conflitividade política se instalaram com mais força diante da mobilização pela defesa dos interesses dos mais diversos setores da sociedade civil.

Em 2009, o NDI seguiu com um orçamento de US\$ 350.000,00, e

o IRI entrou no Equador com um montante de US\$ 461.000,00 (NED, 2009a), como se pode observar no Gráfico 19.

Gráfico 19 – NED. Organizações financiadas em 2009



Fonte: Relatório anual da NED 2009 Equador. Elaborado pela autora (NED, 2009a).

O NDI focou seu trabalho nas organizações políticas equatorianas promovendo reformas internas, de acordo com a lei sobre partidos políticos aprovada em 2009; e buscou promover melhorias na capacidade de atender às demandas dos cidadãos e na capacidade de formulação de políticas. Já o IRI trabalhou no incentivo ao envolvimento coope-

rativo entre os grupos de interesses institucionais da sociedade civil, partidos políticos, iniciativa privada e imprensa independente, sobre o desenvolvimento legal e a implementação da nova Constituição do Equador, com um valor de US\$ 461.000,00 (NED, 2009a).

Conforme o relatório, o Grupo Faro desenvolveu indicadores e padrões de qualidade, para as autoridades locais poderem seguir e a sociedade civil poder monitorar o cumprimento de critérios básicos de transparência e *accountability* (NED, 2009a).

A Fundamedios apareceu em 2009 com a proposta de proteger a liberdade de expressão no Equador através de monitoramento, pesquisa e notificação de ameaças e violação contra jornalistas e meios de comunicação. Para tanto, propôs estabelecer parcerias com organizações relevantes no país e região. Além disso, promoveu a assistência jurídica gratuita a jornalistas e conduziu uma campanha de educação pública para descriminalizar as “leis de difamação” no Equador (NED, 2009a).

A Asylum Access passou a capacitar os refugiados (líderes) para atuarem como consultores jurídicos a outros membros da comunidade de refugiados. A organização trabalhou com os líderes de refugiados para identificar as necessidades mais urgentes de suas comunidades e definir estratégias para defender os seus direitos (NED, 2009a).

O CEDA reforçou a capacidade das organizações não governamentais de promover uma agenda democrática para a participação do cidadão no âmbito da nova Constituição do Equador. Além de desenvolver e implementar uma campanha de educação cívica sobre as oportunidades de participação cidadã, o CEDA promoveu formas de monitorar a responsabilidade do governo no âmbito do novo Conselho de Participação Cidadã e Controle Social. E a ACDECOM, além dos treinamentos e assistência técnica aos grupos de desenvolvimento comunitário para os Groups for Afro-Entrepreneurial Initiatives (GAEIs), trabalhou na articulação entre esses grupos e o Citizen Action Networks (NED, 2009a).

## Relatório de 2010

Neste ano, a regulamentação da Constituição seguiu e os atritos do governo com alguns setores da sociedade civil se exaltaram e geraram, por exemplo, um levante dos policiais pelo descontentamento com a legislação sobre o funcionalismo público, como visto no capítulo anterior, que culminou na tentativa de golpe em setembro, o 30S.

De acordo com a NED, em 2010, o NDI seguiu atuando forte no Equador, com um orçamento de US\$365.000,00. Seu intuito, nesse ano, foi promover debates de forma a ajudar as organizações políticas a se adaptarem às novas exigências da lei eleitoral sobre partidos políticos, fornecendo ferramentas para se adequarem às possíveis mudanças nas estruturas e práticas da política. Segundo o Relatório NED (2010a), o NDI implementou ações de orientação em gestão eficaz e desenvolvimento de políticas públicas de resposta.

É importante observar a intensa atuação no NDI no período, pois em cinco anos (entre 2006 e 2010) distribuiu quase US\$ 1,5 milhão para executar ações com organizações equatorianas.

O Gráfico 20, na próxima página, aponta a percentagem de recursos fornecidos a cada um dos atores. Fundamedios, AMUME e Asylum Access seguiram os mesmos projetos financiados em anos anteriores. O CEDA realizou um curso de formação virtual, para ajudar os líderes da sociedade civil a aumentarem os níveis de transparência nas suas organizações e obterem uma melhor compreensão da ONG na sua prestação de contas. O CDH recolheu e sistematizou informações sobre a situação dos direitos humanos em Guayaquil e as divulgou em uma publicação anual e num videodocumentário curto, de acordo com a NED (2010a).

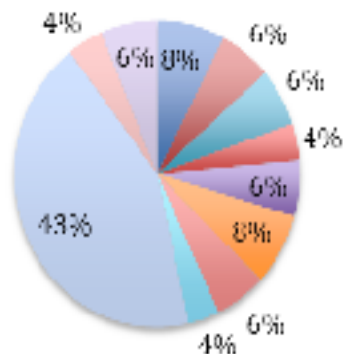
A PC mudou seu foco e passou a atuar na promoção de uma estratégia viável para reduzir o sexismo e a violência de gênero em estações de televisão locais no Equador. Essa corporação monitorou a programação de seis estações de televisão e recolheu informações sobre a disseminação da violência de gênero. Nesse projeto, estava prevista



a publicação dos resultados dessa observação numa base trimestral e apresentá-los em um evento público, para, a partir disso, facilitar a discussão e consenso sobre alternativas realistas para a redução da violência de gênero (NED, 2010a).

Gráfico 20 – NED. Organizações financiadas em 2010

- Asociación de Mujeres Municipalistas del Ecuador (AMUME)
- Asylum Access
- Centro Ecuatoriana de Derecho Ambiental (CEDA)
- Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos (CDH)
- Corporación Participación Ciudadana Ecuador (PCE)
- Fundación Andina para la Observación Social y el Estudio de Medios (Fundamedios)
- Fundación Esquel
- Fundación Servicio Ignaciano de Voluntariado (SIGVOL)
- National Democratic Institute for International Affairs (NDI)
- Observatorio Ambiental del Distrito Metropolitano de Quito (OA-Quito)



Fonte: Relatório anual da NED 2006 sobre Equador. Elaborado pela autora (NED, 2010a).

A Fundación Esquel também mudou seu foco e passou a promover o diálogo entre representantes do governo e da sociedade civil para construir um consenso e chegar a compromissos sobre questões de interesse comum. Assim como a Fundação Esquel, a Transparência Ecuador (TE) apareceu em 2008 e em 2010. Nesse último ano, a TE propôs a adaptação do seu sistema de indicadores de transparência à nova legislação, aprovada como resultado da nova Constituição equatoriana (de 2008). Além disso, a TE trabalhou para fortalecer a capacidade institucional e apoiar a implementação de um roteiro de mudanças e melhorias em municípios (NED, 2010a).

As duas últimas instituições apareceram somente em 2010: a Fundación Servicio Ignaciano de Voluntariado (SIGVOL) e o Observatorio Ambiental del Distrito Metropolitano de Quito (OA-Quito). A SIGVOL promoveu a participação de estudantes voluntários jovens e profissionais em governos locais e municipais, em todo o Equador. E o OA-Quito buscou promover a participação dos cidadãos na promoção e implementação de políticas ambientais locais na cidade de Quito (NED, 2010a).

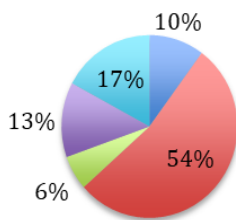
A Fundamedios, com os recursos recebidos do NED, fortaleceu uma rede nacional para monitorar e informar sobre ameaças e ataques contra jornalistas. A organização já possui um trabalho consolidado e uma rede de monitoramento neste campo da defesa dos jornalistas. A Fundamedios treina e fornece assistência técnica a seus monitores regionais para aumentar a qualidade e precisão dos seus alertas (NED, 2010a).

## *Relatório de 2011*

O Relatório de 2011 da NED já não apresenta os parceiros locais. Foi possível identificar os nomes de alguns nas descrições. Assim, fez-se uma análise para deduzir quais seriam as parceiras, mas preferiu-se deixar estes campos em branco, o que corresponde a 17%, no Gráfico 21 (NED, 2011a).

Gráfico 21 – NED. Organizações financiadas em 2011

- Corporación Participación Ciudadana Ecuador (PC)
- Fundación Andina para la Observación Social y el Estudio de Medios (FUNDAMEDIOS)
- Fundación Ciudadanía y Desarrollo (FCD)
- Fundación para el Avance de las Reformas y las Oportunidades (Grupo FARO)
- (blank)



Fonte: Relatório anual da NED 2006 Equador. Elaborado pela autora (NED, 2011a).

Conforme o relatório, em 2011, quatro organizações equatorianas aparecem somando uma porcentagem de 82% dos recursos destinados a projetos no Equador; e somente a Fundamedios recebeu 54% dos recursos. Nesse ano, começa-se a identificar uma forte articulação de ações, com vínculos entre elas. Como as organizações não foram mais citadas nos demais relatórios dos anos seguintes, mas somente as temáticas abordadas, foi necessário consultar outras fontes de informação e, dessa forma, a rede social Facebook serviu de base para identificar os vínculos e as ações coordenadas (NED, 2011a).

O relatório demonstra que Fundamedios recebeu uma quantia de US\$ 263.272,00 da NED para desenvolver um conjunto de ações no Equador. O foco passou a ser a Participação Cidadã e *accountability*, assim como PC, FDC e Grupo FARO. Além do trabalho que já vinha desenvolvendo, de defender e proteger a liberdade de expressão dos jornalistas no Equador, a Fundamedios passou a trabalhar em treinamentos e diálogos para ajudar os líderes da sociedade civil a aumentar

os níveis de transparência nas suas organizações e obter uma melhor compreensão de ONG e prestação de contas. As ações passaram a fomentar a participação dos cidadãos na formação de políticas públicas e no treinamento de representantes da sociedade civil e funcionários do governo local, em mecanismos de participação cidadã e transparência dentro das novas normas e legislação. Ao propor o fomento do controle social na reestruturação do Poder Judiciário no Equador, a Fundamedios realizou uma campanha de conscientização da importância do controle social da reforma judicial (NED, 2011a).

Relativo às atividades de defesa e proteção da liberdade de expressão, a Fundamedios ampliou sua rede de acompanhamento das “violações” do direito de livre expressão e melhorou a qualidade e precisão dos seus alertas. Finalmente, usou a internet e as redes sociais para lançar uma campanha *on-line* e aumentar a conscientização sobre os perigos das violações e a importância da liberdade de expressão entre os jovens de 18 a 35 anos (NED, 2011a).

A partir de 2011, as ações da PC tiveram uma relação com as ações da Fundamedios, pois passaram a focar na promoção da transparência na utilização dos recursos de publicidade públicas no Equador. O Grupo Faro já atuava no âmbito da transparência dos governos locais. E a FCD começou a receber recursos do NED para atuar também nessa área, mais precisamente na Assembleia Nacional, através da criação de um observatório cidadão (NED, 2011a).

## **Relatórios do Equador: análise dos dados de 2012 a 2016**

A partir de 2012, as organizações locais que receberam recursos da NED para a execução de projetos no Equador não são mais citadas nos relatórios anuais, como mencionado antes. Constata-se que os projetos são similares e parecem dar continuidade a ações executadas nos anos anteriores. Diante disso, as informações foram organizadas por área de financiamento da NED, de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 – Áreas de financiamento da NED 2006-2016

Áreas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2016	Total
Accountability			104.860,00	65.384,00		343.508,00	543.398,00	485.641,00	497.612,00	253.957,00	2.294.360,00
Civic Education	386.543,00	271.464,00	100.000,00		99.154,00			125.529,00	218.664,00	44.960,00	1.246.314,00
Democratic Ideas and Values	54.620,00							30.000,00		43.030,00	127.650,00
Freedom of Information			42.500,00	40.719,00	64.823,00		75.000,00	125.232,00	120.888,00	145.000,00	614.162,00
Human Rights	39.540,00		39.500,00	45.000,00	32.530,00	34.320,00	115.621,00	85.603,00	147.617,00	182.731,00	722.462,00
NGO Strengthening		61.583,00	197.903,00	47.070,00			57.227,00	97.040,00	38.040,00	35.055,00	533.918,00
Political Processes	350.000,00		265.225,00	55.037,00	118.767,00		51.690,00	25.000,00			865.719,00
Rule of Law							40.000,00	49.000,00	29.997,00		118.997,00
Strengthening Political Institutions	217.254,00		622.703,00	811.000,00	532.347,00	115.914,00					2.299.218,00
(blank)											
Total	1.047.957,00	333.047,00	1.372.691,00	1.064.210,00	847.621,00	493.742,00	882.936,00	1.023.045,00	1.052.818,00	1.362.341,00	9.480.408,00

Fonte: Relatórios anuais da NED sobre Equador. Elaborado pela Autora.

Neste período de 2011 a 2013, houve uma questão que agitou as relações entre o governo e as organizações não governamentais internacionais. Rafael Correa, identificando claramente a interferência de algumas organizações nos processos decisórios políticos através de sua atuação junto ao campo da sociedade civil organizada, iniciou um processo de transparência e controle das ações destas ONGs no país, através da SETECI, para conhecer suas fontes de financiamento e logo depois implementou o Decreto n. 16. Por isso, entende-se essas mudanças nos relatórios da NED e na sua apresentação eliminando a informação dos atores locais.

A NED e as demais organizações vinculadas receberam as novas diretrizes que direcionavam e orientavam a assistência externa para contribuir para/com o desenvolvimento do país. E claramente, assistência política não estava entre elas. No lugar de esclarecerem e mudarem seus projetos ou simplesmente se retirarem do país, seguiram desenvolvendo suas ações de capacitação política e “fortalecimento” das instituições política no Equador.

## *Accountability*

Este é o tema que mais recebeu recursos nos anos 2012, 2014, 2015 e 2016, justamente num período em que eclodiu a discussão sobre a transparência nas organizações da sociedade civil e que se propunha a dissolução de organizações que não estivessem de acordo com as regras estabelecidas pelo Decreto n. 16, que depois foi substituído pelo Decreto n. 739. Passou a ser um cabo de guerra sobre quem deveria ter transparência: o Estado e/ou as Organizações da Sociedade Civil.

De acordo com os relatórios, em 2012, foram destinados US\$ 543.398,00 para fortalecimento das capacidades dos governos locais em articular com outras instâncias governamentais, estabelecendo-se um diálogo intergovernamental. Esses recursos apoiaram as *think tanks* e meios de comunicação para identificar e representar questões locais

e em nível nacional, para a promoção da transparência na utilização dos recursos públicos até 2013, ano de eleições, através do monitoramento do uso dos recursos públicos em publicidade na televisão, rádio e mídia impressa. Também se buscou uma maior transparência e prestação de contas na Assembleia Nacional do Equador, além de fomentar o envolvimento dos cidadãos na supervisão do processo legislativo e na independência do poder legislativo (NED, 2012b).

Conforme os documentos, em 2014, US\$ 485.641,00 foram destinados para ações que promovessem a transparência ou *Accountability* no Equador. Entre as ações propostas estava o desenvolvimento de uma ferramenta on-line para acompanhar as promessas de campanha de um ou dois governos locais recém-eleitos. Prosseguiu o monitoramento do uso de recursos públicos em publicidade televisiva e o uso de dados para educar os meios de comunicação, organizações da sociedade civil e do público em geral, sobre os gastos do governo. Também se fomentou a investigação, sistematização e análise de informações sobre corrupção no governo, por jornalistas; a criação de escolas de capacitação para governos locais, para fornecer treinamento e assistência técnica às autoridades locais recém-eleitas e promover o intercâmbio de experiências entre os atores democráticos: a organização local que recebeu o recurso produziu análises jurídicas e políticas sobre a legislação e desenvolveu uma ferramenta *on-line* para monitorar o desempenho de autoridades eleitas; e, por fim, apoiaram-se os governos municipais no uso dos meios de comunicação e outros recursos, para mostrar os modelos de governo eficaz e transparente (NED, 2014a).

Já em 2015, com as eleições de 2017 se aproximando, as ações da NED se voltaram para esse evento. Trata-se de ações que promovem a colaboração entre as organizações da sociedade civil e movimentos políticos, para promover processos eleitorais mais transparentes e inclusivos. Os atores trabalharam sobre o monitoramento do desempenho dos eleitos, produzindo análises jurídicas e políticas sobre a legislação fundamental, e envolveram os cidadãos na fiscalização. Também pro-

moveram ações de jornalismo investigativo no Equador, além de ações que defendem o devido processo e o aumento da transparência judicial no país, e por fim, buscaram reforçar a capacidade de supervisão da sociedade civil, acessando mecanismos existentes de acompanhamento, debate e supervisão das questões de interesse público (NED, 2015a).

Em 2016, a NED promoveu o treinamento de grupos de cidadãos para monitorar os gastos do governo e o processo de tomada de decisões sobre questões chaves e documentar as violações dos direitos humanos. Muitas ações implementadas em 2015 prosseguiram em 2016, como o reforço à capacidade de supervisão do cidadão, a transparência no judiciário, ações investigativas de jornalistas independentes, e o monitoramento e fiscalização do processo eleitoral de 2017, por parte da sociedade civil organizada (NED, 2016c).

Em 2015 e 2016, a inovação política e o fortalecimento de organizações e ativistas políticos jovens aparecem não só nos relatórios sobre o Equador, mas também, e de forma bem mais evidente, nos relatórios sobre a América Latina. Nesses dois anos, os atores buscaram reforçar a capacidade de gestão, liderança e inovação dos governos locais, no Equador, e promover a troca de experiências sobre as melhores práticas de governo local em nível nacional e internacional (NED, 2015a, 2016c). Nos relatórios da América Latina, os atores que são mencionados e outras experiências podem ser vistos na análise de redes sociais, que poderiam estar contribuindo para o intercâmbio de conhecimento e experiência.

### *Liberdade de informação*

Conforme os relatórios, as ações de Liberdade de Informação e o volume de recursos recebidos a cada ano estão descritos na Tabela 4. Esta categoria aborda três focos: o Monitoramento da Liberdade de Expressão e Imprensa no Equador; a Promoção da análise e informação independentes; e a Promoção do jornalismo investigativo.



Tabela 4 – Liberdade de informação

Ano	Categoria	Subcategoria	Organização	Valor (US\$)
2008			FUNDAMEDIOS	42.500,00
2009			FUNDAMEDIOS	40.719,00
2010			FUNDAMEDIOS	64.823,00
2012	Freedom of Information			75.000,00
2014	Freedom of Information	Monitoring Freedom of Expression and the Press in Ecuador		89.232,00
2014	Freedom of Information	Promoting Investigative Journalism		36.000,00
2015	Freedom of Information	Monitoring Freedom of Expression and the Press in Ecuador		70.888,00
2015	Freedom of Information	Monitoring Freedom of Expression and the Press in Ecuador		5.000,00
2015	Freedom of Information	Promoting Investigative Journalism		45.000,00
2016	Freedom of Information	Monitoring Freedom of Expression and the Press in Ecuador		70.000,00
2016	Freedom of Information	Promoting Independent Information and Analysis	FUNDAMEDIOS	25.000,00
2016	Freedom of Information	Promoting Investigative Journalism		50.000,00
	<b>TOTAL</b>			<b>614.162,00</b>

Fonte: Relatórios anuais da NED. Elaborado pela autora (2008a; 2009a; 2010a; 2012b; 2014a; 2015a; 2016b).

As ações implementadas no período (2012-2016) buscaram defender e proteger os jornalistas e a liberdade de expressão no Equador. Para tanto, foi proposto realizar o monitoramento e a divulgação de alertas sobre os ataques e atos de repressão contra jornalistas e instituições, através de uma rede de monitores, como também oferecer assistência técnica e advogados de direitos humanos, para acesso a denúncias nos tribunais internacionais de direitos humanos. Em relação aos objetivos

descritos nesse período, em que não são mencionadas as organizações, vê-se uma correlação com as ações já implementadas pela Fundamedios em anos anteriores (NED, 2012b, 2014a, 2015a, 2016c).

Em 2012, as atividades continuaram as mesmas, com a ampliação da rede de monitoramento e, em 2014, além da rede e da assistência técnica, colaborou-se com advogados de direitos humanos para demandar liberdade de expressão de casos perante os tribunais nacionais e internacionais (NED, 2012b, 2014a).

O ano de 2016 fechou com a criação de uma nova plataforma digital, com o objetivo de produzir informações diárias, independentes e de qualidade sobre questões políticas e eleitorais críticas. Muito provavelmente trata-se do portal <[www.ecuadorchequea.com](http://www.ecuadorchequea.com)>, um portal de monitoramento e checagem de notícias (NED, 2016c).

### *Educação cívica*

Outra categoria que se apresenta com importância nos relatórios da NED é a de Educação Cívica. Nos três últimos anos de análise para esta pesquisa, 2014, 2015 e 2016, os atores desta categoria focaram no público jovem e na formação de líderes políticos e em empreendedores com uma visão de democracia. Entre os objetivos que aparecem nos relatórios estão: encorajar a liderança juvenil; valores democráticos e empreendedorismo; formação democrática para o futuro; promoção da liderança democrática da juventude no Equador; fortalecimento da capacidade de jovens e coordenação transetorial para a defesa da democracia; criação de um consenso democrático para o desenvolvimento; e Equador empresário: um programa inclusivo de empreendedorismo para a juventude equatoriana (NED, 2014a, 2015a, 2016c).

Os braços da NED – IRI e CIPE – são as únicas instituições nomeadas no relatório de 2016 e com um alto orçamento para a execução de suas atividades no Equador. O CIPE esteve presente nos relatórios da NED somente nos anos de 2006 e 2008, mas voltou à cena em 2016,

com um valor de US\$ 387.608,00 para executar seus projetos e suas parcerias com as organizações locais (NED, 2006, 2008a, 2016c).

Conforme os relatórios, o CIPE buscou encorajar a liderança juvenil, promover valores democráticos e impulsionar o empreendedorismo. Fica evidente o perfil de líder jovem desejado pela NED, quando se verificam as atividades propostas. Assim como segue:

Para promover a democracia, participação cívica, mercados livres e liderança entre os jovens para melhorar o ambiente econômico, político e institucional no Equador, a organização educará 50 estudantes universitários sobre democracia, livre mercado, empreendedorismo e liderança (NED, 2016c, p. 1).

Dentro dessa visão, o objetivo era formar jovens universitários sobre democracia, livre mercado e empreendedorismo, de modo a contribuir na melhoria do ambiente econômico, político e institucional do país. No segundo ano, contemplou-se a multiplicação dos conhecimentos apreendidos e aplicados em suas comunidades fora da capital, Quito, através de oficinas de liderança e empreendedorismo. Em 2014, o CIPE recebeu a quantia de US\$ 125.529,00 e, em 2015, recebeu US\$ 137.264,00, para executar as etapas do projeto (NED, 2014a).

O relatório descreve que, com um orçamento de US\$ 182.881,00, o CIPE implementou o mesmo projeto e com mesmas atividades só que com outro nome: Equador empresário: Um programa inclusivo de empreendedorismo para a juventude equatoriana. O CIPE buscou criar um consenso através da conscientização entre o público em geral, os legisladores, os meios de comunicação e outros decisores sobre a importância do setor privado.

O CIPE tinha, portanto, como objetivo o fortalecimento da voz do setor privado e mostrar sua importância para o desenvolvimento, não só econômico, mas também democrático. Para tanto, o CIPE recebeu a quantia de US\$ 204.727,00 e desenvolveu o fortalecimento das câmaras de comércio regionais. Dessa forma, estabelecer consenso com base

em dados coletados independentemente torna-se essencial na criação de uma agenda de propagação e diálogo sobre suas recomendações políticas (NED, 2016c).

Já o IRI, buscou o fortalecimento da capacidade de jovens e a coordenação transetorial para a defesa da democracia, com os objetivos de:

Construir a capacidade dos jovens líderes na mídia, na sociedade civil, nos partidos políticos e na Assembleia Nacional para defender princípios e processos democráticos durante as eleições de 2017 e além. O instituto conduzirá uma série de treinamentos específicos e setoriais sobre *advocacy* democrática, definição de agenda, divulgação e comunicações estratégicas. Para aumentar o diálogo e a coordenação intersetorial entre esses líderes e legisladores para esforços conjuntos de *advocacy*, o instituto organizará uma conferência intersetorial, apoiará uma rede de *advocacy* e patrocinará uma competição de projetos de *advocacy* (NED, 2016c, p. 1).

Para desenvolver essas atividades, o IRI teve à sua disposição a quantia de US\$ 270.000,00, de acordo com o relatório da NED (2016b).

## **América Latina: ações regionais que reforçam as ações locais no Equador**

Como já mencionado, de acordo com os Relatórios da NED relacionados a ações regionais latino-americanas de 2006 a 2016, a NED destinou um total de US\$ 24.437.675,00 para financiamentos de projetos e ações na América Latina. Deste total, identificaram-se as ações que claramente citam a Região Andina ou o próprio Equador como destino, com valores de US\$ 10.992.708,00 durante o período estudado.

Como as informações sobre as ações regionais apresentadas nos relatórios sobre América Latina identificam as organizações receptoras de recursos em todos os anos, é possível fazer sua descrição e análise por meio desses dados.

A Tabela 5, na página seguinte, apresenta o conjunto de organizações que desenvolveram ações no âmbito regional. Alguns atores foram identificados porque se mencionava o país, ou a região Andina, e outros foram identificados por meio de outras fontes de informação, que explicitavam que o projeto teve um braço dentro do Equador.

Entre aquelas listadas na Tabela 5, encontram-se organizações locais do Equador, outras que são sul-americanas, como a ADS e a Fundación Ciudadano Inteligente, da Argentina, a IPYS do Peru, a INVEST da Venezuela, a CAJ da Região Andina, e o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, do Brasil. E há organizações regionais com sede nos Estados Unidos, como a CEJIL e DPLF, e as estadunidenses, como a Solidarity Center, IRI e NDI.

No entanto, um tema chamou a atenção por ter envolvido tantas organizações, inclusive a NDI: a inovação política e de fomento ao desenvolvimento de novas lideranças políticas entre a juventude. E por isso, abriu-se uma seção para abordar este tema. Em seguida, continuou-se analisando as principais organizações que aparecem nos relatórios anuais com recursos destinados ao Equador.

### *Inovação política*

Os relatórios da NED de América Latina apresentaram um fato inesperado, visto que o conjunto de organizações tende ao tradicionalismo e ao envolvimento de experiências e projetos voltados a atores sociais tradicionais da esfera política. No entanto, a NED passou a investir em inovação política a partir de 2012. E uma organização se destaca nos relatórios, devido aos objetivos e atividades propostas e ao perfil de empreendedorismo político inovador, por meio de uma startup de baixo custo e alto impacto social. Trata-se da Asuntos del Sur, que aparece na análise de redes sociais, mais adiante, com alto impacto e articulação entre muitos ativistas políticos jovens, que se organizaram em instituições desse tipo e que se conectam.

Tabela 5 – NED – Programas Regionais na América Latina que incluem o Equador. Organizações beneficiadas. 2007-2016 – Em dólares

Organizações	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2014	2015	2016	Total
American Center for International Labor Solidarity (SC)	639.991,00	549.999,00	505.000,00		425.699,00	450.000,00	575.000,00	525.000,00	450.000,00	4.120.689,00
Asociación por los Derechos Civiles						77.930,00				77.930,00
Asuntos del Sur (ADS)						51.700,00	75.000,00	71.400,00	65.000,00	263.100,00
Center for Justice and International Law (CEJIL)	150.000,00	150.000,00	300.000,00							600.000,00
Centro de Investigación y Capacitación de Emprendedores Sociales									100.000,00	100.000,00
Asociación Civil (CICES)										75.000,00
Centro Edelstein de Pesquisas Sociais							75.000,00			75.000,00
Comisión Andina de Juristas (CAJ)	130.070,00			149.542,00						279.612,00
Due Process of Law Foundation (DPLF)	85.000,00	85.000,00	84.000,00		99.555,00	125.200,00	125.000,00			518.735,00
Fundación Auvia Ciudadano Inteligente									74.960,00	74.960,00
Fundación para el Avance de las Reformas y las Oportunidades (Grupo FARO)									85.000,00	85.000,00
Global Integrity										77.000,00
Instituto Prensa y Sociedad (IPYS)	109.407,00	111.215,00	92.069,00			94.051,00				406.742,00
Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Politicos (INVESEP)			99.940,00							99.940,00
International Republican Institute (IRI)							424.000,00		650.000,00	1.074.000,00
National Democratic Institute for International Affairs (NDI)		500.000,00	325.000,00			250.000,00	895.000,00	535.000,00	550.000,00	3.055.000,00
Total	899.398,00	1.703.224,00	1.306.069,00	234.542,00	525.234,00	1.472.881,00	1.745.000,00	1.131.400,00	1.974.960,00	10.992.708,00
										0

Fonte: Relatórios anuais da NED sobre Equador. Elaborado pela autora.

O objetivo das suas ações é a promoção da inovação na liderança juvenil, e para isso, a *startup* recebeu recursos nos anos de 2012, (possivelmente em 2013), 2014, 2015 e 2016. A atuação da Asuntos del Sur é regional e, de acordo com o projeto, teve que identificar cem líderes de dez países da América Latina em 2012 e compilar suas experiências e melhores práticas em um guia *on-line* de alto impacto, inovação de baixo custo em projetos sobre democracia. A Asuntos del Sur passou a prestar assistência técnica sobre implementação de ações democráticas em municípios e para grupos políticos com alto impacto, dado compilado com base nas informações de seminários de formação desses líderes (NED, 2012c, 2014b, 2015b, 2016b).

Em 2014, a Asuntos del Sur utilizou o seu guia de alto impacto, inovação de baixo custo em projetos de democracia para fortalecer a capacidade de líderes jovens em toda a América Latina, visando a enfrentar eficazmente os desafios democráticos. Ela ampliou sua Plataforma de Orientação Virtual, destinada ao intercâmbio entre os jovens líderes e mentores, *experts*, para orientar estes líderes e organizações. Em 2015, seguiu praticamente com o mesmo projeto (NED, 2014b, 2015b).

Em 2016, a iniciativa visou a fortalecer o processo de dar impulso à inovação política e à governança democrática na América Latina e promover o intercâmbio de boas práticas sobre inovação política e governança entre ativistas da sociedade civil na região. Para tanto, a Asuntos del Sur lançou a Academia de Inovação Política, uma plataforma digital (<http://academiainnovacionpolitica.org>) que oferece cursos de treinamento em governança democrática do século XXI, destinados a formadores de políticas (*polycymakers*). Conforme o que é descrito no Relatório de 2016 da NED (NED, 2016b), seus objetivos são:

[...] promover a solidariedade democrática e a consolidação do movimento regional de direitos humanos nas Américas; e promover o cumprimento do estado dos padrões internacionais de direitos humanos. A organização reforçará uma rede regional da sociedade civil para promover uma agenda de direitos humanos para as Américas. Com foco em seis países

críticos, o grupo também promoverá a jurisprudência e o cumprimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos como forma de reforçar a universalidade dos padrões internacionais de direitos humanos. Finalmente, o grupo continuará com sua campanha para defender a paridade do gênero em órgãos internacionais de direitos humanos (NED, 2016b, p. 1).

A Academia impulsiona a Rede de Innovación Política, da qual faz parte, e faz parte também de outra iniciativa financiada pela NED, que é o Conexiones Latinoamericanas de Innovación Política (CLIP). O CLIP é uma iniciativa da Fundação Avina, que buscou fortalecer a capacidade dos atores e organizações da sociedade civil de se envolverem em ações políticas construtivas. Através da CLIP, a Avina se propõe a promover o intercâmbio entre países e aprender sobre os temas de inovação política bem-sucedida e experiências de governança democrática.

Outro parceiro de Asuntos del Sur que recebe recursos da NED é a Fundação Ciudadano Inteligente. Essa fundação recebeu US\$ 85.000,00, destinados a promover lideranças inovadoras para enfrentar os desafios da governança democrática na América Latina através do LabCívico: Constructing Democratic Governance in Latin America (<https://labcivico.org>). A fundação se propõe a treinar líderes, especialmente aqueles que podem assumir papéis ativos no governo, para enfrentar os desafios de governança através de uma abordagem construtiva e inclusiva. Com essas ações, espera que os líderes treinados repassem seus conhecimentos para os demais na América Latina e Região Andina (NED, 2016b).

O Centro de Investigación y Capacitación de Emprendedores Sociales Asociación Civil (CICES) não se propõe a implementar inovação política, mas fortaleceu a Rede Latino-Americana de Jovens pela Democracia como uma plataforma regional para ativistas juvenis e líderes políticos. Esta ação foi desenvolvida com funcionários da OEA, com o objetivo de:

[...] promover a solidariedade democrática e defender as normas democráticas entre os jovens ativistas da América Latina. O beneficiário trabalhará para fortalecer a capacidade institucional e expandir o trabalho da Rede Latino-Ame-



ricana de Jovens para a Democracia como uma plataforma regional para ativistas juvenis e líderes políticos para promover a participação cívica da juventude, identificar ameaças comuns à democracia e coordenar atividades para apoiar mutuamente seus objetivos. O grupo se envolverá com os governos da América Latina e os funcionários da OEA para defender as normas democráticas consagradas na Carta Democrática Interamericana. Além disso, irá organizar uma série de fóruns para discutir questões relacionadas à democracia e juventude na região e compartilhar as melhores práticas para abordá-las (NED, 2016b, p. 1).

Além destas organizações, os institutos dos partidos políticos dos Estados Unidos, IRI e NDI, também vêm focando na inovação política e na formação de ativistas políticos jovens e inovadores na América Latina, como se pode observar na Tabela 6.

Tabela 6 – NED. Região Andina. Recursos focados na inovação política 2006-2016

Ano	Organização	Valor (dólar)
2012	Asuntos del Sur (ADS)	51.700,00
2012	International Republican Institute (IRI)	424.000,00
2012	National Democratic Institute for International Affairs (NDI)	250.000,00
2014	Asuntos del Sur (ADS)	75.000,00
2014	National Democratic Institute for International Affairs (NDI)	250.000,00
2015	Asuntos del Sur (ADS)	71.400,00
2016	National Democratic Institute for International Affairs (NDI)	550.000,00
2016	Fundacion Ciudadano Inteligente	85.000,00
2016	Fundacion Avina	74.960,00
2016	Asuntos del Sur (ADS)	65.000,00
Total		<b>1.897.060,00</b>

Fonte: Relatórios anuais da NED. Elaborado pela autora.

Os recursos destinados pela NED ao NDI, no total de US\$1.050.000,00, por exemplo, foram usados para criar um Virtual Toolbox para inovações em democracia. Isto é, um portal ([www.nditech.org](http://www.nditech.org)) para os inovadores da região que trabalham para tornar os governos e as instituições políticas mais sensíveis aos cidadãos, transparentes e eficazes na obtenção de resultados. De acordo com os documentos, desde 2012, o NDI mantém esta plataforma de intercâmbio e difusão de boas práticas democráticas e de governança, Red Innovación, (<https://www.redinnovacion.org>). E através de workshops regionais e do uso de tecnologia de informação e de comunicações (TIC), compartilha ferramentas, materiais e metodologias que fortalecem as organizações políticas e parlamentares. Combinam-se, portanto, as comunidades virtuais com as redes físicas existentes de ativistas políticos na promoção de melhores práticas e inovação nas reformas democráticas (NED, 2012c, 2014b, 2015b, 2016b).

Já o IRI recebeu US\$ 424.000,00 para executar um projeto em 2012, que também foca em melhores práticas em tecnologias de informação e comunicação que aperfeiçoam a governança democrática. A ideia central é que os atores sociais que trabalham em parceria com o IRI tenham acesso e conhecimento às práticas inovadoras de governança inteligente, inovações de baixo custo e de código aberto, bem como a programas maiores e mais ambiciosos e plataformas a serem implementadas em cidades inteligentes (NED, 2012c, 2014b, 2015b, 2016b).

### *Solidarity Center e os programas da Região Andina*

Segundo os relatórios, o Solidarity Center relaciona-se com os sindicatos e uniões de trabalhadores em todo o mundo e está presente no Equador ao longo dos anos analisados, com um orçamento importante, para executar suas ações na região andina. De um total de US\$ 10.992.708,00 destinados à Região Andina, incluindo Equador, o SC obteve um valor de US\$ 4.120.689,00. Na Tabela 7 pode-se con-

ferir os valores recebidos para executar ações que incluem o Equador em sua descrição (NED, 2007c, 2008b, 2009b, 2010b, 2011b, 2012c, 2014b, 2015b, 2016b).

Tabela 7 – Valores repassados ao Solidarity Center para o Equador

Ano	Valor (dólar)
2007	639.991,00
2008	549.999,00
2009	505.000,00
2011	425.699,00
2012	450.000,00
2014	575.000,00
2015	525.000,00
2016	450.000,00
<b>Total</b>	<b>4.120.689,00</b>

Fonte: Relatórios anuais da NED. Elaborado pela autora.

Quase a metade dos recursos que o Solidarity Center recebeu para atuar na América Latina foi destinado às suas ações que envolvem o Equador. A atuação do Solidarity Center ronda o propósito de fortalecer a capacidade dos sindicatos de articularem e mobilizarem os trabalhadores em torno das questões econômicas e políticas. De acordo com os relatórios da NED, o SC foca nas funções fundamentais de organização e de negociação coletiva.

O relatório mostra que o SC trabalha para aumentar a inclusão de trabalhadores tradicionalmente marginalizados e construir habilidades de liderança com os membros novos e jovens. Para tanto, as atividades visam a apoiar os sindicatos na participação de fóruns de diálogo social,

além de contribuir para a construção de cooperação com coalizões organizações nacionais e internacionais, organizações de direito internacional e federações sindicais globais setoriais.

Nos objetivos que mencionam o Equador, não só a Região Andina, o SC buscou melhorar a representatividade interna, fornecendo assistência técnica e jurídica para educar os formuladores de políticas e apontar perspectivas dos trabalhadores em políticas públicas e de diálogo de base ampla na governança democrática (NED, 2007c, 2008b, 2009b, 2010b, 2011b, 2012c, 2014b, 2015b, 2016b).

Infelizmente, não está claro quais são seus parceiros internos, pois estes não aparecem nos relatórios da NED e nem na página do Solidarity Center. Inclusive, em uma pesquisa de caminho inverso, não foi possível identificar esses dados quando se partiu dos sindicatos para buscar os vínculos com o SC.

### *National Democratic Institute for International Affairs (NDI)*

O NDI possuía um escritório no Equador até meados de 2012. Em meio a denúncias de execução de projetos que promoveriam a desestabilização do governo, retirou seu escritório, mas seguiu atuando no país. As ações específicas no Equador com apoio da NED foram descontinuadas após 2012, porém, seguem normalmente com as ações macro na América Latina e Região Andina, em que o NDI menciona o Equador como país de execução das ações.

Na Tabela 8, na próxima página, observam-se os números e, conforme visto anteriormente, o NDI tem investido em inovação política e ações de alto impacto e baixo custo.

O relatório demonstrou que o NDI não recebeu recursos da NED em 2007 para implementar projetos na região. Em 2008, implementou projetos de fortalecimento das habilidades de liderança e capacidades de líderes políticos emergentes, para promover a modernização e renovação de partidos políticos (NED, 2007c, 2008b).

Tabela 8 – NED – recursos passados ao NDI 2008-2016

Ano	Valores (dólar)
2008	500.000,00
2009	325.000,00
2012	250.000,00
2014	895.000,00
2015	535.000,00
2016	550.000,00
<b>Total</b>	<b>3.055.000,00</b>

Fonte: Relatórios anuais da NED. Elaborado pela autora.

Ainda no mesmo ano, houve um projeto no âmbito da América Latina que se propôs a encorajar os partidos políticos a adotarem novas práticas mais eficazes, facilitando o seu acesso a informações, ferramentas e técnicas concretas de construção do partido. O NDI possui a *Political Party Network* ([www.ndi.org/ppn](http://www.ndi.org/ppn)), uma rede que fornece informações, compartilha ferramentas e técnicas sobre governança democrática e transparência entre líderes reformistas.

Em 2009 e 2010, o NDI prosseguiu com os mesmos projetos, de forma a ampliá-los e fortalecer a *Political Party Network*. E em 2012, passou a fomentar as iniciativas e ações de inovação política (NED, 2009b, 2010b, 2012c). Em 2014, por exemplo, promoveu as tecnologias de informação e comunicação (TIC), eventos, e o fortalecimento de práticas de comunicação dos partidos políticos e as habilidades de liderança, com o objetivo de:

[...] fortalecer as práticas de comunicação dos partidos políticos e as habilidades de liderança de seus membros na

Bolívia, Equador e Peru. O NDI propõe um programa para aumentar a capacidade das partes para responder aos cidadãos, organizando sessões de treinamento multipartidário, promovendo tecnologias de informação e comunicação (TICs) e copatrocinando eventos de construção de habilidades de liderança (NED, 2014b, p. 1).

Em 2015, o NDI deu continuidade ao mesmo tipo de ação do ano anterior e, em 2016, o foco esteve na inovação política e ações de alto impacto e baixo custo (StartUps) (NED, 2015b, 2016b), como se viu na seção anterior.

### *International Republican Institute (IRI)*

O Instituto do Partido Republicano dos Estados Unidos, implementou mais projetos na região em 2014, como se verifica na Tabela 9.

Tabela 9 – NED. Recursos passados ao IRI para a América Latina

Ano	Total (Dólar)
2008	300.000,00
2010	436.533,00
2011	490.000,00
2012	649.000,00
2014	1.200.000,00
2016	650.000,00
Total	<b>3.725.533,00</b>

Fonte: Relatórios anuais da NED. Elaborado pela autora.

Em 2010, um projeto chama a atenção pela sua articulação com a expertise estadunidense em gestão de municípios: prefeitos estadunidenses aposentados passaram a atuar como mentores para auxiliar

líderes latino-americanos sobre melhores práticas em boa governança (NED, 2010b).

Em 2011 e 2012, a *Revista Perspectiva* apareceu como uma das ações implementadas pelo IRI e financiada pela NED. Esta revista sempre esteve a cargo do CIPE, por ter o propósito de promover consenso liberal no setor privado. O IRI, portanto, trabalhou com a revista para adotar estratégias de negócios e criar sinergias entre a revista e seus outros programas na América Latina (NED, 2011b, 2012c).

Ao longo dos anos, os projetos se concentraram em treinar partidos políticos específicos na América Latina para adotarem boas práticas e governança democrática, desde que dentro do que já vinha sendo recomendado. O IRI promoveu *workshops*, seminários e capacitações a líderes políticos na região, com o objetivo de:

[...] promover a capacidade dos partidos políticos na América Latina de utilizar recomendações políticas regionais baseadas em questões desenvolvidas com a ajuda de grupos de reflexão para influenciar as plataformas políticas. O Instituto organizará treinamentos, reuniões e consultas com os partidos políticos nos países-alvo listados antes das suas respectivas eleições para aumentar o uso de recomendações políticas sobre questões de importância para os eleitores (NED, 2015b, p. 1).

Em 2016, o IRI recebeu recursos da NED para implementar a fase II de um projeto que promoveu o fortalecimento da capacidade dos governos locais, departamentais e nacionais para gerenciar questões da indústria extrativa:

A organização ajudará as comunidades locais a melhorar a participação dos cidadãos e práticas de governança transparentes em relação às indústrias extrativas próximas e o uso dos royalties que geram (NED, 2016b, p. 1).

Não há outras informações sobre qual região este projeto estaria sendo executado.

Chama a atenção o aporte de uma quantia de US\$ 650.000,00 somente para implementar este projeto. Esta ação coincidiu com as ações de outra organização, Due Process of Law Foundation (DPLF), que, desde 2011, recebeu recursos para o mesmo campo de atuação (NED, 2011b, 2012c, 2014b).

## **Projetos políticos: das ações financiadas aos objetivos institucionais da NED**

No primeiro ano, 2006, nota-se uma estratégia aplicada no Equador já mencionada por William Robinson e empregada em outros países, segundo o pesquisador, de constituição de novos atores no lugar de tentar influenciar atores sociais já existentes no cenário político local. Este foi o caso de duas organizações indígenas, CEIE e a Fundación Q'ellkaj, denunciadas por pesquisadores e pela mídia por terem a participação de funcionários da CIA no seu corpo diretivo (Golinger; Allard, 2009). Estas organizações fizeram parte nas disputas dentro dos campos de conflitividade política, principalmente, no campo do desenvolvimento e *buen vivir*.

Neste mesmo contexto, a Fundamedios também foi criada neste mesmo período, em 2007, possuindo uma forte vinculação com a NED. Viu-se, em 2011, o surgimento dela como uma força que não só defende os jornalistas de ataques e ameaças (muitas vezes aqueles sem critérios muito éticos em difusão de notícias e opiniões), como tem envolvimento na discussão sobre transparência e controle social do Estado. Entra em uma contradição, pois resiste à política de transparência nas organizações da sociedade civil implementada com o Decreto n. 16. Além disso, chama a atenção o seu envolvimento na reforma do judiciário.

A transparência e controle social foi um tema central que vinculou a Fundamedios à FCD, criada em 2009, que se encarregou de promover ou cobrar a transparência na Assembleia Legislativa, e ao Grupo Faro, que atuou na transparência nos governos locais no mesmo período.



Como se viu, a NED esteve muito presente neste período importante do Equador em que se buscou construir uma Constituição Nacional que abarcasse a todas as particularidades de um país pluricultural. A NED financiou ações diretas do NDI, IRI e CIPE nos processos políticos garantindo presença e participação nas discussões e influência no direcionamento na formulação das leis de regulamentação da Constituição e das políticas públicas. Sabendo-se do que se trata a NED e o que ela representa nos países em que atua, pode-se entender estas ações da agência e das organizações vinculadas (NDI, IRI e CIPE) como ação política dentro de uma concepção de política psicológica, apresentada por William Robinson (1998).

Ao longo dos anos, estas organizações buscaram minar as bases da opinião pública acerca dos processos legítimos e democráticos. Ao propor a discussão sobre as consequências econômicas das reformas legislativas e constitucionais e propor políticas alternativas com bases em suas concepções empresariais, promoveram o dissenso e influenciaram a opinião pública visando aos interesses do capital internacional. Como mencionado nos objetivos do projeto no relatório de 2007, “reformas propostas pelo governo”, não levam em consideração que o processo constituinte foi construído democraticamente e com ampla participação dos diversos setores populares da sociedade civil, e não somente das elites políticas e econômicas do país.

Após um período de queda, os anos 2012 a 2016 voltaram a ter alta na destinação de recursos da NED para o Equador. O gráfico 15 mostra que houve este aumento naquele período e percebe-se que está relacionado com a intensa movimentação em torno da regulamentação da Constituição. Este foi um período de conflitos acerca das discussões sobre a lei que regulamenta os meios de comunicação, a qual, após sua aprovação em 2013, resultou em sanções a jornalistas (que receberam estas sanções como ato de perseguição e censura). Este também foi o período em que foi apresentado o Decreto n. 16, mais precisamente em 2013.

Diante disso, chamam a atenção duas áreas: liberdade de informação e educação cívica, mais precisamente a área de liberdade de informação, a qual se nota que vem sendo impulsionada basicamente pela Fundamedios. Desde o início do governo, Correa bateu de frente com o jornalismo equatoriano sensacionalista e/ou que divulgava notícias sem apurar as fontes. Uma forma clara de mobilização da opinião pública, em nome ou em defesa da sociedade civil, sempre apresentando esta como ator virtuoso e o Estado como o vilão (Wood, 2011). Como apresentado no capítulo anterior, constatou-se uma campanha feita contra Correa em meio à regulamentação do setor de meios de comunicação.

A educação cívica é outro ponto crucial na conformação de um consenso ideológico e como instrumento de operação política. O CIPE impulsionou o fortalecimento do setor privado no desenvolvimento democrático e o IRI fez o treinamento de jovens líderes na mídia, sociedade civil, partidos políticos e Assembleia Nacional. Frente a este empenho da NED (do Governo e corporações dos EUA), não há projeto de Revolução Cidadã que resista e que consiga implementar seus Planos de Desenvolvimento. O trabalho foi o de minar o processo e promover as forças sociais contrárias a um projeto reformista/revolucionário.

Quando se passa a conhecer os relatórios regionais que atendem à região andina, constata-se uma complementariedade às ações locais no Equador desde a concepção de Carothers sobre o *Carrots* como espolhamentos das *Sticks*, abordada no capítulo 1. A NED, através do NDI, IRI e CIPE, “encoraja[m] o processo democrático” (Carothers, 2010, p. 187) com os intercâmbios entre governos locais e prefeitos estadunidenses aposentados, por exemplo, de maneira a transferir símbolos e significados (Diani, 1998) de uma concepção de democracia poliárquica (Dahl, 2015).

Constata-se o poder de penetração de envolvimento com a sociedade civil local como espaço de construção de hegemonia, como defendeu Gramsci. Estas ações são executadas, de certa forma, com o

consentimento, sem imposição de valores e culturas, mas conquistando corações e mentes. Com o propósito de manter a hegemonia por persuasão, como se viu com Cox.

## A análise de redes sociais: o caso da NED no Equador

Analisar as relações sociais de certos atores e saber se suas ações e projetos teriam vinculação com a NED foi uma etapa da pesquisa desafiadora, devido a um contexto de efervescência de disputas entre governo e determinados atores da sociedade civil organizada. A grande dificuldade, portanto, recaiu sobre a falta de transparência dessas entidades, que se encontram em meio a campos de conflitividade política (Ramírez Gallegos; Stoessel, 2105), nos quais uma das reivindicações é o reconhecimento de representatividade política e liberdade de atuação.

O governo equatoriano sempre contestou as críticas baseado em informações do seu serviço de inteligência, investigações jornalísticas de Telesur e outras fontes, como pesquisas de CELAG, CENAE, documentos do Wikileaks, entre outros, de que algumas destas organizações realmente faziam parte de um plano de desestabilização política do governo de Rafael Correa. Como, por exemplo, a denúncia/alerta da Embaixada da Inglaterra a Correa sobre as movimentações da CIA, explanada em discurso pelo próprio Presidente no *Enlace Ciudadano* número 295, em 28 de outubro de 2012.

A discussão se forma em torno do papel social dessas organizações locais, na reivindicação de *accountability*, de controle social e liberdade de expressão, ou no uso dessas bandeiras para afrontar o governo como oposição.

O principal resultado desta pesquisa sobre a NED é a visualização do sociograma de relações sociais das organizações e a constatação de vínculos. Porém, a visualização gráfica das relações sociais com base em

uma matriz *one-mode*<sup>1</sup>, com todas as relações efetivas dos atores sociais financiados pela NED, amplia e aprofunda a observação de um campo de interações tão complexo, como este que se apresenta no Equador.

As organizações com maior grau de centralidade encontram-se na Tabela 10, indicando, portanto, entre as financiadas pela NED, aquelas mais atuantes e articuladoras no Equador. O grau de centralidade confirma as organizações identificadas anteriormente como mais relevantes a partir da pesquisa documental, com uma identidade de ideais e de projetos políticos.

Tabela 10 – Rede de organizações financiadas pela NED no Equador (período de 2006-2016) – Atores com maior grau de centralidade (*Freeman Degree Centrality*)

Ordem (Pelo <i>Outdegree</i> )	Organizações	Grau de saída ( <i>Outdegree</i> )	Grau de Entrada ( <i>Indegree</i> )
1	NED	58.000	3.000
2	PC	43.000	43.000
3	Esquel	41.000	24.000
4	CIPE	30.000	29.000
5	FUNDAMEDIOS	29.000	13.000
6	FCD	29.000	18.000
7	Grupo FARO	29.000	39.000
8	ADS	28.000	30.000
9	CEOSC	25.000	58.000

Fonte: Relatórios anuais da NED. Elaborado pela autora através do UCINET 6.

Ao se aplicar a métrica de centralidade, a NED aparece como alto *outdegree*, por se tratar do ponto de partida. Vê-se que as oito primei-

<sup>1</sup> Matriz *one-mode* significa uma matriz quadrática, linha e coluna com mesmo número de elementos, e considerando os mesmos atores tanto na linha como na coluna.

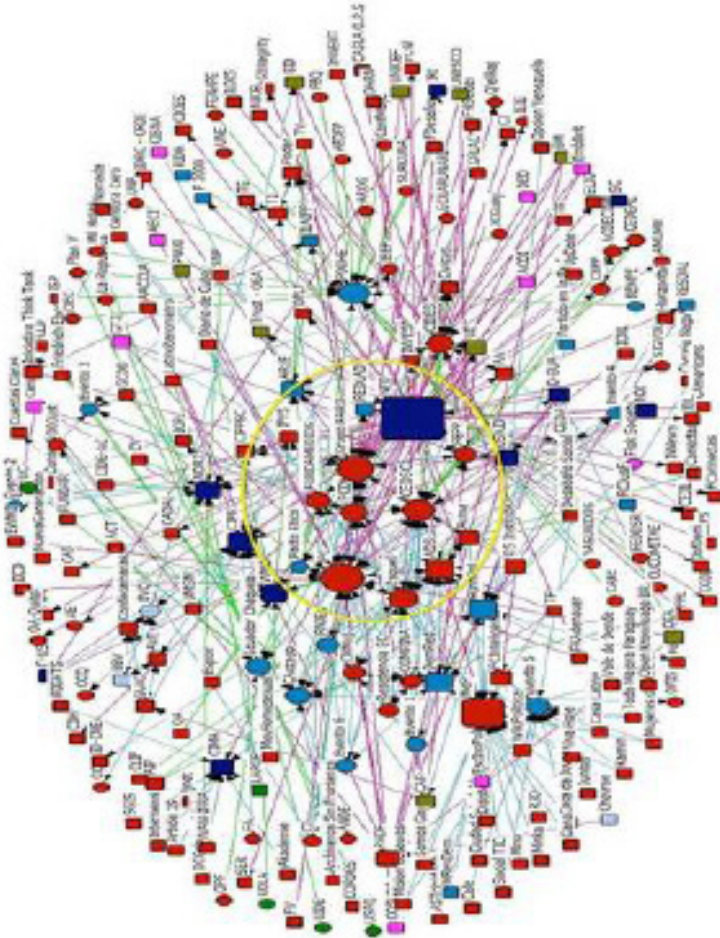
ras entidades que aparecem são financiadas pela NED. Seu alto *outdegree* e *indegree* indicam o quanto estas entidades são importantes e centrais dentre as demais, haja vista sua capilaridade e relações com outros atores e, o mais importante, a articulação entre elas.

Recapitulando a metodologia, a aplicação da métrica de *Freeman Degree Centrality* fornece, para esta pesquisa, o grau de influência e de importância dos atores na rede. O número de laços que outros atores buscam estabelecer com o objeto (*indegree*) indica popularidade ou receptividade, e o número de conexões que um ator estabelece com outros atores (*outdegree*) indica influência, alcance ou expansividade (Freeman, 1979; Hanneman, 2005; Lago Júnior, 2005; Scott, 2000).

No Sociograma 1, na página seguinte, pode-se observar todas as relações sociais possíveis e publicamente divulgadas das organizações financiadas pela NED no período de 2006 a 2016. Esse sociograma apresenta uma ampla rede de organizações e nele é possível constatar a teia de relações existentes entre estes atores sociais. A partir da análise de redes sociais, identificam-se os atores mais influentes dentro do Sociograma 1 e confirma-se a **hipótese da pesquisa**, da existência de um grupo de organizações da sociedade civil altamente articuladas entre si, formado por Corporación Participación Ciudadana (PC), Fundación Esquel, Fundación Ciudadanía y Desarrollo (FCD), Grupo FARO e Fundamedios.

Em meio a um amplo conjunto de coalizões instrumentais (Tarrow, 2010) que se observou nas seções anteriores, estas organizações apresentam-se dentro de coalizões em torno de uma campanha, conforme explica Tarrow (2010); neste caso a promoção da democracia. Isso devido à sua alta implicação no contexto sociopolítico e porque vem sendo executada durante anos. Esta seção foca na análise das relações sociais dessas organizações de alto impacto que são consideradas, como resultado da pesquisa, um núcleo mais efetivo de ações coordenadas.

Sociograma 1 – Mapa de relações sociais das organizações financiadas pela NED no Equador de 2006 a 2016



**Legenda Nodos:**

<span style="color: red;">■</span>	Org. da Sociedade Civil	<span style="color: magenta;">■</span>	Org. Governamental	<input type="checkbox"/>	Org. Não Local
<span style="color: blue;">■</span>	Org. dos EUA	<span style="color: green;">■</span>	Org. Internacional	<input type="radio"/>	Org. Local do Equador
<span style="color: lightblue;">■</span>	Empresa	<span style="color: darkgreen;">■</span>	Universidade		
<span style="color: darkblue;">■</span>	Rede				

**Legenda Ties:**

<span style="color: magenta;">—</span>	Financiamento
<span style="color: green;">—</span>	Pertencimento a redes
<span style="color: blue;">—</span>	Parcerias e alianças

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa e uso dos softwares UCINET6 e NetDRAW.

No mesmo sociograma, encontram-se as organizações dos Estados Unidos: Departamento de Estado, Congresso Nacional, National Endowment for Democracy (NED), International Republican Institute (IRI), National Democratic Institute for International Affairs (NDI), Center for International Private Enterprise (CIPE), Solidarity Center, United States Agency for International Development (USAID), e as redes criadas pela NED: Center for International Media Assistance (CIMA), Network of Democracy Research Institutes (NDRI) e World Movement for Democracy (WMD).

Além destas, nota-se outro conjunto de redes, formadas a partir da sociedade civil organizada da qual fazem parte: Democracia em Red (DemRed) e o projeto Mucho con Poco, que foram iniciativas criadas pela ADS. Estas duas, juntamente com a Red de Innovación Política, fazem parte de um movimento por inovação política na América Latina. Outra rede que se destaca com as métricas a seguir é Pacto Ético. Criada pela PC, Pacto Ético é uma iniciativa que envolve as organizações locais mais influentes, segundo a métrica *Freeman*, que são: PC, Grupo FARO, Esquel, FCD e Fundamedios, como já mencionado.

A NED está em posição de ator influente, pelo seu alto *outdegree*, mas não de importância na rede, por ter baixo *indegree*. O nível de influência é alto no Equador por manter relações com organizações muito bem articuladas e com alto poder de influência, financiando seus projetos. Desta forma, a NED atua indiretamente no país. Ou seja, a NED não executa projetos e ações diretamente no Equador, e isso explica seu baixo *indegree*.

O Sociograma 1 mostra uma rede não intencional, em que os atores se conectam por vários meios, seja por projetos financiados ou repasse de recursos (*ties* em rosa), seja por realização de parcerias, alianças e ações/projetos em conjunto (*ties* em azul). As redes formais, que são compostas pelos atores sociais muitas vezes com constituição jurídica, estão presentes com muita força neste contexto (*ties* em verde). Essas conexões, como Ecuador Chequea, PDDHE e Pacto Ético, movimentaram o cenário sociopolítico no Equador na última década (2006-2016).

A apresentação gráfica do sociograma não foi arbitrária, ou seja, não houve a manipulação da pesquisadora na localização dos nós no espaço. Com a ferramenta MDS, o *software* dispôs os atores de acordo com seu grau de centralidade e os aproximou de acordo com a intensidade de suas relações. Pode-se observar, portanto, que no centro do sociograma está a NED, por seu alto grau de saída (*outdegree*), e juntamente com este ator, aparecem as organizações identificadas pelo *Freeman degree centrality*: PC, FCD, Grupo FARO, Fundamedios, Esquel e ADS. Também no centro do sociograma, aparecem outras organizações que são importantes, como CEOSC, FEPP e Avina. Observando-se os laços (*ties*), pode-se verificar que há maior intensidade no 1º e 2º quadrantes, onde há maior quantidade de laços azuis, juntamente com rosa e verdes.

A rede transnacional, no Sociograma 1, é na verdade uma parte de uma grande rede transnacional, que envolve diversos movimentos sociais e atores de origens e naturezas diversas, em torno da promoção da democracia e dos direitos humanos. As coalizões são muitas e geram atividades que não estão isoladas. A partir da atuação da NED no Equador, pode-se identificar a estrutura que é mobilizada, consciente e inconscientemente, e as relações que são traçadas direta e indiretamente. No caso das relações/laços traçados indiretamente, estes se referem aos laços firmados pelas organizações que receberam recursos da NED. As conexões feitas com os mesmos propósitos de atuação, na *accountability*, transparência, Direitos Humanos etc., somam esforços e potencializam forças em uma mesma direção.

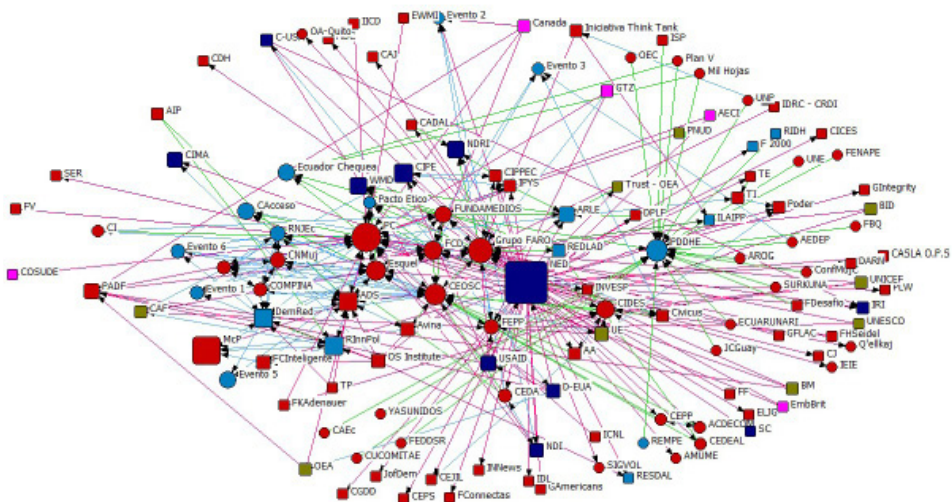
Esta concentração ou centralidade de atores sociais pode ser melhor visualizada no Sociograma 2, na próxima página, quando se inserem os mesmos dados no *software* de análise de redes sociais Gephi.

A seguir, faz-se uma comparação entre sociogramas que apresentam a centralidade nestas organizações mais preponderantes na rede, elencando a egocentricidade da NED no Sociograma 3 e sem incluí-la no Sociograma 4.



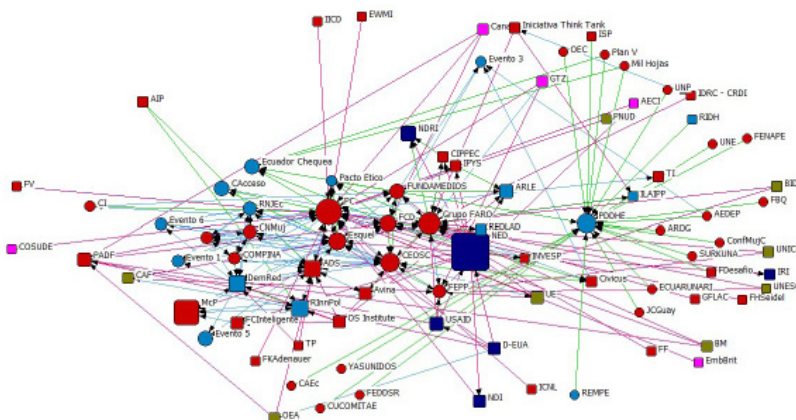


Sociograma 3 – Mapa de relações sociais da NED, PC, Fundamedios, FCD, Grupo FARO, Esquel e ADS



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa – softwares UCINET6 e NetDRAW.

Sociograma 4 – Mapa de relações sociais de PC, Fundamedios, FCD, Grupo FARO, Esquel e ADS



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa – softwares UCINET6 e NetDRAW.

A CEOSC é uma importante associação no Equador. Formada por mais de cem organizações da sociedade civil, a confederação presta serviços, promove eventos, articula e é uma representação importante para o setor e está fortemente presente no sociograma. Por conta de suas relações sociais, aparece em quase todos os sociogramas de ego-network, mas não é financiada pela NED.

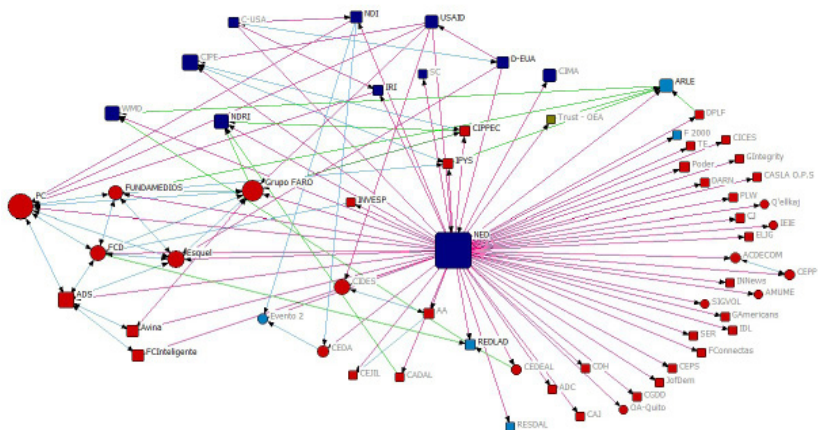
Quando se analisa sociologicamente um objeto, a partir de uma perspectiva relacional, visualizam-se as interações entre os atores sociais, ou a interação dos atores com a estrutura, ou a influência da estrutura sobre os atores. As interações entre as organizações/atores que estão ligados diretamente à NED podem mostrar o movimento que se forma no contexto político do país e suas interações com o governo.

A NED não trabalha em campo, por meio de um escritório no país desenvolvendo atividades diretamente com a população, ou em apoio ao governo e sua gestão. O seu trabalho está direcionado ao suporte das atividades de organizações que possuem o perfil e o propósito de fiscalização, denúncia dos problemas na gestão pública e processos eleitorais.

Comparativamente, a *egonetwork* da NED (Sociograma 5) não mostra tanta informação quanto a *egonetwork* com o acréscimo da PC, ADS, Esquel, Fundamedios e Grupo FARO (sociograma 3). Nesta, abre-se uma teia de laços em azul (parcerias e alianças) e em verde (redes e coalizões). E é neste plano que tudo acontece.

A Fundamedios, criada em 2007, tem o papel de monitorar as promessas de campanha, atuar na defesa da livre expressão, e tem influência na opinião pública. Sempre criticou duramente a Lei Orgânica de Comunicação, chamando-a de “lei da mordaca”. Esta lei tem o objetivo de regular o setor. Um dos diretores da Fundamedios, Mauricio Alarcón, também sócio/diretor da FCD, foi um dos 30 ativistas homenageados pela NED pelos seus 30 anos, em 2013 (Fundamedios, 2004; NED, 2016a). César Ricaurte, da Fundamedios, passou a ser *fellow* da NED em 2017 (NED, 2016a).

Sociograma 5 – *Egonetwork* da NED



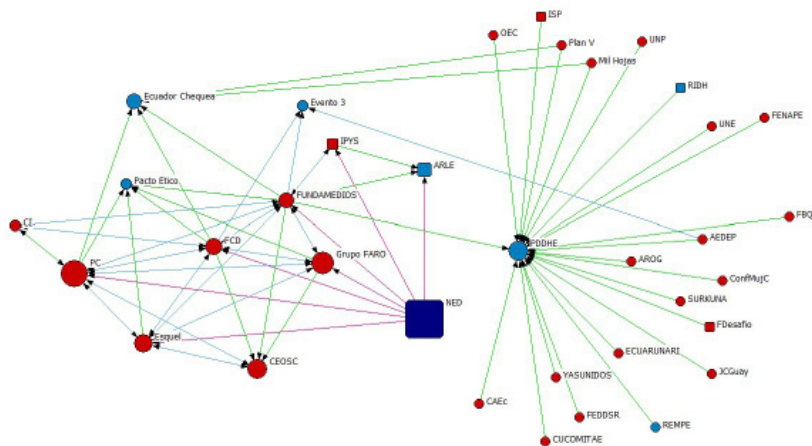
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa – softwares UCINET6 e NetDRAW.

O Sociograma 6, na página seguinte, relativo a Fundamedios, mostra que esta entidade não é tão influente na rede como o é na opinião pública, na qual possui muita representatividade. Suas ações coletivas passam mais por outras redes de ações investigativas, de denúncias e de embates políticos, juntamente com a PC, do que em ações propositivas de políticas públicas e contribuição com políticas do governo, como a Fundación Esquel e a ADS, por exemplo.

A Fundamedios foi criada para apoiar os meios de comunicação e jornalistas através de uma rede de monitoramento de ameaças à liberdade de expressão e de associação, tendo criado a Plataforma pela Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos. O trabalho desta plataforma surtiu muito efeito na contribuição em mobilizações como as da UNE e outros atores que se viram a ponto de terem suas portas fechadas com o advento do Decreto n. 16.

Juntamente com PC, Esquel, FCD e Grupo FARO, a Fundamedios faz parte de uma coalizão que gera diversos projetos e ações coletivas.

## Sociograma 6 – Egonetwork da Fundamedios



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa – softwares UCINET6 e NetDRAW.

A entidade possui um histórico de trabalhos financiados pela NED dentro da *accountability*, além da liberdade de expressão e informação. A Fundamedios organiza muitas rodas de imprensa em conjunto com outras organizações, como o Observatório de Derechos y Justicia e outras entidades. O Decreto n. 16 mobilizou a Fundamedios e, em uma roda de imprensa, ela apresentou os documentos enviados ao Exame Periódico Universal da ONU:

*Fundación Ciudadanía y Desarrollo, en alianza con FUNDAMEDIOS, Asociación Ecuatoriana de Editores de Periódicos (AEDEP) y CIVICUS: World Alliance for Citizen Participation, presentó informe sobre independencia de la justicia, acceso a la información, y libertad de expresión y asociación para el Exámen Periódico Universal de la ONU (Fundamedios, 2016).*

Esta ação de denúncia internacional frente à ONU, diz respeito à execução de organizações da sociedade civil. ECUARUNARI participa da reunião por estar com sua formalização em risco. De acordo com a Fundamedios, o Governo classifica a sociedade civil organizada como movimento opositor.

A Fundamedios lançou uma Plataforma em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos (PDDHE) em 2016, da qual fazem parte 16 organizações: Participación Ciudadana, Asociación Ecuatoriana Guayaquil (AROG), Centro de Apoyo y Protección de los Derechos Humanos (SURKUNA), Colectivo Antropólogos por el Cambio, Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador (ECUARUNARI), Confederación Autónomos del Ecuador (CUCOMITAE), Federación de Médicos del Ecuador (FBQ), Federación Nacional de Derechos Sexuales y Reproductivos, Fundación Mil Hojas, Fundación Andina para la Observación y Estudio de Servicios Públicos (ISP), Junta Cívica de Guayaquil, Observatorio Electoral Ciudadano, Plan V, Unión Nacional de Educadores UNE, Unión Nacional de Periodistas (UNP) (PDDHE, 2016a). Sendo assim:

*La Plataforma por la Defensa de la Democracia y los Derechos Humanos en el Ecuador (PDDHE) es una asociación de organizaciones de la sociedad civil y personalidades que buscan contribuir a la construcción democrática de la sociedad y el Estado ecuatorianos, orientándola estratégicamente hacia el cambio, fundamentado en principios de desarrollo equitativo de todos los ciudadanos y respetuoso de la autonomía de las personas y organizaciones sociales y políticas (PDDHE, 2016a).*

A PDDHE tem como missão a seleção de materiais e a elaboração de informes sistemáticos sobre a situação da democracia e dos direitos humanos no Equador. Porém, a análise deste material e vídeos de divulgação dos informes não apresenta a PDDHE de forma cooperativa com o Estado, mas sim atacando-o (PDDHE, 2016a).

Em agosto de 2016, a Fundamedios, através da Plataforma em Defesa da Democracia e dos Direitos Humanos, explicou, em roda de imprensa, que todas as organizações participariam do protesto em defesa da UNE no dia 25 de agosto de 2016 (Fundamedios, 2004; PDDHE, 2016b).

A Fundamedios oferece bolsas de pesquisa em parceria com a IPYS-Peru, Curso Avançado sobre cobertura das eleições de 2017 (Fundamedios, 2004), pois ambas fazem parte de International Freedom of

Expression Exchange (IFEx), que é uma rede de organizações que defendem a liberdade de expressão e atuam globalmente.

A Fundamedios e a IPYS, juntamente com outra organização que aparece na pesquisa como Artigo 19, do Brasil, fazem parte da Aliança Regional. A Alianza Regional para la Libertad de Expresion (Regional Alliance for Freedom of Expression) também é uma rede de organizações da sociedade civil *“que aspira a fortalecer la capacidad de sus organizaciones miembros para fomentar mejores prácticas y legislaciones de acceso a la información y libertad de expresión en sus países y la región”* (Alianza Regional, 2015).

A Alianza Regional para la Libertad de Expresion (Regional Alliance for Freedom of Expression) (Alianza Regional, 2015) se constituiu como uma rede em 2009, no âmbito da Trust for the Americas (OEA), sendo, pois, uma organização da sociedade civil afiliada à OEA. A Trust for the Americas, que também é uma das financiadas pela NED, surgiu em 1997 para promover a participação dos agentes públicos e privados em projetos de desenvolvimento na América Latina e Caribe.

A Alianza Regional possui ONGs entre seus membros, dentre elas as já conectadas aos atores na rede do NED: Fundación para el Debido Proceso Legal (DPLF), de Estados Unidos; Fundamedios, de Ecuador; Instituto Prensa y Sociedad (IPYS), de Peru; Transparencia Venezuela; Trust for the Americas (OEA), de Estados Unidos. Possui financiamento do NED, Open Society Institute e Agência de Desenvolvimento do Canadá (Alianza Regional, 2015).

Outro ator que apareceu nos objetivos de projetos, nos relatórios da NED, é o Grupo Andino de Liberdade de Informação (GALI) ou Andean Group of Freedom of Information. O GALI é outra rede, assim como a IFEx, que promove a liberdade de imprensa e expressão, acesso à informação pública nos países com organizações associadas, como Peru, Venezuela, Bolívia, Colombia e Equador. As organizações que fazem parte são: IPYS Colombia, IPYS Peru, IPYS Venezuela, Asociación Nacional de la Prensa (ANP), da Bolívia e Fundamedios, do Equador.





diplomática, fez-se conhecer os observadores eleitorais e organizações que contribuíram com informações aos EUA, dentre os quais a PC é mencionada (US Embassy Quito, 2006b, 2006a).

A PC possuía, em sua página, a lista dos seus financiadores: Agencia Americana de Cooperación Internacional (USAID), Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI), Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación (COSUDE), Banco Mundial, Comisión Europea, Cooperación Alemana (GTZ), East West Management Institute (EWMI), Embajada Británica, Embajada de Canadá, Fundación Konrad Adenauer, ICLN, Instituto Internacional de Cooperación y Desarrollo (IICD), Instituto Republicano Internacional (IRI), National Democratic Institute (NDI), National Endowment for Democracy (NED), Organización de los Estados Americanos (OEA), PADF, o Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) e Diálogo El Universo<sup>2</sup> (PC, 2002),

A Corporação Participación Ciudadana passou a fazer parte da iniciativa do setor produtivo em uma Agenda para o Desenvolvimento impulsionada pela Federação Nacional de Câmaras de Comércio do Equador e as Câmaras de Comércio de Quito e de Guayaquil (Villacis, 2016a). A proposta consiste em uma “*Hoja de Ruta*” para o desenvolvimento do país, cujo documento aborda uma análise econômica e a indicação de cinco objetivos estratégicos, que foram apresentados ao governo e aos presidentes, com o compromisso de seu cumprimento por qualquer um que assuma a presidência em 2017. Em julho de 2016, os agentes começaram a difundir a proposta entre os diferentes setores da sociedade civil, como associações, trabalhadores, sindicatos, movimentos indígenas e camponeses, autoridades, sem indicar as tendências políticas.

Em entrevista ao *Ciudadania Informada*<sup>3</sup> – Portal de notícias da PC –, o presidente da Câmara de Comércio de Quito, Patricio Alarcón,

---

<sup>2</sup> Esse jornal é um dos principais meios de comunicação que fazem parte de um dos mais importantes grupos econômicos do Equador.

<sup>3</sup> O portal *Ciudadania Informada* conta como aliados a Fundamedios, a FCD e o Observatório de Derecho y Justicia (*Ciudadanía Informada*, 2006).

afirmou que *“El objetivo es buscar el consenso con distintos sectores de la sociedad civil para contar con un documento, a fin de que cualquier partido que llegue al poder en el 2017 pueda gobernar con estos objetivos básicos de desarrollo para el país”* (Villacis, 2016b).

Os cinco objetivos estratégicos são: estabilizar a economia, preservar a dolarização, proteger os mais pobres, recuperar a competitividade, recuperar a democracia e as instituições. A proposta descreve linhas de ação, que são: revisão da contabilidade nacional, aumento da reserva federal, nova geração de regras macrofiscais, reforma tributária para arrecadação e fomento de investimentos, reforma para defender o emprego, rede de proteção para os mais pobres, recuperar a independência e autonomia do IESS, recuperar a liberdade de informação, reforma para empreender o incremento da conectividade aérea (Villacis, 2016b).

Existe ainda o Pacto Ético, que se trata de uma iniciativa da PC que, em conjunto com outras organizações, promove cursos e capacitações de organizações da sociedade civil. A iniciativa é uma forma de publicitar as ameaças que a PC diz receber por parte do governo e, ao mesmo tempo, possui o *“propósito de construir uma agenda nacional de temas pendientes en nuestra democracia, a través de un diálogo propositivo y transparente”* em diálogo com candidatos e servidores públicos (PC, 2013). Apesar de o Pacto Ético informar, em seu site, que 45 organizações fazem parte dele, não foi possível identificá-las; e apenas através de interações em redes sociais e publicidade, pôde-se identificar as principais: Fundamedios, FCD, Esquel, entre outras (PC, 2013).

Em 26 de junho de 2009, o NDI, o CEDA e Coalición Acceso organizaram, na sede do NDI no Equador, uma tertúlia sobre participação cidadã, mais especificamente, o instrumento da *silla vacía*, promovendo *“un diálogo acerca de la influencia de la ley de Participación Ciudadana en la sociedad y cómo los ciudadanos se podrán empoderar para profundizar la práctica democrática en el Ecuador”* (Tola, 2009, p. 01). Estiveram presente neste diálogo representantes da PC, do CPCCS e do próprio NDI. Em 2011, a Participación Ciudadana entrou com um

projeto para apoiar as atividades da Coalición Acceso.

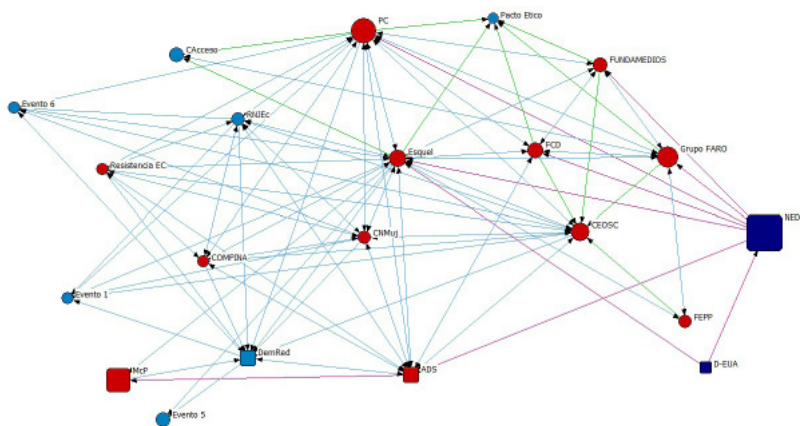
Sobre a Coalición Acceso, que aparece nesta tertúlia, trata-se de uma coalizão criada em 2003, que teria agregado organizações de origens ideológicas distintas. A coalizão se formou para discutir sobre políticas de TIC e a Ley Orgánica de Transparencia y Acceso a la Información Pública en Ecuador (Coalición Acceso, 2005). No entanto, seguiu ativa por mais alguns anos e passou a discutir a Lei Orgânica de Participação Cidadã. As organizações que fazem parte dela são: PC, Esquel, CEDA, Universidade Católica, Latin-American Corporation for Development (CLD), Fundación Futuro Latinoamericano (Foundation for Latin America's Future – FFLA) e Fundación Friedrich Ebert. Além destas, outras se agregam como parceiras da coalizão, como: Oficina de Investigaciones Sociales y del Desarrollo (OFIS), Grupo FARO, Cuentas Claras (Transparent Accounts) e Archiveros Sin Fronteras (Coalición Acceso, 2005).

Em relação à Fundación Esquel, a análise de redes sociais aponta para ela como uma organização de grande poder de centralidade e de influência (Sociograma 8, na página seguinte), logo atrás da PC. A Esquel foi fundada em 1990, é uma organização com força política e que participa como observadora em eleições.

Além do recurso que recebe da NED, a Fundación Esquel possui apoio direto do Departamento de Estado dos EUA. Em seus documentos, a Esquel indica que promove o desenvolvimento local e direitos humanos e que seu trabalho está focado em relações comunitárias, gênero, fortalecimento organizacional e responsabilidade social empresarial.

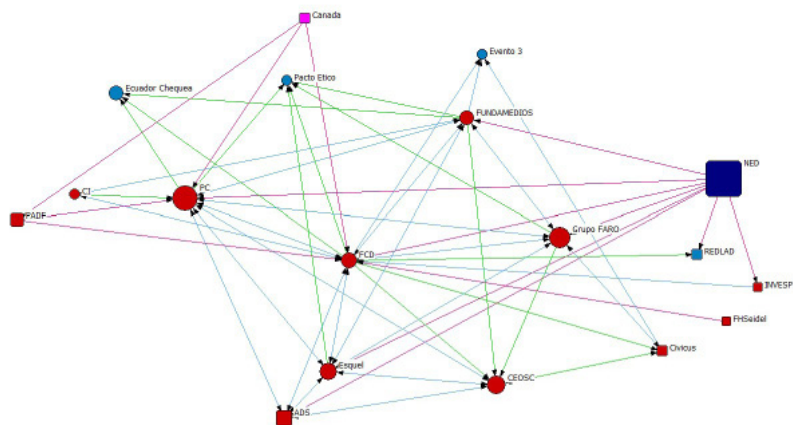
No Sociograma 9, observa-se a Egonetwork da FCD. Criada em 2009, é uma organização coirmã da Fundamedios, e há membros da direção executiva que transitam entre as duas organizações, como é o caso do Mauricio Alarcón, que é Diretor Executivo da FCD e Subdiretor da Fundamedios. A FCD possui um perfil de objetivos parecido com os da PC, ao promover a transparência e controle social em todos os níveis de governo e funções e instituições do Estado. Promove a educação e formação, além da participação cidadã.

## Sociograma 8 – Egonetwork da Esquel



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa – softwares UCINET6 e NetDRAW.

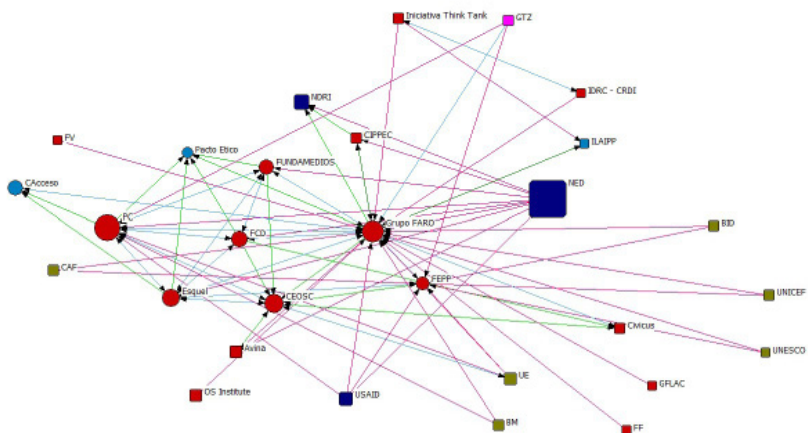
## Sociograma 9 – Egonetwork da FCD



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa – softwares UCINET6 e NetDRAW.

O Grupo FARO, que é um *think tank*, foi criado em 2004. Trata-se de um centro de pesquisa, elaboração e influência em políticas públicas. Desenvolve muitos projetos na área da indústria extrativista e fortalecimento de capacidades da sociedade civil. As organizações PC, Grupo FARO, Fundamedios e FCD são importantes *Hubs* no cenário político contestatório no Equador.

Sociograma 10 – Egonetwork do Grupo FARO



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa – softwares UCINET6 e NetDRAW.

O Grupo Faro desenvolve um conjunto de projetos, que envolvem diferentes âmbitos, ambiental e social. O Programa Yasuní, por exemplo, tem como objetivo:

*[...] promover, a través de la generación de conocimiento, el diálogo y el desarrollo de capacidades, la implementación de políticas y acciones para minimizar los riesgos y optimizar los beneficios del futuro desarrollo petrolero en el Ecuador y, generar las condiciones para una transición hacia una sociedad post extractivista.*

Outro exemplo é o Programa de Indústrias Extrativas, em que os objetivos das ações são:

*[...] facilitar la comprensión de la información obtenida en relación a la generación y distribución de rentas provenientes de las industrias extractivas y fortalecer las capacidades para la creación de espacios de diálogo informado entre actores de la esfera pública, relacionados a las industrias extractivas. (Grupo FARO, [s.d.]).*

Em 2014, o Grupo Faro atuou na gestão de conflitos socioambientais na Província de Napo (Fundação Ford e GIZ – Cooperación Técnica Alemana); em Metodologias de monitoramento (Avina), fortalecimento na tomada de decisão para a gestão sustentável de bosques e território a partir do monitoramento remoto da mudança de uso do solo (Fundo Vale – FV); Financiamento climático para a América Latina e Caribe (Grupo de Financiamiento Climático para América Latina y el Caribe – GFLAC); *Creating consensus and citizen agendas prior to the 2013 election in Ecuador* (NED), entre alguns exemplos de ações realizadas (Grupo FARO, [s.d.]).

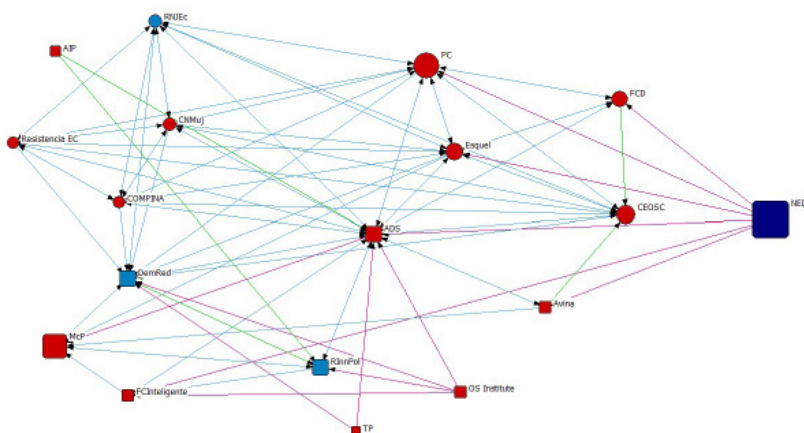
Já a ADS foi uma organização regional, diferente das citadas acima, que promove a liderança jovem e ações e produtos de inovação política.

No Sociograma 11, a ADS mostra-se bem relacionada no Equador, tecendo vínculos com organizações da sociedade civil também financiadas pela NED. A ADS busca ser uma plataforma de deliberações e ações de transformação, contribuindo para gerar sociedades mais democráticas e inclusivas. Promove o fortalecimento de lideranças, conectando-as aos centros de poder.

A iniciativa *Mucho con Poco*, uma espécie de rede criada pela ADS, mas que atua como ator social, opera na América Latina e sua influência é mais visível em nível regional que no Equador. No entanto, a ADS possui uma vinculação importante e estratégica com a Fundación Esquel e esta também faz parte de *Mucho con Poco*. A Academia de Inovação Política, uma iniciativa financiada pela NED, faz parte da

Rede de Inovação Política e da Latin American Connections for Political Innovation (CLIP). Esta última é outra iniciativa financiada pela NED, mas criada pela Fundação Avina.

Sociograma 11 – Egonetwork da ADS



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa – softwares UCINET6 e NetDRAW.

A ADS é financiada por Open Society Institute, Avina Américas, Transparencia Peru em 2015 e 2016. E foi financiada por FCD em 2016. Há indícios de que os projetos da ADS, *Mucho con Poco* e *Democracia en Red*, sejam financiados pela NED pois as descrições dos projetos financiados pela fundação indicam os mesmos objetivos que estes dois projetos.

*Mucho con Poco* tem a colaboração de Avina, Esquel, Ciudadania Inteligente, Red de Innovación Política, Centro de Innovación Social de Nariño (CISNA), Democracia en Red, entre outros. *Mucho con Poco* apoiou o *Curso de Innovación Política da Escuela de Innovación Política de Nariño/Colombia* em 2015 (ADS, 2016a, 2016b; NED, 2016a).

A NED tem um poder de influência, na rede social por possuir um

alto *outdegree* e, além disso, utiliza-se da centralidade e influência de atores locais e regionais altamente conectados e articulados. As redes formais e estruturadas constituídas pelas próprias organizações financiadas pela NED contribuem para a centralidade e poder de influência destas organizações. E a análise de redes sociais mostra que não se trata somente de financiamento aleatório de projetos de fortalecimento político e de direitos humanos com o propósito de promoção da democracia, e sim da existência de uma articulação de identidade com projetos políticos e confluência de interesses para contribuir com a promoção da democracia de livre mercado.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conquistando corações e mentes, os Estados Unidos atacam estrategicamente as democracias locais com um bombardeio de ações políticas, levando seus princípios e valores de uma forma que pareça a única maneira de se exercer cidadania e constituir um Estado Democrático de Direito. A NED investe em ações junto aos jovens, que é a forma mais eficiente de se mudar uma concepção de vida, uma cultura e implementar mudanças na sociedade a longo prazo. A opinião pública também se mostrou um foco importante em suas estratégias.

Apresentou-se neste estudo, uma análise sobre o papel da NED na promoção de um modelo de democracia para a América Latina (e para o mundo) desde a perspectiva da sociologia relacional. A pesquisa a identificou como uma instância do Departamento de Estado dos EUA na execução das diretrizes de segurança nacional e um canal de articulação com a sociedade civil organizada através do financiamento de projetos vinculados a temática de democracia. A poliarquia apareceu como o modelo ideal utilizado pela política externa americana na contenção do comunismo e expansão do capitalismo. Desde o governo do presidente Thomas Woodrow Wilson, a democracia é um pilar fundamental para a política externa dos EUA. No entanto, desde o governo de Ronald Reagan este pilar toma formas estratégicas de ação geopolítica.

A Fundação NED foi criada com o propósito de facilitar o relacionamento diretamente com a sociedade civil sem precisar passar pelas estruturas governamentais de cooperação internacional. Logo, não há

entraves para a circulação de seus recursos, assim como para a circulação de concepções e formas institucionais.

A NED é uma espécie de *think tank* importantíssima para o governo dos EUA, com seu papel de expandir os valores democráticos e promover uma democracia que seja de baixa intensidade e “compatível” com o capitalismo, contribuindo para abrir mercados e eliminar resistências ao capital estadunidense. A fundação foi criada para substituir as ações políticas da CIA na promoção da democracia ao redor do mundo. A subagência do Departamento de Estado esteve atuando no Equador durante a administração de Correa, apesar de omitir informações e a identidade das organizações financiadas, e estas não declararem sua vinculação de alguma forma com a NED. Correa foi veiculando na mídia as relações entre estes atores e o que isso significava para a soberania nacional.

A NED, portanto, uma organização privada que atua com seus pares no campo da sociedade civil, promove uma democracia de baixa intensidade de forma a atender a uma economia de domínio das grandes corporações (estadunidenses) e contribui enormemente na construção da hegemonia dos EUA ao redor do mundo. O Departamento de Estado dos EUA precisa manter funcionando um sistema econômico dentro das premissas que beneficiem sua economia doméstica. Desde sua perspectiva, a economia é globalizada, o sistema financeiro é internacional e, assim, é de suma importância que a sociedade entenda que o liberalismo econômico é o melhor caminho.

O fenômeno de atuação em rede como estratégia tomada pela NED, assim com Allen Weinstein declarou, ficou evidente na pesquisa. Constatou-se a ação articulada entre atores sociais locais no âmbito de influência da NED. A NED não tem o poder de influenciar a ponto de se alterar significativamente a realidade sociopolítica de um país. Ela é somente um instrumento, a ponta de um iceberg de operações psicológicas e políticas no exterior.

Ao longo da investigação, revelaram-se algumas contradições so-

bre a atuação da NED e seus objetivos. A fundação buscou contribuir com o seu apoio às organizações da sociedade civil em países em crise ou instabilidade política, diretamente ou através dos institutos vinculados, IRI, NDI, SC e CIPE. Porém, o período de maior risco e de crise política no Equador foi durante uma década anterior do governo de Correa (1996-2006), por exemplo. Um período de alta corrupção, manifestações, golpes, pobreza e desigualdade social. Entretanto, nenhuma dessas dificuldades as quais o país estava precisando eliminar atraiu a preocupação da NED.

No entanto, a partir de 2006, a presença da NED no Equador chamou a atenção pelo violento aumento de recursos destinados a este país, de uma média de meio milhão de dólares destinados em 2005 para valores que superaram os dois milhões de dólares no ano seguinte.

Correa se aliou a Hugo Chaves no fortalecimento da região, transformou as relações de exploração de petróleo pelos EUA de parcerias para prestação de serviço, não renovou o acordo de uso da Base Militar de Manta, implementou a auditoria da dívida externa, a suspensão da TLC, entre outras ações que desafiaram a hegemonia dos EUA. Como o Equador era visto como um dos países em que assumiu um governo considerado de esquerda progressista, conforme o CIPE (2008), o país passou a se apresentar no cenário internacional como uma ameaça ao modelo de democracia para uma economia de livre mercado idealizado pelos EUA. E por isso, essas entidades marcaram presença em várias ações de organizações políticas, partidos políticos e em ambientes de participação popular e controle social, como os Conselhos de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS).

Nesse sentido, chegou-se à conclusão de que, ao financiar um rol de organizações no Equador que possuem como objetivos a *accountability*, a transparência no poder público, o controle social, a defesa dos direitos humanos e a liberdade de expressão e de associação, além do empreendedorismo e inovação política, a NED está colocando em prática seus objetivos institucionais. Em nenhum caso se encontrou a de-

fesa de projetos políticos de inclusão e justiça social ou a defesa de instâncias de participação deliberativa populares. Não foram identificadas, entre as financiadas, organizações com tendência à esquerda, ainda que se declarando apolíticas, e é difícil encontrar, entre estas organizações, alguma que tenha apoiado o governo de Rafael Correa.

Neste caminho, verifica-se como a sociedade civil é concebida como um espaço de constituição de hegemonia; e a atuação da NED, ao difundir suas práticas culturais, está reproduzindo sua cultura e ideologia.

Ao explorar os relatórios da NED e fazer uma análise de redes sociais, um núcleo de organizações foi identificado: PC, Esquel, Fundamedios, FCD e Grupo FARO. Estas organizações se encontram em meio aos campos de conflitividade política, seja na reivindicação por reconhecimento político, quando se vê Fundamedios, PC e FCD enfrentando o governo contra as dissoluções de ONGs com a implementação do Decreto n. 16, seja por representatividade no Estado, ao identificar a PC, Fundamedios e Esquel dentro ou muito próximas da CPPCS, ou pelo envolvimento no projeto de desenvolvimento com o Grupo FARO, que desenvolvia projetos na área do extrativismo.

As organizações sociais locais que são financiadas pela NED possuem uma identificação com o projeto político dos EUA, mesmo que se apresentem como organizações apartidárias. Pode-se colocar entender a atuação da NED como uma forma de fortalecimento de organizações que compartilhem o mesmo projeto político e/ou visão de mundo e desde uma visão/perspectiva de garantir a consolidação de uma ideologia. A construção de um tecido social de atuação por meio da sociedade civil organizada ocorre de forma paralela, complementando as relações diplomáticas e se instalando em relações transnacionais, pelas quais os Estados Unidos da América conseguem penetrar com seus valores e princípios em outras culturas e por diferentes meios.

Neste sentido, entende-se estas organizações, atores contestatórios, como forças sociais que buscam romper com o poder constituído de uma esquerda progressista, de Rafael Correa, com o apoio de for-

ças sociais dominantes estadunidenses que tentam manter o “controle” sobre a região. Esta hegemonia dos EUA apresenta-se não mais como dominação pela força coercitiva, mas sim como um constructo de liderança, uma dominação por consentimento. Consentimento através da cooperação internacional, por exemplo, ou a simples parceria livre firmada entre atores transnacionais sem relação direta com o Estado, como se viu em Nye Jr. e Keohane (Figura 6).

Ao não permitir mais o acesso irrestrito das organizações de assistência externa ao país, Correa dificulta prolongar-se a existência de um longo histórico de penetração de representações nas operações e controle político do país. O exemplo do caso da descoberta, pelo presidente, de que seu serviço de inteligência tinha infiltrados da CIA em 2008 é o mais marcante e ilustra bem a discussão de Huntington.

Um exemplo que se pode mencionar acerca dos embates políticos é a cobrança por transparência nas organizações sociais pelo governo é legítima. O Decreto n. 16/2013 veio para organizar as informações de todas as organizações não governamentais e para que estas possam declarar as origens dos recursos externos que recebem. As organizações exigem transparência do governo, no entanto, elas mesmas não estão sendo transparentes, pois aparecem no relatório da NED como sendo financiadas, mas elas não declaram esta informação.

Portanto, a partir dos dados apresentados, tantos dos relatórios como de outras fontes que geraram as informações para a análise de redes sociais, pôde-se observar as ações de promoção de democracia e evidenciou-se o poder de penetração dos agentes estadunidenses na diversidade de ações e de atores sociais envolvidos que compartilham dos mesmos preceitos e trabalham em rede. Esse poder de penetração é crucial quando se busca construir hegemonia e mostra que o *soft power* está presente e facilita a dominação sem recorrer muitas vezes a intervenções militares ou uso da força, muito menos a pressões econômicas.



## REFERÊNCIAS

- ADS. **Asuntos del Sur**. Disponível em: [www.asuntosdelsur.org](http://www.asuntosdelsur.org). Acesso em: 10 out. 2016a.
- ADS. **Mucho con Poco**. Disponível em: [mcp.webflow.io](http://mcp.webflow.io). Acesso em: 10 out. 2016b.
- ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. **Los dueños del poder** Los partidos políticos en Ecuador (1978-2000). Quito: FLACSO, 2001.
- ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos de América Latina. **Opinião Pública**, v. 8, n. 2, p. 137–157, 2002.
- ALESSANDRI, E.; HASSAN, O.; REINERT, T. U.S. Democracy Promotion from Bush to Obama. **Euspring**, 2015.
- ALIANZA REGIONAL. **Alianza Regional para la Libertad de Expresion**. Disponível em: [www.alianzaregional.net](http://www.alianzaregional.net). Acesso em: 2 mar. 2017.
- ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANDES. Lourdes Tibán es la socia-fundadora de una corporación que busca invertir en proyecto minero Mirador. **Andes**, 5 out. 2013.
- ARON, R. **Paz e guerra entre as Nações**. São Paulo: IPRI-UNB e Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
- AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: UNESP, 2002.
- BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- BARBOSA, L. C. B. Participação dos movimentos políticos no cenário político eleitoral no Equador. **Revista Espaço Acadêmico**, v. XIV, n. 163, 2014.

BARBOSA, L. C. B.; MORICZ, M.; GONZÁLEZ, M. Los procesos de las Asambleas Constituyentes de Bolivia, Ecuador y Venezuela: la institucionalización de otros paradigmas. **Otra Economía**, v. III, n. 4, p. 174-195, 2009.

BARREIRO-SANTANA, R. K. **Una Agenda de las Relaciones entre Ecuador y los Estados Unidos**. Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO-Ecuador), 2002.

BASABE-SERRANO, S. Ecuador: Reforma Constitucional, Nuevos Actores Políticos y Viejas Prácticas Partidistas. **Revista de Ciencia Política**, v. 29, p. 381-406, 2009.

BEZ, G. S.; FARACO, R. A. Uma Proposta de Utilização da Técnica de Análise de Redes Sociais na Universidade do Sul de Santa Catarina. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 6, n. 2, p. 53-79, 2011.

BICAS, M. C. A identidade indígena como processo de luta política no Equador diante das representações da indianidade no imaginário republicano. **Cabo dos Trabalhos**, n. 7, p. 45-77, 2012.

BORGATTI, S. **Netdraw Network Visualization** Harvard Analytic Technologies, , 2002.

BORGATTI, S.; EVERETT, M.; FREEMAN, L. **Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis**. Harvard Analytic Technologies, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Democracia republicana e participativa. In: **Novos Estudos Cebrap**. [s.l: s.n.]. p. 77-91.

BRETÓN, V. S. de Z. **Cooperación al Desarrollo y demandas étnicas en los andes ecuatorianos: Ensayos sobre indigenismo, desarrollo rural y neoindigenismo**. Quito: FLACSO, 2001.

BULL, H. International Theory: The Case for a Classical Approach. **World Politics**, v. 18, n. 3, p. 361-377, 1966.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica – Um estudo da ordem na política mundial [1977]**. São Paulo: IPRI-UNB e Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

BÜLOW, M. VON. Atores não-estatais e os Estudos Internacionais na América Latina: do casillero vacío às redes transnacionais. In: JARAMILLO, G. (Ed.). **Relaciones Internacionales: los nuevos**



horizontes. Quito: FLACSO, 2009.

BÜLOW, M. VON. **A batalha do livre comércio**: a construção de redes transnacionais da sociedade civil nas Américas. São Paulo: UNESP, 2014.

BURBANO, R. et al. Participación en el poder político. In: **Tendencias de la participación ciudadana en el Ecuador**. Quito: Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo – SENPLADES, 2011.

BURRON, N. Unpacking U.S. Democracy Promotion in Bolivia: From Soft Tactics to Regime Change. **Latin American Perspectives**, v. 39, n. 1, p. 115-132, 2012.

CARELLA, A. **La auditoría de la deuda externa del Ecuador**. Disponível em: [www.cadtm.org/La-auditoria-de-la-deuda-externa](http://www.cadtm.org/La-auditoria-de-la-deuda-externa). Acesso em: 28 maio. 2017.

CAROTHERS, T. **Critical Mission**: essays on democracy promotion. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2004.

CAROTHERS, T. During and After Bush. **Carnegie Endowment for International Peace**, 2007.

CAROTHERS, T. Taking Stock of Democracy Assistance. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOGUCHI, T. (Eds.). **American Democracy Promotion**: Impulses, Strategies and Impacts. Oxford: Oxford University Press, 2010.

CAROTHERS, T. **Democracy Policy Under Obama**: Revitalization or Retreat? p. 1-55, 2012.

CHADE, J. O mundo não é plano: a tragédia silenciosa de 1 bilhão de famintos. In: **Virgília: Saraiva**, 2009.

CIPE. **2006 Annual Report**. Centre for International Private Enterprise (Cipe), 2006.

CIPE. **2011 Annual Report**. Centre for International Private Enterprise (Cipe), 2011.

CIPE E CONFECÁMARAS. **Experiencias exitosas de gobierno corporativo en la región andina**. Colombia: CIPE e Confecámaras, 2007.

CIUDADANÍA INFORMADA. **Ciudadanía Informada**. Disponível em:

www.ciudadaniainformada.com/index.php. Acesso em: 20 maio. 2016.

COALICIÓN ACCESO. Promoting Use of Ecuador's Freedom of Information Law. **Coalición Acceso**, n. April, 2005.

COHN, E. Bush " Realists " Say Goodbye to Democracy Promotion. **NACLA**, 2001.

CONAIE. **Proyecto político de la CONAIE**. Quito: Consejo de Gobierno de la CONAIE, 1994.

COX, M. American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Eds.). **American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

COX, R. W. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

COX, R. W. **Production, Power and World Order**. Social forces in the making of history. New York: Columbia University Press, 1987.

CUEVA, E. La CIA se mete en inteligencia ecuatoriana, afirma Correa. **El Universo**, 5 abr. 2008.

DAGNINO, E. Confluência perversa , deslocamentos de sentido , crise discursiva. In: ALEJANDRO GRIMSON (Ed.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. [s.l.] CLACSO, 2004. p. 195-216.

DAGNINO, E. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A.; PANFICHI, A. (Eds.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas e São Paulo: Unicamp e Paz e Terra, 2006.

DAHL, R. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: EdUSP, 2015.

DÁVALOS, P. Movimiento indígena ecuatoriano: construcción política y epistémica. In: MATO, D. (Ed.). **Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 105-116.

DÉPELTEAU, F.; POWELL, C. (EDS.). **Conceptualizing Relational Sociology: Ontological and Theoretical Issues**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

DIANI, M. The concept of social movement. **Sociological Review**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

DIANI, M. Las redes de los movimientos: una perspectiva de análisis. In: IBARRA, P.; TEJERINA, B. (Eds.). **Los movimientos sociales**. Transformaciones políticas y cambio cultural. Madrid: Trotta, 1998. p. 243-270.

DIARIO EXPRESO. La Comisión 30S dejó 20 conclusiones en informe. **Diario Expreso**, p. 20–23, 2014.

DONATI, P. Birth and development of the relational theory of society : a journey looking for a deep “relational sociolog”. In: DONATI, P. (Ed.). **Relational Sociology**. A New Paradigm for the Social Sciences. Londres: Routledge, 2010. p. 26.

DREIFUSS, R. **A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional – 1918-1986**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

ECUADOR INMEDIATO. En 2013, Fundamedios recibió 84.734 dólares de la NED. **Ecuador Inmediato**, p. 1-4, 3 abr. 2014.

EL TELÉGRAFO. 92 Organizaciones no Gubernamentales no han transparentado sus cuentas y proyectos. **El Telégrafo**, 2011.

EL TELÉGRAFO. Cooperación fue usada como herramienta de geopolítica. **El Telégrafo**, 2012a.

EL TELÉGRAFO. La SETECI emprende proceso con tres líneas de acción. **El Telégrafo**, 2012b.

EL TELÉGRAFO. Seteci no renueva permisos de funcionamiento a 26 ONG extranjeras. **El Telégrafo**, 2012c.

EL TELÉGRAFO. Usaid confirma su apoyo a grupos de oposición de América Latina. **El Telégrafo**, p. 14-15, 19 jun. 2012d.

EL TELÉGRAFO. Inversión pública y actividad no petrolera mueven la economía. **El Telégrafo**, p. 2012-2015, 2013.

EL TELÉGRAFO. 46.330 organizaciones sociales registraron sus

estatutos en cumplimiento al Decreto 16. **El Telégrafo**, p. 16-17, 20 dez. 2014.

EL TELÉGRAFO. La disolución de la UNE formará parte de protesta del 25 de agosto. **El Telégrafo**, 20 ago. 2016.

EL TIEMPO. Correa sobre injerencia de la CIA en Ecuador: “tenemos informes de que eso es cierto”. **El Tiempo**, 8 jun. 2016.

EL UNIVERSO. USAID cerró cooperación económica. **El Universo**, 17 dez. 2013.

EMIRBAYER, M. Manifiesto for a Relational Sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p. 281–317, 1997.

EMIRBAYER, M.; GOODWIN, J. Network Analysis, Culture, and the Problems of Agency. **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 6, p. 1411-1454, 1994.

ESTAY, J. La integración latinoamericana: etapas pasadas y escenarios posibles. In: SANTOS, T. DOS (Ed.). **América Latina y el Caribe: Escenarios posibles y políticas sociales**. Montevideo: UNESCO, 2011.

FATTORELLI, L.; ÁVILA, R. V. DE. **Equador: Auditoria garante resultados positivos ao País**.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FLECK, R. K.; KILBY, C. Changing aid regimes? U.S. foreign aid from the Cold War to the War on Terror. **Journal of Development Economics**, v. 91, n. 2, p. 185-197, 2010.

Foucault, M. A **Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.

FOX, J. A.; BROWN, D. **The Struggle for Accountability: The World Bank, NGOs, and Grassroots Movements**. Cambridge, UK: MIT Press, 1998.

FREEMAN, L. C. Centrality in Social Networks. **Social Networks**, v. 1, n. 1968, p. 215-239, 1979.

FREIDENBERG, F. Fracturas Sociales y Sistemas de Partidos en Ecuador: La Traducción Política de un Cleavage Étnico. In: MARTÍ I PUIG, S. (Ed.). **Etnicidad, Autonomía Y Gobernabilidad en América Latina**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004.

FUNDAMEDIOS. **Fundamedios**. Disponível em: [www.fundamedios.org](http://www.fundamedios.org). Acesso em: 20 maio. 2015.

FUNDAMEDIOS. **Rueda de Prensa**. Disponível em: [www.facebook.com/pg/fundamedios/videos/](http://www.facebook.com/pg/fundamedios/videos/). Acesso em: 20 out. 2016.

GARCIA, A. S. A introdução de Gramsci nas Relações Internacionais: aspectos metodológicos. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais (RARI)**, v. 1, n. 3, p. 110-120, 2013.

GARZÓN, A. **La deuda ilegítima y la soberanía nacional: Ecuador un maestro de Grecia**. Buenos Aires: CELAG, 2015.

GILL, S. **American Hegemony and the Trilateral Commission**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GOHN, M. DA G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOLINGER, E. Veterano de la CIA detrás del Golpe en Ecuador. **Centro de Alerta para la Defensa de los Pueblos**, 2008.

GOLINGER, E. Ecuador: Otro golpe Made en USA. **Centro de Alerta para la Defensa de los Pueblos Investigación**, p. 1–7, 2010.

GOLINGER, E. Eva Golinger: Muchos grupos de Ecuador reciben fondos de la CIA para desestabilizar a gobierno de Correa. **Telesur**, 2011.

GOLINGER, E.; ALLARD, J.-G. **USAID, NED y CIA: La agresión permanente**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009.

GOLINGER, E.; MIGUS, R. **La Telaraña Imperial: Enciclopedia de Injerencia y Subversión**. Caracas: Centro Internacional Miranda (CIM), 2008.

GRUPO FARO. **Grupo FARO**. Disponível em: [www.grupofaro.org](http://www.grupofaro.org). Acesso em: 11 maio. 2017.

GWERTZMAN, B. Skeptics Pelt Shultz with queries on Reagan's "Project Democracy". **The New York Times**, p. 6-7, 24 fev. 1983.

HANNEMAN, R. A. **Introducción a Los Métodos Del Análisis De Redes Sociales**. California: Departamento de Sociología de la Universidad de California Riverside, 2005.

HARNECKER, M. **Ecuador**: una nueva izquierda en busca de la vida en plenitud. p. 232, 2011.

HILL, M. International Actors and Democratization: Can USAID Deliver a Democratic Culture to Afghanistan? **International Relations**, v. 24, n. 2, p. 155-174, 2010.

HIRST, M. América Latina-EUA em tempos de pós-guerra Fria. **Revista USP**, n. 84, 2009.

HOEVELER, R. C. **Zbigniew Brzezinski e a política externa**. p. 1-8, 1917.

HOEVELER, R. C. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise : os primórdios da Comissão Trilateral ( 1973-1979 )** As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979 ). Niterói: UFF, 2015.

HUNTINGTON, S. P. Organizações transnacionais na política mundial. **Revista Administração Pública**, p. 9-45, 1975.

IGNATIUS, D. Innocence Abroad: The new world of spyleess (Weinstein, Allen). **The Washington Post**, 22 set. 1991.

IKENBERRY, G. J. America's Liberal Grand Strategy: Democracy and National Security in the Post-War Era. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOGUCHI, T. (Eds.). **American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

IRI. **International Republican Institute**. Disponível em: [www.iri.org](http://www.iri.org). Acesso em: 20 dez. 2017.

JORDÁN, R.; PANCHANA, A. **Los medios de Comunicación en Ecuador**. Quito: Routledge, 2011.

KAISER, K. Transnational Relations as a Threat to the Democratic Process. **International Organization**, v. 25, n. 3, p. 706-720, 1971.

KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014.

KIM, Y. How NGOs Influence US Foreign Aid Allocations. **Foreign Policy Analysis**, n. April, p. n/a-n/a, 2014.

LAGO JÚNIOR, M. W. DO. **Redes Sociais Informais Intraorganizacionais e os Processos de Mudanças Organizacionais**:

Estudo em uma Empresa de Tecnologia da Informação. [s.l.]  
Universidade Federal da Bahia, 2005.

LOWE, D. **Idea to Reality: NED at 25**. Disponível em: [www.ned.org/about/history](http://www.ned.org/about/history). Acesso em: 24 mar. 2015.

LOWENTHAL, A. F. **Exporting Democracy: The United States and Latin American – Themes and Issues**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

MARQUES, E. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 157-161, 2007.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MATO, D. Redes transnacionales de actores globales y locales en la producción de representaciones de ideas de sociedad civil. In: **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 67-93.

MENA, P. E. Ecuador: banqueros forçados a vender ações em meios de comunicação. **BBC Mundo**, p. 1-6, 22 out. 2010.

MENA, P. E. Ecuador: quien quiera medios o bancos no podrá tener nada más. **BBC Mundo**, p. 1-6, 7 out. 2011.

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação**. Territórios em disputa. São Paulo: Unesp, 2014.

MINELLA, A. C. Construindo hegemonia: democracia e livre mercado (atuação do NED e do CIPE na América Latina). **Revista CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, 2009.

MINELLA, A. C. Análise de redes sociais, classes sociais e marxismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 83, p. 185-194, 2013.

MINISTERIO. **MINISTERIO Coordinador de Desarrollo Social**. Disponível em: [www.desarrollosocial.gob.ec](http://www.desarrollosocial.gob.ec). Acesso em: 8 jan. 2018.

MONTÚFAR, C. El camino a la soledad: El Decreto 16 o el retrato de la sociedad civil en la Revolución Ciudadana. In: MONTÚFAR, C. et al. (Eds.). **El derecho a reunirnos en paz**. Quito: Fundamedios, 2014.

MONTÚFAR, C. et al. **El derecho a reunirnos en paz: Decreto 16 y las**

amenazas a la organización social en el Ecuador. Quito: Fundamedios, 2014.

MUENALA, Z. S. **El proceso de constitución de las élites indígenas en la ciudad de Otavalo**. Quito: FLACSO-Ecuador, 2007.

NDI. **National Democratic Institute**. Disponível em: [www.ndi.org](http://www.ndi.org). Acesso em: 22 maio. 2017.

NED-FORUM. **The International Forum for Democratic Studies**. Washington, D.C.: NED, 2006.

NED. **Strategy Document 1992** Washington, D.C. NED, 1992.

NED. **Strategy Document 1997**, 1997.

NED. **Strategy Document 2002**. Washington: National Endowment for Democracy, 2002.

NED. **2005 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington, D.C., Estados Unidos: National Endowment for Democracy, 2005.

NED. **2006 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington: National Endowment for Democracy, 2006.

NED. **Strategy Document 2007**. Washington: National Endowment for Democracy, 2007a.

NED. **2007 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2007b.

NED. **2007 NED Annual Report (Latin America and the Caribbean)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2007c.

NED. **2008 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2008a.

NED. **2008 NED Annual Report (Latin America and the Caribbean)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2008b.

NED. **2009 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2009a.

NED. **2009 NED Annual Report (Latin America and the Caribbean)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2009b.

NED. **2010 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington, D.C.:



National Endowment for Democracy, 2010a.

NED. **2010 NED Annual Report (Latin America and the Caribbean)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2010b.

NED. **2011 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2011a.

NED. **2011 NED Annual Report (Latin America and the Caribbean)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2011b.

NED. **Strategy Document 2012**. Washington, D.C.: [s.n.].

NED. **2012 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2012b.

NED. **2012 NED Annual Report (Latin America and the Caribbean)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2012c.

NED. **2014 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2014a.

NED. **2014 NED Annual Report (Latin America and the Caribbean)**. Washington: National Endowment for Democracy, 2014b.

NED. **2015 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington: National Endowment for Democracy, 2015a.

NED. **2015 NED Annual Report (Latin America and the Caribbean)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2015b.

NED. **National Endowment for Democracy**. Disponível em: [www.ned.org](http://www.ned.org). Acesso em: 10 nov. 2016a.

NED. **2016 NED Annual Report (Latin America and the Caribbean)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2016b.

NED. **2016 NED Annual Report (Ecuador)**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 2016c.

NED. **Zbigniew bBrzezinski mourned by NED**. Disponível em: [www.ned.org/zbigniew-brzezinski-mourned-by-ned/](http://www.ned.org/zbigniew-brzezinski-mourned-by-ned/). Acesso em: 1 jun. 2017.

NYE JR., J. S. Soft Power. Foreign Policy. Washingtonpost. **Newsweek Interactive**, n. 80, p. 153-171, 1990.

NYE JR., J. S. The future of soft power in US foreign policy. In: PARMER, I.; COX, M. (Eds.). **Soft Power and US Foreign Policy**. New York: Routledge studies in US foreign policy, 2010.

NYE JR., J. S.; KEOHANE, R. O. Transnational relations and world politics: Introduction. **International Organization**, v. 25, n. 3, 1971.

O'BRIEN, R. et al. **Contesting Global Governance: Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000.

OBAMA, B. **Remarks by the President at the Summit of the Americas Opening Ceremony**. Disponível em: [www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/Remarks-by-the-President-at-the-Summit-of-the-Americas-Opening-Ceremony/](http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-by-the-President-at-the-Summit-of-the-Americas-Opening-Ceremony/). Acesso em: 10 out. 2016.

OBAMA, B. **The National Security Strategy of the United States of America**. Washington, D.C.: The White House, 2015.

ORTIZ CRESPO, G. **Resumen de la Historia económica del Ecuador en el Siglo XX**. Quito: Abya Yala, 2000.

PACHANO, S. Partidos y sistema de partidos en el Ecuador. In: **La política por dentro – Cambios y continuidades en las organizaciones políticas de los países andinos**. Perú: International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), 2007.

PATEMAN, C. **Participación y Teoría Democrática** [1970]. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

PAZ Y MIÑO, J. La Asamblea Constituyente de 2007: Un nuevo ciclo Histórico en Ecuador. **Boletín Del THE**, p. 1-14, 2007.

PAZ Y MIÑO, J. El ciclo del proceso constituyente en Ecuador. In: ACOSTA, A. (Ed.). **Entre el Quiebre y la Realidad**. Constitución 2008. Quito: Abya Yala, 2008a.

PAZ Y MIÑO, J. El proceso constituyente desde una perspectiva histórica. In: ACOSTA, A. (Ed.). **Análisis: Nueva Constitución**. Quito: ILDIS – Revista La Tendencia, 2008b.

PC. **Corporación Participación Ciudadana**. Disponível em: [www.participacionciudadana.org](http://www.participacionciudadana.org). Acesso em: 23 abr. 2012.

PC. **Pacto Ético**. Disponível em: [www.participacionciudadana.org](http://www.participacionciudadana.org).

PDDHE. **Manifiesto**: Unidad, pluralismo para construir democracia y recuperar los derechos. Quito: Fundamedios, 2016a.

PDDHE. **Informe alternativo Plataforma por la Defensa de la Democracia y los Derechos Humanos en el Ecuador sobre la aplicación del Pacto de Derechos Civiles y Políticos**. Quito: Fundamedios, 2016b.

PEE, R. **Democracy Promotion, National Security and Strategy during the Reagan Administration**. Birmingham: [s.n.].

PÉREZ, O. **Wikileaks en la mitad del mundo**. Quito: EditoGran, 2013.

PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. Accountability social: La otra cara del control. In: PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. (Eds.). **Controlando la Política. Ciudadanos y Medios en las Democracias Latinoamericanas**. Buenos Aires: Grupo Editorial Temas, 2002.

POGGIO, C. G. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. São Paulo: UNESP, 2010.

POLÍTICA EL COMERCIO. Lenín Moreno plantea cese de miembros del CPCCS en la consulta popular. **El Comercio**, 3 out. 2017.

PURDY, S. O Século Americano. In: KARNAL, L. et al. (Eds.). **História dos Estados Unidos: das origens ao Século XXI**. São Paulo: Ed. Contexto, 2014. p. 173-276.

RALPH, J. G. "High Stakes" and "Low-Intensity Democracy": Understanding America's Policy of Promotion Democracy. In: COX, M.; IKENBERRY, G. J.; INOBUCHI, T. (Eds.). **American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

RAMÍREZ GALLEGOS, F. Fragmentación, reflujo y desconcierto. Movimientos sociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). In: MODONESI, M.; REBÓN, J. (Eds.). **Una década en movimiento: Luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO; Prometeo Libros, 2011. v. 53, p. 1689-1699.

RAMÍREZ GALLEGOS, F.; STOESSEL, S. Campos de conflitividade política e movimentos sociais no Equador da Revolução Cidadã. **Plural**, v. 22.1, p. 4-29, 2015.

RAMÍREZ GALLEGOS, R. Socialismo del sumak kawsay o biosocialismo republicano. In: **Los Nuevos Retos de América Latina: Socialismo y Sumak Kawsay**. Quito: Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo – SENPLADES, 2010. v. 1, p. 55-76.

RAMOS, M.; PÁEZ, A. **El magnicidio perfecto**. Quito: CENAE – Centro Andino de Estudios Estratégicos, 2010.

REAGAN, R. **Statement of Principles and Objectives – NED**. Disponível em: [www.ned.org/publications/statement-of-principles-and-objectives](http://www.ned.org/publications/statement-of-principles-and-objectives). Acesso em: 9 out. 2015.

REAGAN, R. **The National Security Strategy of the United States of America**. Washington, D.C.: The White House, 1987.

RED VOLTAIRE. **¿Cuáles son los mayores grupos económicos del país?** Disponível em: [www.voltairenet.org/article121468.html](http://www.voltairenet.org/article121468.html). Acesso em: 13 set. 2013.

RICAURTE, C. Introducción: Decreto 16, colocando un ladrillo más en la pared. In: MONTÚFAR, C. et al. (Eds.). **El derecho a reunirnos en paz**. Quito: Fundamedios, 2014.

ROBINSON, W. Promoting Capitalist Polyarchy: The case of Latin America. In: COX, M.; IKENBERRY, C. J.; INOBUCHI, T. (Eds.). **American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

ROBINSON, W. I. **A Faustian Bargain: U.S. Intervention in the Nicaraguan Elections and American Foreign Policy in the Post-Cold War Era**. Colorado: Westview Press, 1992.

ROBINSON, W. I. **Promoting polyarchy Globalization, US intervention, and hegemony**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.

SANTANA, R. Cuando las élites dirigentes giran en redondo: El caso de los liderazgos indígenas en Ecuador. **Ecuador Debate**, p. 235-258, 2004.

SANTOS, B. DE S. **Renovar a teoria critica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SARANGO, L. F. Univeridad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas Amawtay Wasi. Ecuador/ Chinchaysuyu. In: MATO,

- D. (Ed.). **Instituciones Interculturales de Educación Superior en América Latina**. Procesos de construcción, logros, innovaciones y desafíos. Caracas: UNESCO-IESALC), 2009. p. 191-214.
- SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2010.
- SC. **Solidarity Center**. Disponível em: [www.solidaritycenter.org](http://www.solidaritycenter.org). Acesso em: 20 dez. 2017.
- SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.
- SCOTT, J. **Social network analysis: A handbook**. London: SAGE Publications, 2000.
- SEIBEL, E. J. **Metodologia Para Pesquisa & Desenvolvimento**. Disponível em: [nipp.ufsc.br/pesquisas/tecnicas-de-pesquisa-nipp/pesquisa-hemerografica/](http://nipp.ufsc.br/pesquisas/tecnicas-de-pesquisa-nipp/pesquisa-hemerografica/). Acesso em: 28 maio. 2017.
- SENPLADES, S. N. DE P. Y D. **10RC: La década ganada**. Quito: SENPLADES, Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo, 2017.
- SERRANO, F. G. De movimiento social a partido político: el caso del movimiento de unidad plurinacional Pachakutik. In: SCHULTE, C.; HILDEBRANDT, C. (Eds.). **Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 221-236.
- SHIPLER, D. K. Missionaries for Democracy: U.S. Aid for Global Pluralism. **The New York Times**, 1 jun. 1986.
- SMITH, S. US Democracy Promotion: Critical Questions. In: COX, M.; IKENBERRY, C. J.; INOBUCHI, T. (Eds.). **American Democracy Promotion: Impulses, Strategies and Impacts**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- SMITH, T. **America's Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy**. Oxford: Princeton University Press, 2012.
- TAFUR, M. Ecuador: Se Consolidan Los Grupos Financieros. **Análisis Ecómico**, p. 1-23, 2012.
- TARROW, S. **El Nuevo Activismo Transnacional**. Barcelona: Editorial Hacer, 2010.

TILLY, C. **Identities, Boundaries and Social Ties**. New York: Routledge, 2016.

TOLA, B. Tertulia: **Participación Ciudadana: ¿Cómo me siento en la silla vacía?** Quito: CEDA, 2009.

TRADE MAP. **TRADE MAP. Exportações e importações do Equador**. Disponível em: %3Cwww.trademap.org%3E. Acesso em: 10 fev. 2018.

U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **Foreign Aid Explorer**: The official record of U.S. Foreign Aid. Washington, D.C.: USAID, 2017.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. **Congressional Budget Justification FOREIGN OPERATIONS**. Fiscal Year 2008 Budget Summary. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2008.

U.S. GOVERNMENT. **Foreign Assistance US**. Disponível em: www.foreignassistance.gov. Acesso em: 5 nov. 2017.

UNASUR. **Historia**.

US EMBASSY QUITO. **Ecuador to reverse economic policy?** Quito US Embassy Cable, 2005.

US EMBASSY QUITO. **Ecuador Election Update**, Six Months Out Quito US Embassy Cable, 2006a.

US EMBASSY QUITO. **Ecuador Elections, nine months out**. Washington, D.C. US Embassy Cable, 2006b.

US EMBASSY QUITO. **China cautiously seeks to Expand commercial Interests** in Ecuador Washington, D.C. US Embassy Cable, 2010.

VILLACIS, P. **Participación Ciudadana se suma a la iniciativa de sector productivo del Ecuador**. Disponível em: www.ciudadaniainformada.com/en-portada/item/1253-participacion-ciudadana-se-suma-a-la-iniciativa-de-sector-productivo-de-ecuador?platform=hootsuite. Acesso em: 29 nov. 2016a.

VILLACIS, P. **Sector productivo propone agenda de desarrollo para el Ecuador**. Disponível em: www.ciudadaniainformada.com/en-portada/item/1252-sector-productivo-propone-agenda-de-desarrollo-para-el-ecuador. Acesso em: 13 ago. 2016b.

VOLD, E. **Ecuador en la mira**: Las revelaciones de Wikileaks a la

conspiración en el gobierno de Rafael Correa. Quito: El Telégrafo, 2016.

WEBER, G. ¿Qué es la deuda ilegítima? In: **Sobre la deuda ilegítima**. Aportes al debate. Quito: CIUDAD, 2008.

Weber, M. **Economia e Sociedade** – Volume 1. Brasília: Editora UnB, 2012a.

WEBER, M. **Economia e Sociedade** – Volume 2. Brasília: Editora UnB, 2012b.

WMD. **World Movement for Democracy**. Disponível em: [www.movedemocracy.org](http://www.movedemocracy.org). Acesso em: 20 dez. 2017.

WOLFF, J. **What Role for Democracy Promotion?** US Reactions to Contemporary Political Developments in South America. 47th Annual ISA Convention: The North-South Divide and International Studies, March, 2006.

WOLFF, J. **Re-engaging Latin America's Left?** from Bush to Obama. Frankfurt: Peace Research Institute Frankfurt (PRIF), 2011.

WOOD, E. M. Capitalismo e democracia Meiksins. In: **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo** – a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZUKERNIK, E. **Observador de medios de comunicación en América Latina:** prensa, ciudadanía y democracia en Brasil, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, 2008.

## LANÇAMENTOS EDITORIA EM DEBATE 2019

Arte, ensino, utopia e revolução: os ateliês artísticos  
VKhUTEMAS/VKhUTEIN (Rússia/URSS, 1920-1930)

*Jair Diniz Miguel*

Trabalho, capital e formação da classe trabalhadora

*Paulo Sergio Tumolo*

Marx e Engels... Notas introdutórias para Além d'O capital  
Deise Luiza da Silva Ferraz e Janaynna de Moura Ferraz (Org.)

A Operação Zelotes e a venda do Grupo RBS

*Itamar Aguiar*

As transfigurações da educação na teoria de Florestan Fernandes:  
escola e socialização política na formulação  
estratégica da revolução socialista

*Ricardo Scopel Velho*

Conquistando corações e mentes: uma análise da  
National Endowment for Democracy no Equador (2006-2016)

*Letícia Cristina Bizarro Barbosa*

Duas estrelas e dois projetos de hegemonia: a influência do  
pensamento de Gramsci no Partido dos Trabalhadores (BRA)  
e no Bloco de Esquerda (POR)

*Eric Araujo Coimbra*

Juventude pobre e escolarização: trabalho, cultura e perspectivas de  
futuro nos territórios do Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis

*Luciana Pedrosa Marcassa, Soraya Franzoni Conde  
e Sandra Luciana Dalmagro*



### **Letícia Cristina Bizarro Barbosa**

Doutora em Sociologia Política pela UFSC com bolsa CAPES. Mestre em Economia Social pela UNGS, Buenos Aires, com bolsa CLACSO. Graduada em Relações Internacionais pela UNISUL. Pesquisadora convidada na FLACSO Equador em 2016. Atualmente é professora na UFFS e pesquisadora do NESFI/UFSC sobre Análise de Redes Sociais (ARS) e pesquisadora membro do GT Estudos sobre Estados Unidos de CLACSO.

E-mail: [leticia cristinabarbosa@gmail.com](mailto:leticia cristinabarbosa@gmail.com)

A National Endowment for Democracy (NED) configura-se como uma instância do Departamento de Estado dos EUA na promoção de um modelo de democracia na América Latina e no mundo e essa fundação foi analisada da perspectiva da sociologia relacional. Os resultados aqui apresentados são oriundos da aplicação do método de análise documental e de aplicação da Análise de Redes Sociais (ARS) e culminou na constatação de um *hub* de organizações que trabalham em conjunto ou em parceria, potencializando os objetivos da NED. A construção de um tecido social de atuação por meio da sociedade civil organizada ocorre de forma paralela, complementando as relações diplomáticas e se instalando em relações transnacionais, pelas quais os EUA conseguem penetrar com seus valores e princípios em outras culturas e por diferentes meios.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-68267-34-9



9 788568 267349

